

Jaqueline Costa Castilho Moreira

**SABERES EM CAMPO:
a configuração do ensino escolar da
Educação Física no Estado de São Paulo
(1964-1985)**



ARARAQUARA – SP

2013

Jaqueline Costa Castilho Moreira

**SABERES EM CAMPO:
a configuração do ensino escolar da
Educação Física no Estado de São Paulo
(1964-1985)**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: “Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura”

Orientador: Prof. Dr. José Vaidergorn

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosa de Fátima Chaloba Souza

ARARAQUARA – SP
2013

Moreira, Jaqueline Costa Castilho

Saberes em campo: a configuração do ensino escolar da
Educação Física no Estado de São Paulo (1964-1985) /
Jaqueline Costa Castilho Moreira – 2013

321 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de
Araraquara

Orientador: Rosa de Fátima Chaloba Souza

1. Educação. 2. Educação física. 3. Ditadura militar.
4. História das disciplinas. 5. Práticas de ensino.
6. Saberes escolares. I. Título.

Jaqueline Costa Castilho Moreira

**SABERES EM CAMPO:
a configuração do ensino escolar da Educação Física
no Estado de São Paulo (1964-1985)**

Data da defesa: 09 / 04/ 2013

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Dr. José Vaidergorn

Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular e Co-orientadora: Professora Dr^a. Rosa de Fátima Chaloba Souza

Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Professora Dr^a. Maria Aparecida Franco Pereira

Universidade Católica de Santos

Membro Titular: Professora Dr^a. Maria do Carmo Martins

Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação

Membro Titular: Professor Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Educação Física

Membro Titular: Professora Dr^a. Rúbia-Mar Nunes Pinto

Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Educação Física

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

As pessoas de boa vontade,
que tenham coragem e
que não se desiludam
de serem assim.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

A Profa. Dr^a. Rosa Fátima de Souza Chaloba pela oportunidade, amizade e confiança. Por ter acreditado e investido em mim. Meu profundo agradecimento pela orientação durante este longo percurso acadêmico de doutoramento.

Ao Prof. Dr. José Vaidergorn por seu apoio, compreensão e colaboração no encerramento do processo do doutorado.

A Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Franco Pereira pelo carinho em compartilhar seu conhecimento e esforço físico extraordinário em participar deste trabalho.

Aos Professores: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Martins, Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Prof^a. Dr^a. Rúbia-Mar Nunes Pinto, Prof^a Dr^a Vera Teresa Valdemarin, Prof. Dr. Kazumi Munakata e a Prof^a Dr^a Gisele Maria Schwartz, minha orientadora de mestrado; por terem aceitado tão prontamente ao convite para participação no exame de defesa.

Aos Professores Nelson Augusto dos Santos, Wilma Terezinha F. de Andrade e Iza Fava de Oliveira por sua disponibilidade e paciência.

Ao Departamento de Ciências da Educação, UNESP/FCLAr, por meio de um agradecimento especial à Rosimar Aparecida Moreira, sempre solícita.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, em especial, à Lidiane Mattos Maurício Garcia, pela paciência, atenção aos pedidos e dúvidas, por sua compreensão e colaboração.

Aos funcionários das Bibliotecas da UNESP, do Campus de Araraquara e do Campus Litoral Paulista, em especial, à Maria da Conceição G. Silva pela disponibilidade, incentivo e paciência em conseguir a extensa bibliografia.

A todos os meus amigos pela compreensão de minhas ausências. Especialmente a Lúcia Tavares Nascimento por sua disposição em me ajudar com a pesquisa nos acervos, por sua paciência, bom humor e incentivo; ao Alexandre Jorge dos Reis Junior pelo auxílio com as traduções e referências, diálogo e incentivo e a Andrea Márcia Sant'Anna pela amizade, preocupação e neste final, por suas valiosas sugestões e palavras de esperança.

Ao grupo formado pelo curso de Pedagogia UNESP/UNIVESP, Polo São Vicente, 2010-2013 pelo entendimento que me proporcionou sobre as dinâmicas da Educação na região e pela colaboração em vários momentos. Em especial aos alunos Regina Maria França Castor, Ramon Martinez Sanches, Ubirajara da Silva Caetano, pela amizade e confiança ao disponibilizarem seus materiais didáticos do período 1964-1985; ao meu parceiro de Orientação de Disciplinas Wagner da Silva Dias e as Professoras Dr^a. Ana Julia F. Cardoso e Prof^a. Dr^a. Selma Dzimidas Rodrigues, por sua compreensão.

A Flávia Milão Silva, pela paciência em revisar a tese.

A EE Canadá: a diretora D. Maria Helena Lopes Contieiro e em especial ao Sr. Nelson Rodrigues Lourenço, por sua gentileza e disponibilidade em atender minhas solicitações tantas vezes, até mesmo nos últimos momentos para tirar dúvidas e finalmente entregar a tese para publicação integral à Biblioteca da UNESP.

Aos funcionários e funcionárias do Centro de Memória Esportiva e Museu De Vaney, do Brasil Futebol Clube, do Centro de Documentação da Baixada Santista e da Fundação Arquivo e Memória de Santos pela compreensão, paciência e boa vontade em abrir os arquivos e facilitar a pesquisa.

A EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr.: D. Darcy, Maria Teresa Pereira de Santana, Rosana Aparecida de Campos, Leila de Oliveira Teixeira, Mariângela Teodósio, Prof. Raphael Ferreira de Paiva, Prof^a. Lúcia Maria de Carvalho, Prof^a. Tânia Márcia de Paula Dornelas, Suely Gonçalves Barreto, Marcos Andrade da Luz, S. João Fernandes Lopes, Maria Aparecida Fernandes Ursine e a diretora D. Isaura Pinto Gonçalves; comunidade escolar a qual pertenci durante o ano letivo de 2010, pela grande colaboração e incentivo.

Aos Stervids, que com pequenos e grandes gestos, me deram muito apoio durante todo meu percurso acadêmico; em especial a Ana Paula Terreri.

Aos meus pais Luiz Gonzaga e Carmen Costa Castilho Moreira, e minha irmãzinha Maria Inês, que teriam orgulho...

Ao Octávio de Abreu Terreri por toda sua enorme colaboração.

Agradeço de maneira mais do que especial, a minha filha Marina Castilho Terreri, pelo carinho, amparo e generosidade em compreender e relevar as idas e vindas deste tortuoso trajeto pelas “curvas das estradas de Santos”, em minha busca da titulação.

E muito respeitosamente, sou grata à oportunidade que me foi dada em conhecer o trabalho dos professores e professoras mencionados neste estudo, mesmo que sob a forma de lembranças deixadas nos acervos. Evocando a licença poética que nos é permitida em um agradecimento... para mim, as memórias preservadas desses professores e de seus saberes representaram a diferença em suas comunidades escolares, ao fazerem de sua vida na Educação Física, sua obra.

“A memória só é apaziguada com justiça.”
(ANÔNIMO)

RESUMO

Nas últimas décadas, a História da Educação brasileira ganhou relevância, com crescente produção de pesquisas; o que tem possibilitado responder de forma mais adequada, o questionamento: por que a escola ensina o que ensina. Durante a ditadura militar (1965-1985), o sistema básico de educação, passou por muitas modificações, que ainda carecem de estudos mais aprofundados. É conhecimento disseminado a generalização de que o discurso político utilizava os grandes jogos desportivos internacionais e a cultura de uma disciplina corporal, como propaganda política, no intuito de elevar o espírito ufanista e de mascarar a censura à imprensa e a perseguição política, o que efetivamente refletia na docência da Educação Física da época. Assim, esta pesquisa objetiva reconstituir a história do ensino escolar da Educação Física, examinando as normas, a configuração dos saberes e indícios de práticas no interior de escolas, na transição educacional do ciclo ginásial para 5ª a 8ª séries, entre 1964 e 1985. O contexto escolhido foi a cidade portuária de Santos (SP), que sofreu intervenção federal. Enquanto o ensino primário santista era ofertado pelo Estado, o aparecimento do ensino secundário foi inicialmente feito por escolas particulares ligadas à igreja. Somente na década de 1930, que houve a construção de escolas públicas para este fim; como o Ginásio Estadual “Canadá”, apresentado neste estudo. Por toda a década de 1960, houve a expansão do ensino, com a criação de outras escolas que atendiam o ensino secundário. Sendo que essa investigação destacou o Ginásio Estadual do “Maracanãzinho”. O referencial metodológico utilizado emergiu da História das Disciplinas Escolares, desenvolvida com base em pesquisa documental e bibliográfica. Nessa perspectiva foram examinados documentos históricos de formação e profissionalização docente, legislação, materiais didáticos, registros escolares e indícios de práticas no interior dos ginásios. Além da descrição, a análise foi feita a partir de repetidas leituras e reescritas, visando um aprimoramento na identificação, diferenciação, compreensão e correlação com o referencial teórico. Com o estudo pretendemos desmistificar valores perpetuados que relacionam a escolarização da Educação Física à ideologia da ditadura militar, ideário que também precisa ser revisto e arejado por documentação original, à luz de teorias mais adequadas. Defendemos a tese de que no período compreendido entre 1964-1985, houve uma confluência de elementos relevantes para a escolarização da Educação Física, como a obrigatoriedade e a incisiva prescrição; um maior incentivo à atuação dos órgãos de fiscalização, no caso a Divisão de Educação Física (DEF) e o Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE); a expansão do ensino, aquecendo e implementando verbas no mercado da formação superior e profissionalização docente em geral e, específica em relação à área; o desenvolvimento de pesquisa e do campo acadêmico, acompanhando o foco mundial nos desportos; o registro da práxis transformando-o em conhecimento formal e a resignificação e reinvenção do cotidiano escolar pelos sujeitos educacionais, frente a todas essas vicissitudes.

Palavras-chave: Educação. Educação Física. Ditadura militar. Práticas de ensino. Saberes escolares.

ABSTRACT

In recent decades, the History of Brazilian Education gained importance with increasing production of research, which has enabled more adequately answer the question: why the school teaches what it teaches. During the military dictatorship, the basic education system has gone through many changes, which still require further study. It is widespread knowledge, the generalization, that the political discourse used the big international sports games and culture of corporal discipline as political marketing in order to raise the patriotic spirit and to mask the press censorship and political persecution, which effectively reflected in Physical Education teaching at the time. Therefore, this research aims to reconstruct the history of Physical Education scholar teaching, examining the rules, the configuration of knowledge and evidences of practice within schools, on educational transition of gymnasium cycle school for 5th to 8th grades between 1964 to 1985. The context chosen was the port city of Santos (SP), which underwent federal intervention. While the primary school was offered by the state, the emergence of secondary education was initially done by church-related private schools, in this city. Only in the 1930s was the construction of public schools for this purpose, as the State Gymnasium "Canada" presented in this study. Throughout the 1960s, there was the expansion of education, with the creation of other schools who attended secondary school. Since this research highlighted the State Gymnasium "Maracanãzinho". The methodological framework used emerged from the History of School Subjects, developed based on desk research and literature. From this perspective were examined historical documents to train and professionalize teaching, law, teaching materials, school records and evidences within the gymnasiums practices. Besides the description, analysis was made from repeated readings and rewrites, seeking an improvement in the identification, differentiation, understanding and correlation with the theoretical. With this study we intend to demystify perpetuated values that relate to the school's Physical Education ideology of the military dictatorship, ideas that also needs to be reviewed and aired by original documentation, in the light of more appropriate theories. We defend the thesis that in the period 1964-1985, there was a confluence of relevant factors to the school's Physical Education, as compulsory and incisive prescription; greater incentive to work of the supervisory bodies, in this case the Division of Physical Education (DEF) and the Department of Physical Education and Sports of São Paulo state (DEFE); the expansion of education, heating and deploying funds in the market for higher education and professionalization in general and specific to the area; the development of research and academic field, following the world focus on sports; registration of praxis transforming it into formal knowledge and reframing and reinventing daily the school by educational subjects, against all these vicissitudes.

Keywords: Education. Physical Education. Military dictatorship. Teaching practices. School knowledge.

RESUMEN

En las últimas décadas, la Historia de la Educación brasileña, ha logrado importancia con la creciente producción de investigación. Lo que ha sido posible responder con más precisión el cuestionamiento: ¿Por qué enseña lo que enseña la escuela? Durante la dictadura militar, el sistema básico de la educación pasó por muchas modificaciones que aún carece de estudios más profundos. Se difunde el conocimiento de la generalización de que el discurso político utilizaba los fenomenales partidos del deporte internacional y la cultura de una doctrina corporal como propaganda política con el objetivo de elevar el espíritu patriótico y disfrazar la censura, la prensa y la persecución política lo que efectivamente reflejaba en la enseñanza de Educación Física de la época. Así, esta investigación pretende reconstituir la historia de su enseñanza escolar, mediante el examen de las reglas, la configuración del conocimiento y evidencia de prácticas dentro de las escuelas en la transición de la Educación Primaria (edad 7-11 años), para la Educación Secundaria (edad 11- 15 años), entre 1964 y 1985. El marco elegido fue la ciudad de Santos (SP), que tuvo intervención federal. Mientras la Enseñanza Primaria era gratuita, ofrecida por el Estado, el surgimiento de la Enseñanza Secundaria fue, inicialmente, impartida por colegios privados vinculados a la iglesia. Sólo en la década de 1960, hubo la construcción de colegios públicos para ello, como el gimnasio del Estado, "Canadá", presentado en este estudio. A lo largo de la década de 1960 hubo la expansión de la educación con la creación de otras escuelas que asistieron a la escuela secundaria; sin embargo, esta investigación ha puesto de relieve el gimnasio del Estado, "Maracanãzinho". El uso referencial metodológico surgió de la Historia de las Asignaturas, desarrollado sobre la base de investigación bibliográfica y documental. Documentos históricos fueron examinados en esta perspectiva de profesionalización docente y la formación, la legislación, material didáctico, registros escolares y evidencia de prácticas dentro de gimnasios. Además de la descripción, se realizó el análisis de repetidas lecturas y reescritos, teniendo como objetivo una mejora en la identificación, diferenciación, comprensión y correlación con el marco teórico. Con el estudio pretendemos desmitificar valores perpetuados que se relacionan a la enseñanza de educación física a la ideología de la dictadura militar, ideales que también necesitan ser revisados y transmitido por la documentación original, a la luz de las teorías más adecuadas. Defendemos la tesis de que en el período comprendido entre 1964-1985, hubo una confluencia de elementos relevantes a la enseñanza de la Educación Física como la prescripción obligatoria e incisiva; un más alentador desempeño de órganos de control, en caso de la División de Educación Física (DEF) y el Departamento de Educación Física y Deportes Paulista (DEFEP); la expansión de la enseñanza, calentamiento y aplicación de profesionalización de financiación y profesor de educación superior de mercado en general y específicamente en relación a la superficie; la investigación y el desarrollo del campo académico, siguiendo el enfoque del mundo en deportes; Registro de praxis convirtiéndose en conocimiento formal y reinención diaria de la escuela y resignificación por los temas educativos frente a todos estos altibajos.

Palabras clave: Educación. Educación física. Dictadura militar. Prácticas de enseñanza. Escuela conocimiento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Fontes usadas: à esquerda, o “Ementário” de 1985 e à direita, o “Índice Alfabético” um compêndio de legislações de 1974.....	58
Figura 1.2	“Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do primeiro grau”.....	82
Figura 1.3	Coleção da Educação Física “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau”.....	91
Figura 1.4	Ficha com habilidades, conhecimentos e atitudes em Ginástica Rítmica Desportiva.....	96
Figura 1.5	A programação de Educação Física com os temas e as séries, dos “Subsídios para Implementação do Guia curricular da Educação Física”.....	98
Figura 1.6	Sequência instrucional e aterrissagem no colchão.....	101
Figura 1.7	Uso do espaço no livro didático.....	104
Figura 2.1	Comparativo de acontecimentos importantes da Educação Física em nível nacional, estadual e municipal.....	107
Figura 2.2	Logotipo da DEF., tal como era impresso na época.....	109
Figura 2.3	Distribuição das ISEFs no estado de São Paulo.....	112
Figura 2.4	Logotipo da DED, tal como na época.....	115
Figura 2.5	Constituição do Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE) paulista, segundo a Lei nº 45.012/1965.....	119
Figura 2.6	Premiação do Campeonato Colegial, modalidade Atletismo, década de 1970, Santos, SP.....	121
Figura 2.7	Desfile de 1971 em comemoração cívica.....	127
Figura 2.8	“Manual da DREFE” de Santos.....	131
Figura 2.9	Calendário Turístico de Santos de 1971 com os eventos.....	134
Figura 2.10	Cronograma de Concursos, Campanhas e	

	Comemorações do 1º Semestre de 1985.....	137
Figura 2.11	Cronograma de Concursos, Campanhas e Comemorações do 2º Semestre de 1985.....	138
Figura 3.1	Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico em Educação Física Feminina.....	143
Figura 3.2	Artigo de jornal com relato das atividades do Clube dos Professores de Educação Física de Santos.....	145
Figura 3.3	Programa para o curso de Licenciados em Educação Física de 1955.....	153
Figura 3.4	Curso de Educação Física por Correspondência da DEF.....	157
Figura 4.1	A obra “Introdução à Didática da Educação Física” conhecida como “Livirão” de Faria Jr.(1969).....	169
Figura 4.2	Requisitos básicos do professor de Educação Física....	172
Figura 4.3	Cronograma de planejamento em Educação Física.....	175
Figura 4.4	Duplicação caseira de materiais informativos para incentivar os alunos nas aulas de Educação Física.....	176
Figura 4.5	Brochura do “Esporte para Todos”, distribuída nas escolas.....	179
Figura 4.6	A coleção escolar “Planos de Ensino de Educação Física.....	195
Figura 4.7	Volume I da “Coleção Educação Física Escolar - Planos de Ensino” de 1973 em comparação com o “Guia Curricular de Educação Física”.....	197
Figura 5.1	Fachada do Ginásio Canadá, década de 1930.....	204
Figura 5.2	Suntuosa entrada do Ginásio Estadual Canadá, 1941...	205
Figura 5.3	Ginásio Canadá e a área necessária para adequação às condições da DEF, na disputa política de equiparação à Colégio, década de 1930.....	206
Figura 5.4	Artigo no jornal A Gazeta de 28 de setembro de 1944 sobre a Campanha Pró Colégio de Santos.....	208
Figura 5.5	Ginásio de esportes do atual EE Canadá.....	210
Figura 5.6	Prospecto de divulgação do Instituto de Educação	

	Canadá, 1964.....	211
Figura 5.7	Fotografias do Prospecto do Instituto de Educação Canadá, 1964.....	212
Figura 5.8	A imagem do Canadá da década de 1980.....	215
Figura 5.9	Registro fotográfico do treinamento de vôlei do Instituto Canadá.....	222
Figura 5.10	Microfone pessoal da Profa. Baldia.....	224
Figura 5.11	Apresentação de ginástica coletiva no Instituto Canadá, década de 1960.....	225
Figura 5.12	Desfile cívico noticiado no jornal como o pelotão dos aros composto por jovens do Instituto de Educação Canadá, 1962.....	228
Figura 5.13	Campanha beneficente por meio do desfile da fanfarra e batalhão alegórico da escola, em 1963.....	230
Figura 5.14	Gincana “Cidade contra Cidade” exibida no Programa de Televisão da Rede Tupi, 1969.....	232
Figura 6.1	Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr., fundada na década de 1960.....	238
Figura 6.2	Bairro Estuário após uma chuva, década de 1960.....	240
Figura 6.3	Fachada da atual Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.	242
Figura 6.4	Planta artística do prédio e da área da escola, com as divisões na década de 1970.....	246
Figura 6.5	O “Brasil Futebol Clube”, o espaço para as práticas de Educação Física, da EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr., na década de 1970.....	257
Figura 6.6	Boletim de notas e faltas de aluno de 1972.....	260
Figura 6.7	Colchões, colchonetes e balança modelo da década de 1980, distribuída nas escolas estaduais.....	263
Figura 6.8	Solicitação de dispensa impressa pela escola.....	269
Figura 6.9	A Educação Física na escola após o término do governo ditatorial militar, em 1986. A dispensa era oficializada.....	270
Figura 6.10	Documentação da Direção sobre a colaboração com a	

	APM da Escola.....	272
Figura 6.11	O Ginásio do Maracanãzinho foi campeão na Corrida - 50 m rasos – Final Meninos, 1973.....	273
Figura 6.12	Artigo sobre a classificação das escolas santistas no Campeonato Colegial, 1973.....	275
Figura 6.13	Artigo sobre o II Congresso Luso-brasileiro de Educação Física, 1964.	277

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Abordagens didáticas.....	171
Quadro 2	Professores da Escola Canadá entre 1964-1978.....	217
Quadro 3	Professores da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. entre 1970-1983.....	254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Nos limites das possibilidades da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. (1969-1973).....	244
-----------------	---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISM	Academia da Comissão Internacional do Esporte Militar
ACMS	<i>American College of Sports Medicine</i>
AEEFD/RS	Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
APEF	Associação dos Professores de Educação Física
APM	Associação de Pais e Mestres
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CCE	Comissão Central de Esportes
CDFA	Comissão Desportiva das Forças Armadas
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CERHUPE	Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais
CFE	Conselho Federal de Educação
CH	Coeficientes de Honorários
CME	Comissões Municipais de Esporte
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNRH	Centro Nacional de Recursos Humanos
CONDEPHAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONFEF	Conselho Nacional de Educação Física
CRD	Conselhos Regionais dos Desportos
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DEF	Divisão de Educação Física
DEFE	Departamento de Educação Física e Esportes
DOSP	Diário Oficial do Estado de São Paulo
DREFE	Delegacia Regional de Educação Física e Esportes
EEFESP	Escola de Educação Física do Estado de São Paulo
ENEFD	Escola Nacional de Educação Física e Desportos

EEPSG	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus
EEPG	Escola Estadual de Primeiro Grau
EPT	Esporte para Todos
EPU	Editora Pedagógica e Universitária
ESEFEX	Escola Superior de Educação Física do Exército
FAMS	Fundação Arquivo e Memória de Santos
FBAPEF	Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física
FEFIS	Faculdade de Educação Física de Santos
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FECE	Fundo Estadual de Construções Escolares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRD	Ginástica Rítmica Desportiva
IBRASA	Instituição Brasileira de Difusa Cultural S.A.
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEF	Inspetorias Seccionais de Educação Física
JEESP	Jogos Escolares do Estado de São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MÊS	Ministério da Educação e Saúde
PNED	Plano Nacional de Educação Física e Desportos
SE	Secretaria de Educação de São Paulo
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
SEESP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SEFGM	Seção de Educação Física de Grau Médio
SET	Secretaria do Esporte e Turismo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
USAID	<i>Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
PARTE I.....	56
1 REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO GINASIAL	57
1.1 Legislação: a obrigatoriedade da Educação Física e outros aspectos de seu ensino.....	57
1.1.1 A incisiva prescrição da obrigatoriedade.....	58
1.1.2 Especificidades regulamentadas nas principais legislações da área durante a ditadura militar.....	64
1.1.3 A evolução da problemática frequência vs. Dispensas.....	69
1.1.4 A transição das nomenclaturas: a elevação prescrita do <i>status</i> da Educação Física na escola.....	75
1.2 Currículo prescrito da Educação Física paulista: ensino por meio do “Guia curricular” e dos cadernos de “Subsídios para implementação do guia”.....	79
1.2.1. Guia curricular da Educação Física: a programação para a área, feita pelo CERHUPE.....	81
1.2.2. “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau”: os cadernos da CENP.....	90
2 UM CAMPO EM CONSTITUIÇÃO E EM DISPUTA.....	106

2.1 Das prescrições a organização nacional: as várias repartições da Educação Física e seu duplo direcionamento.....	106
2.2 O Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE).....	116
2.3 A atuação da Delegacia Regional de Educação Física e Esportes (DREF) de Santos.....	128
3 O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE.....	139
3.1 O desenvolvimento do campo: corporativismo docente e pesquisa acadêmica.....	139
3.1.1. A ampliação do repertório de saberes pela força corporativista.....	141
3.1.2. A constituição da área no âmbito da pesquisa acadêmica.....	146
3.2 Formação docente da Educação Física antes da Licenciatura....	147
3.2.1. De Normalistas a Especializados.....	149
3.2.2. As Escolas Superiores e os currículos básicos.....	152
3.2.3. Educação Física por Correspondência: uma formação possível aos leigos.....	155
3.3 A docência via Licenciatura: os conteúdos pedagógicos do professorado da Educação Física.....	157
3.4 Formação, mercado de trabalho e profissionalização na rede oficial paulista.....	161
4 OS SABERES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	165
4.1 Os conhecimentos disponibilizados aos professores de Educação Física escolar.....	166
4.2 Algumas obras de formação distribuídas gratuitamente na rede	167
4.2.1. “Introdução a Didática da Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Jr.: o “livrão” da didática da Educação Física.....	168
4.2.2. A Campanha “Esporte para Todos”.....	177
4.2.3. Educação Física da pré-escola à Universidade: planejamento, programas e conteúdos na perspectiva da Educação	

Física da USP.....	180
4.2.4. Legislação básica da Educação Física: o ementário da Educação Física até 1985.....	182
4.3 Algumas obras disponibilizadas aos professores nas escolas...	183
4.3.1. A Educação Física na “Enciclopédia do Ensino Integrado e Supletivo”, por Mauro Soares Teixeira.....	183
4.3.2. “As qualidades físicas na Educação Física e nos Desportos” de Manuel Gomes Tubino.....	189
4.3.3. “O ensino da Educação Física” de Airton Negrine: enfocando as diversas possibilidades de avaliação.....	190
4.3.4. “Aulas de Educação Física – Primeiro grau” de Hudson Ventura Teixeira e Mário Carvalho Pini.....	192
4.3.5. A “Coleção Educação Física Escolar- Planos de Ensino”; uma complementação ao “Guia Curricular” da área?.....	194
4.3.6. “Manual de Educação Física”.....	198
4.3.7. “Coleção Educação Física”.....	199
 PARTE II.....	 201
5 A PRÁTICA DIFERENCIADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESTADUAL CANADÁ.....	203
5.1 Construindo uma escola-monumento: as políticas direcionadas ao ensino secundário de 1930.....	203
5.2 De “ <i>Gymnasio Oficial</i> ” a “Instituto de Educação Canadá”.....	206
5.3 Desafios a qualquer prática modelar.....	210
5.4 Os Professores de Educação Física.....	216
5.5 Evidências de práticas de Educação Física Masculina e Feminina na Escola Estadual Canadá.....	220
5.5.1 Espaços e equipamentos consolidados: a fruição da Educação Física.....	221
5.5.2. Campeonatos e Desfiles: uma avaliação pública da escola por meio da Educação Física.....	227

6 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESTADUAL PROF. SUETÔNIO BITTENCOURT JR.: NO LIMITE DAS POSSIBILIDADES.....	236
6.1 A construção de um prédio utilitário: o desenvolvimento célere nas políticas educacionais da década de 1960.....	236
6.2 De “Ginásio do Maracanãzinho” a “EEPG Prof. Suetônio Bittencourt Jr.”.....	239
6.3 O funcionamento do ginásio: evidências das práticas da escola.....	243
6.4 Os Professores de Educação Física.....	251
6.5 Evidências de práticas de Educação Física: as especificidades desta unidade.....	255
6.5.1 Convênios: a Educação Física em busca de espaço para suas práticas.....	256
6.5.2. Alguns materiais e equipamentos: estratégias didáticas da Educação Física.....	261
6.5.3. Ficha Biométrica e atestados de vacina.....	264
6.5.4. Dispensas da Educação Física.....	266
6.5.5. A avaliação na Educação Física.....	270
6.5.6. Relação entre a APM e a Educação Física.....	271
6.6. Disciplina e corporeidade: o panoptismo ressignificado.....	277
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 281
 FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 290
 APÊNDICE A – Mapa da área comercial Vila Rica no entorno da atual Escola Estadual Canadá.....	 320
APÊNDICE B - Mapa do Bairro Estuário com o entorno da atual Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.....	321

I. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva reconstituir a história do ensino da Educação Física, no Estado de São Paulo, examinando as normas, a configuração dos saberes e indícios de práticas no interior de escolas, na transição educacional de ciclo ginásial para 5^a a 8^a séries.

A escolha do período de 1964-1985 justifica-se por se tratar de um momento histórico marcado por *turning points*¹, de significância no campo da Educação e da Educação Física e pela tendência tradicional na área em interpretar linearmente sua escolarização. Ancorados na teoria crítica, vários trabalhos publicados abordavam as práticas em uma perspectiva panorâmica e externa às vivências e produções que ocorriam dentro dos muros escolares.

É importante que as generalizações e abstrações ocorridas a partir do delineamento tecnicista, sejam revistas e arejadas, tanto por: documentação original, progressivamente mais acessível às pesquisas com a abertura dos registros da época e das próprias escolas, clubes, e outros acervos; quanto à luz de teorias mais adequadas e estudos recentes no âmbito da História da Educação Física.

A forma de inserção da Educação Física no ensino formal passou por inúmeras alterações. No entanto, a realização de exercícios físicos e práticas de corporeidade nas escolas emergiram nos séculos XVIII e XIX, fortemente influenciadas pela instituição militar e pela medicina (SOARES, 1994).

A primeira regulamentação da área junto às escolas deu-se pela Lei de nº 630 de 17 de setembro de 1851, por meio da inclusão da ginástica no currículo das escolas primárias (PEREIRA, 1996a). A legitimação de sua presença na

¹ No período de 1964-1968, houve uma “assimilação” do golpe militar, muito do prescrito do antigo sistema educacional continuava vigorando, enquanto aos poucos o novo foi se instaurando. Entre 1969-1970, houve o acirramento da ditadura militar, com um período de vigilância educacional, permitido pelo Decreto-Lei nº 477 (BRASIL, 1969a), e na Educação Física, pelas prescrições do Decreto-lei nº 705 (BRASIL, 1969c), que estendeu a prática das atividades físicas a todos os níveis de ensino, reiterado posteriormente com a Lei nº 5.692 de 1971. Na Educação, o período de 1971 a 1975 apresentou-se como uma fase de adequação a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971b), da reforma de primeiro e segundo graus, em substituição à LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961); acompanhada de um aprofundamento da ditadura. Entre 1976-1979, houve a promulgação da Lei nº 6.252, e a criação do Plano Nacional da Educação Física e dos Desportos, que vigorou até 1979, priorizando os programas que estimulavam as práticas dos esportes, inclusive nas escolas. Finalmente o período de 1980 a 1985, representou o término de um ciclo ditatorial, autoritário; porém de direcionamento não completamente monolítico, pois conflitos e disputas de ordens diversas permeavam este cenário.

escolarização era referendada por médicos higienistas² e por educadores da época que acompanhavam a filosofia eugenista³.

Direcionadas para o movimento de “higienizar o corpo”, as instituições, a sociedade não se caracterizavam como mobilizações populares, mas tratava-se de um anseio de um pequeno grupo dirigente das políticas públicas, formado por médicos e eruditos.

A higiene era um “valor” importante, num país que vivia em situação precária de saúde pública. Ela não era apenas uma necessidade individual, mas um imperativo de ordem social frente à expansão urbana. Acreditava-se que a higienização disseminada em espaços formais e informais sobre o corpo, saúde e higiene, colaboraria com as medidas de prevenção, controle e contenção socio-sanitárias, das muitas endemias que acometiam as cidades.

Entretanto, seja pelas inspeções e punições ou pela própria forma de contenção arquitetônica⁴ das escolas, esse ideário de controle e/ou repressão do corpo dentro da ambiência escolar era controverso, pois na prática esta “disciplina” não ocorria de forma linear, como desejavam os teóricos.

Esse sucinto relato almejou auxiliar na compreensão do ideário inicial que desencadeou a escolarização da Educação Física. E, enfocando especialmente a periodização referente à ditadura militar, entender as tendências pelas quais vários estudiosos têm interpretado este momento histórico.

Uma das tendências nesse campo de estudos foi a vinculação do esporte ao projeto político de sociedade, que pretendia ampliar e consolidar seu domínio, por meio do desenvolvimento do país, como observado na fala do Presidente Geisel:

² Uma forma de medicina social.

³ O termo Eugenia foi um conceito do final do século XIX, que estava ligado aos estudos dos agentes sob o controle social que poderim melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, física ou mentalmente. Tema de discussão de várias edições da Revista de Educação Física do Exército entre as décadas de 1930-1940 (MOREIRA, 2009), optou-se por não abordá-la neste trabalho.

⁴ O princípio de construção arquitetônica que continha e disciplinava surgiu a partir das ideias de Jeremy Bentham, filósofo utilitarista russo, que as descreveu por meio de uma série de cartas endereçadas a um amigo da Inglaterra, em 1787. Esse projeto de arquitetura ficou conhecido como o panóptico ou casa de inspeção, um ambiente fechado, de formato anelar, semelhante a uma fortaleza, com construções à periferia da área circular central, dividida em celas ou salas, com uma torre ao meio. Segundo Bentham, a estrutura era aplicável a “qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção em particular as casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas (BENTHAM, 2008, p. 13)”. O trabalho pioneiro em torno das ideias panópticas foi recuperado por Foucault(1977) em sua obra “Vigiar e Punir”.

O esporte amador tem dois aspectos importantes: um é o individual, a promoção do homem, que se realiza e se educa fisicamente. Isto é importante. Acho que, se conseguirmos elevar o nível físico da população brasileira, teremos resultados extraordinários para o desenvolvimento do País. O segundo aspecto é o da representatividade, a projeção do País no exterior. Os resultados alcançados já fazem com que muitos saibam o que é o Brasil, o que o Brasil tem, o que pode produzir, onde está situado, qual a sua capital, coisas que nos anos atrás não aconteciam (GEISEL, Apud PINHEIRO, 1975, p. 1).

O excerto sugere que por meio do esporte, exista a possibilidade de uma melhoria na aptidão física individual e coletiva da população brasileira, relacionando-a ao desenvolvimento da “Grande Nação” e a promoção externa do país. O discurso de Geisel associa a simbologia advinda do esporte como fenômeno sociocultural mundial na época, e ao Brasil, como um fenômeno que estava se projetando internacionalmente.

Essa concepção dentro da História da Educação Física é conhecida como “Tecnicismo”, na qual o esporte servia para alienar a consciência e amainar a participação popular nos movimentos reivindicatórios. A vertente do esporte escolarizado respondia aos anseios de controle do governo autoritário da ditadura militar; e para tanto deveria ser codificado, normatizado e padronizado, de acordo com as tendências mundiais, especialmente as norte-americanas. Apresentando-se como possibilidade privilegiada educacional, contemporânea e universal; o esporte era considerado a forma irretocável ou superior das práticas corporais, tornando-se a principal ou mesmo única, referência para as atividades físicas desenvolvidas nas escolas. Por meio do oferecimento de algumas modalidades esportivas, acreditava-se que incitar o ensino de técnicas esportivas, fundamentos e gestos técnicos; a valorização da *performance*, do desempenho e da capacidade de avaliar resultados, pudesse ampliar a eficiência e eficácia dos alunos, preparando-os para a racionalidade necessária à inserção ao mercado produtivo do trabalho, enfim ao capitalismo.

Utilizando das discussões desenvolvidas no interior das Ciências Sociais, seguia um modelo básico linear de causa e efeito entre a estrutura e a superestrutura, e indiciava a submissão⁵ desse governo a dependência de um poder maior internacional. Essa vertente de interpretação tomava por base principalmente

⁵ Para Taborda de Oliveira (2003a, p. 38) “segundo esta concepção, é irrefutável a tese da dependência estrutural, o que implica necessariamente a dependência cultural, aí incluída a educação em geral”.

as fontes oficiais, tratando o prescrito sem um confronto com outras formas de registro empíricos, como os acervos das instituições, além de empregar o recuo histórico como justificativa para as circunstâncias apresentadas no presente.

Partilharam destes pressupostos vários teóricos, dos quais foram citados os recorrentes na literatura da área, deste período.

Lino Castellani Filho (1994) foi o precursor na abordagem da temática Educação Física e ditadura militar, com a obra: “Educação Física no Brasil: a história que não se conta” de 1988. Com mais de quinze reedições, o ideário de Castellani Filho influenciou a formação de mais de uma geração de profissionais de Educação Física.

Foi responsável pela periodização histórica da Educação Física, caracterizando seu momento na ditadura militar como “Fase Competitivista”. Por ter como paradigma a aptidão física e esportiva, tratava a Educação Física como atividade e não como um campo de conhecimentos. Asseverando o caráter reprodutivista do esporte, aproximou essa concepção educacional ao processo de automação da mão de obra, modelo de desenvolvimento econômico, submetido à hegemonia das grandes potências capitalistas. Em sua interpretação, a Educação Física e os esportes serviam como um subterfúgio para instauração da ideologia autoritária do regime militar.

Coletivo de Autores (1992) foi um grupo formado por professores⁶ universitários da área da Filosofia Política, que se reuniram para discussão de temas, relacionados à Educação Física. Sua obra mais conhecida, “Metodologia do ensino da Educação Física” de 1992, foi uma proposta metodológica de ensino de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas. Sugeriu uma reflexão pedagógica inicial, a partir dos projetos políticos pedagógicos; análise de relevância e adequação dos conteúdos, a serem inseridos na escola; tematização como estratégia da didática e avaliação diagnóstica, do processo de ensino e de aprendizagem. Foram considerados mais teóricos do que práticos, porque o processo de interação e de produção das práticas elencadas era desvinculado do que acontecia no interior das escolas.

⁶ O grupo de professores foi formado por Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Lino Castellani Filho, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

O *Coletivo de Autores* (1992) denominava sua abordagem como crítico-superadora⁷. Vinculavam o esporte como um conteúdo capaz de: formar o caráter dos educandos, tornando-os obedientes e disciplinados quanto às normas e hierarquias além de, conformá-los ao modo de produção capitalista, já que a melhoria das capacidades físicas dos alunos render-lhes-ia eficácia e eficiência.

O *Coletivo de Autores* (*op.cit.*) defendia que a influência do esporte no sistema educacional era tão forte, que a escola não conseguia mais discuti-lo, recriá-lo, reconstruí-lo; descobrir valores assentados no coletivismo, na participação e no respeito; ou ainda, pensar a integração do “corpo”, sem a seleção dos melhores. Enfim, a escola tornou-se incapaz de criar um “esporte da escola”, com base em suas características e necessidades culturais.

Na interpretação desses teóricos, o “esporte na escola” tornou-se objetivo e conteúdo da Educação Física; determinou nova relação docente, de professor a treinador, transformou as práticas em mecânicas e repetitivas. Para eles, a situação era ainda agravada pelo reforço oficial aos jogos escolares, que incentivavam a garimpagem de talentos esportivos, assim como propiciavam a instrumentalização política.

Discorda-se nesta tese de alguns pontos do *Coletivo de Autores*, grupo de professores já mencionado. Uma das divergências é quanto à abordagem do esporte, como um conteúdo capaz de adestrar e conformar pessoas ou grupos a um poder político, econômico e social. Essa superestimação dada ao esporte, não é comprovada ao verificar as práticas de esporte realizadas no interior das escolas, conteúdo tratado com maior especificidade na segunda parte deste trabalho.

A outra discrepância do presente estudo com a abordagem do *Coletivo de Autores* é em relação à generalização da alcunha “esporte na escola”. Ou seja, para esses autores o conteúdo esporte não foi submetido a adequações para sua escolarização. A escola foi que se adaptou aos esportes, tal como eram realizados fora do ambiente formal. Como buscar-se-á mostrar nesta tese, não é possível concordar com isso porque os esportes já estavam presentes como conteúdos nas escolas secundárias, as “chamadas escolas de elite”, em período anterior a 1964. O que pode ser verificado pela arquitetura das escolas da década de 1950, pelas

⁷ A Pedagogia crítico-superadora possui três características: diagnóstica (remete a constatação e leitura dos dados da realidade), judicativa (julga a partir de uma ética que representa os interesses de determinada classe social) e teleológica (reflete sobre o objetivo almejado ou a direção a ser tomada, a partir da própria perspectiva de classe social).

próprias inspeções de locais adequados às práticas por órgãos como a Divisão de Educação Física (DEF), e pelas fontes primárias encontradas no decorrer desta pesquisa. Esse material indica que eram praticados jogos de bola ao cesto e de vôlei, nos ginásios escolares, e que muitas vezes, estes jogos eram realizados de forma improvisada, o que leva a inferência de que as escolas tiveram capacidade de adaptarem algumas práticas esportivas às suas condições de forma criativa.

Hamílcar Silveira Dantas Jr. (2008) em sua tese “Da escolarização do esporte a esportivização da escola: tradição e espetáculo nos jogos de primavera de Sergipe (1964-1995)”, defendida em 2008, objetivou apreender como produções culturais ao estilo dos “Jogos da Primavera”, mesmo que com algumas descontinuidades, materializavam as tensões entre as concepções de escola e esporte, definiam as práticas pedagógicas e os projetos de formação humanista no contexto escolar. Usando como referencial teórico, autores do materialismo histórico e da história cultural, coletou fontes em diversos acervos de Aracaju, legislação, diários de classe, manifestos e cartas, periódicos variados e entrevistas. A análise dessas práticas culturais apontou para possibilidades de reconstrução de tradições e de tensões com o ritmo de espetáculo. O autor concluiu que o processo de “esportivização” da escola ganhou um reforço oficial tornando os jogos escolares como um “campo de garimpagem” de talentos esportivos, assim como um ambiente propício à sua instrumentalização política.

As principais críticas a este trabalho estão no viés da tendência tecnicista e na generalização do emprego dos conceitos “escolarização do esporte” e “esportivização da escola”⁸. Discordamos dessa concepção de Dantas Jr. Em âmbito nacional havia grandes dificuldades das unidades escolares em adequar o esporte às contingências de infraestrutura, equipamentos, professores, demandas de aulas de Educação Física masculinas e femininas no contraturno; como certificaram diversos textos da legislação, dos pareceres do Conselho de Educação e de dados da publicação por DaCosta (1971), do “Diagnóstico da Educação Física/Desportos” pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Departamento de

⁸ Dantas Jr. (2008) sugeriu como “escolarização do esporte” a transição do esporte enquanto manifestação cultural, rica de caracteres simbólicos a um saber a ser escolarizado, com suas múltiplas formas de organização pedagógica e disseminação que extrapola a dimensão dos muros escolares. Já a “esportivização”, trata-se de um neologismo derivado das conceituações de Nobert Elias de “desportivação”, que designa como a passagem do esporte, nas aulas de Educação Física, de conteúdo escolarizado a conteúdo exclusivo, gerador de outras formas de organizar o conhecimento, os espaços, os tempos e as relações sociais dentro e fora da escola.

Educação Física e Desportos (DED), antiga Divisão de Educação Física (DEF), com dados quantitativos e qualitativos específicos da área.

A leitura generalista da Educação Física escolarizada que vem sendo feita sobre este período, muitas vezes interpretada segundo uma perspectiva abstrata e determinista, tem desconsiderado a autonomia das comunidades escolares, sua capacidade de indignação, resistência e criatividade.

Buscando recolocar a questão das análises das práticas escolares, a partir de um *olhar para dentro da escola* e almejando devolver aos sujeitos seu lugar na história da Educação Física escolar brasileira, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (2002, 2003a, 2003b, 2006) sugeriu outra lógica⁹, dando vazão a acepções diferenciadas para as pesquisas na área.

Seguindo por este trajeto, apresentou-se outra tendência de análise da Educação Física escolarizada do período. Sob respaldo da “História Cultural”, a “História das Disciplinas”¹⁰ tem se apresentado como campo de investigações de uma nova produção historiográfica, que considera os movimentos contraditórios produzidos pela história e a sociedade como um território plural de conflitos.

O “Tecnicismo”, consagrada leitura conspiratória dos estudos sobre a Educação na ditadura militar, já não consegue explicar a complexidade dessa história social e cultural. Muitos equívocos foram cometidos quando se perderam de vista o cotidiano das escolas e seus interlocutores, como fontes originais e diretas dos eventos pesquisados. Diferentemente da tendência anterior, a investigação por meio do referencial da História das Disciplinas não se restringe aos documentos

⁹ A lógica apontada em Taborda de Oliveira (2003a) foi baseada nas sugestões de Edward Palmer Thompson, que asseguravam a necessidade de que os materiais históricos fossem analisados por um método lógico e adequado de investigação, destinado a testar hipóteses quanto à estrutura e causação, eliminando procedimentos autoconfirmadores. Nesse processo deveria existir um diálogo entre conceito e evidências, conduzido por hipóteses sucessivas e pesquisa empírica. Por esta condução metodológica, descartava-se a possibilidade de se realizar uma investigação apegada a regras, ou um estudo mecânico, superficial, improvisado ou abstrato.

¹⁰ No campo de investigação sobre a influência da Sociologia da Educação e estudos do currículo, os estudos realizados dentro da História das Disciplinas levaram a reflexões sobre as finalidades de diferentes conjuntos de ensinamentos, assim como a transformação de um saber em objeto de ensino e os processos de disciplinarização de um conhecimento, desde sua gênese, ao declínio ou extinção. Chervel (1990) levantou importantes questões sobre a História das Disciplinas; uma delas referia-se a possibilidade ou não das diferentes disciplinas permitirem resgatar as regras de funcionamento, modelos disciplinares ideais, cujo conhecimento poderia ser utilizado nos debates pedagógicos atuais e futuros. Em outra abordagem Julia (2001, p.13), afirmou que o campo vem tentando identificar o núcleo duro que pode constituir a história renovada da Educação “tanto através das práticas de ensino utilizadas em sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas”. Para o autor, ela abre a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre neste espaço particular.

oficiais; mas também perscruta acervos pertencentes à comunidade escolar (atas, livros de registros, cadernos escolares manuscritos, entre outros) chegando à memória oral.

Por produzir práticas singulares por meio de seus interlocutores, a escola tem sido reconhecida como um espaço de contradição, o que torna difícil as transposições mecânicas para o seu interior. A escola não existe em abstrato, concebe embates e conflitos, filtra-os a sua própria maneira, produzindo uma cultura muito própria (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006).

A produção acadêmica brasileira que vem articulando esta linha e a temática, é relativamente recente. Coincide com a introdução¹¹ no Brasil das teorias européias que sustentam a História das Disciplinas, como campo de investigações e pela divulgação da progressiva abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira, estimulando a retomada dos debates e das ponderações acerca do que até então, vinha sendo difundido e tomado como verdade eterna e absoluta.

Na Educação Física, o marco desta corrente tem sido a obra de Taborda de Oliveira (2002, 2003a, 2003b, 2006). Tendo como fontes: o periódico “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” publicado entre 1968-1984 e a história oral, coletada por meio de entrevistas com professores da área que lecionavam na época da ditadura militar; o autor levantou um panorama bem distinto na cidade de Curitiba, do cenário exposto pela tendência crítica e pelo viés tecnicista da Educação Física.

Para ele, questões-chave como a opção pelo desenvolvimento do país e a expansão da Educação precisariam ser revistas. Enfim, um regime que pretendia ampliar e consolidar seu domínio, mesmo que pelo viés tecnocrático, tinha que assumir uma postura de desenvolvimento em perspectiva nacional e internacional. Daí a Educação ser um dos seus principais enfoques.

Nesse sentido, Taborda de Oliveira enfatiza a importância de se dar voz aos sujeitos históricos:

Não se trata de negar a repressão, a exceção do regime e mesmo seu caráter perverso...

A historiografia mais recente sobre o golpe militar de 1964 tem enfatizado, inclusive, a própria tensão interna das Forças Armadas, que em

¹¹ Iniciada na década de 1990, com a disponibilização das traduções e digitalizações das obras do inglês Ivor Goodson, dos franceses Yves Chevallard, André Chervel, Dominique Julia e Jean-Claude Forquin e dos espanhóis Vinão Frago e Gimeno Sacristán.

hipótese alguma estavam coesas quanto aos rumos do país após os acontecimentos de 31 de março de 1964... (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 69)

Na mesma direção, o autor propõe reexaminar os jargões estigmatizados imputados à propaganda da ditadura militar como “Brasil Grande”, “Grande Nação”; já que a valorização do sentimento de nação, moderna, forte e grande, foi um processo de construção de identidade nacional iniciado no séc. XIX.

Na visão de Taborda de Oliveira (2003a) é preciso reconsiderar as críticas de cunho ideológico, como aquelas desferidas à chamada colonização cultural. Essa aculturação derivada de uma dependência estrutural com os Estados Unidos tornou-se um tema controverso, que necessita de revisão, já que a ditadura militar, assim como o Estado Novo, foram momentos de grande nacionalismo no país. A existência de posicionamentos contrários tem revelado que a conformação do Estado acontece por uma correlação de forças e de interesses.

Ainda segundo o autor, no caso deste período histórico, a profusão de teorias de desenvolvimento gestadas, as políticas educacionais que intentavam levar em conta posicionamentos muito divergentes eram características conjunturais, deste Estado brasileiro. Apesar de ditatorial, configurava-se como um amálgama de interesses diversos não monolíticos e que se refletia inclusive em suas publicações oficiais:

Por sinal, é necessário acrescentar que em um período de recrudescimento do regime de exceção e de acirramento da luta anti-subversão e anticomunista, é significativamente grande o número de autores dos países socialistas do Leste Europeu que escreviam para a *Revista* (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 86).

O pesquisador chama a atenção para a arbitrariedade das generalizações sobre a participação de grandes parcelas da população na resistência ao regime autoritário. Segundo ele, esses movimentos reivindicatórios eram iniciativas de grupos e organizações isoladas, nem sempre concatenadas. Um exemplo da descoordenação foi dado pelo movimento estudantil que refluíu diante da eminência da transferência do poder para a esquerda, anteriormente ao golpe em 1964.

Outro equívoco sobre o engajamento das massas, tão propagado, foi recuperado pelo autor, nas entrevistas com os professores:

O conjunto dos professores por mim entrevistados, que durante o período da ditadura militar estava se formando ou já atuava na rede escolar, simplesmente considerou a ditadura militar como um fenômeno político qualquer – uma eleição, por exemplo – sem maiores consequências para suas vidas, ainda que reconhecessem o caráter autoritário e restritivo dos governos militares. Com isso quero reafirmar que os homens e mulheres “comuns”, aqueles que não fazem parte dos meios acadêmicos-intelectuais e são parte das *massas* ou do *povo*, objeto de estudo desses meios, têm maneiras muito próprias de operar com os dados da realidade, para desencanto de alguns membros da academia (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p.64).

Em relação à Educação Física escolar, Taborda de Oliveira (2002, 2003a, 2006) ressaltou alguns resultados interessantes em seu trabalho. Dentre eles, o processo de renovação que a Educação Física passava no período da ditadura militar. Embora de relevância para a área, “talvez fosse mais uma das esferas da cultura sobre a qual planejavam os tecnocratas” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 86), e, portanto não deveria ser um processo superestimado pela historiografia, que atribuiu à Educação Física, a configuração e consolidação do regime autoritário.

O autor ressaltou que o esporte era a principal referência das aulas de seus professores entrevistados. Este conteúdo, não era percebido com o estigma do viés tecnicista. O ensino do esporte dava legitimidade à Educação Física e à sua escolarização, conforme o excerto:

... o esporte apareceu como uma alternativa ao descaso e à improvisação que então grassavam nas aulas de Educação Física. Para a grande maioria desses professores o esporte era uma atividade educativa por excelência. Assim sendo, ele era muito mais uma alternativa positiva do que um rebaixamento do valor formativo da Educação Física escolar (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 63).

Já no periódico documentado por Taborda de Oliveira (2002, 2003a, 2006), além dos esportes, havia outros temas que afetavam diretamente a Educação e a Educação Física, tais como: a desumanização da sociedade e das práticas culturais em geral; questionamentos quanto ao tempo livre; o lazer; a educação integral da criança e sobre a crise dos valores morais que a sociedade da época estava enfrentando, em função da apologia da técnica e da ciência, em nome do desenvolvimento.

Também a área desenvolvia-se dentro do campo científico, devido a uma forte pressão para elevação do seu *status* institucional. Junto aos debates

internacionais sobre seus benefícios até a publicação da Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (MONTENEGRO, 1980), essas discussões também chegavam com as publicações acadêmicas no Brasil. Almejava-se uma melhor formação de seus professores, alocação de recursos e desenvolvimento de pesquisas.

Enfim, para Taborda de Oliveira (2002, 2003a) a área estava em um processo de afirmação social. Sua organização, finalidades, objetivos e métodos encontravam-se no centro dos discursos internacionais, o que a fortalecia de forma bidirecional. A Educação Física passava a fazer parte do discurso da Educação, mas ao mesmo tempo era autônoma a ela, por fazer parte também do discurso propagado pelas instituições esportivas, e reportando-se também a elas durante um longo tempo na periodização apresentada neste trabalho.

Após este balanço da produção atual sobre a história da Educação Física, optamos por inserir esta investigação na área de conhecimento da História das Disciplinas, dialogando com o referencial teórico representado por um escopo de autores que tratam a temática de uma maneira geral e também específica em relação à Educação Física. Dentre eles, destacam-se Goodson, Chervel, Frago, e os pesquisadores brasileiros Circe Bittencourt e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira.

Por desencadear uma série de conflitos teóricos relacionados à simbologia, aspirações, objetivos, conteúdos e formas em torno do conhecimento que se intenciona escolarizar, essa problemática tem sido para os autores citados, uma questão chave em seus estudos, que ora tendem a abordar questões direcionadas ao enfoque curricular, outras vezes enfocando a temática referente à configuração das disciplinas e outras ainda, a problematizarem o ensino. Relevante ressaltar como o referencial teórico concebeu e analisou cada um destes eixos, tornando-se conveniente expor o entendimento que se fez de “currículo”, “disciplina” e “ensino”, adotado para demonstração desta tese.

Nesta perspectiva, sugerimos no decorrer desse trabalho como “currículo”, o curso aparente ou oficial de estudos a ser seguido, composto por uma série de documentos sobre variados assuntos e níveis, com metas e objetivos, conjuntos e roteiros que constituem normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado (GOODSON, 1995).

Detendo-se em fatos e dados políticos e institucionais, ou relacionados ainda a pensamentos e idéias, mais do que com a preocupação com a realidade interna

das escolas; Ivor Goodson alerta para a dicotomia entre o “currículo escrito” e o “currículo ativo” ¹², ressaltando a existência de um conflito social, que envolve a modelação de forças dos atores sociais, em reação às políticas e às reformas educativas implantadas no meio escolar e as versões de “currículo” produzidas, negociadas, impostas e/ou reproduzidas no decorrer da História da Educação.

Em sua pesquisa curricular, o autor adota uma dupla metodologia, colocando de um lado, a teoria, sua elaboração em práticas e a ação e, no outro, as estruturas disciplinares e os indivíduos ou grupos que as integram. Seu enfoque em relação às possibilidades de “estudo construcionista social” ¹³ é uma perspectiva “intermediária”, usando dois níveis de análise.

No primeiro nível de análise, Goodson (1995) opta por priorizar o “currículo prescrito ou preativo”, não somente por sua escrita emanar de órgãos políticos e administrativos, mas também de livros de texto, guias, programas e programações de professores, da elaboração originada em instituições docentes ou mesmo a partir dos seus planos de aula.

Além de fazer reflexões sobre o “currículo”, Goodson debate sobre o tema “disciplina escolar”, como seu segundo nível de análise. O autor questiona o que seriam as “disciplinas”. Desmistifica-as como entidades monolíticas, inserindo a ideia de que possam ser amálgamas sujeitas a mudanças, e que por meio das controvérsias e compromisso, influem na direção dessas mudanças (GOODSON, 1995). Concepção acompanhada por Frago (2008) e Chervel (1990).

As “disciplinas” para Goodson designam formas de conhecimentos próprios das tradições acadêmicas e as “matérias escolares”, conhecimentos deixados para outros níveis de ensino. Segundo as interpretações de Bittencourt (2011) e Frago

¹² Segundo Goodson (1995, p. 27; 113), o “currículo escrito é um exemplo perfeito sobre a invenção da tradição”. Não como algo pronto de uma só vez, mas algo a ser defendido, onde com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir, tornando sua forma e conteúdo uma orientação tradicional ou mesmo uma prescrição. O “currículo escrito” torna-se um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações. E que constitui também um dos melhores roteiros para a estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 1995, p. 21). Já o “currículo ativo” seria aquele vivenciado em atividades de sala de aula ou outros espaços, que ainda está sujeito a ser sobrecarregado por atividades extras, que não estavam definidas ou previstas no currículo letivo, de determinada disciplina.

¹³ Para Goodson (1995), o estudo construcionista social pode ter os seguintes enfoques: individual (história de vida e carreira); coletivo ou de grupo (profissões, categorias, matérias, disciplinas, que com o tempo evoluem como movimentos sociais revelando padrões de estabilidade ou de mudança) e relacional (transformações das relações entre indivíduos, entre grupos e coletividades ou, indivíduos, grupos e coletividades e as formas que estas relações mudam com o tempo). No sentido dessas definições, o autor prefere direcionar o seu estudo sobre currículo, por meio de uma perspectiva “intermediária”.

(2008), quando Goodson diferencia “disciplina” de “matérias escolares” está indicando duas situações distintas. Uma delas é de que, muito do trabalhado na escola nem sempre está vinculado a uma disciplina-base ou ciência de referência, e por este motivo acaba por se constituir em um saber forjado por uma comunidade autônoma, com múltiplas interferências dos próprios professores da área, da administração escolar e das demandas sociais. A outra é a de que Goodson possa estar evidenciando a possibilidade de existência de “disciplinas ou matérias que não podem receber a aplicação da expressão disciplina escolar (FRAGO, 2008, p. 200)”.

Aprofundando a investigação sobre o termo, selecionamos trabalhos de outros estudiosos. Foi o caso de Chervel (1990) que, em revisão bibliográfica sobre o tema “disciplina”¹⁴, relaciona-a com as transformações produzidas, não somente em decorrência dos processos históricos, mas também às mudanças oriundas de disputas de conotação político-social. Independente do campo em que se encontre uma disciplina, “é um modo de disciplinar o espírito, dar-lhe método e regras para abordar diferentes domínios de pensamento, conhecimento e arte” (CHERVEL, 1990, p. 5).

Evidenciando o “caráter eminentemente criativo do sistema escolar”¹⁵ e o conjunto cultural original dos saberes escolares; o autor diferencia as disciplinas escolares das disciplinas acadêmicas.

Chervel (1990) considera “disciplina acadêmica”, o conhecimento em nível superior e, “disciplina escolar” e/ou “matéria”, o conhecimento em situações de ensino básico.

O autor sugere as “disciplinas escolares” como entidades epistemológicas relativamente autônomas, cujo estudo não deveria se deter somente nas decisões,

¹⁴ Até o final do século XIX, o conceito de “disciplinar” estava muito próximo ao panoptismo de Bentham. Tanto Chervel (1990) como Goodson (1995) apontaram que o termo “disciplina” designava uma noção de vigilância, um sistema de ordem visando disciplinar a chamada “ginástica mental” provocada pelo ensino. As disciplinas impunham ao ambiente escolar e às condutas discentes, uma educação ministrada para se obter um determinado resultado. Após a Primeira Guerra Mundial, a concepção de disciplina aproximou-se do termo “matéria de ensino”, cujo objetivo seria servir ao “exercício intelectual”.

¹⁵ Chervel (1990) se contrapõe à concepção de que o ensino escolar simplifica, adaptada ou vulgariza os conteúdos de uma ciência de referência, objetivando que os jovens assimilem mais rápido, melhor possível, a maior porção. Criticando a idéia de que a escola é um lugar de conservadorismo, inércia e rotina; para o autor, a escola desempenha um papel de natureza diversa a reprodução do saber da ciência de referência e das práticas dos adultos, ela forma indivíduos e molda-os com um conjunto cultural, que não seria possível sem que houvesse o seu acesso a este ambiente. Nesse sentido, vale ressaltar que muitas das práticas sociais e culturais possibilitadas pelos jogos, brincadeiras, ginásticas, danças e modalidades esportivas oferecidas na Educação Física representam para alguns jovens, uma das poucas possibilidades de contato com esses saberes, que não ocorreria se estes não fossem oferecidos no ambiente escolar.

nas influências e legitimações de âmbito externo¹⁶, mas considerando as relações de poder intrínsecas ao ambiente escolar particularizado¹⁷. Por este viés, a seleção de conteúdos escolares, vai além das finalidades específicas ou dos objetivos das ciências de referência para estas disciplinas escolares/matérias. Dependem também de um complexo sistema de valores e interesses próprios da escola e, do papel por ela desempenhado na sociedade e entorno (BITTENCOURT, 2011).

André Chervel assevera que a História das Disciplinas Escolares não é obrigada a cobrir a totalidade dos ensinamentos. Mesmo que seu foco principal seja o estudo dos conteúdos, o papel da investigação em História das Disciplinas é mais amplo, por relacionar esses ensinamentos com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para a pesquisa em História das Disciplinas, na visão do teórico, fazer aparecer a estrutura interna de uma disciplina, ou seja, “a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa” (CHERVEL, 1990, p.13).

O autor sugere como elementos relevantes no entendimento da construção da estrutura interna de uma “disciplina escolar”: a explicitação de “conteúdos” selecionados para serem ensináveis pelo professor ou por manuais; as “práticas de motivação e incitação” ao estudo por uma seleção de métodos estratégias e a “avaliação”, como aparelho “docimológico”¹⁸ de apreensão da aprendizagem.

O elemento básico na configuração de uma disciplina escolar para este autor é o “conteúdo explícito”:

...*corpus* de conhecimentos, providos de uma lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos sucessivos claramente distintos e desembocando em algumas idéias simples e claras,

¹⁶ Influências e legitimações de um resultado de disputas entre os conhecimentos científico, erudito e/ou acadêmico e daqueles que deveriam fazer parte do currículo escolar nos vários níveis de ensino (BITTENCOURT, 2011).

¹⁷ Chervel (1990) realizou um estudo sobre “O real conhecimento ortográfico dos professores primários de 1830”, identificando os efeitos deste ensinamento. Dentre os efeitos diretos, o autor destacou a cristalização da ortografia; o *status* que ela alcançou, como prestígio social dado pela opinião pública as pessoas que sabem fazê-la bem, e a criação de uma teoria de funções para poder ensiná-la, ou seja, uma metodologia puramente escolar e operatória criada dentro das unidades por práticos e que respondia as exigências do ensino francês do século XVII. O autor ressaltou ainda o efeito indireto da resignificação desse conhecimento no interior das escolas, tornando-se específico, singular e original, e que não era adquirido fora das escolas. Um conhecimento próprio de uma “Cultura escolar”.

¹⁸ Estudo sistemático das avaliações e dos exames, quantitativos e qualitativos, quer seja por notas, conceitos e outras formas.

ou em todo caso encarregadas de esclarecer a solução de problemas mais complexos (CHERVEL, 1990, p. 33).

Na disciplina, essa primeira tarefa pode ser desvendada por meio dos cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos, que dentro de uma determinada conjuntura, ensinam os mesmos conceitos, com a mesma terminologia, na mesma sequência de ensino e capítulos, com exemplos e exercícios, quando não idênticos, com variações aproximadas. Chervel (1990) denomina esse tipo de que ocorre com os livros pedagógicos de “*vulgata*”¹⁹. A similaridade desses materiais pedagógicos é tão grande que pode ser considerada plágio.

Dois outros elementos acrescentam-se na configuração básica das disciplinas: a motivação e a avaliação.

Em relação à primeira é conhecido ao longo da História das Disciplinas que, a vontade de aprender mobiliza o engajamento dos alunos. Por este recorte, Chervel afirma que práticas de incitação ao interesse, métodos e estratégias, mesmo que simples, mas que chamem atenção tem sobressaído²⁰; revelando que o papel da pedagogia é mais do que “lubrificar a máquina escolar” e colocá-la a andar. Embora Chervel não se aprofunde neste elemento.

Quanto à avaliação²¹, o autor afirma que toda disciplina deve contar com essa variável, devendo resgatar em sua didática, formas de fechamento do processo de ensino e de aprendizagem, seja uma apreciação por ordem de mérito, menções, números ou letras, ou por outros meios que possam fornecer algum tipo de escala de medida.

Orbitando em torno da estrutura básica estão as “finalidades”, sugeridas pelo teórico como objetivos de todas as ordens (religiosos, sócio-políticos, psicológicos, culturais), que se entrelaçam e se combinam, no sentido de consignar a função educativa à escola, algo mais complexo do que ensinar as disciplinas escolares. Delegada pela sociedade, família e religião de determinada época da história, essa função educativa está relacionada a:

¹⁹ “*Vulgata*” é a versão mais difundida ou aceita de edição, tradução e leitura de um material impresso de divulgação popular.

²⁰ Segundo Chervel (1990) entre dois métodos concorrentes para uma mesma finalidade idêntica, o mais fácil, direto e atraente prevalece.

²¹ Chervel (1990) comenta que em alguns momentos históricos, a avaliação tornou-se uma das finalidades da disciplina escolar. Essa afirmação será retomada posteriormente, ao analisar os saberes escolares.

... necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida (CHERVEL, 1990, p. 21).

Assim, as finalidades impostas são coadjuvantes de um ensino explícito e implícito²². O que as distingue em “finalidades teóricas ou de objetivo” e “finalidades reais”; relevantes no campo da investigação da História das Disciplinas Escolares, porque as “finalidades de objetivo” tendem a responder a questão “o que é que a escola deveria ensinar para satisfazer os poderes públicos”, em contraponto às “finalidades reais” que questionam “porque a escola ensina o que ensina” (CHERVEL, 1990).

André Chervel assinala a relevância de buscar e analisar os textos oficiais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares, fixando os planos de estudos, os programas, os métodos e os exercícios.

Outro elemento que gravita em torno da estrutura básica das disciplinas são as práticas. Para o autor:

O estudo das finalidades não pode, pois, de forma alguma, abstrair os ensinamentos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, e utilizar uma dupla documentação, a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica (CHERVEL, 1990, p. 18).

Os caminhos investigativos da História das Disciplinas indicados por Chervel foram usados nesta pesquisa, que levantou a prescrição do ensino da Educação Física no período da ditadura militar e também, as evidências de práticas deste ensino, em duas escolas estaduais.

Mesmo concluindo que as disciplinas escolares constituem-se pela combinação em várias proporções desses elementos (conteúdo, motivação, avaliação, finalidade e práticas); Chervel (1990) indaga se seria possível a existência de um modelo ideal de disciplina, ao qual tenderiam as outras em via de constituição. Neste sentido, o autor questiona²³ se algumas matérias se prestam

²² Existe uma similaridade de concepção entre o “ensino explícito e o implícito” de Chervel e o “currículo prescrito e o ativo” de Goodson.

²³ Interrogações semelhantes sobre a capacidade de disciplinarização escolar de um saber foram realizadas por Goodson e por Frago.

mais que outras ao processo de disciplinarização, ou que são melhor resolvidas do que outras.

Chervel acrescenta a essa discussão, o fato de que mesmo que as disciplinas escolares ou matérias atendam todos os quesitos, a sua continuidade na escolarização não deve ser considerada automática. Às vezes mudam-se os métodos, os programas e as políticas educacionais ou as urgências da sociedade ou da comunidade escolar, tornando-as desnecessárias ou levando-as a se renovarem.

Nesta mesma linha, Frago (2008, p. 204) considera as “disciplinas” como organismos vivos, no sentido de que também nascem, desenvolvem-se, evoluem, transformam-se e desaparecem, competindo entre si, relacionando-se e intercambiando-se.

A perspectiva de Viñao Frago aproxima-se em dois pontos com a de Chervel. No primeiro aspecto quando Frago menciona que as disciplinas são fonte de poder social e acadêmico, ou seja, campos hierarquizados onde se apresentam situações de domínio e hegemonia, assim como dependência e sujeição. E como segundo ponto de semelhança entre esses autores, quando ambos tratam da apropriação de grupos de professores em seu saber específico. Frago (2008) aponta a formação de reservas quanto à habilitação (títulos, currículo) e ao acesso como profissional ao mercado de trabalho, fechado a amadores ou interessados, mesmo que sejam professores de outras disciplinas, com outras titulações.

Frago (2008) aprofunda-se na questão quando salienta também que as disciplinas escolares possuem um “código disciplinar”, um “campo profissional” e um “*habitus*”. O “código disciplinar” sugere: a existência de regras, pautas ou de uma imposição geral, e a idéia de estabilidade, consolidação, sedimentação e coerência interna. Integram um corpo de conteúdos concreto (saberes, conhecimentos, destrezas, técnicas e habilidades), disposto em uma ordem, método ou unidades didáticas. Sendo composto ainda, por um discurso ou argumentos sobre seu valor formativo e sua utilidade acadêmica, profissional ou social e por práticas docentes e acadêmicas. As práticas docentes estão direcionadas às salas de aula, e aos modos de transmitir, ensinar e aprender os conteúdos, enquanto as práticas acadêmicas posicionam a disciplina em questão em relação a outros campos, a sua apresentação social e acadêmica e ao modo como se referir às restantes ou de se comportar frente aos objetos a que se dedicam. Enfim, o código disciplinar aplicado

às práticas, apóia-se em um saber empírico-artesanal e em rotinas, que legitimam a função educativa e regulam a ordem prática do ensino.

O “campo profissional” estuda as comunidades disciplinares e os profissionais docentes, sua organização, normatização e hierarquização em categorias e tarefas, e a formação de “colégios invisíveis” ou subculturas.

E o “*habitus*” se refere aos processos de interiorização, porque integra o campo disciplinar, as tradições e as rotinas (frequentemente inconscientes e socialmente construídas) como algo natural e inquestionável.

Ao inserir a participação em associações e atuação profissional dos professores, Viñao Frago expande a idéia de Goodson sobre as “disciplinas” como amálgama composto por uma variedade de tradições²⁴.

Segundo Frago (2008), essas tradições são as que iniciam o professor em diferentes hierarquias e conteúdos de conhecimento; a incorporação de seu papel como professor, à orientação pedagógica, e entre elas, as tradições dominantes com diferentes graus de articulação e fidelidade que atuam como o principal agente de iniciação dos professores às comunidades de uma disciplina. Ainda para ele, o estudo dessas tradições mostra as relações que existem entre a promoção de uma “disciplina” e o afastamento de outras na busca de prestígio, respeitabilidade e recursos; os interesses profissionais de quem as compartilham; o tipo de alunos que, por sua classe social, se dirigem a elas e por fim, o destino ocupacional dos mesmos.

Em concordância com as ideias de Chervel; Bittencourt (2011, p. 41) adota como elementos constituintes das disciplinas escolares: finalidades, conteúdos selecionados para serem ensináveis, métodos para apreensão desses conteúdos e avaliação da aprendizagem. Entretanto, a autora acentua a ação específica das escolas, por considerar que as finalidades disciplinares fazem parte de uma teia complexa, na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de conteúdos de instrução, visando atender objetivos educacionais mais amplos e necessidades sociais e culturais de diferentes públicos escolares.

²⁴ Goodson (1995) distingue três tipos de tradições entre as disciplinas: a “acadêmica”, considerada preparatória ou propedêutica, mais abstrata, científica e descontextualizada; a “utilitária”, que enfatiza as habilidades básicas voltadas ao mercado de trabalho e a “pedagógica”, que visa o desenvolvimento infantil e a maneira de colocar em contato o conhecimento da disciplina com o aluno.

Segundo Bittencourt (2011, p. 41), as “finalidades” de uma disciplina escolar “caracterizam-se pela articulação entre os objetivos instrucionais mais específicos e os objetivos educacionais mais gerais”. Para ela, cada disciplina, ao formular seus objetivos gerais intenciona contribuir com uma formação intelectual e cultural mais ampla, que possa desenvolver o espírito crítico, capacidades diversas de comparação, dedução, criatividade, argumentação lógica, habilidades técnicas, e outros. Já os objetivos específicos dependem das determinações gerais da escola, que são definidas de forma mais sutil, implícita ou explicitamente, como a socialização, os comportamentos individuais, a “disciplina do corpo”, a obediência, as normas, horários, padrões de higiene, que são aceitos ou devem acontecer na unidade. Ainda para a autora, a escola historicamente tem integrado um conjunto de objetivos determinados pela sociedade que a permeia; ou seja, em determinados momentos, a escola vem atendendo a formação de uma classe média pelo ensino secundário, ou mesmo a formação de um espírito nacionalista patriótico.

A autora opta por aprofundar-se na questão do “conteúdo explícito”, como um constituinte fundamental das disciplinas escolares. Composto por um corpus de conhecimentos organizados segundo uma lógica interna que relaciona conceitos, informações e técnicas são geralmente organizados por temas específicos e apresentados em planos sucessivos, em conformidade com os níveis de escolarização, sejam em anos, séries ou ciclos. A seleção destes conteúdos explícitos envolve critérios como: sintonia com os objetivos educacionais e instrucionais, acordados com o desenvolvimento cognitivo dos educandos, inserção na carga horária definida pelas grades curriculares da escola, ou no tempo pedagógico.

Esses conteúdos articulam-se ainda com os “métodos de ensino” e aprendizagem, tanto os tradicionais, os exercícios, as repetições, as estratégias diferenciadas e o uso de livros didáticos.

E finalmente, a avaliação por meio de exames, provas, arguições, testes e outros, que para Bittencourt são atividades essenciais para o controle sobre o que é ensinado ou apreendido pelo aluno, a qual reside o maior poder do professor. Ressaltando uma especificidade da educação nacional ligada aos sistemas avaliativos, Circe Bittencourt comenta que eles interferem não somente no processo de mudança e transformação dos conteúdos e métodos, como no caso do ensino médio; mas numa verificação de aprendizagem de perspectiva qualitativa.

Isso posto, defendemos a tese de que no período compreendido entre 1964-1985, houve uma confluência de elementos relevantes para a escolarização da Educação Física, com o desenvolvimento dos saberes acadêmicos e escolares, da área. Dentre os elementos: a obrigatoriedade e a incisiva prescrição; um maior incentivo à atuação dos órgãos de fiscalização, no caso a Divisão de Educação Física (DEF) e o Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE); a expansão do ensino, aquecendo e implementando verbas no mercado da formação superior e profissionalização docente em geral e, específica em relação à área; o desenvolvimento de pesquisa e do campo acadêmico; o registro do conhecimento da práxis transformando-o em conhecimento formal; a ressignificação e reinvenção do cotidiano escolar frente a todas essas vicissitudes.

Neste período, a Educação Física configurou-se como disciplina escolarizada. Seja por meio da legislação, exemplo exposto na Deliberação CEE nº 2/1972²⁵ mencionando que as “matérias assumirão as formas de atividade, área de estudo e disciplinas”, ou como concepção polissêmica em que, segundo Bittencourt (2011), as disciplinas escolares são construções históricas e culturais, criações que se fazem e refazem na prática cotidiana.

Os indícios de práticas puderam revelar um saber e cultura gestados no cotidiano das escolas. Assim, as disciplinas escolares deixam de se constituir como mera “transposição didática”²⁶ de um saber erudito e científico, para ser “mediação pedagógica” que não se limita a reproduzir conteúdo ou currículo, mas por adaptar-se, transformando e criando saberes e culturas próprias (GOODSON, 1995; CHERVEL, 1990).

Dessa forma, para a realização desta investigação foram utilizadas diversas fontes, acompanhando outros estudos feitos na área da História das Disciplinas (FRAGO, 2008). Além da descrição²⁷ detalhada, a análise foi feita a partir de

²⁵A Deliberação CEE nº 2/1972 baixou normas para elaboração de um currículo pleno de ensino de primeiro grau em São Paulo. Neste documento estava expresso que as matérias, assumiriam as formas de atividades, área de estudo e disciplinas. O texto deste documento da década de 1970 pode ser encontrado na íntegra, no ementário “Legislação Básica: Educação Física (SÃO PAULO, 1985, p. 524).

²⁶A noção de “transposição didática” foi proferida por Chevallard (2007), representando uma adaptação entre o saber acadêmico e o saber escolar, sendo que numa hierarquia de conhecimentos, a disciplina escolar estaria em uma hierarquia inferior, como um saber de segunda classe.

²⁷Para Chervel (1990) a descrição de uma disciplina não deve se limitar à apresentação dos conteúdos de ensino. Cabe ao historiador das disciplinas descrever seu ensino com detalhes, a evolução da didática, pesquisar as razões da mudança, a coerência interna dos diferentes

repetidas leituras e reescritas, visando um aprimoramento na identificação, diferenciação, compreensão e correlação com o referencial teórico.

Na tentativa de confrontar as normas com as práticas de ensino realizou-se um levantamento de fontes documentais que pudessem indicar aspectos do cotidiano da Educação Física escolarizada. Foram realizadas investigações nos acervos de duas instituições escolares da cidade de Santos - SP, que além de atender a clientela com faixa etária de 10 a 15 anos, proporcionaram facilidade de acesso aos documentos: a Escola Estadual Canadá, primeiro ginásio do Estado na cidade e a Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr., um ginásio público que surgiu no bojo da expansão do ensino, da década de 1960. Mesmo possuindo a clientela de mesma faixa etária, ambas as instituições se contrastam pelo contexto e pelo tempo em que foram criadas, pelo atendimento a públicos diferentes desde sua fundação, enfrentando e se apropriando diversificada e peculiarmente das políticas educacionais do período de 1964-1985.

Infelizmente a massa documental dessas escolas não dispõe de diários de classe²⁸ ou mesmo diário mensal específico da Educação Física. Sua incineração, praxe comum a cada cinco anos no Estado de São Paulo; ocasionou perda de um importante registro sobre os indícios das práticas de ensino dos professores, se utilizavam ou não o material prescrito pelo estado: o “Guia” e os cadernos de “Subsídios”, e mesmo se havia uma interação entre os próprios professores da Educação Física e entre eles e os outros docentes na elaboração de uma proposta unificada para a unidade escolar. Daí a necessidade de se perscrutar outras formas de inscrição das práticas escolares.

Diferente de outras instituições educacionais da cidade de Santos, o arquivo da Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr, até o momento desta pesquisa, não havia sido objeto de investigação acadêmica. No ano de 2010, o acervo encontrava-se disposto em espaços diferentes da escola. Os prontuários, no cômodo ao lado da secretaria; os arquivos inativos, acumulados em um pequeno almoxarifado ao lado da cantina e os livros de inspeção, atas pedagógicas,

procedimentos e estabelecer a ligação entre o ensino dispensado e as finalidades que presidem a seu exercício.

²⁸ Mesmo questionando a veracidade e confiabilidade de uma fonte formal como os Diários, segundo Arantes (2012) é possível recuperar neles, as rotinas, algumas exigências e funções atribuídas à Educação Física, os sujeitos, a composição das turmas em quantidade e gênero, a frequência (boicotes, dispensas ou ausências dos alunos), os conteúdos lecionados e sua distribuição ao longo do ano letivo.

documentos administrativos, em um pequeno espaço na sala de leitura/biblioteca. Os documentos na época desta pesquisa estavam catalogados em fichas, por ordem alfabética, depositados em gavetas dos arquivos-fichários de aço. A documentação do acervo, de uma maneira geral, encontrava-se organizada e em condições regulares de limpeza, embora houvesse a possível exposição a fungos e esporos. As coletas nesta unidade foram realizadas em dois momentos. O primeiro durante 2010, ano letivo em que trabalhei como professora na escola. Por este motivo, houve a possibilidade de consultar, selecionar e digitalizar²⁹ um corpo significativo de documentos. Nesta investigação foram levantados 47 prontuários de alunos entre 1971-1973, 1975-1976, 1985, com o intuito de recuperar documentos próprios da Educação Física. Dentro dos prontuários foram encontradas Circulares da Direção emitidas em 1971 e 1972, sobre a matrícula e a necessidade de colaboração financeira dos pais com a APM, já que esse auxílio também estava ligado ao incentivo ao Atletismo da escola. Além das circulares, havia solicitações de esclarecimentos sobre a ausência de alunos aos eventos cívicos (Dia de Tiradentes e Sete de Setembro) e notificação aos pais sobre o uso de uniforme e a necessidade de se respeitarem os horários da escola. Constava nos prontuários dos alunos, tanto o comprovante de pagamento da Taxa Escolar, como cartas redigidas pelos responsáveis justificando o fato de não poderem contribuir com a APM.

Outros documentos também foram preservados dentro dos prontuários, como os atestados de vacina, as solicitações de dispensas das sessões de Educação Física mimeografadas ou declarações de empresas onde esses menores eram funcionários, em especial a dos alunos patrulheiros³⁰. Essas declarações apontavam, mesmo que de forma implícita, a valorização dos pais a inserção dos

²⁹ A decisão por digitalizar os documentos dos acervos durante o ano de 2010 foi tomada pela eminência de minha mudança da cidade de Santos ao final do ano. Fotografar os documentos permitiria que a pesquisa pudesse ser concluída em outro lugar. Como durante a investigação foram incluídos os livros didáticos do período, encontrados em alguns desses acervos, a opção por suas digitalizações tornou-se pouco prática, já que boa parte dessas publicações está disponível para venda na estante virtual por preço módico. Assim somente foram digitalizadas as obras raras. Com as aquisições feitas e a coleção das digitalizações, aos poucos estou construindo um acervo pessoal de livros e outras obras didáticas da Educação Física escolarizada do período da ditadura militar.

³⁰ O patrulheirismo foi um movimento associativo infanto-juvenil iniciado pelo Juiz de Direito, Dr. Marino Costa Terra, e sua esposa, a pedagoga, Ophelia Pierroti Costa Terra, na década de 1960, na cidade de São Carlos (SP). Com a intenção de criar um sistema de educação que atendesse ao grande número de jovens carentes, promovia sua inserção social, oferecendo-lhes cursos de qualificação profissional e orientação para o ingresso no mercado de trabalho, de acordo com o Código de Menores vigente na época. O Estatuto do Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro foi criado em 1963, definindo as linhas e a estrutura do programa, sendo desenvolvido em várias cidades brasileiras, inclusive em Santos, SP (ASSOCIAÇÃO, 2008; NUNES, 2009).

jovens ao mercado de trabalho, em detrimento às práticas educativas sinalizando nesta unidade, a prática da dispensa. Nos prontuários recuperou-se ainda boletim de aluno com notas bimestrais e do exame final das disciplinas e práticas educativas, e totais mensais de faltas. Enfim, dos prontuários dos alunos foi possível recuperar as dinâmicas da unidade escolar, gerais e específicas, além de alguns documentos que ficaram esquecidos nas pastas individuais, sobre assuntos e temas datados da escola ou do aluno, que comprovam ou confrontam determinadas exigências, prescrições ou situações educacionais.

O conjunto gerado, a partir dos documentos nos prontuários e dos registros encontrados nos livros de atas de exame final (anos de 1969-1972) e nas atas de resultados finais (1969-1973), pode ser considerado uma documentação formal com um grau de confiabilidade e veracidade diferenciado em relação aos Diários, e que na Escola Suetônio incluía a Educação Física na dinâmica da burocracia escolar, em especial pela frequência registrada.

Também na primeira investigação realizada em 2010, recuperou-se um histórico realizado por alunos, armazenado na sala da direção; material que colaborou para a primeira estruturação do capítulo sobre esta escola.

Na Sala de leitura/biblioteca foram encontrados alguns livros didáticos da época e entre alguns troféus, dois referentes ao período: Troféu “SESI infantil”, na modalidade Corrida de 1970 e o Troféu “Adhemar Ferreira da Silva”, na modalidade Arremesso de Disco, de 1982. Dentro do almoxarifado da Educação Física existia ainda materiais e equipamentos da década de 1970-1980, como colchões, colchonetes, balança, entre outros e na Sala de Coordenação, alguns jogos de tabuleiro em madeira com detalhes em marchetaria, de dama e xadrez, o que indicia algumas possibilidades de práticas, de exames e de alternativas para a realização das aulas.

Na segunda coleta, realizada em outubro de 2012, priorizou-se o funcionamento da escola, na tentativa de achar evidências sobre as práticas de Educação Física. Foram consultados outros documentos administrativos do acervo dessa unidade. Do livro de posse de funcionários de 1969 a 1981, foram extraídas informações sobre os professores efetivos de Educação Física da unidade como a posse de Delcides Rocca em 18 ago. 1972, de Maria Diva Pires em 01 jul. 1972, de Izidra Luiza Souza Pinto em 01 fev. 1977 e de Pedro Villas Boas em 15 fev. 1977. Do livro ponto do pessoal docente foram encontrados registros do período de 1969-

1971; 1973-1975; 1978; 1980-1981; 1983-1984; excetuando os anos de 1972, 1976-1977; 1979; 1982, cuja razão não foi possível levantar até o encerramento desta pesquisa. Do Livro de Entrada e Saída de Processos de 1972 a 1986, foi possível observar os requerimentos feitos pelos professores de materiais para as aulas, assim como as dinâmicas entre os pedidos de dispensa de professor, solicitação de licença prêmio, abono de falta docente, e outros protocolos que indiciavam a permanência de alguns sujeitos educacionais e a volatividade no trabalho docente de outros. Também indicavam possíveis práticas de Educação Física, a partir da compreensão da formação desses docentes, de suas afinidades e das condições de trabalho. No acervo ainda foram encontrados os Livros de Termos de Visita de Inspeção dos anos de 1969, 1971, 1982; os Livros de Termos de Visita dos Supervisores Pedagógicos, de 1983 a 1986; e os Livros de Planejamento Pedagógico de 1977-1981, no qual foram destacadas duas Atas de Reunião Pedagógica, por se relacionarem ao ensino da Educação Física na unidade, uma de 16 de novembro de 1978 e a outra de 22 de maio de 1980. Os livros elencados mostram o nível de interação da área e de seus professores tanto com o plano escolar da unidade quanto com as exigências prescritas.

A pesquisa realizada na EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr. levou ao acervo do Brasil Futebol Clube, já que as sessões de Educação Física dessa escola eram realizadas nas dependências do clube. A documentação do acervo do clube em 2011 encontrava-se na sala de exposição aberta ao público, no *mezanino* do ginásio, em condições regulares de limpeza. Constava de seis mesas e várias prateleiras com troféus e medalhas, além de certificados de mérito; uma pasta plástica com documentos sobre alguns eventos ali ocorridos com patrocínio da Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS) e outros com o apoio da comunidade e uma pasta catálogo etiquetada como “Arquivos de Fotos” do clube, com imagens de comemorações sociais e esportivas, de 1933-1982. Muitas das imagens da Pasta de Catálogo de Fotos do Clube estavam com mais de sessenta anos, e pelo acondicionamento em envelopes plásticos, apresentavam certo grau de deterioração.

Também estava disponível ao público, um álbum de “Recortes de Jornais”, encapado artesanalmente com corino vermelho, com uma pintura manual do nome e símbolo do clube. Colados em cartolina rosa, nesses recortes constavam a premiação de equipes do clube em várias modalidades, desde a sua inauguração

em 1913 até 1992. Tanto na pasta catálogo, quanto no álbum de recortes artesanal, havia notícias sobre a participação de alunos do Ginásio Maracanãzinho nos campeonatos colegiais do período estudado. Fazia parte do acervo uma edição comemorativa impressa sob o formato de jornal, intitulado “Brasil Futebol Clube, 79 anos, o mais olímpico”, com vários artigos, inclusive um texto do seu presidente, mencionando a locação das instalações como uma das formas de manutenção da entidade. De certa forma, o acervo do “Brasil Futebol Clube” mostrou sua relação com algumas escolas públicas da cidade e a relação das práticas escolares da Educação Física com a cultura esportiva dos clubes de Santos.

Em busca de referência bibliográfica e complementar ao acervo da EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr. buscou-se o Centro de Documentação da Baixada Santista³¹, que proporcionou o contato com livros, dissertações, artigos e outros materiais acadêmicos produzidos pelos pesquisadores de Santos, em especial sobre a história da instituição educacional Canadá, e sua importância para a cidade.

Dessa forma chegou-se ao acervo da EE Canadá iniciando o trabalho de consulta em junho de 2011, contando também com dois momentos de prospecção. A primeira coleta foi realizada com o auxílio de Lúcia Tavares Nascimento, historiadora, que colaborou na digitalização de todo o acervo disponível sobre a escola e os professores de Educação Física. No segundo momento foi realizado um levantamento das instalações e outros materiais da Educação Física da periodização deste estudo e que ainda permaneciam na escola.

Nesta ocasião, os prontuários de alunos, os livros-ponto de docentes, os livros de matrículas, os livros com relação de alunos, os documentos administrativos acondicionados em pastas de arquivo inativo e os livros de legislação encontravam-se armazenados em prateleiras, no cômodo ao lado da sala dos professores, em condições regulares de organização. A documentação estava neste ambiente de pouca iluminação e sem ventilação desde a década de 1930, sendo provável que estivesse sob a exposição de fungos e esporos, necessitando de cuidados especiais na coleta, como uso de luvas, máscaras e óculos de proteção. Como outros pesquisadores já haviam investigado os acervos de professores de Educação Física,

³¹ Centro de Documentação da Baixada Santista (CDBS) é um órgão voltado para a “guarda de documentos significativos para a história” da região da Baixada Santista e de apoio à pesquisa (CATÓLICA UNISANTOS, 2013, p.1). Ligado a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) atende aos seus alunos, os de outras instituições e pesquisadores interessados em História.

eles estavam separados, razoavelmente organizados e guardados em armário da sala dos professores.

Foram consultados vários documentos dessa unidade. Dos livros de ponto de docentes dos anos de 1961, 1964 a 1967, 1969-1970, 1974 e 1978, foram levantadas informações acerca dos professores da área, o período em que atuaram, assim como a quantidade de salas com as quais trabalharam e as turmas de treinamento. Dos prontuários de alunos foram obtidas informações sobre os horários das aulas, frequência às sessões, notas, comprovantes de pagamento à Associação de Pais e Mestres (APM) e atestados de vacina.

A documentação específica dessa unidade estava armazenada em várias pastas catálogo com capa plástica e etiqueta, como um *portfolio* da escola. Na primeira pasta etiquetada como “Construção de 1936”, dentro dos envelopes plásticos havia imagens das instalações do recém inaugurado ginásio oficial, inclusive do espaço da Educação Física. Além delas, foi encontrado um “Prospecto de divulgação” da escola, de 1964, também com várias fotografias ilustrando as construções anexas concluídas na década de 1960. Constava em uma segunda pasta, aqui denominada “Pasta Catálogo de Ofícios”, cartas, relatórios e outros documentos sobre o trâmite do Processo nº 2.047.36 de 1944. Em estágio de certa degradação havia plantas arquitetônicas, despacho para construção da área esportiva, o inventário das instalações em 1941 e o Relatório de verificação das condições do Ginásio Canadá para Equiparação³² a colégio, com a participação do parecer da Divisão de Educação Física (DEF), na finalização do Processo nº 2.047.36/1944. Na terceira pasta havia recortes de jornais locais sobre eventos da escola, desfiles, festas, premiações, de 1944 a 1965; constando o nome do periódico no qual foi realizada a publicação, o dia, embora na maioria não constasse as páginas. Optou-se por denominá-la de “Pasta Catálogo de Jornais”. Além desse material, fazia parte do acervo da unidade, vários trabalhos acadêmicos que tiveram como temática a Escola Canadá, encadernados e doados por seus autores à instituição.

³² O efeito de transformação de Ginásio para Colégio era denominado de “equiparação”, sendo um termo muito utilizado nas publicações deste período.

Em relação à Educação Física da escola Canadá existiam ainda duas caixas do tipo “Arquivo Morto Ofício”³³ em papelão, que acondicionavam os acervos dos professores Guaraná da Costa Rodrigues e Yolanda Elias Miguel Baldia. Na caixa de Guaraná, além de seu prontuário em pasta de papel, havia cópia de documentos pessoais, fotos, recortes de artigos de jornal sobre o professor, *currículo vitae* impresso, declarações, certificados, abonos, um mapa demonstrativo de aulas para fins de aposentadoria, enfim, documentação de seu exercício profissional, no período compreendido entre 1958-1970, como efetivo e como contratado da escola. Destes papéis foram utilizados para a tese, o Comunicado da Secretaria de Educação SP/1963 e a Resolução SE nº 6, publicada no Diário Oficial de São Paulo de 17 janeiro de 1970.

Na caixa da Profa. Yolanda, além do microfone que usava para as práticas de ginástica coletiva; tinha um folder sobre a “Festa da Ginástica” com a programação do evento, promovido pelo Colégio na década de 1940, medalhas dos campeonatos colegiais e uma placa de prata em estojo de veludo; um *currículo vitae* impresso, trabalhos de alunas, e o depoimento de discente sobre a atuação da professora, coletado no trabalho acadêmico de Gonçalves e Almeida (2000); todos acondicionados em envelopes plásticos. Também fazia parte do acervo da professora, uma agenda espiralada³⁴, uma pasta catálogo³⁵ de capa plástica preta, contendo envelopes plásticos internos com vários documentos, além de uma pasta de cartolina³⁶, com recortes de jornais.

Na sequência da pesquisa feita na EE Canadá, objetivando articular a formação, mesmo que autodidata e a evidência de práticas de ensino foi consultado

³³ Arquivo Morto Ofício é a denominação desta forma de embalagem vendida no comércio; embora o termo adequado seja “arquivo inativo”.

³⁴ A agenda espiralada tem capa de corino preto e o nome da Professora grafado em letras douradas. Acondiciona imagens em preto e branco, fotografadas na maioria pela própria professora, que as colecionou desde a década de 1930 até 2008. Além das fotos, Yolanda colava recortes de jornais e fazia anotações manuscritas, como datas, locais, nomes de alunas e práticas que desenvolvia nas escolas onde trabalhou, destacando imagens de eventos, desfiles, apresentações e campeonatos.

³⁵ Na pasta catálogo existem certificados e diplomas, inclusive dos “Cursos de Aperfeiçoamento” da DEF; declarações sobre o mérito do trabalho da professora à frente dos eventos da escola ou relacionados à área, documentos da organização de dois clubes na unidade, o Esporte Clube Canadá e o Clube das Normalistas Canadenses, todos acondicionados em envelopes plásticos.

³⁶ Os recortes de jornal encontram-se colados em almanaque, sendo que a temática principal versa sobre os campeonatos de natação e vôlei, nos quais a professora havia levado suas alunas. A pasta de cartolina aparenta ser um *portfolio* da professora, com carimbo de visto da direção do colégio e assinatura da professora.

o “Centro de Memória Esportiva e Museu De Vaney”, mantidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Santos. Além de exemplares dos Almanques de Santos e da Baixada Santista, publicados pelo jornalista Olao Rodrigues entre 1970-1976; foram encontradas duas Caixas de Arquivo Morto Ofício numeradas, com o acervo pessoal de Oscar Musa³⁷, contendo fotografias, pastas com capa de papel ferragens externas, acondicionando apostilas mimeografadas, artigos de jornal e outros documentos relacionados ao Clube de Professores de Educação Física de Santos, ao funcionamento da Delegacia Regional de Educação Física e Esportes (DREFE) e sobre os Cursos de Aperfeiçoamento.

Em todos os acervos mencionados, existiam poucas imagens da década de 1970-1980, por este motivo, consultou-se também a Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). Essa instituição trabalha no gerenciamento dos arquivos públicos e com a memória documental e iconográfica da cidade. Embora com um grande acervo de imagens, foram encontrados poucos registros sobre a temática da pesquisa, no período 1964-1985, no momento dessa prospecção.

Para elaboração dessa investigação, além das fontes proporcionadas pelos arquivos, também foram considerados dois periódicos com publicações entre 1964-1985, sendo eles: o “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Novo Milênio”, um jornal *online* santista que republica matérias antigas impressas por outros jornais locais; a “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, cujos exemplares foram obtidos na UNESP Campus de Araraquara e a “Revista de Educação Física do Exército”, que até 2012 encontrava-se disponível *online*.

Outras fontes foram utilizadas, dentre elas, os livros didáticos: “Metodologia e Pedagogia da Educação Física” do curso de Educação Física por correspondência (BRASIL, 1965); “Introdução a Didática da Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Jr. (1969); a “Coleção Educação Física Escolar: Planos de Ensino” de Cyro Andrade *et al*(1973); “As qualidades físicas da Educação Física e nos Desportos” de Manuel Gomes Tubino (1973); a seção Educação Física, na “Enciclopédia do Ensino Integrado e Supletivo”, por Mauro Soares Teixeira (1974); “O ensino da Educação Física” de Airton Negrine (1977); o “Manual de Educação Física”, organizados por José Borsari e Flávio Facca (1977); “Aulas de Educação Física – primeiro grau” de

³⁷Oscar Musa foi professor da área, formado pela Faculdade de Educação Física de São Paulo e também inspetor regional do Departamento de Educação Física paulista em Santos, entre as décadas de 1940-1950.

Hudson Teixeira, Mário Pini e Alberto Mascheroni (1978); a brochura da “Campanha Esporte para todos” de Lamartine Costa e George Takahashi (1978); “Educação Física: da pré-escola à universidade” de José Roberto Borsari *et al* (1980) e da Coleção Educação Física- Fundamentação, o livro “Esporte: introdução à Psicologia” de Alexander Thomas (1983).

As prescrições oficiais foram recuperadas de um conjunto de normas a partir da análise dos Decretos-leis relacionados à temática, dos Pareceres do Conselho de Educação Federal e Estadual, disponibilizados nos portais do Planalto Federal e do “JusBrasil”, acervo virtual de legislação nacional e estadual. Em âmbito estadual, para o entendimento do ensino na rede, recorreu-se a uma pesquisa das legislações paulistas vigentes de 1964 a 1985 disponíveis nos portais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) e dos Diários Oficiais do Estado de São Paulo (DOSP). Foram utilizados também os Pareceres emitidos pelo Conselho de Educação Estadual, *online* e consultados o “Diagnóstico de Educação Física e Desportos” (DaCOSTA, 1971), o “Índice Alfabético sobre a Legislação de Interesse de Primeiro e Segundo Graus” (GUANHÃES, 1973), a “Compilação da legislação de Educação Física e Desportos de 1851 a 1970” (PEREIRA, 1996a) e o ementário “Legislação Básica: Educação Física” (SÃO PAULO, 1985). Este último, merecedor de destaque, por ser um material impresso, distribuído nas escolas da rede estadual paulista; que continha leis e decretos federais, pareceres do Conselho Federal e também leis, decretos, resoluções e pareceres estaduais, relacionados especificamente à Educação Física. E, finalmente por meio do material didático oficial da área, “Guia Curricular: Programação de Educação Física- CERHUPE” (SÃO PAULO, 1973), e dos cadernos de “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau – CENP” (SÃO PAULO, 1978a), os quais foram explicitados com maior detalhamento, em capítulo específico.

Cotejou-se a literatura de apoio disponível, trabalhos acadêmicos e outras fontes complementares³⁸ como registros autobiográficos, feitos por motivações

³⁸ Para Garcez (2008, p. 15) “as chamadas *fontes subsidiárias* ou *fontes complementares* são da maior importância na pesquisa qualitativa, pois fornecem às vezes, os famosos *elos perdidos*, tão penosamente buscados pelo pesquisador”.

diversas em vários tipos de mídia³⁹, de acesso público, encontrados durante a investigação, e que apresentaram potencial riquíssimo para este trabalho.

Inicialmente a seleção do conjunto de fontes não foi sistemática ou racional, pois a direção se deu ao sabor das fontes, à medida que se apresentavam. Com a explicitação da tese, elegeram-se elementos que sustentaram a argumentação de que o período da ditadura militar muito contribuiu para que fosse atribuída à escolarização da Educação Física uma configuração⁴⁰ diferenciada em seu ensino no Estado de São Paulo, relacionando prescrição e indícios de prática.

Vale destacar ainda que a Educação Física tratada neste estudo estava permeada por todas as conseqüências da modificação⁴¹ do ginásio para a escola de primeiro grau⁴² (quinta a oitava série do primeiro grau, expressas nos documentos oficiais).

Com intuito de demonstrar o percurso que resultou na seleção destes elementos, primeiramente foram tratados aqueles que concorreram para a constituição do campo acadêmico, depois mostrados os componentes que

³⁹ Localizados em outros acervos já citados, bibliotecas e também disponíveis *online*.

⁴⁰ “Configurar” no sentido de que fosse definido um padrão estruturado, com regulamentação e prescrições; que a Educação Física estivesse ajustada de forma a se harmonizar e se relacionar com as demais disciplinas escolares sob a orientação e subordinação das mesmas repartições do conjunto educacional; que permitisse à área ganhar representação, tanto no campo da profissionalização docente como na área acadêmica e que lhe fossem atribuídas características próprias e específicas, que no caso das disciplinas escolares se traduziriam em saberes e especificidades em termos de conteúdos e materiais pedagógicos dentro de um contexto formal.

⁴¹ Fez-se essa ressalva, para clarificar que o grupo focado neste estudo foi o de jovens entre dez a quinze anos. Esses alunos frequentavam o ginásio até 1971. Sua formação elementar se encerrava nas 4^a séries, quando estes alunos estavam com seus dez ou onze anos. Podendo entrar para o mercado de trabalho, se precisassem ou se quisessem. Essa configuração foi alterada com a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971b), quando estes mesmos alunos passaram a compor o último ciclo do Ensino Fundamental ou o 1º grau. Se antes, a legislação dava margem à disponibilização gradual da oferta de estudos aos jovens de dez a quinze anos, e implicitamente não a disponibilizava para todos; a partir de 1971, havia uma intenção, mesmo que prescrita, obrigatória e problemática, de absorver essa faixa etária em um processo de escolarização básica. Outra característica peculiar referiu-se a finalização destes estudos, pelos adolescentes de quinze anos. Se antes o ginásio, com sua continuidade pelo colegial, iniciava uma preparação para o ingresso no mercado de trabalho, ou para a universidade por meio dos vestibulares; o ensino fundamental para os jovens de quinze anos passou a ter um objetivo em si mesmo. Acentuou-se ainda que, a partir deste momento, com quinze anos, esses jovens poderiam decidir qual o caminho a tomar, prosseguir nos estudos ou não.

⁴² A partir da reforma de ensino promulgada com a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971b), o primeiro grau (ou 1ª a 8ª séries), passou a ser composto por uma fusão entre o que anteriormente era primário e ginásio. De 5ª a 8ª séries equivaleria ao antigo ginásio. O ginásio antes de 1971 fazia parte do nível secundário, junto com o colegial, o técnico, o científico e o normal. Após esta data, o ginásio passou a fazer parte do ensino fundamental, e o colegial, o científico equivaler-se ao ensino médio. Em 2011, o Conselho Nacional de Educação (CNE) disciplinou o oferecimento do ensino fundamental organizado em nove anos, em todas as regiões do Brasil. Além da alteração na nomenclatura para anos, em vez de séries; a idade de inserção do aluno no ensino fundamental passou a ser de seis anos e os anos iniciais foram ampliados para cinco. Somente por uma questão de entendimento ao que era posto no período desta pesquisa, de 1º ao 5º ano, equivaleria ao primário; e 6º ao 9º ano o paralelo ao ensino ginasial.

colaboraram para sua configuração como uma disciplina escolar e finalmente explicitaram-se alguns indícios do que se praticava no ensino em dois ginásios públicos.

Assim, a estrutura da tese foi dividida em duas partes.

Na primeira parte foram apresentados os elementos que corroboraram na configuração da Educação Física no âmbito escolar, disciplinando formalmente seus saberes.

O Capítulo 1, denominado de “Regulamentação da Educação Física no ensino ginásial”, foi composto pelas questões relacionadas às normas e ao currículo prescrito. A obrigatoriedade da frequência foi a questão de fundo na abordagem da legislação, que apontou uma prescrição incisiva e, simultaneamente, algumas especificidades provenientes das práticas que precisavam ser regulamentadas. Enfocou-se a problemática das dispensas e a evolução propiciada pela adesão e resistência a legislação que regulava essas solicitações; assim como a elevação do *status* da Educação Física, por meio da transição de nomenclaturas explicitadas nas normas. Especificamente no caso do Estado de São Paulo, o *status* da Educação Física da década de 1970-1980, foi consolidado quando ganhou um currículo prescrito, por meio de materiais didáticos: “Guia Curricular da Educação Física” e dos cadernos de “Subsídios para Implementação do Guia Curricular da Educação Física”, tornando-se pareada às outras disciplinas, no âmbito escolar.

O Capítulo 2 ganhou o título “Um campo em constituição e em disputa”. Apresentou um panorama nacional e estadual da organização da Educação Física, com suas várias repartições, em especial, a Divisão de Educação Física (DEF) e o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), respectivamente. Essas e outras instituições públicas apresentadas no decorrer do texto, caracterizavam-se como órgãos de inspeção da normatização e controle da Educação Física nas escolas. Ao final da década de 1960 passaram a administrar e controlar seu ensino escolarizado, estimulando a publicação de obras didáticas específicas sobre a área, além de direcionar verbas para certames esportivos e outros eventos do calendário letivo da área. Isso permitiu à Educação Física certa autonomia dentro do âmbito escolar, já que não se sujeitava totalmente aos órgãos da Educação, como outras matérias escolares.

Essa configuração foi progressivamente alterada no estado de São Paulo, ao final da década de 1970. Momento que revelou uma disputa entre o DEFE e a

Secretaria Estadual de Negócios da Educação. Representantes importantes para o entendimento do descolamento da Educação Física escolar dos Esportes e da transição hierárquica, de seu departamento próprio para se sujeitar as instruções das repartições de Educação.

O Capítulo 3 tratou da questão relacionada ao “Desenvolvimento do Campo Acadêmico e a Formação e Profissionalização Docente”. Discutiu-se a apropriação pelos professores da disseminação de saberes pedagógicas da área, tanto pelos cursos de formação e pelas divulgações impressas propiciadas pelas associações e clubes de professores de Educação Física, como os saberes científicos originados do desenvolvimento acadêmico, com os cursos de pós-graduação na área da década de 1970 e com o surgimento do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). O capítulo abordou também as possibilidades de formação na área, desde o Curso de Especializados feito após a conclusão do Normal, o autodidatismo, o Curso de Educação Física por correspondência da DEF às licenciaturas. Finalizando o capítulo, foi enfocada a profissionalização dos docentes da Educação Física e sua atuação na rede oficial paulista.

O Capítulo 4 foi inserido como “Os Saberes Escolares da Educação Física”. O texto fala sobre a mudança de enfoque da Educação Física do ensino da ginástica para o ensino do esporte, por meio da distribuição gratuita de obras de formação na área, para os professores e do aumento de publicações acadêmicas e pedagógicas, sobre temas de interesse do campo. Neste capítulo foram destacadas diversas obras, como a “Didática da Educação Física” de Faria Jr. (1969), e de livros e coleções didáticas, alguns deles encontrados em escolas da rede pública. Essas publicações foram analisadas de acordo com os conteúdos, as finalidades e a preocupação com a didática e embora privilegiando o esporte, utilizaram diferentes formas de abordagem para seu ensino escolarizado.

A segunda parte da tese tratou os saberes vivenciados, por meio das evidências de práticas de ensino da Educação Física, nos Ginásios de Santos (SP).

O Capítulo 5 foi inserido como “A prática diferenciada da Educação Física na Escola Canadá”, uma instituição pública consolidada como um modelo de ensino secundário. Neste texto foi analisado o espaço reservado à Educação Física dentro do projeto arquitetônico da unidade e dentro do currículo, ao final da década de 1940 e 1950. Tratou dos desafios enfrentados pela escola durante a expansão do ensino secundário na década de 1960 e por fim, mostrou evidências de práticas de

Educação Física escolar, masculinas e femininas, revelando a criatividade dos sujeitos educacionais, ao ressignificarem o sentido das apresentações públicas relacionadas à área como os campeonatos escolares e os desfiles.

O Capítulo 6 investigou as “Evidências de práticas de ensino da Educação Física na Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.”. Fundada no bojo da expansão do ensino, foi mostrado o funcionamento do ginásio, a atuação dos professores e as evidências da inserção da Educação Física no currículo como uma disciplina. Entretanto, por não oferecer uma estrutura apropriada para a realização das sessões e treinamento, as práticas eram realizadas em outro ambiente, o Brasil Futebol Clube.

Dessa maneira, o presente trabalho conduziu-se, portanto, em torno do esforço de reconstituir a história do ensino da Educação Física entre 1964-1985, a partir da confluência de elementos relevantes para sua escolarização; tais como a obrigatoriedade e a incisiva prescrição, um maior incentivo à atuação dos órgãos de fiscalização, a expansão do ensino, a formação e profissionalização docentes, o desenvolvimento das organizações associativas e do campo acadêmico frente à complexidade que envolvia a realização das práticas nos ginásios públicos.

PARTE I

EDUCAÇÃO FÍSICA DISCIPLINADA: ELEMENTOS QUE CORROBORARAM COM SUA CONFIGURAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

A história da Educação Física como disciplina escolarizada leva a investigações sobre a maneira de como ela se constituiu dentro do âmbito escolar, permitindo apreender o movimento histórico de conflitos entre sujeitos coletivos e individuais, na definição de sua forma, na organização e eleição de seus saberes e nas relações estabelecidas, próximas ou distantes, com as normas, com o poder, com sua ciência de referência e com o conhecimento desenvolvido pelas práticas em contexto educacional.

Os textos dessa primeira parte reconstituem a Educação Física disciplinada, do período de 1964-1985, por meio de elementos da legislação federal e estadual, das propostas oficiais de ensino do Estado de São Paulo, do procedimento dos departamentos oficiais que atuavam na escolarização da Educação Física, de documentos históricos de formação e profissionalização docente e de alguns materiais didáticos, disponíveis às escolas da época.

CAPÍTULO 1 - REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO GINASIAL

O presente trabalho considera a regulamentação oficial como um dos elementos concorrentes para que a Educação Física fosse configurada como disciplina escolar, durante o período da ditadura militar. Após uma extensa pesquisa em fontes oficiais do período e relacionadas à área, foi encontrado um conjunto grande de normas. Além da prescrição sistemática da obrigatoriedade; essas normas regulamentavam outros aspectos do seu ensino, como o estabelecimento mínimo da frequência dos educandos; o número de sessões semanais, a quantidade de alunos por turmas; a continuidade do oferecimento distinto de Educação Física masculina e feminina, a distância entre os alunos nas sessões, o uso de vestimentas adequadas às práticas, entre tantos outros.

No Estado de São Paulo, além da legislação, a partir da segunda metade da década de 1970, prescreveu-se ainda um currículo oficial para a área, por meio da publicação e distribuição por toda a rede pública dos materiais didáticos: “Guia Curricular: Programação de Educação Física- CERHUPE” (SÃO PAULO, 1973), e os cadernos “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o Ensino de Primeiro Grau – CENP” (SÃO PAULO, 1978a).

1.1. LEGISLAÇÃO: a obrigatoriedade da Educação Física e outros aspectos de seu ensino

Da massa documental prescrita, disponibilizadas na íntegra por alguns compêndios de legislação como na figura 1.1, emergiu o questionamento sobre as razões que levavam o Estado a tantas normatizações e regulamentações para o ensino da Educação Física, além da reflexão sobre o que ocultava essa reiteração contínua. Optou-se por duas tendências de análise. A primeira de que essa prescrição incisiva estaria relacionada ao estabelecimento de uma finalidade maior



Fig. 1.1 – Fontes usadas. À esquerda, o ementário “Legislação Básica: Educação Física” de 1985, encontrado no acervo da EE Canadá (Santos/SP). Ao seu lado, o “Índice Alfabético”, outro compêndio de legislações, publicado em 1974. Foto de autoria própria. (Fonte: Acervo da autora).

de uso da Educação Física, já que num período ditatorial e centralizador, as normas prescreviam sobre quase tudo. E a segunda interpretação, estaria relacionada diretamente ao descumprimento da norma, porque não se justificavam tantas prescrições, se elas realmente acontecessem nas práticas de ensino. Para análise dessas tendências, além da identificação de valores e da ideologia, tornou-se necessário uma atenção maior ao que estava prescrito na lei, quanto à obrigatoriedade de seu ensino, e também a outros aspectos, que colaboraram legalmente na configuração da Educação Física como disciplina escolar no período.

1.1.1. A incisiva prescrição da obrigatoriedade

Durante o período inicial da ditadura militar, a organização e a estrutura da Educação Nacional obedeciam à Lei nº 4.024³⁸, primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação, que vigorava desde 20 de dezembro de 1961.

³⁸ A LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961) estabeleceu diretrizes e bases educacionais em todos os níveis, uma educação para todos, com obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e convivência

Especificamente em relação ao ensino da Educação Física nas escolas, embora em discurso fosse uma prática obrigatória desde a década de 1940; a LDB nº 4.024/1961 prescreveu, em seu artigo 22º, a obrigatoriedade desta prática, nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos (BRASIL, 1961).

Em São Paulo, entre 1961 e 1967, convivia essa normatização federal; simultaneamente à Constituição Estadual de 1947, encontrada na íntegra no ementário (SÃO PAULO, 1985). É significativo ressaltar que a Constituição Estadual; em seu artigo nº 124, estabelecia medidas que promoviam a Educação Física escolarizada; ainda que não mencionasse as formas de sua viabilização neste espaço.

Tendo certa autonomia, a estrutura do sistema educacional paulista diferenciava-se da nacional, tanto pela norma, como também pelas políticas públicas de massificação da Educação no Estado, o que influenciou diretamente a escolarização da Educação Física.

Uma das medidas adotadas para essa massificação consistia na unificação feita pela Secretaria de Educação de São Paulo, dos exames de admissão dos alunos egressos do ensino primário para o ginásio, em 1968. O principal objetivo era duplicar a população escolar ginasial, em período curtíssimo de tempo, que poderia ser (e foi) expresso em estatísticas quantitativas. Resultados estaduais, que confirmavam os resultados positivos nas políticas nacionais da época e os desdobramentos políticos, econômicos, sociais e internacionais.

A outra medida foi a ampliação significativa tanto do ensino ginasial quanto do colegial, em função da maior oferta de matrículas feita pela rede pública. A propósito, o ensino ginasial até 1960, era servido por uma oferta equilibrada de vagas das redes estadual e particular. Com as políticas de expansão da rede estadual, houve até 1969, a implantação de cem grupos escolares-ginásios. Para a

no secundário da escola pública e particular. Estruturou o ensino na seguinte composição: Ensino pré-primário, para menores de sete anos, a ser realizada em escolas maternais ou jardins de infância; Ensino primário, com quatro a seis séries anuais; Ensino médio dividido em primeiro ciclo ou ginasial, com quatro anos e segundo ciclo ou colegial, com três anos. Abrangia o ensino secundário: os cursos técnicos (industrial, agrícola, comercial e outros) e os cursos de formação de professores (normal). Finalmente o Ensino Superior, realizado em faculdades, universidades, institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional. Pelo artigo nº 44 da LDB nº 4.024 (*op.cit*), o ensino secundário admitia variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos. Entre as principais mudanças trazidas com a LDB nº 4.024/1961 encontrava-se: a possibilidade de acesso ao nível superior para os alunos egressos do ensino técnico, o que anteriormente não era permitido; a implementação da formação de professores, e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais, conquanto centralizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Educação Física, eram mais alunos a serem atendidos e um considerável aumento na demanda por professores especializados na área; embora por exiguidade de recursos, não houvesse segundo o Parecer CFE nº 424/1966: "a previsão de áreas necessárias à prática de Educação Física e de desportos", de acordo com o comentário do Conselheiro José Borges dos Santos em resposta ao ofício da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo (APEF/SP), encontrado no ementário de Legislação básica da Educação Física (SÃO PAULO, 1985, p. 252).

No cenário nacional, após o impacto inicial do golpe militar, teve início um redirecionamento nas políticas educacionais em vigência e a questão da obrigatoriedade ganhou outra proporção. Pela lógica histórica de governos de ditadura, a Educação Física e os Esportes, eram fortes aliados ao "projeto de construção de uma identidade nacional". Organizá-la e incentivá-la nacionalmente representava uma estratégia de coesão ou "mais uma das esferas da cultura sobre a qual planejavam os tecnocratas" (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a, p. 86).

O objetivo do Decreto nº 58.130 (BRASIL, 1966) foi regulamentar o artigo 22º da LDB nº 4.024/1961 (*op.cit*); alertando que o órgão de fiscalização do Ministério da Educação e Cultura, a Divisão de Educação Física (DEF) verificou "casos generalizados de deformação da regra legal", ou seja, o descumprimento da obrigatoriedade da prática educativa (BRASIL, 1966, p.1). Segundo o texto do próprio decreto, as formas verificadas de aplicação das regras, estavam causando descontinuidade prolongada entre as atividades de Educação Física ministradas nas escolas e, desta forma, os efeitos das atividades mostravam-se nulos ou contraproducentes. O documento revelou que os problemas de efetivação das práticas eram conhecidos. Dentre eles, o tempo que o educador dispunha com os alunos; a variada apuração da frequência às aulas ou sessões de Educação Física em relação à interpretação da lei e das resoluções do Conselho Federal de Educação. Desta forma, dificultou-se a ação das autoridades responsáveis, cabendo ao Governo prescrever normas que evitassem as distorções ou fraudes.

O decreto, emitido no governo de Castelo Branco, mantinha a Educação Física como prática formativa, estabelecendo como funções: o direcionamento das forças físicas, mentais, morais, intelectuais e sociais do indivíduo, tentando neutralizar os aspectos negativos dos alunos, na medida do possível. Estabelecia

como práticas, as atividades físico-desportivas realizadas de forma contínua semanalmente. Exigia uma qualificação na área dos professores; reforçava a atuação da Divisão de Educação Física (DEF), em relação às avaliações por meio dos testes biométricos e da verificação das condições das instalações e dos equipamentos. Além disso, indicava uma colaboração federal para melhoria e ampliação das estruturas-materiais para as práticas. Não obstante, o decreto deixou em aberto, a decisão de cada unidade escolar em inserir em seu regimento, a quantidade de sessões na semana. No entanto, o Decreto nº 58.130 (*op. cit*) determinou como percentual de frequência dos alunos à “prática”, o valor de 75%. De acordo com este decreto, essa participação era condição necessária para que o aluno prestasse o exame final das outras disciplinas. Critério que de certa forma, reafirmava a obrigatoriedade da Educação Física em todas as unidades escolares nacionais e sua execução.

Em São Paulo, ao término deste mesmo ano, o governador Laudo Natel, aprovou o Decreto nº 47.404 (SÃO PAULO, 1966). O documento especificava as normas regimentais dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do Estado que, objetivava: formar em prosseguimento ao primário, a personalidade integral dos adolescentes; acentuar e aprimorar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência cívica e humanística; dar preparação intelectual geral que pudesse servir de base a estudos mais elevados; constituir-se instrumento para a necessária exploração vocacional dos educandos, com vistas a seu adequado encaminhamento para os cursos de formação profissional.

O Decreto nº 47.404 (*op.cit.*) explicitou o modo de ingresso no ciclo ginasial pelos exames de admissão, referenciando a necessidade no ato da matrícula, da apresentação pelo aluno de sua aprovação no exame citado, bem como o atestado de vacinação antivariólica recente, o guia de transferência do histórico escolar e a ficha medico-biométrica. Determinante observar que, os comprovantes de saúde e condições físicas do aluno eram colocados em igualdade de importância, aos documentos que comprovavam sua capacidade intelectual, como o término do primário e a aprovação na seleção de admissão.

Em relação à Educação Física, o documento paulista determinou como deveriam ser constituídas e instaladas as classes, o número de alunos e as

turmas³⁹. Especificou normas mínimas de aulas semanais para as práticas, assim como a organização dos horários, do uniforme em função do clima, distinção e economia; assim como o respeito às peculiaridades do ambiente social e cultural. Salientou a importância das atividades extracurriculares por terem, de praxe, a intensa participação da Educação Física, em função de eventos culturais e esportivos. Embora o decreto mencionasse que nas práticas educativas da Educação Física não houvesse provas, os professores deveriam atribuir uma nota bimestral de aproveitamento, ou de aplicação; sendo a inadimplência às aulas, motivo de repetência. Os indícios de sistematização associados à avaliação apontavam para a configuração da Educação Física com o *status* de disciplina escolar e pelo menos em discurso, essas medidas garantiam aos professores de Educação Física algum tipo de controle ou poder.

O Decreto nº 47.404/1966 (*op.cit.*) trouxe certa autonomia no direcionamento da política educacional paulista. Observa-se que o estado acatou algumas das normas federais (a obrigatoriedade de oferecimento e os 75% de frequência discente), porém permitiu maior iniciativa dos diretores escolares, em relação ao regimento da prática educativa em sua própria unidade; além de facultar a exclusão do oferecimento da Educação Física, nos cursos que funcionassem a partir das 18 horas.

O período subsequente apresentou-se bastante conturbado, sendo que a Educação nacional passou por um período de transição autoritária, expressa de várias formas. Da repressão com a força física, não abordada neste trabalho, aos decretos expedidos pelos Presidentes da República, transformados, segundo seus interesses, em leis⁴⁰.

A partir de 1969, com o aprofundamento da ditadura pelo governo da Junta Militar e depois de Médici, foram acordados convênios de cooperação e de apoio

³⁹ Segundo o artigo 51º, o número de turmas de Educação Física, para cada sexo, seria “igual ao quociente da divisão do número de alunos matriculados, menores de 18 anos, por 40, ou igual a esse quociente, acrescido de uma unidade, se houver resto na divisão” (SÃO PAULO, 1966, p. 7).

⁴⁰ Entre 13 de novembro de 1965 (expedição do primeiro decreto-lei) e 13 de março de 1985 (último decreto-lei de Figueiredo) foram 2.272 decretos-leis; sendo 1.810 disponíveis no Portal da Legislação, *site* do Planalto; em dezembro de 2011. Do montante de 1.810, 25 desses decretos-leis estavam relacionados de alguma maneira à Educação Física; denotando até 1971, uma forte estruturação da área e as primeiras mudanças fundamentais dentro do cenário de seu ensino em todos os graus. Posteriormente a década de 1970, os decretos passaram a indicar a taxação dos valores arrecadados com os jogos e esportes, principalmente. Alguns desses decretos-leis ainda permanecem em vigor.

técnico entre o Ministério da Educação e a *Agency for International Development* dos Estados Unidos, conhecidos como acordos MEC-USAID. A partir das projeções geradas nestes estudos houve a elaboração da reforma do ensino superior e logo após, a promulgação da Lei nº 5.692 de 1971, ou reforma do ensino de primeiro e segundo graus.

Quanto à Educação Física, é interessante destacar que o Decreto-Lei nº 705 de 25 de julho de 1969, alterou a redação do artigo 22º da LDB nº 4.024/1961; que passou a vigorar dessa maneira:

Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior (BRASIL, 1969c, p. 8).

No mesmo ano, o Decreto-Lei nº. 865, de 12 de setembro de 1969 (BRASIL, 1969d) reafirmou a obrigatoriedade da inclusão da Educação Física (e também da Educação Moral e Cívica, da Educação Artística e dos Programas de Saúde), nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus.

Ainda em 1969, foram estabelecidas normas complementares à Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968); sobre o ensino superior. Uma delas foi o Decreto-Lei nº 464/1969 citado na íntegra no ementário (SÃO PAULO, 1985). Apesar do decreto se referir ao terceiro grau, foi mencionado porque o seu artigo 40º reafirmava pela terceira vez, que as atividades de Educação Física e de desportos deveriam ser estimuladas, ter orientação adequada e instalações especiais. Uma quarta reiteração da obrigatoriedade ocorreu no artigo 7º da Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971b), da reforma do ensino de primeiro e segundo graus.

A obrigatoriedade da Educação Física foi afirmada e reafirmada em 1969 em todos os graus de ensino e reiterada em 1971, nacionalmente. Em um governo ditatorial centralizador, esse discurso era mais do que a preparação para se atingir um objetivo educacional ou profissional adiante ou mesmo uma imposição (típica do clima militar da época); evocava também a possibilidade da obrigatoriedade em âmbito nacional, não estar sendo cumprida.

Em São Paulo, a Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, ampliou o artigo 128º, que constava na Constituição Estadual de 1947, afirmando a necessidade de se organizar um sistema estadual de desportos; dando-lhe a

seguinte redação, conforme o texto na íntegra encontrado no ementário (SÃO PAULO, 1985, p. 396):

A lei disporá sobre amparo a cultura, proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental e preservação dos locais de interesse turístico e de beleza particular, bem como organizará o sistema estadual de desportos.

Para executar a obrigatoriedade federal da prática da Educação Física nas escolas, São Paulo deveria dispor de meios, assumindo seu dever de organizar o sistema estadual de desportos.

1.1.2. Especificidades regulamentadas nas principais legislações da área durante a ditadura militar

Embora a Lei nº 5.692/1971⁴¹ conhecida também como “Reforma de Primeiro e Segundo Graus” (BRASIL, 1971b) tenha atualizado a LDB nº 4.024/1961; sua importância está relacionada à criação de um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e a especificação dos dez conteúdos curriculares de obrigatoriedade nacional, escolhidos pelo Conselho Federal de Educação, sendo que a Educação Física fazia parte deste núcleo comum. A propósito do seu ensino nas escolas, a Lei nº 5.692/1971 apenas mencionou a Educação Física de forma genérica; já que sua obrigatoriedade em todos os níveis já havia sido alterada em 1969, pelo Decreto-lei nº 705 (BRASIL, 1969c).

Por este motivo, duas prescrições oficiais foram apontadas como fundamentais para que a Educação Física fosse configurada como disciplina dentro do âmbito escolar: o Decreto Federal nº 69.450 (BRASIL, 1971c) de 1971 e a Resolução SE nº 11/1980, um documento específico do Estado de São Paulo, encontrado no ementário (SÃO PAULO, 1985).

O Decreto Federal nº 69.450 de 1º de novembro de 1971 (*op.cit.*) regulamentou o artigo 22º da LDB/1961, bem como reiterou o caráter obrigatório da

⁴¹ Enquanto a LDB nº 4.024 de 1961 tinha como princípio norteador para a Educação, a formação integral do indivíduo, de sua personalidade, civilidade, consciência humanística e patriótica, por meio de um processo cumulativo; a Reforma de Primeiro e Segundo Graus de 1971, promulgada pela Lei nº 5.692, mostrou-se muito mais pontual e assertiva, no sentido de “cumprir etapas” para formar um cidadão.

Educação Física como “atividade”⁴² regular em todos os graus de qualquer sistema de ensino, clarificando especificamente as prescrições para a área. Embora retomasse as funções despertar, desenvolver e aprimorar as forças físicas, psíquicas, sociais enfocou também as forças morais e cívicas, como ideário de seu conteúdo, que segundo o decreto seriam fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Essa legislação revelou a regulamentação de outros aspectos relacionados à adequação curricular da área, nas escolas. Por exemplo, os padrões de referência das normas regimentais para as unidades escolares de ensino médio em todo o país, quanto à forma de seu oferecimento nos estabelecimentos, o desenvolvimento dos conteúdos relacionados à iniciação desportiva, os exames biométricos⁴³, as turmas de treinamento, o uniforme e as avaliações. Abordou também como seria a viabilização dos programas de Educação Física escolar, dentre eles a celebração dos convênios entre as unidades escolares e outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de um para suprir as deficiências do outro. A viabilização dos programas por meio do financiamento e destinação de verbas provenientes da Loteria⁴⁴ Esportiva Federal, é um tema que extrapola as limitações desse trabalho, e por isso não foi abordado.

Fazia parte da normatização para o ensino médio, a aptidão física como sendo referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física. O desenvolvimento de atividades que aprimorassem e aproveitassem as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitavam o emprego útil do tempo de lazer, sociabilidade, conservação da saúde, fortalecimento da vontade, estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios. Sendo que a partir da quinta série, deveria ser

⁴²O Decreto Federal nº 69.450 (BRASIL, 1971c) incorporou o que havia sido promulgado anteriormente em 1969, para a área, definindo a Educação Física como “atividade”. Ela somente tornou-se de forma prescrita “componente curricular” do ensino básico, quando foi promulgada a LDB nº 9.394/1996, que garantiu sua permanência na grade para além do período ditatorial militar.

⁴³ Na Edição da Revista de Educação Física do Exército nº 98 de 1973, o artigo sobre “Educação Física e Escola” assinado pelo Capitão Laranjeira, da Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, interpretou que os testes de aptidão física, serviam para orientação e acompanhamento da evolução “dos recursos humanos nacionais” (LARANJEIRAS, 1973).

⁴⁴ A Loteria Esportiva, instituída pelo Decreto Federal nº 594 (BRASIL, 1969b), foi um importante sustentáculo do desenvolvimento da Educação Física e dos Esportes no período da ditadura militar. Corroborou com esta afirmação o artigo 3º, que destinava a renda líquida obtida com a exploração da Loteria às aplicações de caráter assistencial, educacional e aprimoramento físico, distribuída de acordo com a programação expedida pelo Poder Executivo.

incluída a iniciação desportiva, e nos cursos noturnos (primário e médio), a predominância de práticas desportivas.

O Decreto nº 69.450 (BRASIL, 1971c) prescrevia o oferecimento da Educação Física em três sessões semanais (evitando-se concentração em um só dia, com aulas duplas ou triplas, ou em dias consecutivos); com 50 minutos cada (não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades); em turmas compostas de 50 alunos do mesmo sexo (preferencialmente selecionados por nível de aptidão física); utilizando um espaço de três metros quadrados por aluno.

O documento federal deixava claro, quais os estudantes que poderiam ser dispensados: alunos do curso noturno que comprovassem mediante carteira profissional ou funcional assinada, em exercício de emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas; alunos com idade superior a trinta anos, alunos prestando serviço militar em tropa e, alunos amparados pelo Decreto-lei nº 1.044/1969, mediante laudo do médico assistente do estabelecimento (BRASIL, 1969f). Já os educandos envolvidos em competições desportivas ou recreativas tinham suas participações estimuladas, já que a norma expressa no artigo nº 9, considerava-a como atividade curricular, regular, para efeito de assiduidade em educação física.

Também foi perceptível no Decreto Federal nº 69.450 (BRASIL, 1971c), a aproximação da Educação Física com as questões higiênicas e de saúde dentro da escolarização, já que em “ocasiões de impossibilidade de utilização de áreas ao ar livre” seria atribuição do professor de Educação Física, abordar estas problemáticas.

Outros aspectos como: a proposição de adequação curricular aos objetivos das unidades escolares sob a forma de um plano anual; a consideração dos meios disponíveis para sua realização das práticas e das peculiaridades dos educandos; o magistério específico; os possíveis convênios com clubes e associações; o controle e avaliação nos estabelecimentos de ensino; foram apenas mencionados neste decreto federal, embora não tenham sido devidamente aprofundados em sua forma de implementação.

Nove anos depois, a Resolução SE nº 11 de 18 de Janeiro de 1980 (SÃO PAULO, 1985), complementou e clarificou alguns itens pouco aprofundados no

Decreto Federal nº 69.450/1971 em vigor no Estado de São Paulo, pela Deliberação CEE nº 2/1972 ⁴⁵.

Essa resolução regulamentava aspectos da adequação curricular aos objetivos das unidades escolares paulistas, meios e normas regimentais para realização das sessões, constituição das “Turmas de treinamento”, ampliação de casos de excepcionalidade permitidos pela legislação paulista para solicitação de dispensas, atuação dos professores da área, exames biométricos, vestuário e formas de avaliação.

A ministração das aulas de Educação Física, em período noturno, era condicionada à existência de local apropriado e devidamente iluminado. Caso não houvesse essa adequação, o estabelecimento deveria utilizar-se da “entrosagem” ou da “intercomplementaridade” com outros locais e/ou instituições da comunidade, como por exemplo, a parceria com clubes esportivos. Em atendimento às normas do modelo pedagógico adotado no sistema estadual de ensino paulista, as aulas eram constituídas de 35 alunos, podendo ser organizadas com “alunos de uma mesma série ou mediante agrupamento homogêneo” (SÃO PAULO, 1985, p. 494).

A Resolução SE nº 11 de 1980, tratava do treinamento de alunos, do período diurno, para participação nos campeonatos de esportes, internos e fora da escola. A modalidade a ser treinada, deveria constar das aulas regulares do professor de Educação Física. As chamadas “Turmas de treinamento” eram constituídas de vinte alunos, as sessões eram semanais, com duração de três horas-aula, e a divisão das turmas, tinha como base a faixa etária: categoria mirim, até 14 anos ou categoria infantil até 16 anos.

Em relação às dinâmicas das “Turmas de Treinamento”, a Resolução SE nº 11, prescrevia que deveriam ser ministradas fora do horário regular dos demais componentes curriculares, comportando quando for o caso de aulas duplas consecutivas. As práticas intensas não poderiam ocorrer uma hora antes e até duas depois das refeições principais. Em dias de chuva as aulas de Educação Física, bem como as de Treinamento Desportivo deveriam ser ministradas em ginásio de esportes ou na falta deste, em salas de aula.

A organização dos alunos, para as aulas e para as “Turmas de Treinamento”, era de responsabilidade da direção da escola com a colaboração do professor de

⁴⁵ A Resolução SE nº 11 de 18 de Janeiro de 1980 e Deliberação CEE nº 2/1972 encontram-se na íntegra no ementário “Legislação Básica: Educação Física” (SÃO PAULO, 1985).

Educação Física. Porém, essas “Turmas” também deveriam ser homologadas pela Delegacia de Ensino.

Esta resolução permitia novas possibilidades de dispensa, indo além do prescrito federal; desobrigando: alunos que estivessem prestando serviço militar, ou que comprovassem prática de Educação Física na Organização Militar a que servissem; alunos do meio rural e alunas que tivessem prole. O aluno que solicitasse dispensa das aulas de Educação Física, deveria mostrar no ato da matrícula, comprovante da sua justificativa.

A Resolução SE nº 11, trazia ainda algumas orientações sobre os professores da área, tais como seu direito assegurado de presença durante o acompanhamento de alunos em competições e a sua atuação junto ao médico da escola, auxiliando-os desde que não houvesse “prejuízo de sua atividade docente” (SÃO PAULO, 1985, p. 495).

A Resolução SE nº 11 de 18 de Janeiro de 1980, abordou a coleta dos exames biométricos, a questão do local de registro destes exames assim como frisava a responsabilidade do médico assistente da Escola para que as dispensas fossem aceitas e a participação do Professor de Educação Física, que poderia fazê-lo desde que não houvesse prejuízo de suas aulas.

Apesar de vários documentos⁴⁶ mencionarem os exames médicos biométricos; até 1977, sua realização era obrigatória, da 5ª série em diante. Posteriormente a esta data, pelo menos uma vez ao ano, esses exames tornaram-se obrigatórios para todos os alunos, das 1ª séries em diante, em toda rede estadual de ensino. Quanto à remuneração feita ao médico, o montante era de Cr\$ 600,00 por aluno ou dois Coeficientes de Honorários (CH) fixados pela Associação Médica Brasileira.

Em relação ao vestuário apropriado à prática de Educação Física, não obstante houvesse instruções⁴⁷ sobre os uniformes da Educação Física, tanto para as sessões femininas como masculinas, para os alunos da rede oficial de primeiro e

⁴⁶ Os exames biométricos constavam nos seguintes documentos: Decreto Estadual nº 47.404/1966, Decreto nº 9.633/1977; Lei nº 2.785/1981; Comunicado Conjunto COGSP, publicado a 13 de Fevereiro de 1985; todos eles encontrados no Ementário, em SÃO PAULO (1985, p.425; 406; 689).

⁴⁷ Essas instruções encontram-se na Resolução SE nº 224/1976 disponível no ementário (SÃO PAULO, 1985, p. 492) e no Decreto Estadual nº 10.623 (SÃO PAULO, 1977).

segundo grau; a Resolução SE nº 11, de 18 de Janeiro de 1980, acrescentou ainda a necessidade de uso de vestuário condizente também para os docentes.

Em relação ao esporte na escola, a Resolução SE nº 11/1908, deixava claro a predominância desse conteúdo como seleção curricular oficial, a partir da quinta série do primeiro grau, antigo ginásio; assim como o estímulo a participação de escolares em competições esportivas, como o Campeonato Colegial de Esportes.

Quanto à ampliação da noção de avaliação na Educação Física, a resolução ocasionou algumas modificações. Diferenciando-se do Decreto Federal nº 69.450 (BRASIL, 1971c) e das legislações estaduais anteriores, à Resolução SE nº 11/1980, asseverou que a avaliação da Educação Física paulista deveria ser feita por meio de dois instrumentos, bimestralmente: frequência/assiduidade e aproveitamento. Ao cruzar os dados da avaliação com os da promoção, a Resolução SE nº 11, inovou a concepção da Educação Física, no âmbito da escola. Se a promoção fosse resultado da assiduidade às aulas a Educação Física seria caracterizada como “atividade”. E se a promoção do aluno decorresse de seu aproveitamento e da sua assiduidade, a concepção da Educação Física se aproximaria do conceito de “disciplina” integrante de um “currículo”. Pode-se levantar como hipótese que as escolas que optaram pela assiduidade e aproveitamento para a aprovação dos alunos, designando notas, atribuíam à Educação Física um *status* equivalente ao de outras disciplinas.

1.1.3. A evolução da problemática frequência vs. dispensas

Tendo a obrigatoriedade da frequência como questão de fundo e sua extensa normatização, foram perceptíveis nas práticas relatadas em documentos, diversas formas de resistências, tentativas de driblar as normas e mesmo o seu descumprimento, devido às próprias dificuldades em acatar a prescrição, enfrentadas pelos pais, alunos, professores e unidades escolares.

Sobressaiu-se como exemplificações, uma das fundamentações do processo CEE nº 2017/1972 e do Parecer CEE nº 149/1973, ambos encontrados no ementário (SÃO PAULO, 1985, p. 538):

Qualquer que seja a interpretação que se queira dar às expressões usadas na redação do artigo, não se pode fugir ao que ali está expresso.

Ainda destacando a questão da obrigatoriedade em respostas oficiais, Lair Piedra Guanaes (1974, p. 44), a Assessora do Departamento de Ensino Secundário e Normal comentou no “Índice Alfabético sobre a Legislação de Interesse do Ensino de Primeiro e Segundo graus”⁴⁸ sobre a Educação Física:

Não há qualquer dúvida quanto à obrigatoriedade de três sessões semanais... no ensino de 1º e 2º graus. Essa é a carga horária obrigatória e isso está claro no item 1 do artigo nº 69.450....

Para o Conselheiro Alpínolo Lopes Casali na Indicação nº 315/1973: “É irretorquível que a Lei nº 5.692, de 1971, repudia a frequência livre – artigo 14º, caput.” (SÃO PAULO, 1985, p. 673).

Essa obrigatoriedade de oferecimento das aulas, também se fazia em relação à suplência de primeiro e segundo graus, que normalmente eram oferecidas nos cursos noturnos, e nesse caso deveria ser mantida conforme a conclusão do relator do Parecer CEE nº 2.074/1975 (SÃO PAULO, 1985, p. 542).

No processo CEE nº 998/1978, sobre compensação de faltas (inclusive de Educação Física) pelo regime de exercícios domiciliares, previsto no Decreto-Lei nº 1.044/1969; a frequência às sessões de Educação Física adquiriu um caráter ideológico-filosófico, com a crítica do parecerista sobre a questão da obrigação e a questão do dever, das formas de compensações às faltas realizadas pelos professores:

A escola e os professores precisam inspirar-se menos em razão de uma obrigação e mais em um dever. A matéria-prima da primeira é de natureza jurídica, enquanto que a da segunda é de natureza ética (SÃO PAULO, 1985, p. 554).

Por qualquer ângulo federal ou estadual, era possível notar o impasse entre a obrigatoriedade da frequência de 75% das aulas de Educação Física, decretada pelo governo federal e a efetivação da lei na prática; demonstrado pelo grande volume de

⁴⁸ O “Índice Alfabético” era um compêndio de legislações citadas em ordem cronológica, extraídas das publicações do Diário Oficial, para facilitar a consulta de docentes e administrativos escolares. O “índice” usado neste estudo foi o sexto volume, editado de anos anteriores.

processos no Conselho Estadual de Educação⁴⁹ (CEE) paulista, muitos deles publicados no ementário “Legislação Básica: Educação Física” (SÃO PAULO, 1985).

Disciplinar a obrigatoriedade levando em conta o controle da frequência e a situação das escolas rendeu ao conselho estadual paulista, posicionamentos diferenciados dos nacionais, ao longo da periodização estudada; evidenciando que, mesmo que o regime ditatorial militar se caracterizasse pelo autoritarismo, o princípio da descentralização dos estados havia sido mantido. Isso pôde ser observado nas interpretações das normas federais feito pelo conselho estadual. Os pareceres dados revelaram uma modificação gradual na legislação⁵⁰.

O caso de como se sucedeu a ampliação das possibilidades de dispensas refletiu os rearranjos feitos no Estado de São Paulo, no intuito de reiterar que mesmo normas federais prescritas, podem sofrer modificações ao serem colocadas na prática.

Relevante frisar que, no Decreto Federal nº 49.650/1971 existiam no artigo 6º, apenas quatro possibilidades para dispensa da obrigatoriedade, como já comentado.

⁴⁹ O Conselho Federal de Educação (CFE) foi efetivamente criado em 1962, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961. Era da competência dos conselheiros do CFE tomar decisões, opinar, analisar, propor sindicâncias, bem como emitir pareceres e sugerir medidas para a organização do sistema educativo. O que incluía a formalização das bases sobre as quais seriam organizados os currículos das disciplinas escolares (MARTINS, 2000). Já o Conselho Estadual de Educação (CEE), criado em 1963 continua até a contemporaneidade como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema de ensino, porém de âmbito paulista. Em relação à obrigatoriedade da Educação Física, paralelo às fiscalizações dos Departamentos ligados à própria área, eram realizadas inspeções desencadeadas por processos do CEE, sendo que em muitas unidades escolares, elas eram constantes. Dessa maneira, considera-se os relatos existentes nos pareceres e as interpretações de seus relatores sobre o cotidiano das escolas, um bom indício das ocorrências das resistências, dificuldades e descumprimentos das legislações nas unidades escolares. Cabe ressaltar ainda que, a documentação referente aos pareceres do Estado de São Paulo, vêm sendo progressivamente digitalizada e disponibilizada *online*, por meio de uma parceria de pesquisa entre o CEE paulista e o Laboratório de Informática aplicada à gestão educacional (IAGE), da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus de Araraquara. Disponível para consulta em: < <http://www.ceesp.sp.gov.br/> >. Acesso em: 21 mai. 2013.

⁵⁰ Há um conjunto de pareceres, encontrados no ementário (SÃO PAULO, 1985), que mostraram como eram recorrentes os processos questionando a reprovação no ano letivo por frequência abaixo de 75% na atividade (Pareceres CEE nº 1.029/1980; nº 1.626/1980; nº 1.729/1980; nº 2.077/1980; nº 496/1983; nº 711/1983; nº 518/1984; nº 528/1984; nº 518/1985; nº 1.262/1985; nº 1.862/1985); requerendo convalidação/aproveitamento de estudos e de frequência/entrosagem ou intercomplementaridade (Pareceres CEE nº 3.254/1974; nº 335/1977; nº 1.208/1978; nº 886/1980; nº 1.842/1982; nº 599/1983) e pedido de abono e compensação de faltas (Pareceres CEE nº 998/1978; nº 1.570/1984). Sendo que até o término da ditadura, a obrigatoriedade de comparecimento às aulas foi contestada (Pareceres CEE nº 281/1985, nº 511/1977 e nº 1.044/1969). Mesmo que representativa, a perspectiva quantitativa dos temas debatidos no CEE não possibilitou o entendimento de como ocorriam os processos em casos de excepcionalidade estaduais, e suas soluções. Daí a exposição da interferência dos pareceres do conselho nas modificações da legislação federal.

O aproveitamento de estudos foi questionado como uma possibilidade de solicitação de dispensa das aulas de Educação Física em um dos casos do Conselho Estadual, descrito no Parecer CEE nº 335/1977:

Embora a legislação em vigor não preveja a hipótese, poderia ser invocado por analogia, O Parecer CEE nº 3.254, publicado no D.O. de 27-12-1974 que baseado no princípio do aproveitamento de estudos, dispensa o aluno matriculado concomitantemente em dois estabelecimentos de segundo grau, da frequência às Práticas de Educação Física numa das escolas (SÃO PAULO, 1985, p. 546).

O relato subsequente foi conveniente por se tratar do processo enviado pelo 3º sargento José Carlos Bernardi, aluno de 2ª série de 2º grau das Escolas “Padre Anchieta”, de Jundiaí. Suas ausências, motivadas pelo cumprimento das obrigações militares, não foram abonadas, porque a legislação federal não permitia.

O Parecer CFE nº 1.077/1975, de autoria do eminente Conselheiro Abgar Renault, diz textualmente que “a situação dos estudantes obrigados ao serviço militar, não é idêntica à dos estudantes que tenham profissão militar, que não são amparados na lei especial, ao passo que os primeiros são pelo Decreto-Lei nº 5.548/1942 (SÃO PAULO, 1985, p. 552).

Da mesma forma, o Parecer CEE nº 511/1977 da lavra do Conselheiro Lopes Casali concluiu:

Não há abono de faltas em razão da atividade profissional do aluno, salvo casos previstos em leis especiais.

É lamentável que o requerente, que foi aprovado quanto ao aproveitamento, embora sem atingir as médias necessárias à promoção, independentemente da assiduidade, fique retido por falta de frequência. É pena, mas a lei não o socorre (SÃO PAULO, 1985, p. 552).

Esses casos retratavam o grande desagrado em relação à obrigatoriedade da frequência às sessões; de forma que foram encampados por autoridades solicitando formalmente uma revisão sobre o assunto.

Uma delas foi a Indicação nº 94/1975 – CTG que pleiteou junto ao Ministério da Educação e Cultura, a modificação da legislação referente à prática da Educação Física para estudantes que trabalhavam.

No ano subsequente, a então Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz sugeriu no Parecer CEE nº 2.077/1976, a conveniência da legislação pertinente à Educação Física ser revista e reformulada:

...pois, tão numerosas são as falhas e as imperfeições que lhe dificultam o atendimento e embaraçam a aplicação que a revisão deveria abranger não apenas o tópico que vem a ser enfocado (o das isenções ou dispensas) como numerosos outros em que as soluções se apresentam como igualmente passíveis de crítica (SÃO PAULO, 1985, p. 321).

Derivado de tantos pedidos de revisão e adequação da legislação, a Lei Federal nº 6.503 (BRASIL, 1977) deu nova redação ao Decreto nº 69.450/1971 (*op.cit*); incluindo uma maior gama de casos possíveis de dispensa da Educação Física. Contudo, as modificações continuaram insuficientes, cabendo-lhe adição de novas resoluções, pelo menos no caso do Estado de São Paulo.

Em 17 de março de 1978 foi publicada a Resolução SE nº 36, que ao considerar o Regulamento do Trabalhador Rural, resolvia que a prática da Educação Física seria facultativa para os alunos que trabalham no meio rural em Regime de Economia Familiar.

No mesmo ano, a Deliberação CEE nº 10/1978 pleiteou fixar o mínimo de frequência por disciplina, área de estudo e atividade do ensino de primeiro e segundo graus, no Estado de São Paulo; na alínea “c” do parágrafo 3º do artigo 14, para 60% e na alínea “b”, para 50%. A deliberação e voto do plenário foram positivos, embora questionassem a competência de um Conselho Estadual para fixar as taxas mínimas, que contrariavam as normas federais.

Quatro anos após essa deliberação, o Secretário de Estado da Educação ainda dispensou da Educação Física, tanto os alunos do curso noturno quanto os do curso diurno que comprovassem exercer atividade profissional remunerada em jornada igual ou superior a seis horas, por meio da Resolução SE nº 280, de 13 de Dezembro de 1982.

Outra excepcionalidade foi exposta no Parecer CEE nº 1.800/1983, que tratava da regularização da vida escolar de uma aluna de oitava série, do período noturno, que ficou retida por faltas em Educação Física. A aluna durante o dia cuidava de sua irmã, bebê, para que a mãe, viúva de cinco filhos pudesse trabalhar

para o sustento da família. Depois de amplas considerações teóricas, filosóficas e éticas, sua situação foi resolvida, considerando esse prosseguimento:

Assim, pois, como “não há nem é possível imaginar-se uma razão para excluir-se do benefício da dispensa o aluno que estuda durante o dia e trabalha à noite”, não há também como excluir-se do mesmo benefício ou dispensa o aluno que estuda e que efetivamente trabalha, embora no lar e sem relação formal de emprego, cumprindo horários e obrigações e suportando fadiga correspondente (SÃO PAULO, 1985, p. 629).

A abertura para essas excepcionalidades revelou o complexo jogo entre as normas e a efetivação na prática cotidiana escolar. As normas foram reinterpretadas e apropriadas de diferentes modos pelos sujeitos educacionais.

Importante destacar que mesmo entre os pareceristas havia discordâncias em relação ao cumprimento destas normas. Em 1984 a dispensa de alunos trabalhadores já era regulamentada, mas não havia menção sobre alunos estagiários.

O Parecer CEE nº 210/1985, que tinha como interessados a Sociedade de Guarda-Mirim de Amparo, e como relator o Conselheiro Demerval Saviani bem exemplificou esta dissonância. A Guarda-Mirim requeria para seus alunos estagiários, dispensa das aulas de Educação Física.

Saviani considerou inoportuno subtrair dessas crianças de “baixa renda familiar” e “carentes sob aspectos econômicos, sociais e familiares” (como descrito no processo), a:

... possibilidade e o direito de cursarem Educação Física no ambiente escolar, em contato com colegas cujas características e experiências diversificadas constituirão, por certo, um elemento enriquecedor da sua formação educacional.

... Assim, às empresas que não assistem razão de se queixar da frequência às aulas por parte dos alunos, “em nome de eventuais prejuízos ao trabalho por eles desenvolvido”. Às escolas, por sua vez, cabe propiciar a frequência às aulas de Educação Física em horários compatíveis com o desenvolvimento das atividades realizadas a título de estágio. À Sociedade Guarda-Mirim cabe vigiar para que os direitos das crianças não sejam fraudados e evitar sobrecarregá-las com atividades obrigatórias aos sábados, após uma dupla jornada semanal de estudos e trabalho (SÃO PAULO, 1985, p. 651).

Segundo o Parecerista, o mercado de trabalho era quem deveria ceder, em prol da escolaridade regular plena, destes alunos-trabalhadores, e não o contrário.

Com os documentos do CEE paulista foi possível perceber a normatização da Educação Física no Estado, o que fazia parte legalmente dos programas nas escolas, as permanências e as mudanças das prescrições entre as principais leis e decretos, as normas frente às condutas adotadas dentro das unidades escolares e os problemas de adequação da realidade às prescrições, ao longo do período da ditadura militar.

Em 1983, o Conselho Federal de Educação (CFE) sugeriu uma nova legislação, substituindo o Decreto nº 69.450/1971 que regulamentou até então, a obrigatoriedade da Educação Física, em todos os níveis de ensino. Foi sugerido um anteprojeto, que encontrou expressão no Parecer CFE nº 463/1983. A decisão do plenário aprovou-o em 05 de outubro de 1983; não chegando a vigorar dentro do período limitado por este estudo.

1.1.4. A transição das nomenclaturas: a elevação prescrita do *status* da Educação Física na escola

Até meados da década de 1970, as legislações federais e estaduais referiam-se à Educação Física como “prática educativa”.

A distinção entre as terminologias “disciplina” e “práticas educativas”, na forma como o Estado pensava o magistério, foram esclarecidas pelo Parecer nº 371/1963 do Conselho Federal de Educação, assinado pelo Padre José de Vasconcellos, Anísio Teixeira e Celso Cunha, disponível no ementário (SÃO PAULO, 1985).

Os conselheiros asseveraram que se costumava usar a terminologia “disciplinas” para as “atividades escolares destinadas à assimilação de conhecimentos sistemáticos e progressivos” (SÃO PAULO, 1985, p. 246). De natureza teórica de campos⁵¹ claramente delimitados, ainda que alcançassem resultados práticos, tinham uma finalidade informativa.

Do ponto de vista de Padre José de Vasconcellos, Anísio Teixeira e Celso Cunha (SÃO PAULO, 1985, p. 246), as “práticas educativas” abrangiam as atividades que deveriam “atender as necessidades físicas, artísticas, cívicas, morais

⁵¹ Quando os conselheiros do CFE mencionaram “campos claramente delimitados” como uma das características das “disciplinas”, essa ideia ficou próxima ao conceito de disciplina-base ou ciência de referência, usadas por Goodson (1990). Vale lembrar que, no Brasil; até a década de 1970, o campo acadêmico da Educação Física ainda estava se consolidando no país.

e religiosas dos adolescentes”, com acento principal na maturação da personalidade, na formação de hábitos e assimilação de certos conhecimentos. Sua natureza prática, ainda que alcançasse resultados teóricos, exigia conhecimentos doutrinários, que variavam segundo a orientação de cada estabelecimento escolar ou método de ensino.

O Parecer nº 371/1963 esclarecia que as “práticas educativas” tinham finalidade formativa; por estimular o senso de responsabilidade individual e o espírito de comunidade, o hábito do diálogo e da comunicação em público, o desembaraço de atitudes, o fortalecimento da memória, o alargamento do gosto estético e da cultura geral. Nesse sentido, para os pareceristas, as “práticas educativas” permitiam ainda a integração da escola ao meio, ambientando o educando a sua cultura regional, e a preservação de costumes típicos, por meio das manifestações culturais e folclóricas.

Esses mesmos autores, Padre José de Vasconcellos, Anísio Teixeira e Celso Cunha, salientaram a importância das “práticas” para o desenvolvimento das vocações discentes. Embora reconhecendo as dificuldades de sua escolarização, eles remetiam às práticas, a solução do problema vocacional do ensino.

No entanto, essa concepção bastante teórica do CFE; encontrou nas realidades escolares nacionais, outra interpretação, motivada por intenções diversas ou simplesmente imobilizada por inadequações de diversas ordens.

Convalidou esta afirmação, o Parecer CFE nº 424/1966; escrito pelo Conselheiro José Borges dos Santos interessado à Associação dos Professores de Educação Física paulista (APEF/SP), em resposta a um ofício por eles enviado:

Em resumo: não compete ao Conselho Federal de Educação fixar o número de sessões horárias de Educação Física. Para o bom entendimento da prática educativa da Educação Física, três são os fatores básicos a combinar: a colocação das sessões em hora apropriada dentro do horário escolar, as questões materiais mínimas e a continuidade das sessões. De nada adiantará a continuidade, se as sessões não forem realizadas em hora conveniente e se não existirem as condições materiais mínimas, como área suficiente, instalações adequadas e outras. Num país em que as condições variam de região para região e, às vezes, na mesma área, de escola para escola, a ponto de haver escolas, tanto de iniciativa privada, como de Poder Público, onde não seria possível e, como consequência, nem aconselhável uma única sessão por mês, o que convém mesmo é a flexibilidade na aplicação da lei (SÃO PAULO, 1985, p. 252).

Na década de 1960, tanto na prescrição quanto na prática, a Educação Física era palavra sinônima de “atividade”: atividades naturais⁵², jogos, atividades rítmicas e culturais diversas; brincadeira e/ou recreação, atividades complementares, festas e desfiles e a prática de alguns esportes; entretanto, um espaço-tempo ainda sem continuidade, um território negociado⁵³. Essa transação diplomática extrapolava ainda a idéia de espaço para território no caso do Estado de São Paulo; pois desde o Decreto Estadual nº 47.404/1966 (*op.cit.*), o diretor de cada unidade escolar era o responsável por determinar o número de sessões na grade horária letiva de sua escola. Dependendo do tipo de orientação e medidas administrativas, apesar da obrigatoriedade prescrita, no interior de muitas instituições escolares, a Educação Física foi tratada como atividade facultativa.

Em 1971, com a Lei Federal nº 5.692, o Conselho Federal de Educação determinou as “matérias” do núcleo comum, entre elas a Educação Física. O próprio Conselho Federal convencionou em documento posterior, o Parecer nº 853/1971, o vocábulo “matéria” como:

Todo campo de conhecimentos, fixados ou relacionados pelos Conselhos de Educação, e em alguns casos acrescentados pela escola, antes de sua reapresentação nos currículos plenos, sob a forma didaticamente assimilável de atividades, áreas de estudos ou disciplinas (SÃO PAULO, 1985, p. 267).

As matérias foram distintas pela forma do tratamento curricular em “atividades”, “áreas de estudo” e “disciplinas”. A aprendizagem das “atividades” era principalmente vivida pelas experiências do próprio educando, colhidas em situações concretas, com apresentação gradativa e sistemática do conhecimento. Nas “áreas de estudos”, as situações de experiência deveriam equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos para configuração da aprendizagem. Já nas “disciplinas”, a aprendizagem se desenvolveria predominantemente, sobre conhecimentos sistemáticos.

A criação de um ensino básico de oito anos, implantada com a reforma promulgada pela Lei nº 5.692/1971, requereu orientações curriculares mais

⁵² Exercícios atualmente conhecidos como funcionais, realizados para melhoria da postura, respiração e locomoção.

⁵³ Além da negociação do espaço do pátio para o recreio e seu uso para as sessões de Educação Física; o mesmo local também era negociado com as equipes de limpeza após a merenda, quando era lavado ou recebia algum tipo de manutenção.

detalhadas. Assim, no ano subsequente, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, colocou em prosseguimento algumas medidas: a Deliberação CEE nº 2/1972, que baixou normas para a elaboração de um currículo pleno, já com a assimilação do tratamento curricular descrito, a ser elaborado pelos estabelecimentos de ensino de primeiro grau e, a Indicação nº 1/1972 com a fundamentação teórica e a organização desse currículo pleno a ser seguido pelas escolas do Estado. Esses documentos encontram-se no ementário (SÃO PAULO, 1985).

A necessidade de se articular todo um conjunto de instrumentos legais⁵⁴ impostos, resultou em São Paulo, na composição de um currículo centralizado, com ordenação e estabelecimento da amplitude das matérias por meio de guias de ensino. No caso da Educação Física, se antes vista como uma “prática-doutrinária”, uma atividade-meio, ou mesmo uma “matéria-atividade”; no Estado de São Paulo, com a implementação de um guia oficial para seu ensino, ela passou a ter um currículo prescrito, através da sistematização de conhecimentos e experiências proporcionadas pela área, com a eleição de temas (entre saberes e fazeres), a serem ministrados no primeiro grau.

Embora incluída na categoria curricular ainda como “atividade” no “Guia Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física” (SÃO PAULO, 1973a, p.52), as proposições prescritas desse material pedagógico indiciou mais um elemento que concorreu para a tese de que, a Educação Física foi configurada como “disciplina escolar” no período ditatorial militar.

⁵⁴ O conjunto de instrumentos legais, o qual estamos nos referindo é composto pela Lei 4.024/1961; Lei 5.692/1971; Parecer CFE nº 853/1971; Resolução CFE nº 8/1971; Indicação CEE nº 1/1972; Parecer CFE nº 339/1971; Resolução CEE nº 10/1972; Decreto-lei nº 869/1969; Decreto nº 69.450/1971; declarados nas considerações iniciais dos Guias Curriculares de São Paulo (SÃO PAULO, 1973a).

1.2. CURRÍCULO PRESCRITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PAULISTA: o ensino por meio do “Guia Curricular” e dos cadernos de “Subsídios para implementação do Guia”

No Estado de São Paulo, até 1972, não existiam programas prescritos curriculares oficiais; havia um indiciamento de temas a serem abarcados nas matérias acompanhando o que os instrumentos legais determinavam, em função das políticas educacionais vigentes, com o intuito de orientar o planejamento dos professores.

A confecção dos guias de ensino paulista após a reforma educacional de primeiro e segundo graus de 1971, foi “uma tentativa de apresentar as inovações curriculares e normatizar a prática pedagógica, de acordo com o pensamento educacional hegemônico na época” (SOUZA *et al*, 1999, p. 237).

Por este ponto de vista, a elaboração de programas e guias e a distribuição oficial de materiais pedagógicos exerceram um papel não somente de orientação aos docentes, mas uma tentativa do poder público de manter “o controle ideológico sobre a sociedade e implementar um processo de homogeneização cultural mediante a ação da escola” (SOUZA *et al*, 1999, p. 236).

Na perspectiva de consolidação e uniformização de um corpo de saberes e fazeres, Goodson (1995) nomeou guias e programas como estes, de “currículo prescrito”⁵⁵ e Frago (2008) sugeriu-os como um “código disciplinar” com a imposição de temas, objetivos gerais e específicos, com um ordenamento que seguia a progressão de desenvolvimento do ensino e das aprendizagens das séries do ensino fundamental, associados à explicitação das atividades didáticas. Com conteúdo envolto num discurso sobre seu valor formativo e utilidade, esses materiais regulavam a ordem prática de ensino, assim como legitimavam a função educativa.

Os guias e os materiais didáticos que subsidiaram sua implementação, compuseram não somente o currículo prescrito das matérias escolares paulistas;

⁵⁵ Segundo Goodson (1995, p. 27; 113), o “currículo escrito é um exemplo perfeito sobre a invenção da tradição”. Não como algo pronto de uma só vez, mas algo a ser defendido, onde com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir, tornando sua forma e conteúdo uma orientação tradicional ou mesmo uma prescrição. O “currículo escrito” torna-se um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações. E que constitui também um dos melhores roteiros para o entendimento da estrutura institucionalizada da escolarização (GOODSON, 1995, p. 21).

mas também, no caso da Educação Física, eles colaboraram na sua legitimação dentro do espaço escolar.

O currículo prescrito da área teve dois enfoques diferenciados: um que acompanhava as tradições escolares já existentes na Educação Física escolarizada, como elementos de desenvolvimento da psicomotricidade, das ginásticas, de danças, de jogos, brinquedos e brincadeiras e de atividades esportivas; incentivados pelas festas, demonstrações, gincanas, torneios e excursões. E o outro, mostrando o esporte como o elemento de especificidade de seus saberes e fazeres.

Esses enfoques da Educação Física brasileira estavam alinhados com as tendências mundiais. Comentando sobre a instauração do Terceiro Tempo Pedagógico que passava o horário da Educação Física francesa para cinco horas, Le Boulch⁵⁶ (1987) criticou a doutrina do esporte implantada em seu país. Para ele, as orientações ministeriais dadas à área em 1969, intencionavam substituir o didatismo tradicional por um didatismo dito moderno, que fazia do modelo esportivo a base fundamental da Educação Física, pensada em termos de aprendizagens gestuais e de habilidades esportivas, mais do que no desenvolvimento da pessoa, como sugeria sua proposta de educação psicomotora.

Outras distinções foram perceptíveis nos dois materiais prescritos para a área. O Guia Curricular foi pensado pelo grupo do Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais (CERHUPE), como temas de referência e sugestões a serem desenvolvidas pelos professores, em acordo com as condições de suas unidades escolares. Já os cadernos de Subsídios, criados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), tinham um direcionamento mais técnico, inclusive com maiores exigências de infraestrutura e de equipamentos próprios, no trato aplicado das modalidades esportivas; além do que apresentava de forma esmiuçada o modo de fazer e de ensinar determinado fundamento ou jogada.

⁵⁶ Jean Le Boulch foi o autor que mais influenciou o pensamento psicomotricista brasileiro. A publicação de suas obras e sua presença no país em palestras e congressos tornaram a psicomotricidade um dos movimentos mais articulados que se contrapunham ao modelo esportivo de Educação Física. Essa corrente educativa mais direcionada aos alunos de primário e depois de Educação Infantil ganhou força com a fundação do Instituto Superior de Psicomotricidade e Educação (ISPE) em 1977 na cidade de São Paulo e com a criação da Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (SBP) em 1980 no Rio de Janeiro. A entidade de caráter científico cultural sem fins lucrativos visava regulamentar a psicomotricidade reeducativa e terapêutica como profissão. Ligada à Sociedade Internacional de Terapia Psicomotora desde sua origem, na atualidade a associação possui unidades de representações na Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Esses guias foram distribuídos gratuitamente na rede oficial estadual, a partir da década de 1970 até ao final da ditadura, e nesta tese considerados como um material representativo da seleção de saberes da Educação Física escolarizada, na perspectiva prescritiva.

1.2.1. “Guia curricular da Educação Física”: a programação para a área feita pelo CERHUPE

Os “Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do primeiro grau” (SÃO PAULO, 1973) foram definidos pelo “Plano Estadual de Implantação” de São Paulo; tendo como responsável pela sua elaboração, o Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais (CERHUPE) ⁵⁷. Estruturados em áreas temáticas, sugeriam atividades objetivando atingir um público escolar com faixa etária entre sete a quinze anos (figura 1.2).

Esses “Guias” foram considerados na época pelos professores como um material de orientação rígida; indicando conteúdos que deveriam ser seguidos e desenvolvidos, representavam uma tentativa de estabelecer postulados didático-pedagógicos uniformes, no Estado de São Paulo.

Martins (1998, p.39) clarificou o “fazer” dos “Guias” neste excerto:

Na prática, o guia curricular para o Estado de São Paulo servia de norteador para a elaboração dos planejamentos escolares. E como uma das características mais fortes do guia era a definição dos conteúdos que deveriam ser trabalhados em cada matéria, a maioria dos livros didáticos usados na rede pública espelhavam esse conteúdo. Tínhamos então, na prática docente, pouco espaço de criação e de novas propostas de ensino. Discutir, em âmbito estadual, a inadequação dos guias curriculares a uma sociedade em vias de se redemocratizar, significava ampliar as discussões sobre a importância dos conteúdos programáticos, métodos de ensino e teorias educacionais que subsidiavam o trabalho docente, para a rede pública de ensino paulista.

⁵⁷ Segundo Perez (2000, p. 72), o CERHUPE foi criado em 1973. Pensava-se em atribuir as funções de seleção, movimentação e capacitação pessoal. A sua criação ocorreria no processo de reestruturação da Secretaria, que acabou não acontecendo.

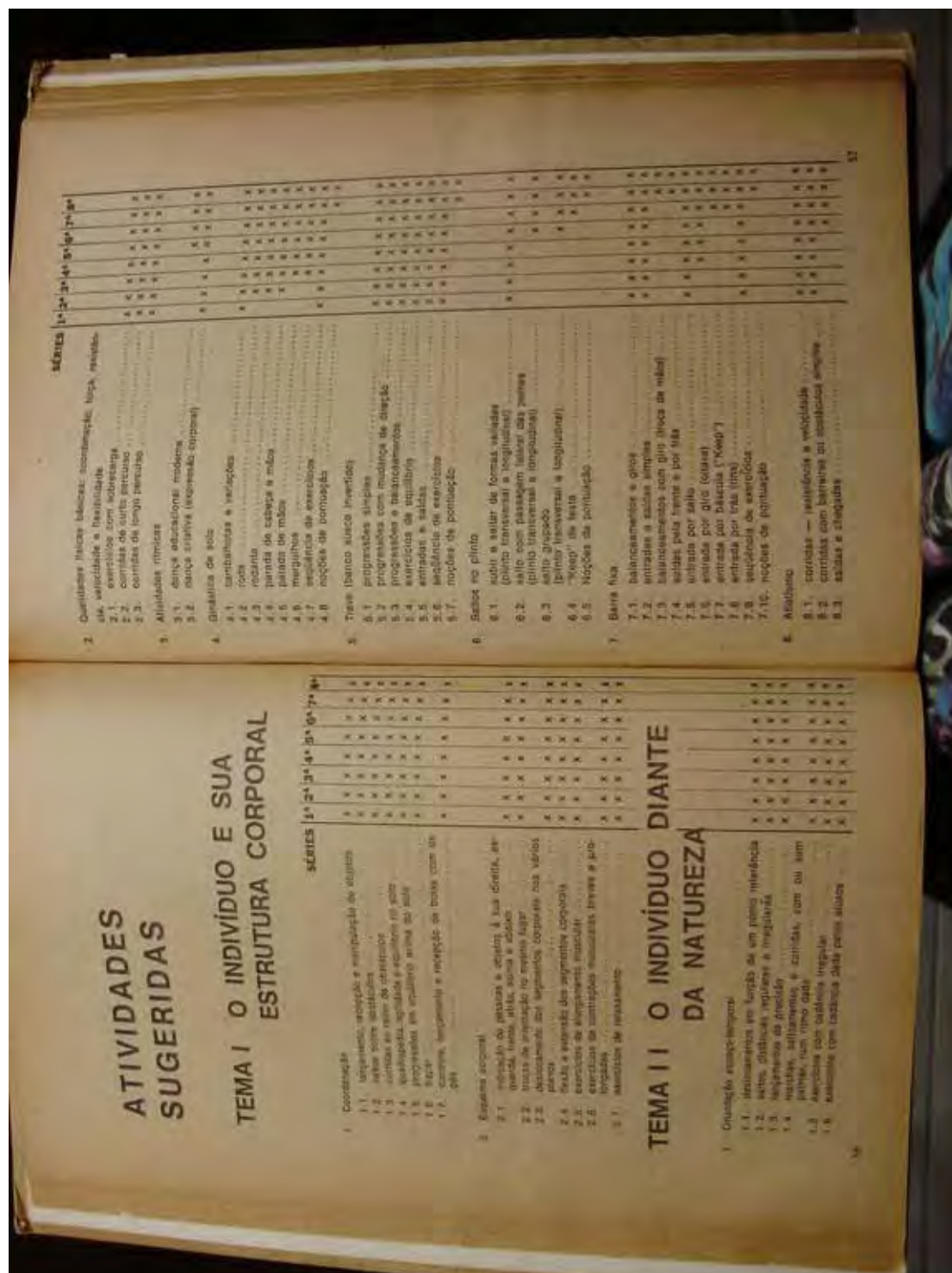


Fig. 1.2 – “Guias curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do primeiro grau” - A programação de Educação Física com os temas e as séries, definidos pelo “Plano Estadual de Implantação” de São Paulo, CERHUE (SÃO PAULO, 1973a). Foto de autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

Com repercussão questionável no âmbito das práticas promovidas no interior das escolas; os “Guias” eram identificados pela comunidade escolar da época, como “Verdão”, em decorrência da capa do material (FERNANDES, 2010). De cor semelhante ao tom dos trajes militares, o apelido também fazia analogia ao contexto educacional de sua implementação, a ditadura militar, conforme elucidou Martins (1998, p. 39):

No início dos anos 80, ocorreu em São Paulo uma série de manifestações reivindicando ao poder público estadual a reformulação dos guias curriculares em vigor desde os anos 70, já pejorativamente denominados de “Verdão”. O apelido dado ao guia devia-se muito mais à identificação dele com o governo militar - uma vez que fora feito após a reforma educacional de 1971 - do que pela capa verde que revestia o material impresso.

Além dos “Guias”, o CERHUPE promoveu:

...um programa de capacitação dos professores em massa, para vivenciarem as práticas a serem desenvolvidas no trabalho escolar. Os objetivos, bem como a metodologia de ensino, foram identificados como alinhados à corrente mecanicista em razão do método diretivo centrado no professor e da definição prévia dos resultados a serem alcançados (FERNANDES, 2010, p. 111).

Um dos seminários do programa de Orientação Educacional foi o de “Análise Crítica do Guia Curricular proposto para Educação Física”. Por meio do Decreto Estadual nº 2.114 (SÃO PAULO, 1973b), o Diário Oficial de 8 de agosto de 1973 convocava professores⁵⁸ da área, de todo o Estado de São Paulo para reuniões de capacitação pagas pelo Estado, na cidade de São Paulo. Denotando o propósito de efetivar a implantação dos “Guias” na rede paulista, de forma indireta também abria espaço ao diálogo entre os professores da rede.

Analisando a seção dos “Guias” direcionada a Educação Física, havia no índice, os conteúdos, uma introdução, os objetivos gerais e específicos, atividades sugeridas, atividades complementares e uma listagem dos colaboradores da análise crítica, pertencentes ao grupo da Educação Física.

A “Introdução” apresentava a corporeidade articulada ao desenvolvimento industrial, e suas problemáticas relacionadas ao uso do tempo livre, a saúde, a

⁵⁸ Dentre eles, professores de Educação Física do Instituto Canadá, de Santos: Adalberto Gonçalves e Wanda Carlota Bauer Paes de Barros.

motivação e doutrinação. Temas recorrentes em outras publicações da época (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a), elucidados em trechos como:

A máquina, substituta da força humana, provoca a inoperância da atividade corporal e multiplica, em compensação, as horas de lazer.

...
O homem precisa ser orientado oportunamente, a fim de que veja incorporadas essas práticas ao seu regime de vida.

...
Sua significação se filia aos verdadeiros valores da educação, concorrendo para o desenvolvimento estético, intelectual, moral e cívico do educando (SÃO PAULO, 1973a, p. 52).

Na sequência discursiva da “Introdução”, assumiu-se a ênfase no caráter formativo da programação, daí a escolha pelos temas apontados acima. Vale ressaltar, que o termo “desenvolvimento”, projeto estadual que afinava com o do governo militar, estava em todas as articulações possíveis: desenvolvimento pessoal pelo conhecimento do corpo e seu domínio; desenvolvimento das valências do corpo no ambiente, denominado de “natureza” e seu domínio e o desenvolvimento das qualidades sociais, como a solidariedade, a cooperação, a comunicação e a inserção.

Embora não fosse citada, a competitividade fazia parte dessas qualidades que pretensamente seriam desenvolvidas com os postulados do “Guia”. Ela estava implícita, nas ações propostas pela sequência do “Guia”, como o aprendizado dos desportos, e nas regulamentações para que as unidades pudessem participar das disputas oficiais. Não era possível, sem as adaptações necessárias, tornar a prática desses esportes na formatação indicada pelo Guia, em práticas ou em “jogos cooperativos” (conceito que surgiu muito depois desta periodização).

Ainda que sobre as “competições”, o texto da “Introdução” alegasse que:

No que se refere a competições, convém esvaziá-las do sentido de uma disputa que diminua os objetivos de cooperação e solidariedade humana. Pelo contrário, devem prestar-se a promoverem maior intercâmbio entre alunos, escolas e comunidades (SÃO PAULO, 1973a, p. 52).

Ademais dessa incoerência, outras se fizeram presentes. Uma delas foi com relação às diferenciações de gênero, associadas às práticas realizadas em aula. O Guia declarou “... não haver necessidade de se identificarem objetivos e atividades próprias para cada sexo” (SÃO PAULO, 1973a, p. 52). Esse indício representava na

época, uma superação do ideário⁵⁹ de espaços e papéis sociais; as modalidades esportivas poderiam ser praticadas por ambos os gêneros sem necessidades de ajustes.

Embora as propostas do “Guia” pudessem ser realizadas por ambos os sexos; os cadernos de “Subsídios”, que eram o “Guia” colocado na prática dos professores; e especial o caderno de “Ginástica Rítmica Desportiva”, era direcionado exclusivamente às práticas femininas, inclusive com esta afirmação declarada em seu texto, vista posteriormente.

Outro ponto questionável foi quanto às instalações e aos equipamentos, que o “Guia” assumiu como: “fundamental se resume em um pátio, se possível arborizado” (SÃO PAULO, 1973a, p. 52). Esse modelo funcionava bem para as práticas variadas de Educação Física dos anos de 1950 e 1960, mas não para o desenvolvimento de desportos. Inferiu-se que os professores deveriam realizar vários tipos de adaptações e negociações para que pudessem ensinar este conteúdo, da forma orientada pelo “Guia”.

A última controvérsia estava na afirmação: “uma programação de Educação Física apoia-se em um programa de assistência ao escolar, e, mais especificamente, num criterioso atendimento médico” (SÃO PAULO, 1973a, p. 52). Isso não condizia com a realidade da época, pois a presença de médicos assistentes da escola era escalonada entre as unidades, conforme o que estava disposto na Resolução SE nº 11/1980: “Durante o ano letivo, o médico assistente da escola prestará assistência médica eventual aos alunos que dela necessitarem” (SÃO PAULO, 1985, p. 496).

Em relação à parte didática do “Guia” da Educação Física, sua linha diretiva mencionou que as propostas deveriam ser desenvolvidas ao longo dos oito anos de escolarização: “com este *ao longo* pretende-se desvinculá-los da rigidez das séries” (SÃO PAULO, 1973a, p. 52), em outras palavras, desvinculá-los de uma rigidez que encerrava temas por séries.

Sugeria o trabalho pedagógico do mais simples para o mais complexo; assumindo que a Educação Física era um “fazer” sistematizado, com: “períodos de prática, atividade orientada e controlada (que) se estabelecem, a fim de garantir a aquisição e manutenção dos comportamentos” (SÃO PAULO, 1973a, p. 52).

⁵⁹ Na Educação Física esse ideário afinava-se com o pensamento médico higienista, pela distinção de gênero nas prescrições das práticas femininas (exercícios que favorecessem o corpo para a reprodução) e masculinas (exercícios que privilegiassem as valências físicas).

Nas páginas posteriores, o “Guia” declarava que a programação de Educação Física tinha como objetivo geral do primeiro grau: desenvolvimento corporal harmônico; utilização do próprio corpo como meio de comunicação e expressão; desenvolvimento de coordenação psicomotora; reconhecimento da capacidade e possibilidade individual; aproveitamento sadio das horas de lazer; desenvolvimento do espírito de solidariedade humana e da consciência do bem-estar comum; equilíbrio emocional e saúde mental; desenvolvimento da habilidade de apresentar reação eficaz e desinibida; aquisição da capacidade de cooperação em trabalhos em grupo; integração social; desenvolvimento das qualidades físicas básicas (valências): coordenação, força, resistência, velocidade e flexibilidade. Educação do movimento; criatividade; capacidade para compreender, planejar e resolver problemas que se apresentam no campo da formação e atividade física; conhecimento dos diferentes esportes e valorização das tradições culturais (SÃO PAULO, 1973a).

Os objetivos específicos recaíam no desenvolvimento de temas, com uma programação por séries (mas que não necessariamente deveriam ser seguidas rigidamente, como visto) e que assinalava os seguintes conteúdos:

Tema 1- O indivíduo e sua estrutura corporal: Dentro das atividades de coordenação, existiam os exercícios de lançamento, recepção e manipulação de objetos; saltos e corridas ao redor de obstáculos; “quadrupedia”, agilidade e equilíbrio de solo, progressões em equilíbrio, controle, lançamento e recepção de bolas com os pés. Nas atividades sobre esquema corporal, exercícios de lateralidade, orientação, deslocamentos dos segmentos corporais nos vários planos, flexão e extensão dos segmentos corporais, alongamentos, contrações musculares breves e prolongadas e exercícios de relaxamento. Pode-se afirmar que os objetivos prescritos da década de 1970 para a Educação Física como matéria-atividade, distanciaram-se das finalidades estabelecidas à Educação Física, como uma prática educativa doutrinária das décadas anteriores. Essa mudança renunciou também uma alternância na forma como a Educação Física passou a se configurar dentro do ensino escolarizado.

Tema 2- O indivíduo diante da natureza: Nas atividades direcionadas a orientação espaço-temporal eram propostos diversos exercícios de deslocamentos em função de um ponto de referência; saltos, distâncias regulares e irregulares;

lançamentos de precisão; marchas, “saltitamentos” e corridas, com ou sem palmas num ritmo dado; exercícios com cadência irregular e com cadência sugerida por outros alunos. Já no desenvolvimento das qualidades físicas básicas, como coordenação, força, resistência, velocidade e flexibilidade; o programa indicava exercícios com sobrecarga, corridas de curto e de longo percurso. Nas atividades rítmicas, a dança educacional moderna e a dança criativa ou expressão corporal.

Também no tema 2, desenvolviam-se algumas modalidades esportivas. Dentre elas, a ginástica de solo, com cambalhotas e variações, roda e rodante, parada de cabeça e de mãos, mergulhos e o sequenciamento dos exercícios, como numa coreografia.

Para os exercícios de trave, usava-se o banco sueco invertido. Eram sugeridas as progressões simples, com mudança de direção, com balanceamentos, exercícios de equilíbrio, entradas e saídas, coreografias na trave e semelhante ao desenvolvimento anterior, as sétimas e oitavas séries aprenderiam sobre pontuação.

O equipamento plinto era usado em saltos variados, com passagem lateral das pernas, saltos grupados e subidas.

Sugeriam-se como exercícios de barra fixa, que os alunos de quinta série aprendessem balanceamentos e giros, entradas e saídas simples, entrada por salto e por giro e o sequenciamento. Aos alunos de sexta em diante, além dos exercícios propostos para a série anterior, propunha-se o aprendizado da entrada por báscula, por giro de oitava e por trás. Das sétimas séries em diante, apresentavam-se os balanceamentos e giros com troca de mãos, as saídas pela frente e por trás.

De uma forma geral, as noções de pontuação, de cada modalidade eram conteúdos trabalhados pelas sétimas e oitavas séries.

O “Guia” incentivava no atletismo, as corridas de resistência e velocidade, com barreiras ou obstáculos simples, os fundamentos (saídas e chegadas), as técnicas de passada e respiração, as regras específicas. Sugeria-se o ensino-aprendizagem do salto em altura e em extensão. Já a partir das sextas séries, o salto triplo e o salto com vara, a partir das oitavas. Para todas as séries, o “Guia” propunha como conteúdo de encerramento, o estudo das regras do atletismo.

Além dos saltos e das corridas, o “Guia” fazia menção do aprendizado do arremesso de peso, para as quintas séries; o arremesso de dardo e de disco, para

as sétimas e oitavas e o arremesso de martelo, para as oitavas séries; sendo que as regras específicas eram ensinadas em todas as séries.

A natação também fazia parte das modalidades propostas pelo Guia. Indicava-se como conteúdo a adaptação ao meio líquido, os deslocamentos com ou sem estilo, os saltos e mergulhos, os deslocamentos em profundidade, as saídas e viradas e as regras, a todos os alunos.

Tema 3- O indivíduo e o grupo: As atividades rítmicas como as rodas e brinquedos cantados, as danças folclóricas nacionais e internacionais, as danças educacionais modernas e as danças criativas (expressão corporal) eram conteúdos a serem abordados conforme o “Guia”. Dentre os jogos, faziam parte da programação, os testes, os pequenos e grandes jogos, os jogos de salão e os pré-desportivos.

E nas modalidades esportivas individuais era incentivado o desenvolvimento de dinâmicas que envolvessem o grupo. No atletismo, as corridas de revezamento e suas regras. Na natação, também os revezamentos e suas regras.

Algumas modalidades coletivas, handebol, voleibol, basquete, futebol de campo e salão que não haviam sido inseridas no currículo, apareceram neste tema.

Nos desportos com contato físico (handebol, basquete, futebol de campo e salão) sugeria-se como aprendizado: o manejo do corpo e o controle da bola, os fundamentos⁶⁰ (passe, recepção, progressão com a bola, arremessos com e sem deslocamento) e o ensino dos sistemas táticos de jogo (defensivos, ofensivos), as regras, as práticas em si e as noções de arbitragem, mas especificamente desenvolvidas a partir das sextas séries.

Em relação ao voleibol, o Guia apontava como sugestão, a posição de expectativa e os deslocamentos, os passes, os saques, as cortadas, os bloqueios, os recursos (largada, mergulhos, rolamentos e machadinha), os sistemas táticos, as regras, as práticas de jogo e as noções de arbitragem.

Em conformidade com as orientações do “Guia” eram sugeridas atividades complementares, tais como: festas escolares; demonstrações de ginástica em grupo; grupos de danças folclóricas, de dança educacional moderna, de dança criativa/expressão corporal; noções de capoeira e *yoga*; noções de judô; xadrez e damas; grupos de treinamento de vários esportes; torneios interclasses;

⁶⁰ Acrescentou como fundamentos o rebote no basquete e o chute no futebol.

campeonatos; gincanas; excursões; ruas de recreio; escaladas e campismo (atividades denominadas na programação como "vida em natureza"), recreação em grandes aparelhos, como *playgrounds* e, folguedos populares com atividades envolvendo peão, amarelinha, bolinha de gude, perna-de-pau e peteca. As noções de *yoga* e capoeira também eram apontadas no "Guia", mas para serem trabalhadas nas sétimas e oitavas séries.

O leque de atividades explicitadas na programação de Educação Física deste material didático posterior à reforma de primeiro e segundo graus, indicou uma abordagem variada e complexa, não somente voltada aos esportes, embora este fosse seu maior enfoque. No caso das modalidades esportivas, seu ensino pelos professores de Educação Física implicava no domínio das especificidades de cada modalidade, na disponibilidade de espaço e equipamentos adequados e de estruturas de pronto-socorro; ficando o questionamento de como, efetivamente, o programa seria viabilizado na prática; levando em conta as possíveis ou mesmo prováveis limitações e incompatibilidades das unidades escolares de todo o Estado.

Esse material propunha uma organização das aulas de Educação Física escolar, dos objetivos gerais a serem alcançados ao planejamento por séries em um ano letivo. Apontava temas e atividades para abordá-los, não chegando a propor planos de ensino ou mesmo à especificidade de um "receituário" de planos de aula; o que permitia certa autonomia ao professor no desenvolvimento dos temas.

Relacionando o "Guia" ao conceito de "*vulgata*" de Chervel (1990), sua análise na perspectiva histórica evidenciou uma alternância de patamar da Educação Física escolarizada importante. Em termos de material didático oficial, o Guia e toda a estrutura para sua implantação surgiu quando havia apenas orientações de ensino publicadas em Diário Oficial. Foi audacioso por sistematizar em todo o estado paulista, um conjunto de conteúdos e métodos. Mesmo que de forma prescrita se impôs nas escolas, ao menos nas salas dos professores e nas bibliotecas da época; embora não se tenha levantado neste trabalho, a sua implementação nas práticas de ensino efetivamente, por conta da metodologia usada na investigação.

Os conteúdos expostos no "Guia" levaram a percepção de que havia sido configurado em um período de transitoriedade ou:

... de “crise”, em que a doutrina ensinada é submetida a turbulências. O antigo sistema ainda continua lá, ao mesmo tempo em que o novo se instaura: períodos de maior diversidade, onde o antigo e o novo coabitam, em proporções variáveis. Mas pouco a pouco, um material mais audacioso, ou mais sistemático, ou mais simples do que outros destaca-se do conjunto, fixa os “novos métodos”, ganha gradualmente os setores mais recuados do território, e se impõem, é a ele que doravante se imita, é ao redor dele que se constitui a nova *vulgata* (CHERVEL, 1990, p. 33).

No caso do Guia, a organização do “*corpus*” de conhecimentos foi reproduzida em obras comerciais, de maneira quase idêntica ou com variações muito aproximadas, o que Chervel (1990) denominou como problema do plágio.

Especificamente em relação a sua substituição na rede estadual, ela aconteceu de forma política, pela troca do grupo coordenador pedagógico da publicação e de forma didática, com a distribuição dos cadernos de “Subsídios”, desvelados no próximo item.

1.2.2. “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau”: os cadernos da CENP

O Decreto nº 7.510 (SÃO PAULO, 1976) reorganizou a Secretaria do Estado da Educação. Tal reforma administrativa instituiu novo organograma, sendo que a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) passou a fazer parte de sua estrutura básica, como responsável pela elaboração, execução e normatização dos modelos curriculares do Estado, anteriormente realizadas pelo CERHUPE.

Para implementação do “Guia”, descrito anteriormente; a CENP em convênio com o MEC/SEED/SE; lançou uma coleção chamada de “Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau” (SÃO PAULO, 1978a); de distribuição gratuita por toda a rede oficial paulista, inclusive nas escolas estaduais da cidade de Santos, que estava sob intervenção federal na época. Publicados em 1978, os “Subsídios” reimpressos várias vezes, do ano de 1980 ao final da ditadura militar (figura 1.3).



Fig. 1.3 – Coleção da Educação Física “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau” (SÃO PAULO, 1978a). Do lado esquerdo, o “Verdão” esmaecido pelo tempo. Foto de autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

Conforme a “Apresentação” existente nos próprios cadernos (SÃO PAULO, 1978a); estes eram considerados manuais de aplicação dos subsídios propostos, destinados ao professor de Educação Física, para ajudá-lo no desempenho de seu trabalho. Explicavam as sequências pedagógicas dos diferentes conteúdos das modalidades ginásticas, atléticas e esportivas, desde a pré-escola até a oitava série; enriquecendo o repertório das situações de aprendizagem, de modo a viabilizar a execução das propostas existentes no “Guia Curricular” (Verdão), já descrito anteriormente.

O texto da “Apresentação”, além do subsídio ao “Guia”, assinalava que o empenho de elaboração dos cadernos pela CENP, fazia parte da consecução de uma das etapas do programa “Reformulação de Currículos” do governo do Estado de São Paulo.

Segundo a Coordenadoria (SÃO PAULO, 1978a, p. 07): “Acresce ainda que o trabalho vem suprir a falta de material instrucional endereçado ao aprimoramento do processo ensino-aprendizagem nessa área”.

Existiram cadernos de Educação Física para a pré-escola, no qual haviam atividades que utilizavam de conceitos da psicomotricidade; os cadernos de primeira a quarta séries, mais específicos aos professores polivalentes⁶¹ e que ofereciam apoio e traçavam objetivos terminais relativos ao desenvolvimento físico, estético, intelectual, moral e cívico das crianças (SÃO PAULO, 1978a).

Já nos cadernos de quinta a oitava séries, objetos de estudo nesta tese, existiam roteiros básicos e gerais, enfocando modalidades individuais e coletivas. Dentre elas: a ginástica rítmica desportiva com trabalho a mãos livres, com aparelhos e elementos; o atletismo; o handebol, entre outros. Como referências teóricas, para o desenvolvimento destas modalidades, encontraram-se anotações pessoais de autores e autoras nacionais, referências internacionais, entre eles as obras de Valdir Barbanti e de Auguste Listello.

A intencionalidade da CENP (SÃO PAULO, 1978a, p. 15), com relação ao projeto de quinta a oitava séries, apareceu na seguinte afirmativa: “aos professores pretendemos proporcionar elementos que os ajudem a alcançar e levar a efeito o proposto em seu planejamento, com referência às diferentes modalidades esportivas”. Diferentemente do “Guia”, os cadernos de “Subsídios” enfocavam somente as modalidades esportivas.

Alguns itens deste material foram analisados, sendo eles: o discurso pedagógico e o valor formativo do esporte; a questão instrucional dos conteúdos no ensino da modalidade; o ensino da Educação Física proposto; a problemática dos espaços e o momento da escolarização dos esportes.

Do discurso pedagógico e o valor formativo do esporte, destacou-se na “Introdução” de todos os cadernos, que não havia uma seleção para participação nos esportes da escola, o que foi enunciado de diversas formas: “a expectativa na formação do educando para a obtenção de elevado nível técnico-competitivo” (SÃO PAULO, 1978a, p.13); ou “... proporcionar a atividade esportiva não significa dar-lhe o endereço da formação do atleta, privilegiando alguns poucos alunos, mas sim, o

⁶¹ O professor polivalente é um docente generalista, que tem domínio básico de vários conteúdos. É usualmente a denominação dada aos professores que trabalham com as primeiras séries do ensino fundamental.

de atualizar as potencialidades portadas por todos eles” (SÃO PAULO, 1983, p. 9); ou ainda:

A oferta de oportunidades para iniciação às provas de atletismo deve ser extensiva a todos os educandos; as atividades, desenvolvidas de forma progressiva e escalonadas ao longo das quatro séries, conduzirão a uma preparação física e informativa geral do atletismo, sem limitar-se a trabalhos unilaterais só de corridas, ou de arremessos ou lançamentos, ou de saltos, que levariam a uma especialização prematura do educando (SÃO PAULO, 1978c, p. 15).

Assim, permitir que cada aluno fosse instruído a realização de fundamentos das modalidades, percebendo suas potencialidades individuais e estimulando as dinâmicas de socialização presentes nos jogos, fazia parte de um discurso pedagógico que associava valor formativo ao esporte; o que se contrapôs a muitas das críticas desferidas pela tendência tecnicista de análises, da Educação Física do período.

A política federal vigente optou pela valorização do esporte como saber selecionado para escolarização a partir da quinta série, quando a iniciação desportiva tornou-se uma prescrição do Decreto nº 5.692 (BRASIL, 1971b, p.1). À medida que:

Art . 1º A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Por esta ótica, os preceitos declarados nos cadernos estavam em sincronia com a legislação vigente. O que pôde ser verificado neste excerto:

O Handebol valida-se enquanto instrumento que satisfaça aos objetivos- fins da Educação Física, isto é, enquanto agente promotor, não só do desenvolvimento físico, mas – e especialmente- do desenvolvimento intelectual, emocional e social do aluno. (SÃO PAULO, 1983, p. 9)

Ou ainda, na locução feita em relação ao uso da Ginástica Rítmica Desportiva, como “instrumento para atingir os objetivos da Educação Física” (SÃO PAULO, 1978a, p.13).

Em todos os cadernos, foi citada a importância da transferência de aprendizagem entre as unidades escolares, como sendo de grande relevância. Essa troca mereceria um aprofundamento de investigação, tanto em relação às devolutivas com a CENP, como ao questionamento de como ocorria o uso deste material entre os professores.

Quanto à questão instrucional dos conteúdos no ensino das modalidades, destacou-se para análise a Ginástica Rítmica Desportiva (GRD), apresentada como uma nova opção à Educação Física Escolar. Fazia parte dos objetivos de ensino que, ao final da oitava série, o aluno reconhecesse a GRD como desporto. Inferiu-se que a nova concepção da ginástica proposta, contrapunha-se as antigas formas de ginásticas realizadas nas aulas de Educação Física, pelos métodos: francês, calistenia e outros.

A escolarização da GRD reivindicava alguns pré-requisitos dos alunos, necessários como ponto de partida para a aprendizagem da realização dos movimentos, assim como dos professores para ensinar estes movimentos.

A Coordenadoria considerava que os professores da rede tinham um conhecimento geral dos esportes, mas que em determinadas modalidades havia a necessidade de um domínio maior das especificidades, como as progressões de ensino dos fundamentos; da nomenclatura técnica, das dinâmicas dos jogos, das regras de arbitragem. Enfim, os cadernos deveriam fornecer ao professor, uma base técnica e peculiar dos esportes selecionados, de forma autoexplicativa, chamado vulgarmente de “receituário”.

A Ginástica Rítmica Desportiva foi apresentada em três volumes e era uma modalidade escolarizada especificamente para as meninas, o que foi ratificado com as locuções que apareceram nos cadernos: “o desempenho da aluna será avaliado sob três aspectos” (SÃO PAULO, 1978a, p. 173); “a ficha nº 1 dará o perfil da aluna” (SÃO PAULO, 1978a, p. 174); “o registro constará somente de sim (s) ou não (n), ou a aluna faz ou não faz (SÃO PAULO, 1978a, p. 174); “o professor poderá lançar mão dos elementos disponíveis, tais como: bastão, bandeira, coco, levando a aluna a uma familiarização dos movimentos característicos” (SÃO PAULO, 1980, p. 148).

Nos cadernos de GRD (SÃO PAULO, 1978a, 1978b) encontravam-se as descrições características dos gestos e movimentos, com e sem aparelhos e um glossário, a fim de que os professores assimilassem o vocabulário do campo de

conhecimento, o que facilitaria a compreensão e acompanhamento das atividades (SÃO PAULO, 1978a, p.13). Também requeria do professor uma disponibilidade para estudar e aprender na prática, os conteúdos desse caderno.

Atendendo esta expectativa instrucional, os cadernos⁶² eram ilustrados com figuras indicativas dos gestos, das posições ocupadas em um local (quadra, pátio), dos fundamentos a serem realizados; além de fotos de escolares registrando a posição inicial, intermediária e final dos movimentos.

A CENP indicava que:

Ao contato com o conteúdo deste terceiro volume, referente aos aparelhos arco, fita, maçãs e aos elementos complementares, os senhores educadores deverão analisá-lo cuidadosamente, considerando que o primeiro é o pré-requisito necessário para o desenvolvimento deste (SÃO PAULO, 1980, p. 13).

Destas informações, inferiu-se que os professores deveriam ser autodidatas nas modalidades que não dominavam. Afinal de algum modo, deveriam mostrar minimamente na prática, a realização do gesto, movimento ou fundamento para seus alunos, sem titubear e principalmente sem errar, o que ocasionaria um descrédito imediato em sua docência.

O volume I do caderno de GRD trouxe um quadro de movimentos básicos de mãos livres; além das figuras explicativas dos planos de movimento, com descrições e orientações.

Ao final dos cadernos de GRD havia orientações pedagógicas. No volume I, quanto à distribuição das atividades durante uma aula. O texto mencionava aquecimento, parte principal, final, processo de avaliação e propunha duas fichas uma de presença e a outra de temporada. Nesta, o professor elencaria as habilidades, os conhecimentos e as atitudes, uma forma de avaliação física, conforme a figura 1.4, a seguir:

⁶² Em um dos cadernos de GRD (SÃO PAULO, 1978a) com 179 páginas, em 104 delas haviam ilustrações, destas, 39 páginas com fotos preto e branco.

No volume II a CENP sugeria adaptações aos professores que trabalhavam em escolas sem equipamentos específicos para a GRD; alertando que se o tempo disponível para a modalidade fosse de apenas dois meses, o professor deveria trabalhar com apenas um aparelho. Inferiu-se que se essas considerações eram o *feedback*, ao caderno de GRD, do volume I.

Destacou-se no volume III de GRD, o quadro que trazia os movimentos característicos da GRD por série (figura 1.5), como uma representação análoga ao que o “Guia” (Verdão) havia prescrito para a Educação Física anteriormente.

Fig. 1.5 – A programação de Educação Física com os temas e as séries, dos “Subsídios para Implementação do Guia curricular da Educação Física”. (SÃO PAULO, 1978a). Foto de autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

Fig. 1.5 – A programação de Educação Física com os temas e as séries, dos “Subsídios para Implementação do Guia curricular da Educação Física”. (SÃO PAULO, 1978a). Foto de autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

A programação do Handebol estruturou-se em quatro itens: jogos recreativos, movimentos básicos, defesa e ataque; seguindo uma linha evolutiva que fazia anteceder a prática generalizada à prática formal.

As situações de aprendizagem sugeridas permitiam tanto o sequenciamento pela abordagem sintética (dos fundamentos ao jogo) ou a abordagem analítica, usando o caminho contrário, partindo do jogo como um todo, para focalizar elementos específicos, como movimentos e técnicas ao final.

Na mesma disposição que a GRD, algumas habilidades motoras eram pré-requisitos para o início do aprendizado. Entretanto, em relação a esta modalidade, havia uma preocupação pedagógica. Por ser um esporte de contato, os limites entre uma marcação mais vigorosa e a agressividade eram tênues. Praticado por alunos de ambos os sexos, tinha um caráter dinâmico, com movimentos contínuos para tomada de bola e marcação de gols, de cunho fortemente competitivo (SÃO PAULO, 1983, p. 9).

A Coordenadoria declarava que o ensino das regras, permearia toda a programação do Handebol; sendo a grande ênfase no processo didático de iniciação ao desporto, o que era diferenciado pela prática recreativa do jogo oficial, com regras de caráter disciplinador, e seguindo regulamentação aceita internacionalmente.

Primava-se tanto pela prática individualizada dos movimentos, técnicas e táticas; quanto pela sua integração na situação real e própria de execução, ocorrida nos jogos.

Os objetivos gerais apontados para o Handebol, além do aprendizado de técnicas e táticas da modalidade eram estimular a participação receptiva e ativamente nas atividades desportivas, utilizando-as como lazer sadio; a aquisição de confiança e equilíbrio emocional; o desenvolvimento da habilidade de responder eficaz e criticamente a múltiplas situações e a exposição do aluno a vários papéis “sociais” num jogo, como defensor, atacante e árbitro e “apreciar o esporte como valor da cultura nacional” (SÃO PAULO, 1983, p. 15).

Ao final do caderno, como na GRD, havia também informações técnicas aos professores, indicando critérios e processos para orientá-los no desenvolvimento das atividades e na “avaliação do desempenho dos alunos, com vistas à eficiência e eficácia do ensino” (SÃO PAULO, 1983, p. 11).

O Atletismo foi outra opção esportiva, que seguia basicamente a consecução já descrita nas outras modalidades, tais como: levantamento de objetivos, descrição de atividades e avaliação. O trabalho do Atletismo era dividido em três etapas: corridas, saltos, arremessos e lançamentos. Esperava-se que este conhecimento global, pudesse ser colocado em práticas competitivas ou de lazer “uma opção consciente, para o aparecimento de novos valores, e consequente enriquecimento do esporte brasileiro” (SÃO PAULO, 1978c, p. 15). Vale ressaltar que, algumas das modalidades do Atletismo para iniciação, não exigem complexas infraestruturas ou equipamentos.

Nos objetivos apontados, além do desenvolvimento das qualidades físicas básicas e das técnicas, o aluno deveria desenvolver:

...habilidades e atitudes de cooperação em trabalho de grupo, apresentar comportamento de atenção e concentração, agir com auto-confiança e apresentar atitudes de compreensão do esporte e das atividades físicas como elemento de valorização da cultura nacional (SÃO PAULO, 1978c, p. 17).

O caderno de Atletismo, além de vários modelos de fichas de avaliação, tinha nas últimas páginas, um glossário com a nomenclatura específica utilizada.

Enfocando o ensino da Educação Física proposto pelos cadernos de “Subsídios a Implementação do Guia”, além da questão instrucional⁶³ e técnica, aparente nos conteúdos de cada modalidade, a própria linguagem usada na escrita dos cadernos, expressada nos termos “valida-se”, “objetivos”, “uso de instrumentos”, “uso dos planos” (sagitais, frontais e intermediários) e nas descrições dos movimentos, revelava a pedagogia própria do ensino cinestésico, assim como sua origem no campo biológico.

Contudo, mesmo com o embasamento dessa matriz, que também está ligada à Saúde (e prevenção de acidentes), em nenhum dos cadernos houve a preocupação com o socorro aos alunos, caso houvesse algum tipo de lesão, ocasionado por uma marcação mais violenta; tampouco com o ambiente de realização das modalidades. Um exemplo disso foram as demonstrações da GRD, fotografadas num campo gramado, no qual a queda de um salto tem uma absorção muito maior, do que num piso cimentado. Falhas contraditórias em função da maior

⁶³ O caderno de Atletismo explicita nas atividades qual era a sequência instrucional.

aproximação da área médica à Educação Física nas escolas, que ocorria neste período.

Propunham-se atividades e exercícios que envolviam riscos em várias graduações, e não havia nos cadernos, nenhuma menção de prevenção a estes riscos, ou ainda uma preocupação direcionada às unidades, em como processar o socorro a estes alunos (figura 1.6).

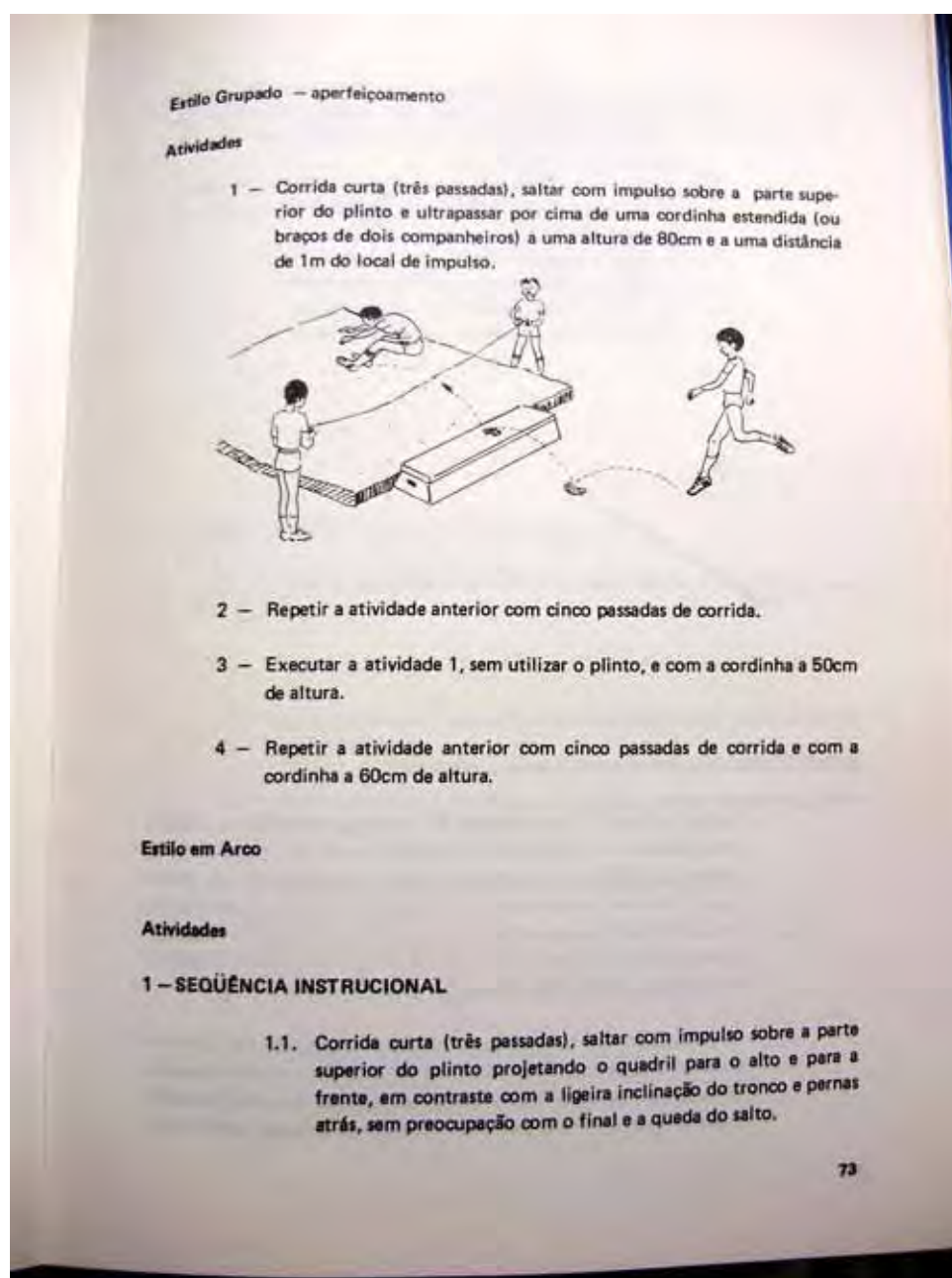


Fig. 1.6 – O caderno de “Subsídios para Implementação do Guia” da CENP, apresentava-se como um receituário teórico, como exposto nesta sequência instrucional de salto com aterrissagem no colchão. Se por um lado colaborava para um aprimoramento de formação de alguns professores, em modalidades que não tinham domínio; por outro representava um cerceamento de seus saberes e de suas práticas de ensino. Foto de autoria própria (SÃO PAULO, 1980, p. 73).

Mesmo com a maior ênfase nas variantes biológicas, a questão cultural não foi esquecida, sendo também expressa nos conteúdos dos cadernos. Se anteriormente a década de 1970, a questão cultural nas aulas de Educação Física escolar, orbitava: entre as ginásticas, as recreações, os brinquedos e brincadeiras folclóricos, as atividades rítmicas e as bandinhas, as lutas, as danças, as festas, rituais e cerimônias cívicas, as excursões e as marchas, os jogos variados muitas vezes regionais, e mesmo alguns pré-desportivos (PEDAGOGIA, 1954; MARINHO, 1971; SOUZA, 2008); a partir das prescrições de 1971, ela tomou outro feitiço, o do esporte.

A cultura esportiva passou a ser legitimada pelas políticas educacionais, com verbas e outros incentivos como a obrigatoriedade de participação das unidades escolares nos Campeonatos Colegiais, assim como a seleção de saberes a serem escolarizados. O esporte, como um saber eleito, passou por processo de transformação. Não se tratava de qualquer esporte a ser escolarizado ou uma adaptação; mas um esporte diagnosticado, prescrito e disponibilizado ao ensino, por meio de um instrumental tecnocientífico e didático, moderno para a época e que necessita de espaços, amplos e específicos, e equipamentos próprios e seguros.

Analisando a problemática dos espaços voltados para a Educação Física escolarizada, concordamos com a afirmação de Escolano (2011, p. 26) para o qual “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além da materialidade, determinados discursos”. Se o espaço pode se tornar um discurso, existem dois discursos ocorrendo simultaneamente no âmbito escolar. Um, que se refere ao espaço real ocupado pelas aulas de Educação Física e o outro o espaço escrito. Este último representado pelos desenhos dentro dos cadernos de “Subsídios da Implementação do Guia” ou pelo espaço prescrito no Decreto Federal nº 69.450/1971 (*op.cit.*), que estipulava para as aulas de Educação Física, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, nos ensinos médio e superior. Ou ainda, pelo espaço estimado encontrado nos dados do “Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos”, que revelavam que no Estado de São Paulo existiam 525 quadras em escolas particulares e públicas, no ano de 1970 (DaCOSTA, 1971, p.105).

Esse espaço escrito é diferente do espaço real, daquele existente no cotidiano das escolas. O discurso teórico do espaço prescrito não acompanhava a

incoerência da infraestrutura que as unidades da rede ofereciam à Educação Física, e mais especialmente, em relação às práticas de modalidades desportivas, que para que ocorressem necessitavam de um espaço amplo, demarcado e específico. A realidade física da maioria das escolas não condiz com o conceito de “esportivização da escola”, anteriormente criticado.

Reforça esta argumentação, as várias figuras existentes, todas sugestivas de ocupação de área e de movimento. O registro da arquitetura das escolas do período, em interação com a expansão do ensino e sua disponibilização em vários turnos, revelou a silenciosa impossibilidade e a consequente negação do ordenamento oficial, instituindo a imaterialidade desse discurso (figura 1.7).

Quanto à “escolarização dos esportes”, outra discussão recorrente dos teóricos da área, dentro da periodização desta tese; na perspectiva do material didático prescrito, analisou-se a “Introdução” do caderno de Handebol (SÃO PAULO, 1983), direcionado aos meninos de 5^a a 8^a séries. No decorrer do texto foi mencionado que:

Continuidade e progressividade são as linhas diretivas das proposições. O nível de maturação do aluno dirá a oportunidade da introdução da prática do esporte e dos avanços sucessivos que as situações de experiência tencionam proporcionar. O que ora se propõem dá margem para que se inicie a aprendizagem da modalidade esportiva em tela... (SÃO PAULO, 1983, p. 10).

Percebeu-se por esta fonte uma tentativa do Estado de São Paulo, em escolarizar os esportes selecionados por toda a rede pública, embora esta meta fosse alcançada apenas por algumas unidades.

Pensando somente nos materiais didáticos prescritos, é possível concordar parcialmente com a idéia de que houve no período da ditadura militar, especialmente nos anos finais, a “esportivização dos conteúdos da Educação Física escolarizada”. Justifica-se esse comentário porque até 1973 não havia materiais prescritos e entre 1973 e 1978, apesar da publicação e distribuição do “Guia Curricular da Educação Física”, este material não focava somente as modalidades esportivas, mas outros tipos de práticas e atividades complementares.

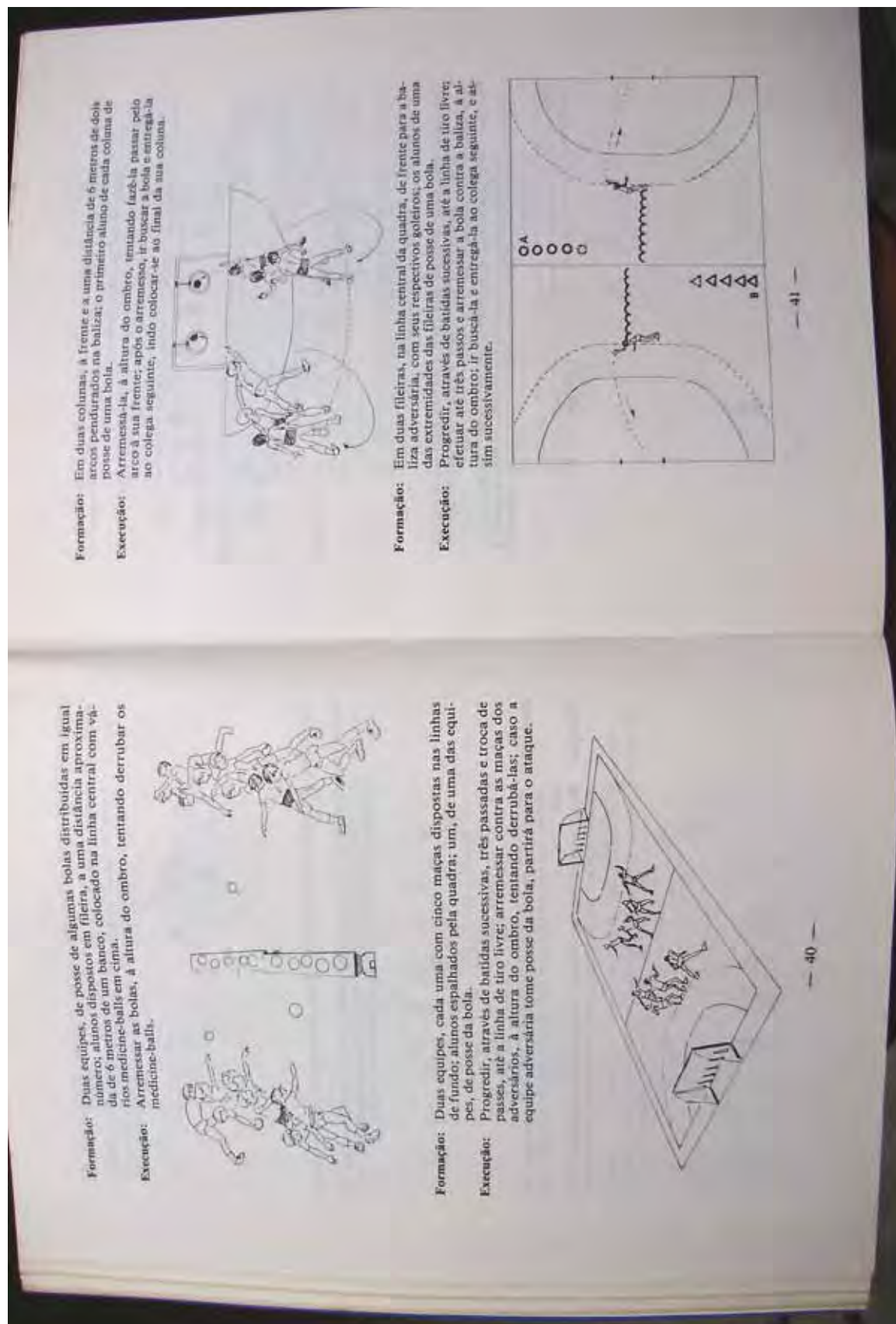


Fig. 1.7 – Uso do espaço no livro didático. Foto de autoria própria (SÃO PAULO, 1980, p.40).

A “esportivização dos conteúdos da Educação Física” foi mais enfática com a publicação e distribuição por toda rede pública paulista dos cadernos de “Subsídios de Implementação”. Comparando o “Guia” com os cadernos, o “Guia” indicava como conteúdos de ensino, as danças, a psicomotricidade, as noções de jogos e atividades que na época, ainda estavam em discussão em tornarem-se modalidades esportivas (xadrez, capoeira, yoga, judô, escalada, campismo) e o trabalho que denominou de folguedos populares (peão, amarelinha, bolinha de gude, peteca, perna de pau). Já nos cadernos de “Subsídios de Implementação” era visível a promoção de forma institucionalizada de conteúdos específicos de algumas modalidades esportivas e, parafraseando Chervel (1990), uma nova “*vulgata*”.

Havia uma tentativa de melhorar estas práticas no âmbito do ensino e da formação profissional dos professores. Não era qualquer professor que conseguiria ensinar a prática de um esporte, seus fundamentos e especificidades. Mas aquele que tivesse formação ou que conseguisse decifrar dos materiais didáticos prescritos, oferecidos pela rede, as sequências pedagógicas de seu ensino.

A prescrição via legislação e materiais didáticos tornou-se uma importante forma de delimitar o campo, colaborando com a promoção do *status* da Educação Física frente à comunidade escolar. A confluência desses fatores contribuiu para a sustentação da tese desse trabalho de que, o período entre 1964-1985 foi um importante momento de configuração da Educação Física como matéria e posteriormente como disciplina escolar.

CAPÍTULO 2 - UM CAMPO EM CONSTITUIÇÃO E EM DISPUTA

A Divisão de Educação Física (DEF), o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE) paulista e outros órgãos de normatização e inspeção foram importantes representantes do poder (nacional, estadual e municipal), no processo histórico de transição da Educação Física de práticas de exercícios militares para um “saber/fazer” escolarizado.

Neste trabalho, essas instituições de administração e controle do ensino foram vistas como componentes que ajudaram a configurar a Educação Física, como disciplina no ambiente escolar. Vale destacar que inicialmente a Educação Física das escolas era promovida fora do âmbito da Educação, por meio de repartições próprias, que permitiam outras intervenções do Estado, não necessariamente orientadas pelos órgãos da Educação, denotando certa autonomia da área. No caso paulista, durante a década de 1970, esse poder foi se deslocando da DEFE para a Secretaria de Negócios da Educação estadual.

O presente capítulo mostra o grande número de repartições vinculadas basicamente a dois grupos de poder e descreve suas atuações em vários âmbitos, intuindo a passagem histórica da vinculação da Educação Física para órgãos da área da Educação.

2.1. Das prescrições a organização nacional: as várias repartições da Educação Física e seu duplo direcionamento

A constituição da Educação Física como um campo de saberes acadêmico e escolar foi permeada por diversos conflitos. Como anteriormente exposto, essa tensão oscilava entre as prescrições oficiais e o direcionamento das políticas educacionais à sua organização nas escolas.

Em perspectiva longitudinal, a observação desse poder departamentalizado, indicou alguns *turning-points*. O balanço a seguir (figura 2.1) pretendeu desvelar os momentos de surgimento das várias repartições ligadas à área, os períodos em que tiveram atuação e seu desaparecimento.

1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
1931 Criação Conselho Nacional Educação DECRETO 19850	1937 Criação Divisão Educ. Física DEF	1941 Criação Conselho Nacional Desportos e Regionais em cada estado DECRETO 3199	NACIONAL			1956 Regulam DEF 1960 DEF cria Inspet. Seccional 1960 Expansão Ensino	1961 LDB 1960 DEF cria 4024 1969- Dec-lei 705, EF obrigatória todos níveis de ensino.	1970 DEF 1971 LEI 5692 torna DEPTO EF e DESPORT 1973 Engajam BRASIL Esporte Para Todos	1978 DED torna Sec. de EF e Desport		
1931 Criação Depto Educ. Física do Estado São Paulo Dec. 4835/31	1939 Criação Diretoria Esportes do Estado São Paulo Dec. 10409/39	1941 Criação Conselho Regional Desportos São Paulo				1954 DEFE, Fusão Depto Diretoria Esportes Estadual Lei Est. 2749/54. Ligado Estado Secr. do Governo. 1946 Convênio Com MES DEF em SP Dec 9091 Fim Inspet. DEF nas Escolas SP.	1956 EEFSP, ensina fazer Relatório sobre Instalaç. Escolares e teste aptidão escolares para EF 1963 criação Conselho Estadual Educação 1965- Dec45012 torna EF obrigatório Primário e Médio	1970 Eventos Cívicos promovid. Secretaria Estado Negócios Educação 1973 criação CERHURPE 1974 Colegial obrigat. 1975-Na Secret. Esporte Turismo, surge a Divisão de Esportes- Dec 5994	1976 criação CENP Até 1982 os Jogos escolares responsabil Secretaria Esportes e Turismo/SP: em 1984 CENP passou a organizá-los		
A partir 1931 surgem as Inspeções Regionais de EF Ligadas ao Depto Educ. Física Estado de São Paulo			MUNICIPAL				1965 Criação DREFE Em Santos	Entre 1973 e 1974 a CCE tornou-se a Secretaria Municipal de Esportes.	Em 1985 a Secretaria Municipal de Esportes desmembrou- se: Sec. Esportes e Sec. Cultura e Turismo.		
1939 Instalaç. Pelo Municip. Comissã Central Esportes Santos CCE	1942- I Camp. Collegial Santos. 1943- CCE parceria Inspet. Depto EF/SP. Criado Serviço EF em Grupos Escolares.										

Fig. 2.1- Comparativo⁶³ de acontecimentos importantes da Educação Física em nível nacional, estadual e municipal. Autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

⁶³ Legenda. Em preto, as repartições. Em vermelho, as prescrições que efetivamente proporcionaram diretrizes para que o sistema organizacional da área funcionasse. Em verde, as políticas educacionais relevantes ao campo. Em lilás, as inserções dos órgãos ligados à Educação. Em azul, a atuação relevante das repartições nas escolas.

O período comparativo apresentado teve início em 1931, por ser o momento em que a Educação Física nas escolas do Estado de São Paulo passou a se reportar a um departamento específico.

A retrospectiva à ditadura de Vargas tornou-se relevante para o entendimento de como algumas estruturas organizacionais da área, chegaram já concretizadas ao período da ditadura militar, em 1964; em um movimento de apogeu, latência, revitalização e desaparecimento dentro da História da Educação Física.

Como o presente trabalho está contextualizado no Estado de São Paulo, na perspectiva de um campo em disputa, percebe-se que o primeiro movimento no tabuleiro foi estadual, já que a criação do Departamento de Educação Física paulista pelo Decreto nº 4.835/1931, ligado à Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública do estado, aconteceu anteriormente à Divisão de Educação Física (DEF), o órgão federal que regulava a área nacionalmente.

Subordinado à Secretaria de Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, subdividia-se em Inspetorias Regionais de Educação Física, cujos funcionários eram encarregados de dirigir, na região do estado para qual estavam designados, os serviços de Educação Física nos cursos primário, secundário e profissional, parques infantis e colônia de férias.

A criação em 1937 da Divisão de Educação Física (figura 2.2), pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas, foi o próximo movimento de peças nesta disputa de campo. A Divisão de Educação Física (DEF) era subordinada ao Departamento Nacional de Educação, tinha como finalidade a fiscalização, e estava sob a direção de militares⁶⁴.

É relevante salientar que havia uma seção na DEF, responsável pelas: verificações, revisões e outras diligências em estabelecimentos de ensino de grau médio em assuntos referentes à Educação Física (instalações, equipamentos, existência de gabinete de biometria, atuação de médicos escolares, professores bem como sua documentação), emitindo em função deles, pareceres, concessões ou cassações do funcionamento desses locais.

⁶⁴ Para Oliveira (2003a), à exceção do General Jayr Jordão Ramos, autor de vários livros, referência da área na época; os demais militares que ocupavam cargos importantes para a Educação Física “eram detentores de baixas patentes. Ou seja, eram importantes para a Educação Física, mas não tanto para os interesses estratégicos dos ideólogos militares” (OLIVEIRA, 2003a, p. 170).



Fig. 2.2 - Logotipo da DEF, tal como era impresso na época. Embora citada oficialmente como órgão fiscalizador; no decorrer de sua existência, a DEF desempenhou também um papel formador e normatizador, mostrado ao longo do texto (Fonte: Acervo da autora).

Outra alteração nesse jogo de disputa de poder aconteceu com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde (MES). Foi promulgado o Decreto-lei nº 9.091/1946 (BRASIL, 1946b) que aprovou o convênio desse Ministério com o Estado de São Paulo, para a execução, orientação e fiscalização da Educação Física no ensino secundário, em seu território, reduzindo as interferências da DEF no estado paulista, por pelo menos cinco anos, tempo em que vigorou o acordo.

No cenário nacional, a DEF permaneceu sem regimento próprio até 1956, voltando-se mais para atividades relacionadas à inspeção, do que para administração de atividades relativas à área. Neste ano, o Decreto nº 40.296 (BRASIL, 1956) estabeleceu como suas finalidades: difundir e aperfeiçoar a Educação Física e os Desportos⁶⁵, a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde e de educação do povo; realizar estudos; estabelecer normas, programas e construções metodológicas para a Educação Física nos diferentes graus e ramos

⁶⁵ O termo “desporto” no Brasil apareceu na década de 1940, tomando maior vigor com a Lei nº 6.251/1975 que instituiu as normas gerais sobre os desportos nacionais. É ampla a discussão a respeito de sua introdução no país e os seus desdobramentos, por envolver aspectos históricos, econômicos, políticos e organizacionais das práticas desportivas em articulação com o lazer, com a indústria do entretenimento, bem como sua profissionalização e apoio financeiro da União na década de 1970. Essa é uma temática que merece uma maior investigação que extrapola os objetivos desta tese. Para o entendimento do presente estudo considerou-se como “desporto” a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercida segundo regras estabelecidas (SÃO PAULO, 1985, p. 83). E o desporto escolar tratado dentro dessa periodização, como atividades desportivas praticadas nas áreas de ensino de primeiro e segundo graus, organizado sob a supervisão e normatização dos órgãos competentes do MEC e similares estaduais.

de ensino; orientar e fiscalizar o funcionamento das escolas e das atividades de Educação Física; promover a criação dos centros de educação física, orientar e fiscalizar o seu funcionamento; incentivar a formação e promover o aperfeiçoamento de profissionais especializados em Educação Física e Desportos (BRASIL, 1956).

É importante salientar que a Seção de Educação Física de Grau Médio (SEFGM), cuja atuação chegava às escolas, também ganhou regulamentação. Além de verificar, autorizava o funcionamento de locais de Educação Física, escolas e clubes, quanto à disposição de: área livre, instalações e aparelhamento especializado; habilitação e horário de trabalho dos professores e médicos de Educação Física; regularidade da prática das atividades; cumprimento dos dispositivos legais e das instruções em vigor, satisfazendo as exigências dos órgãos competentes e seus inspetores (BRASIL, 1956).

Cabia também a essa seção da DEF: pronunciar-se nos casos de mudança de sede dos centros de Educação Física e de estabelecimentos de ensino de grau médio; fiscalizar e orientar as atividades relativas à Educação Física nos estabelecimentos de ensino de grau médio; propor ao Diretor medidas para sanar deficiências desses estabelecimentos assim como propor a aplicação de penalidades aos estabelecimentos, aos professores e médicos que infringiam dispositivos legais, regulamentares, ou determinações do Ministério; manter fichário de professores e médicos, em exercício, bem como os assentamentos referentes aos estabelecimentos, dos quais constem os fatos e atos de interesse para a ação da Divisão; apreciar os pedidos de autorização para a admissão de pessoal ao exercício das funções de médicos e professor de educação física e fornecer elementos relativos a instalações de Educação Física nas unidades escolares, para cadastro (BRASIL, 1956).

Outra modificação na disputa entre os grupos de poder nacionais e estaduais, explicitados na figura 2.1 aconteceu no ano de 1941, quando foi instituído por Decreto-lei nº 3.199, o Conselho Nacional de Desportos (CND), cujo objetivo era orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos no país, por meio da instituição de federações, ligas, associações e outras entidades ligadas ao desporto, inclusive em órbita municipal (BRASIL, 1941). Assinado no governo de Getúlio, por representantes da Educação na época, como Gustavo Capanema, Francisco Campos, Salgado Filho entre outros; em conjunto com esta regulamentação

surgiram os Conselhos Regionais dos Desportos (CRDs) em cada estado do país. Segundo Costa (1971), prestando serviços relevantes, embora gratuitos, estabelecidos em bases improvisadas e dispondo de recursos financeiros precários.

Nova jogada da representação militar na Educação nacional foi feita por duas normas no ano de 1960: a Portaria Ministerial nº 75 de 21 de julho e o Decreto nº 49.639 de 30 de dezembro (BRASIL, 1960), autorizando a DEF a instalar Inspetorias Seccionais de Educação Física (ISEF) progressivamente. Competia a essas inspetorias: orientar e fiscalizar a aplicação da legislação da Educação Física e de suas atividades nos estabelecimentos de ensino de grau médio e centros de Educação Física, assim como tomar medidas para sanar essas deficiências; emitir pareceres sobre concessão e cassação de autorização do funcionamento desses estabelecimentos; apreciar os pedidos de autorização para admissão de pessoal no exercício das funções de médico e professor de Educação Física; manter fichário desses profissionais, bem como os assentamentos referentes aos estabelecimentos, dos quais constem os fatos e atos de interesse para a ação da Divisão; promover reuniões dos Inspetores em exercício na ISEF e também de diretores, professores, médicos, secretários e orientadores educacionais, para análise dos trabalhos escolares e debates de problemas gerais da Educação Física; orientar e fiscalizar as atividades das Escolas de Educação Física em funcionamento na área de sua jurisdição e cumprir e fazer cumprir os regulamentos, portarias, instruções e demais atos baixados pela Divisão de Educação Física e observar a jurisprudência por ela firmada (BRASIL, 1960, p. 07).

Como as ISEFs eram órgãos de diligência da DEF, à parte das repartições ligadas à Educação; seus funcionários transitavam livremente pelos estabelecimentos de ensino dos Estados, fiscalizando e controlando os assuntos ligados à área no país; cabendo ainda ao inspetor seccional especializado:

... comunicar à autoridade a que estiver subordinado qualquer irregularidade de estabelecimento que inspecione, para a qual não consiga, pessoalmente, de sua diretoria a necessária correção (BRASIL, 1960, p. 11).

Interessante lembrar que neste ano, acabou o convênio do MES/DEF com o Estado de São Paulo, fruto do Decreto-lei nº 9.091/1946, que autorizava o Departamento de Educação Física paulista a executar as atribuições que eram da DEF, em seu território.

Em 1961, houve a regulamentação das Inspetorias Seccionais pela Portaria nº 67 de 31 de Julho do mesmo ano, dando início às instalações primeiramente nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará. Em 1965, no Estado de São Paulo; no ano de 1968 em Minas Gerais e, em 1967, nos Estados de: Goiás, Brasília, Paraíba, Paraná e Santa Catarina; totalizando dezoito inspetorias.

Em relação às Inspetorias Seccionais de Educação Física, no Estado de São Paulo, embora as primeiras instalações datem de 1965; segundo os dados levantados em decretos estaduais *online*, o período em que houve maior fluxo de implantação foi nos anos de 1970, época do aprofundamento da ditadura. Nesse momento, as Inspetorias Seccionais não se concentravam nas grandes cidades paulistas, mas localizavam-se de forma dispersa pelo Estado, conforme representado pela figura 2.3.



Fig. 2.3 – Em azul, o Conselho Regional de Desportos⁶⁶ do Estado de São Paulo, e em vermelho, algumas das Inspetorias Seccionais do Estado de São Paulo, obtidas com as fontes consultadas, do início da década de 1970. Desenho de Autoria própria (Fonte: Acervo da autora).

⁶⁶ No início da década de 1970 o Conselho Regional paulista exercia suas funções no Estado, por meio de “cinco conselheiros, um assessor e seis funcionários” (DaCOSTA, 1971, p. 330). Em 1981, pelo Decreto nº 18.300/1981 (SÃO PAULO, 1985, p. 482), o governador Paulo Maluf tornou o Conselho Regional de Desportos, um órgão de deliberação coletiva, integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Esportes e Turismo, com um aumento para nove membros, na sua composição.

No “Diagnóstico da Educação Física e Desportos”, DaCosta (1971) comparou ambas as repartições e afirmou que as atuações dos Conselhos e das Inspetorias eram isoladas, pela séria dificuldade em discutir os assuntos de comum interesse à Educação Física e aos Desportos. O autor comentou ainda que as Inspetorias Seccionais realizavam melhor suas funções consultivas e/ou fiscalizadoras das repartições executoras; por apresentarem “melhores condições, por serem dirigidas por funcionários do MEC de dedicação exclusiva e por receberem recursos e orientação de modo mais eficiente” (DaCOSTA, 1971, p. 328).

A partir de 1961, modificações determinantes aconteceram com a aprovação da LDB nº 4.024 (BRASIL, 1961). Dentre elas, o ganho em autonomia pelos órgãos estaduais e municipais, diminuindo o poder centralizador do MEC e em consequência da DEF, além da regulamentação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais.

Quanto ao Conselho Nacional de Esportes, suas atividades estavam direcionadas basicamente para a disciplina e organização dos desportos e eventos esportivos. Já a DEF, que anteriormente dedicava-se com maior vigor à inspeção das escolas num cenário nacional; passou a preocupar-se também em estimular a melhoria dos conhecimentos dos docentes da área, no que Frago (2008) denominou de “formação de reservas” e “campo profissional”.

Sendo assim, desde o final da década de 1950, a DEF passou a fomentar a produção de material técnico e didático para melhoria da formação dos professores, de alunos das Escolas Superiores de Educação Física, como os profissionais em exercício e os Especializados. Fazia parte de seu regimento publicar impressos relacionados ao desenvolvimento da área (BRASIL, 1956). De forma periódica, a DEF editou o “Boletim da DEF”, destinado à divulgação de assuntos relativos à Educação Física. Em seu programa de publicações dentro da periodização deste estudo, a DEF, além das apostilas do curso de Educação Física por correspondência, distribuídas a partir da segunda metade da década de 1960, discutido em capítulo posterior, lançou vários livros como “Técnicas audiovisuais nas Escolas de Educação Física” de 1968; “Introdução à Didática de Educação Física” de 1969, “Regras de Basketball”, “Regras de Handeball de Salão”; “Introdução a Moderna Ciência do Treinamento Esportivo”; “XIX Olimpíada do México de 1968: aspectos técnicos evolutivos”, entre outros. A partir de 1968, a DEF editou o “Boletim

Técnico Informativo de Educação Física”⁶⁷, de distribuição gratuita pelas Inspetorias Seccionais existentes pelo Brasil. Com tiragem crescente de 2.000 para 5.000 exemplares, em 1969.

Também alguns projetos da DEF referentes à alteração das legislações, tiveram importantes encaminhamentos. Em 1966 a instituição apresentou um panorama da situação da Educação Física nas escolas, justificando a necessidade de regulamentação do artigo 22 da LDB nº 4.024/1961, por sua importância como um dos fatores básicos junto às finalidades da Educação. A proposição foi acolhida e concretizou-se no Decreto nº 58.130/1966, visto no primeiro capítulo.

Neste período, a DEF foi integrada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), segundo o Decreto-Lei nº 200 (BRASIL, 1967a), durante a reorganização dos Ministérios. Nessa nova distribuição de poderes, o MEC abrangeu: educação, ensino (exceto militar), magistério; cultura, letras e artes; patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico e desportos.

Antes de sua extinção em 1970, a DEF enviou um projeto ao Conselho Federal de Educação, quanto à extensão da prática das atividades físicas a todos os níveis de ensino. Essa proposta teve aprovação pelo conselho, e a redação do mesmo artigo 22, foi modificada pelo Decreto-lei nº 705 (BRASIL, 1969c).

Com uma nova reorganização do MEC, publicada no Diário Oficial pelo Decreto nº 66.967 (BRASIL, 1970), seus Órgãos Centrais de Direção Superior subdividiram-se em Departamentos, como os de: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Assuntos Universitários, Educação Complementar, Assuntos Culturais, Administração, Apoio e “com a importância observada pela prática das atividades físicas em todo o país (CAPINUSSU, 1991, p. 43)”, a DEF tornou-se o Departamento de Educação Física e Desportos, o DED (figura 2.4).

A organização em departamentos obedecia a um modelo empresarial, que permitia uma maior eficiência na “tecnoburocracia”, tendência administrativa do regime militar, que do mesmo modo, atingiu as universidades brasileiras do período. Também o DED manteve o programa de publicações sobre a área, lançando várias obras, dentre elas mereceram destaque por serem títulos referenciais do período, o “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil” de 1971, a brochura “Esporte para Todos” de 1978 e a publicação feita em conjunto com a Academia da

⁶⁷ Este periódico foi posteriormente incorporado pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), ganhando outros nomes.

Comissão Internacional do Esporte Militar (ACISM) e a Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA), denominada de “Estágio Técnico do Brasil” direcionada a Educação Física voltada ao treinamento militar, distribuída durante a década de 1970. Deu continuidade ao “Boletim Técnico Informativo”, embora com outras denominações. Em 1970, o boletim passou a ser a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva”; entre 1971-1974, a “Revista Brasileira de Educação Física” e entre 1975-1980, a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”.



Fig. 2.4 - Logotipo da DED, tal como na época. Na década de 1970, este órgão substituiu o departamento anterior, a DEF. (Fonte: Acervo da autora).

Em 1978, houve outra reestruturação do MEC, com a criação de seis secretarias; sendo que o DED transformou-se em Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED/MEC), através do Decreto nº 81.454 de 17 de março (BRASIL, 1978).

Fundamental destacar o Artigo 21º por discriminar como finalidade da Secretaria de Educação Física e Desportos: o planejamento, a coordenação e supervisão do desenvolvimento da Educação Física e dos Desportos, de acordo com a Política Nacional de Educação Física e Desportos. Também o artigo assinalava como suas funções: cooperar técnica e financeiramente com as unidades federadas e as instituições particulares de ensino, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal. Essa organização federal foi mantida até 1990.

Em relação às publicações da SEED, a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” continuou a ser editada até 1984, sendo que a partir da 47ª edição passou para uma tiragem de 50.000 a 100.000 exemplares (OLIVEIRA, 2003a, p. 92).

2.2. O Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE)

Criado pela Lei Estadual nº 2.749 (SÃO PAULO, 1954) existia uma repartição análoga a Divisão da Educação Física federal (DEF), o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), que subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, assessorava tecnicamente o Conselho Estadual de Educação.

Afinado com a política de incrementar os esportes e a Educação Física, o governador Adhemar de Barros instituiu em 24 de janeiro, pelo Decreto Estadual nº 42.977/1964, o Campeonato Colegial⁶⁸ de Esportes do Interior do Estado de São Paulo, como parte dos festejos comemorativos da Semana da Pátria. O torneio de realização anual, inicialmente disputado pelos estabelecimentos oficiais de ensino de grau médio (ginasial e colegial), era regulamentado e organizado pelo DEFE, com verbas próprias do orçamento desse departamento.

Neste mesmo ano de 1964, a Assembléia Legislativa paulista, promulgou a Lei nº 8.294, que estabelecia entre os dias primeiro e sétimo de setembro de cada ano, a “Semana da Pátria”, nas escolas oficiais de grau médio e nas particulares. Nos dias das comemorações deveriam ser realizadas, atividades cívicas, literárias e esportivas, como concurso de fanfarras e orfeões, entre outras atividades estabelecidas pela Secretaria da Educação e pelo Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE).

Criado pela fusão do Departamento de Educação Física e da Diretoria de Esportes de São Paulo, o governador Adhemar de Barros por meio do Decreto Estadual nº 45.012 (SÃO PAULO, 1965), regulamentou o DEFE, atribuindo ao

⁶⁸ Os “Campeonatos Colegiais” foram megaeventos, realizado desde 1940, com sua primeira edição realizada na cidade de Santos (SP), apesar de algumas descontinuidades. As normas estaduais que tratavam desses certames em São Paulo, como o Decreto Estadual nº 42.977/196, Lei Estadual nº 8.294/1964 e o Decreto Estadual nº 50.411/1968, encontram-se no ementário (SÃO PAULO, 1985).

departamento a organização, orientação, difusão e fiscalização da prática de Educação Física e dos esportes no ensino de grau primário e médio; já que o Conselho Estadual de Educação, não dispunha de elementos especializados na área.

De atribuições semelhantes ao departamento federal, o DEFE também estabelecia programas de Educação Física e Esportes e mantinha um Serviço destinado a dar cumprimento às atribuições do Conselho Regional de Desportos. Com esta autoridade: aprovava, rejeitava ou sugeria modificações nas instalações e plantas de novos edifícios para estabelecimentos de ensino, na parte destinada à prática da Educação Física e Esportes, assim como orientava e fiscalizava as atividades de professores e médicos especializados na área, em exercício nestes locais (SÃO PAULO, 1965, p.01).

Esse mesmo decreto descreveu a estrutura do DEFE, que acreditamos ser melhor visualizado, no formato do organograma a seguir, por meio da figura 2.5. Essa representação teve como finalidade revelar: a hierarquia, a divisão de trabalho, a autoridade e a responsabilidade de cada uma de suas repartições. Neste sentido, o DEFE estava estruturado em duas divisões, uma técnica e outra administrativa, cada um com uma destinação de verbas. A maior quantidade de cargos concentrava-se na Divisão Técnica, subdividida ainda em Serviços: de Educação Física, de Esporte, de Recreação, Delegacias Regionais, Biblioteca, Transportes e Garagem. Em relação à Educação, o Serviço de Educação Física era a repartição que se ocupava do ensino escolar, do pré-primário ao médio, bem como do cadastramento de professores e outros profissionais que atuavam na área dentro das escolas públicas e particulares e dos Centros de Educação Física, clubes entre outros. Na organização do DEFE, percebe-se que em 1965 em São Paulo, já existia uma separação entre o Serviço da Educação Física e o Serviço dos Esportes. Este último também com seu próprio cadastro e seção de organização, fiscalização e promoção de competições esportivas.

Até meados de 1967, as discriminações para o Departamento Estadual partiam da Divisão de Educação Física e Desportes, de orientação federal.

Ainda em 1967, em São Paulo, o Departamento de Educação Física e Esportes foi promovido ao ser deslocado para a Secretaria de Cultura, Esportes e

Turismo, que neste período também abarcava atividades consideradas de promoção social.

O Decreto Estadual nº 49.165/1967 (*op.cit.*) comparável ao Decreto-Lei Federal nº 200 (BRASIL, 1967a), dispunha ainda sobre uma reforma administrativa das atividades de promoção social, cultura, educação física, esportes e turismo a nível estadual.

Pelo Decreto nº 49.165 (SÃO PAULO, 1967), Abreu Sodré, então governador paulista, separou as atividades em questões relacionadas à promoção social, na Secretaria de mesmo nome. Questões da Educação Física e dos Esportes, o DEFE, e assuntos ligados à cultura e turismo, passaram a concentrarem-se na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo (valendo destacar que as três atividades, eram grandes mobilizadoras de verbas oficiais). As prescrições dessa Secretaria para a Educação Física eram a formação e aperfeiçoamento de técnicos em Educação Física e em esportes. Também orientava, incentivava e fiscalizava as práticas dos esportes amadores.

Assim, Abreu Sodré ponderando que o gosto pela prática de esportes apenas era possibilitado, se incutido desde a infância junto com seu melhor estímulo, a competição; dispôs através do Decreto Estadual nº 50.411/1968, sobre a realização de jogos infantis em 1968, nas sedes das Delegacias Regionais de Educação Física.

Os jogos deveriam ser realizados anualmente no segundo semestre, a partir da segunda quinzena de Setembro, acompanhando também o período escolar das comemorações cívicas. O decreto autorizava as Delegacias de Ensino Elementar e as diretorias dos Grupos Escolares a suspenderem as aulas. A instituição regulamentadora e coordenadora dos jogos infantis, neste momento, era a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

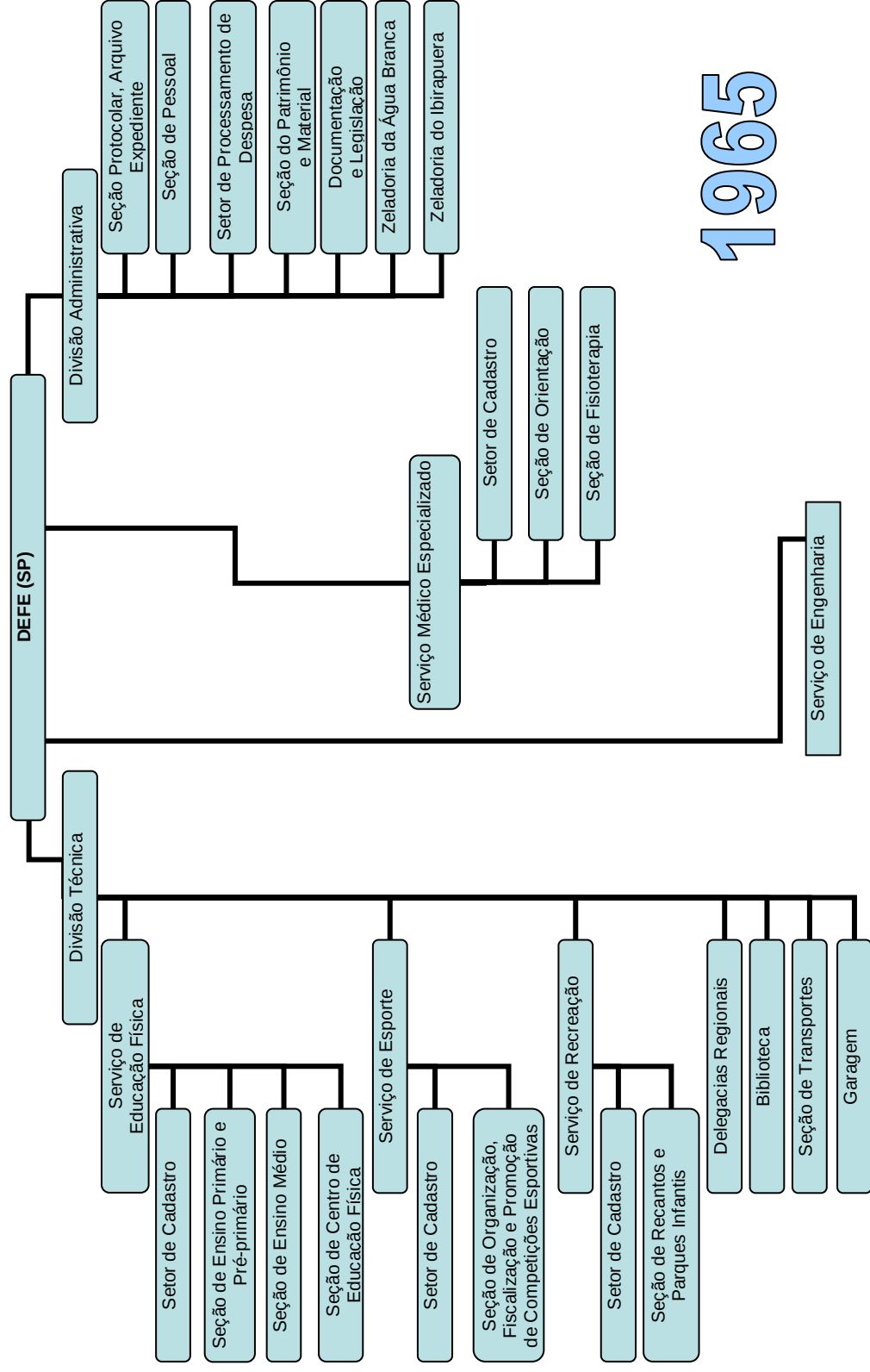


Fig. 2.5 - Constituição do Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), segundo a Lei Estadual n° 45.012. Desenho de autoria própria, com base na legislação (SÃO PAULO, 1965).

Em 1969, a participação no Campeonato Colegial de Esportes, patrocinado pelo Departamento de Educação Física e Esportes da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, deixou de ser um convite; tornando-se uma atividade obrigatória a todos os estabelecimentos de ensino oficiais. Eram computados como “efetivo dia de exercício”, os dias em que, os professores acompanhavam suas equipes nas diversas fases do Campeonato.

No mesmo ano, Abreu Sodré estendeu aos estabelecimentos de ensino primário, a comemoração da “Semana da Pátria”, pelo Decreto de 13 de Agosto de 1969; com o balizamento e verbas da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Ao tornar esta entidade, que também regulava a Educação Física nas escolas, como promotora do evento, aproximou os fazeres da área, aos desfiles e ao sentimento de identidade nacional:

Considerando que é nas escolas primárias que se inicia e aprimora o culto às nossas tradições cívicas;

Considerando, ainda que, nas comemorações de que trata a lei acima referida se incentiva o sentimento de brasilidade, pelo amor à Pátria e a evocação do seu passado histórico (SÃO PAULO, 1985, p. 424);

Apontando o culto ao civismo existia, nas palavras do governador paulista Abreu Sodré, certa sintonia com o discurso do projeto militar de construção de identidade nacional.

Reforça essa observação, o Decreto Estadual nº 51.607/1969, explicitando o peso dado ao esporte pelo governador, disponível no ementário:

Considerando o valor do esporte como um dos elementos básicos da educação integral de nossa juventude;

Considerando que a força esportiva do País se encontra nas escolas;

Considerando, finalmente, que no desenvolvimento e aproveitamento dessa força esportiva reside a esperança da projeção do Brasil no cenário esportivo mundial,

Decreta.... (SÃO PAULO, 1985, p. 423)

A fala de Abreu Sodré, de 31 de março de 1969, revela que a Educação Física não ficava imune a este tipo de formulação ideológica. Um exemplo eram os campeonatos escolares realizados entre equipes de diversas escolas públicas do Estado de São Paulo. Esses certames eram divididos em “chaves” ou etapas de competição, distribuídas dentro do calendário. À medida que ocorriam os jogos e as

disputas das modalidades individuais, havia um afunilamento das “chaves”, somente com os vencedores de cada disputa, chegando às finais, que deveriam coincidir com o período escolar das comemorações cívicas de sete de setembro.

O campeonato e a comemoração cívica, planejados no calendário letivo para serem realizados nesta ordem, propositalmente geravam um clima de torcida, de identificação e de pertencimento entre os alunos e suas comunidades escolares. Embora no desfecho final apenas participassem os discentes de apenas algumas escolas, as campeãs (figura 2.6).



Fig. 2.6 - Premiação do Campeonato Colegial, modalidade Atletismo. No pódio da chave municipal, a disputa entre os dois ginásios estaduais, a Escola Canadá e a Escola Andradás, extinta pela municipalização. A imagem encontra-se em processo de degradação, armazenada na Pasta Catálogo Arquivo de Fotos do Clube. Foto de autoria desconhecida, década de 1970. (Acervo do Brasil Futebol Clube).

O “Diagnóstico da Educação Física e Desportos” relata algumas das iniciativas do estado de São Paulo, feitas em novembro de 1969; época em que o DEFE criou dez “Divisões Regionais”, com 51 subdivisões na perspectiva de atingir todos os municípios do Estado (DaCOSTA, 1971). No “Relatório da Programação Esportiva do Biênio 1970/1971” ⁶⁹ havia o comentário sobre a promoção integrada do DEFE com as DREFES e com outros órgãos municipais do Estado, como as “Comissões Municipais de Esporte” (CMEs). Fazia parte desta programação cinco “Jogos Regionais” que incluíam todas as zonas do Estado: norte, sul, oeste, leste e litoral; a continuação do “Campeonato Colegial de Esportes” e dos “Jogos do Campeonato Aberto do Interior”.

Ainda em 1969, foi acrescida à Constituição de São Paulo, a Emenda nº 2, de 30 de outubro, preconizando no artigo 128 a organização do sistema estadual de desporto. O sistema estadual de desportos já estava definido e em execução dois anos antes; quando houve a criação da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, por decreto. Essa emenda à Constituição de São Paulo, somente afiançava o apoio de outras instâncias políticas a sua existência:

...a lei disporá sobre o amparo à cultura, proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental e de preservação dos locais de interesse turístico e de beleza particular, bem como organizará o sistema estadual de desportos (SÃO PAULO, 1985, p. 396).

Com a criação do sistema estadual de desportos, englobando vários órgãos, o DEFE questionou suas funções de organização e fiscalização dentro do novo organograma do estado. Motivo pelo qual, este órgão encaminhou ao CEE paulista, uma solicitação de pronunciamento a respeito (CONSELHO, 1973).

Independentemente disso, o sistema estadual de desportos previsto foi organizado em 1970, com o Decreto-Lei nº 190⁷⁰, em cumprimento ao artigo 128º da Constituição de São Paulo.

⁶⁹ O “Relatório da Programação Esportiva do Biênio 1970/1971” é uma brochura produzida pela Secretaria Municipal de Esportes de Santos em parceria com a Secretaria Estadual de Esportes e Turismo, que foi encontrada no Arquivo do Museu De Vaney.

⁷⁰ Apesar do Regimento da Educação Física paulista ser de 1942, ele aparece em documentos dos anos de 1970. Os documentos dos pareceres citados e as legislações paulistas relacionadas à Educação Física, encontram-se disponíveis na íntegra, no ementário (SÃO PAULO, 1985).

Afora a organização do Sistema Estadual de Desporto, foram estabelecidas normas para a estruturação financeira e orçamentária.

Logo, inferiu-se que a Educação Física e os Esportes, ainda responsabilidades do DEFE, e ainda locados na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo; continuavam a receber verbas separadas daquelas destinadas as disciplinas e atividades escolares, subordinadas à Secretaria da Educação Estadual, o que vem a reafirmar certa autonomia da área dentro do âmbito escolar.

A Resolução da Secretaria da Educação (SE), de três de setembro de 1970, disciplinava a suspensão de aulas e trabalhos escolares em estabelecimentos da rede oficial nos feriados civis, religiosos, pontos facultativos estaduais e comemorações cívicas. O peculiar dessa resolução encontra-se no artigo 1º, que tornava obrigatório o comparecimento de professores, alunos e funcionários às festividades cívicas, realizadas em vinte de um de abril, primeiro de maio, sete de setembro, quinze de novembro e trinta e um de março, dia do golpe militar. Essa resolução da Secretaria de Educação foi reafirmada em 1971, com a Lei nº 10.416/1971.

Inicialmente a organização dos eventos das comemorações cívicas ficava sobre a responsabilidade da DEFE e da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. A partir de 1970, esses eventos passaram a ficar sob a guarda da Secretaria de Estado de Negócios da Educação. Começava então, uma delineação do que era assunto da Educação Física na escola e a quem deveria subordinar-se, o que era do esporte e a quem competia organizá-lo.

Espelharam essa dicotomia dois decretos, ambos de 1972, no governo de Laudo Natel. Um deles foi o Decreto nº 168 (SÃO PAULO, 1972a), que aprovava o Regimento Interno do Conselho Regional de Desportos do Estado de São Paulo, como um órgão consultivo, mais voltado para a área esportiva. Os artigos extraídos do Decreto nº 168/1972, revelaram a convivência do Conselho Regional tanto com o Conselho Nacional de Desportos, como com o DEFE:

Artigo 1º - O Conselho Regional de Desportos do Estado de São Paulo, criado em virtude do Decreto Federal nº 3.199, de 14 de abril de 1941, nos termos do Decreto Estadual nº 45.012, de 15 de outubro de 1965, funcionará em estrita colaboração com o Conselho Nacional de Desportos, exercendo sua autoridade como órgão consultivo do Governo do Estado.

Artigo 2º - O Conselho Regional de Desportos do Estado de São Paulo para cumprir suas finalidades exercerá sua ação em estrita

colaboração com o Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - O Departamento de Educação Física e Esportes, além das atribuições que lhe são conferidas por leis e regulamentos em vigor, encarregar-se-á, também, de aplicar as resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Desportos e Conselho Regional de Desportos.

...

Artigo 4º - Na composição o Conselho Regional de Desportos de Estado de São Paulo constituir-se-á de: Diretor Geral do Departamento de Educação Física e Esportes, seu Presidente nato: um representante indicado pelo Conselho Nacional de Desportos: um representante das federações esportivas de São Paulo, por elas indicado, e dois desportistas de livre escolha e indicação do Governo do Estado.

...

Artigo 10º - No Edifício onde se localiza o Departamento de Educação Física e Esportes serão reservadas dependências para o funcionamento de sua Secretaria do Conselho Regional de Desportos (SÃO PAULO, 1972a, p. 01).

Já o Decreto nº 906, de 29 de dezembro (SÃO PAULO, 1972b), extinguiu o Serviço de Educação Física da Divisão Técnica do Departamento de Educação Física e Esporte; reafirmou o DEFE, como o órgão que continuaria organizando os Campeonatos Colegiais de Esporte e Jogos Infantis e realocou todos os cargos de Técnico de Educação, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, para a Secretaria da Educação.

Em pesquisa ao Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP), notou-se a movimentação do DEFE, principalmente entre 1960 até 1974, com notícias como: solicitação de empenho para compra de medalhas, troféus, ou ocupando-se da contratação de funcionários, ou licença, afastamento de professores por motivos variados inclusive participação em campeonatos.

Neste ano de 1974, o governador Laudo Natel alterou a estrutura da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, por meio do Decreto nº 4.093, criando a Coordenadoria de Esportes e Recreação, que executaria as políticas relacionadas à área, sendo que as Inspetorias Regionais subordinavam-se a esta Coordenadoria.

Depois de 1974, o governador Paulo Egydio Martins promulgou o Decreto nº 5.929/1975, alterando novamente a estrutura da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.

Os últimos registros de atuação do DEFE publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) datam de 1977⁷¹; muito embora o período de 1974 até 1977 tivesse sido marcado por atuações mistas entre ele e a Coordenadoria de

⁷¹ O último registro foi no DOSP de 14/04/1977 sobre a acumulação de cargo de médico efetivo locado no DEFE.

Esportes e Recreação. De qualquer modo, de 1974 até 1985, a maioria das notícias do DOSP, relacionadas aos Esportes, eram ações que passaram a ser encabeçadas pela Secretaria de Esportes e Turismo, e as ações relacionadas à Educação Física e os esportes na escola, coordenadas pela Secretaria de Educação; substituindo as funções que antes eram realizadas pelo DEFE.

Reforça esta afirmação, outras escrituras oficiais, ligadas à Educação Física e aos Esportes nas escolas de São Paulo. Em 1977, o Decreto nº 10.623 (SÃO PAULO, 1977), que determinava o regimento comum das escolas estaduais de primeiro grau apontou que era a Direção da escola, que asseguraria a participação ou não da unidade em atividades cívicas, sociais e desportivas da comunidade, flexibilizando o que era obrigatório anteriormente.

Enquanto em 1978, o Decreto Estadual nº 12.342 (SÃO PAULO, 1985) dizia que era campo de competência da Secretaria de Estado da Saúde, aprovar as edificações destinadas ao ensino nas escolas, assim como os locais de reunião para eventos recreativos, sociais, culturais, religiosos e esportivos; o que anteriormente era uma das funções da DEFE. A Resolução SE nº 48 de 10 de abril de 1980, firmava ser uma diretiva conjunta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP), Secretaria do Esporte e Turismo (SET) e Grupo de Coordenação, as atividades escolares relacionadas ao Campeonato Colegial de Esportes do Estado de São Paulo; ressaltando o dever da “culminância do Campeonato em coincidir com os festejos comemorativos da “Semana da Pátria” (SÃO PAULO, 1985, p. 496).

No entanto, iniciava-se na década de 1980 uma mudança no comportamento entre as Secretarias. Se durante a década de 1970, a SEESP subordinava-se às solicitações do DEFE para cessão e uso de prédios escolares por entidades esportivas, cívicas e recreativas. Em 1982, ocorreu um reposicionamento retratado no Decreto nº 18.731/1982 (SÃO PAULO, 1985). O documento mostrava que o cedente do uso dos prédios escolares, havia se tornado a SEESP e como cessionária, a SET.

Em 1983, a cessão para o uso múltiplo, consolidou-se na Lei Estadual nº 3.730 (SÃO PAULO, 1983). Todavia para que fosse viabilizada havia a participação de um “Grupo de Trabalho”, que articulava autorização, adoção de medidas necessárias ao uso, fiscalização e conservação; junto às várias Secretarias; sediado

na Secretaria da Educação. Exemplificando, as atividades que envolviam uso de vias públicas, como os programas do “Esporte para todos”, ou os desfiles; que deveriam ter o consentimento do Departamento do Sistema Viário, da Saúde, da Segurança Pública, entre outros.

Pensando na estrutura física da rede estadual e no que poderia proporcionar aos educandos, não exclusivamente seus equipamentos, mas como possibilidade das unidades tornarem-se alojamentos; o governo Montoro, em 1984, instituiu permanentemente os programas: “Interior na praia” e “Redescobrimento do Interior” (SÃO PAULO, 1985, p. 488), com atuação conjunta das Secretarias da Educação, Segurança Pública, Esportes e Turismo e Secretaria do Interior.

Essas participações híbridas, particularmente entre a Secretaria de Esportes e Turismo e a Secretaria de Educação, indicaram o declínio da influência do órgão da Educação Física e dos Esportes no ambiente escolar, sinalizando um conflito entre departamentos. O que antes era tipicamente coordenado pela repartição da área, foi tornando-se cada vez mais, eventos sob a responsabilidade da Secretaria da Educação.

Até 1982⁷², os jogos escolares da rede estadual de primeiro e segundo graus (JEESP) ficavam ainda sob a responsabilidade da Secretaria de Esportes e Turismo. Em 1984, essa situação mudou, inclusive em relação a seu regulamento, que passou a ser feito pela equipe pedagógica da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas⁷³ (CENP), ligada à Secretaria da Educação.

Importante destacar, alguns artigos do regulamento de 1985 do JEESP (Resolução SE nº 22/1985). O artigo 1º ao citar os envolvidos, não apontava em nenhum momento a Secretaria de Esportes e Turismo; o artigo 8º que asseverava que apenas poderiam participar os alunos com frequência normais em todos os componentes curriculares e participação ativa nas aulas de Educação Física. No tema modalidades disputadas, tinha-se: basquetebol, handebol, voleibol, atletismo, ginástica olímpica, ginástica rítmica desportiva, xadrez e tênis de mesa; sendo que o futebol não aparecia em nenhum momento do JEESP.

⁷² Para Pedroso (2001) o processo de democratização em São Paulo, teve como marca a eleição direta de André Franco Montoro, neste ano. As diretrizes básicas de sua campanha e gestão forma participação, descentralização e geração de empregos.

⁷³ A CENP foi criada em 1976, no governo de Paulo Egydio Martins. A partir de 1980, a CENP passou a ser uma das principais responsáveis na definição das políticas educacionais de São Paulo. Anteriormente a CENP, havia o Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais (CERHUPE), que realizava o planejamento controle e instalação de tecnologias educacionais.

Talvez a transição de influência da Educação Física escolar para a Educação tenha sido mais evidenciada ao se focar a “Semana da Pátria”, evento cívico dos mais vultosos na época da ditadura (figura 2.7).

Através dos documentos recuperados verificou-se que a “Semana da Pátria de 1964”, foi um evento realizado pela parceria entre a Secretaria de Educação e o Departamento de Educação Física e Desporto. Em 1969, o mesmo evento foi realizado somente pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; e em 1985, a “Semana da Pátria” foi realizada com a participação conjunta da Secretaria da Cultura, Secretaria de Esportes e Turismo, contudo sob a coordenação da Secretaria da Educação.

Ao final da ditadura militar houve um esmaecimento da importância das repartições institucionalizadas específicas da Educação Física e dos esportes, assim como sua “desformalização” e influência no âmbito dos saberes escolarizados.



Fig. 2.7 – Desfile em comemoração cívica. Com a presença do governador de São Paulo Laudo Natel e outras autoridades militares, nas escadarias do Paço Municipal em Santos, SP, 1971. Foto de José Dias Herrera (Fonte: Acervo do FAMS).

2.3. A atuação da Delegacia Regional de Educação Física e Esportes (DREFE) na cidade de Santos (SP)

Observou-se por meio da Figura 2.1 (p. 106) uma coincidência na criação da Diretoria de Esportes de São Paulo, pelo Decreto nº 10.409 e a instalação da Comissão Central de Esportes (CCE)⁷⁴, na cidade litorânea de Santos⁷⁵, pela iniciativa de sua prefeitura, no ano de 1939.

Entre 1942 e 1943 houve uma grande movimentação na área, com a transferência para Santos (SP) do inspector regional do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: o professor de Educação Física Oscar da Silva Musa.

Musa fez um levantamento da situação esportiva e da Educação Física dos clubes e parte esportiva das escolas, relatando a atuação da CCE, publicando seus comentários no jornal local “A Tribuna” (MUSA, 1944). Além do I Campeonato Colegial Estadual em Santos, organizou outros certames na cidade, durante a década de 1940, como o Campeonato Escolar de Educação Física de Santos com a participação dos grupos escolares municipais e o Campeonato de Xadrez.

Realizou parcerias importantes com o município e com a CCE; possibilitando a fixação da sede e a criação em conjunto com a prefeitura, do Serviço de Educação

⁷⁴ A CCE existia em outras cidades de São Paulo (SANTORO, 2010) e sua atuação correspondia à das secretarias de esportes municipais da atualidade.

⁷⁵ Santos, município de 749 km² estabelecido entre área continental e insular do litoral sul do estado de São Paulo, desde os primórdios da colonização brasileira dispõem de extenso ancoradouro natural, e que ao longo da história vem esforçando-se na aquisição e manutenção do *status* de principal escoadouro mercante nacional. Para Vilas Boas (2005), o porto exerceu e exerce uma extraordinária influência na vida econômica e social local. O poderio econômico e político da cidade-porto financiou sua auto-suficiência. Revelada em vários episódios, como no saneamento da cidade pela construção dos canais para drenagem; na constituição de uma significativa oposição política sindical portuária ao Estado e no desenvolvimento de um orgulho identitário local. As reivindicações políticas foram duramente combatidas nos governos de ditadura; e a cidade-porto foi declarada, por duas vezes, área de segurança nacional, sofrendo intervenções federais. Cidade histórica, com edificações antigas e construções como os jardins da orla da praia; foi na década de 1950, com a melhoria do sistema viário entre São Paulo, Santos e região, que as políticas públicas municipais direcionaram maiores esforços para que a cidade-porto se tornasse cidade-balneário, oportunizando elementos de atratividade turística, incremento a construção civil de imóveis de veraneio na orla marítima, a promoção de eventos e certames esportivos e a disponibilização de espaços informais e não formais de lazer e práticas de atividades físicas aos turistas. A partir de 1969 e durante o período retratado nesta tese, o município de Santos foi declarado de interesse da Segurança Nacional, pelo Decreto-Lei nº 865 (BRASIL, 1969d). Com relação à Educação Física e aos Esportes, vale lembrar que entre as décadas de 1960-1970, a cidade ganhou popularidade nacional e internacional, com as vitórias do Santos Futebol Clube, em diversos campeonatos e com as extraordinárias *performances* de seu principal jogador Edson Arantes do Nascimento, Pelé; defendendo o vitorioso time brasileiro em três Copas de Futebol Mundial, nos anos de 1958, 1962 e 1970 (VILAS BOAS, 2005).

Física Municipal. Esse serviço foi destinado ao atendimento dos alunos de grupos escolares da cidade, com a nomeação de dois professores especializados em Educação Física. Vale lembrar que nesta época a Educação Física primária não era obrigatória, e que o Serviço de Educação Física do Estado criado para atender o primário e o pré-primário, somente surgiu em 1965.

Com a criação em 1954 da DEFE, a inspeção regional passou a ser feita em cidades de porte, pelas Delegacias Regionais de Educação Física e Esportes (DREFE)s; intensificando a fiscalização da Educação Física. Corroborando com essa questão tornou-se interessante destacar um manual divulgado pela DREFE santista (figura 2.8).

O material sinalizava que sua confecção agregava outros valores além do financeiro, dava um peso à Educação Física local, não somente pela gramatura do papel, número de folhas e imagens, como pela representação da oficialidade, pela simbologia e por seu conteúdo.

Seu texto estimulava a adequação das unidades escolares, às especificações das instalações e disponibilização de equipamentos como a possibilidade de atrair o aluno voluntariamente à realização das práticas educativas sugeridas pela Educação Física escolarizada.

Considerado como uma peça publicitária por divulgar e incentivar um determinado tipo de consumo de serviço e equipamento, e que normalmente não tem indicação de data em função do reaproveitamento das matrizes tipográficas; estimou-se que sua publicação ocorreu ao final da década de 1950, já que o professor Musa saiu do cargo da DREFE em 1956.

Até o final da década de 1940, a DEF aprovava unidades de ensino secundário, com salas para a Educação Física feminina ou masculina, com no mínimo 130 metros quadrados, e áreas livres para as práticas, que fossem retangulares com 1.500 metros quadrados. Pelo manual, observou-se um aumento nas áreas das salas de Educação Física para 200 metros quadrados, evidenciando uma posterior alteração nas especificações para aprovação; além do referido manual mostrar imagens de salas com “capacidade para um trabalho com 100 alunos” e outra para cinquenta educandos, prescrição que somente foi promulgada num período posterior, pelo Decreto nº 69.450 (BRASIL, 1971c).

A citação pelo texto do manual “da lei de 25% de faltas”, foi uma menção ao contrário da obrigatoriedade de presença de 75% de aulas na Educação Física, para aprovação do aluno.

O timbre e as especificações dos equipamentos sugeriam o território de ocupação pela DREFE de Santos, no âmbito escolar. Na prática, salientavam sua função, naquele momento irreversível, de aprovação, rejeição ou sugestão nas instalações e plantas destinadas à prática da Educação Física, nos estabelecimentos de ensino, de qualquer ramo ou grau.

Interessante destacar o seguinte excerto do Manual⁷⁶:

Se o seu educandário não está em condições de se prover num só ano, de todo o material necessário à instalação da SALA DE AULA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA, não fique fora desta campanha por este motivo.

Um plano para a instalação dentro de dois, três, ou quatro anos, estará contribuindo para que, em futuro bem próximo, os seus alunos tenham todos, o material necessário.

O educandário não conta no momento, com espaço coberto para a instalação da SALA DE AULA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA? Instale o material ou parte dele, ao ar livre, porém em local adrede preparado para, num futuro próximo, receber uma cobertura (Galpão modesto, mas que possa abrigar não somente os aparelhos, como em particular os alunos).

Tudo é possível realizar, dependendo apenas da boa vontade e sobre tudo de um plano diretor, a fim de ser executado com rigor e dentro do espaço de tempo julgado necessário pelo educandário (MANUAL, 195?).

O autor do texto, possivelmente o próprio Oscar da Silva Musa, mostrou não somente conhecer a realidade das escolas e dos professores da região; assinou cada um dos exemplares do manual impresso e carimbou-os. Essa artesanaria, conjugada aos argumentos técnicos e legais, reforçaram as arguições pessoais, como o enaltecer o corpo docente da área, para a *posteriore* realizar uma chamada cívica:

Apelamos a todos os diretores de educandários, professores de Educação física e autoridades em geral, além de darmos o exemplo. Transformaremos a região de Santos no mais bem montado centro de Educação Física do estado, continuando a ser a pioneira das boas realizações no setor educacional (MANUAL, 195?).

⁷⁶ Por ser um material de divulgação publicitária, que normalmente não apresenta datação em função da possibilidade de reimpressão sem grandes custos, o “Manual da DREFE” encontra-se como um documento solto, dentro da Caixa nº 8, do Acervo Pessoal do Prof. Oscar Musa, no Museu De Vaney de Santos.



DELEGACIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES

Rua João Pessoa, 16 - 2.º andar - sala, 209

SANTOS

Estamos apresentando a V. S. fotografias e detalhes de aparelhos e de material, necessários a uma eficiente aula de educação física.

O grande empenho das autoridades, no momento, é o de obter dos educandários a instalação do que passamos a chamar de **SALA DE AULA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA**.

Os 200 metros quadrados (sala de 20x10x7, por exemplo), mínimo exigido, possibilitará um eficiente trabalho do professor, transformando-se por completo a paisagem da educação física. O bom aparelhamento à disposição do professor, tornará a sala muito mais atraente, constituindo-se em convite permanente à frequência voluntária dos alunos.

Com bom aparelhamento e com o já excelente corpo de professores de educação física de nossa Região, estamos seguros de que o número de dispensas e o de alunos incurso na lei 25, de faltas, será reduzido a quase zero.

Já é chegado o tempo de se ministrar uma aula sem obrigar o professor a improvisar quase tudo, por falta de material necessário.

Apelamos a todos os diretores de educandários, professores de educação física e autoridades em geral, afim de dar-nos o exemplo. Transformemos a região de Santos no mais bem montado centro de Educação Física do Estado, continuando a ser a pioneira das boas realizações no setor educacional.

Se o seu educandário não está em condições de se prover, num só ano, de todo o material necessário à instalação da SALA DE AULA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA, não fique fora desta campanha por este motivo.

Um plano para a sua instalação dentro de dois, três ou quatro anos, estará contribuindo para que, em futuro bem próximo, os seus alunos tenham todos o material necessário.

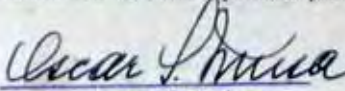
O educandário não conta, no momento, com espaço coberto para a instalação de SALA DE AULA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA? Instale o material ou parte dele, ao ar livre, porém em local adrede preparado para, num futuro próximo, receber uma cobertura (Galpão modesto, mas que possa abrigar não somente os aparelhos, como em particular os alunos).

Tudo é possível realizar, dependendo apenas da boa vontade e sobre tudo de um plano diretor, afim de ser executado com rigor e dentro do espaço de tempo julgado necessário pelo educandário.

Acreditamos terem, o nosso Estado e particularmente a nossa Região, chegado ao ponto ideal para iniciarmos a marcha, afim de nos colocarmos ao lado daqueles que atingiram um grau de adiantamento pedagógico, capaz de atrair os jovens estudantes às práticas educativas, não porque sejam obrigados e sim por serem elas, reconhecidamente necessárias, utilizadas por bons professores.

Apresentamos, além de diversas fotografias, duas indicando locais apropriados para a prática de educação física e com capacidade para turmas de diversos números de alunos.

A sala "A", tem capacidade para um trabalho com 100 alunos e a "B", tem capacidade para 50 alunos.



Oscar da Silva Musa
Delegado Regional de
Educação Física e Esportes

Fig. 2.8 – “Manual da DREFE” de Santos, SP, 195?. Foto de autoria própria. (Fonte: Museu De Vaney).

A frente da DREFE, Oscar da Silva Musa desempenhou um papel que extrapolava a inspeção das escolas e outras instituições, em relação aos espaços destinados a Educação Física e Esportes. Possibilitou que o departamento local tivesse uma função social, ao colaborar na organização de eventos que divulgassem a área, especialmente aqueles realizados pelas escolas. Foram várias as demonstrações de Ginástica Coletiva em grandes áreas e apresentações de Ginástica Ritmica, distribuindo diplomas/certificados aos professores e alunos participantes, encerramento realizado a posteriori dentro das escolas, mas que também se caracterizava como outro evento interno nas unidades escolares.

Além disso, divulgou e promoveu estudos sobre a Educação Física e Esportes ao permitir que funcionasse em 1955, no mesmo endereço da DREFE e do CCE, a sede do Clube de Professores de Educação Física da cidade, convergindo e congregando os profissionais da área, “muitos mestres do Colégio Estadual Canadá” (SOUZA, 2011, p.5).

Em conjunto com a DEF nacional e o DEFE de São Paulo, trouxe cursos de “Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico” voltados aos professores e professoras da área.

Posteriormente a 1956, Alcino Pellegrini assumiu o comando. As demonstrações públicas e desfiles continuaram sendo incentivadas e os professores e alunos sendo estimulados a participarem dos eventos sociais.

Em 1964, Santos fazia parte da 24ª região esportiva do Estado. A DREFE e a CCE continuavam existindo, sediadas no mesmo endereço na cidade, e servindo também aos municípios de Cubatão, Guarujá, Itanhaem, Mongaguá, Praia Grande e São Vicente. A composição do CCE da baixada santista foi publicada no DOSP de 31 de março de 1964 (SÃO PAULO, 1964).

A regulamentação do DEFE, pelo Decreto Estadual nº 45.012 em 1965 (*op.cit.*), condicionou também a regulamentação das DREFEs; que passaram a fazer parte da divisão técnica. Além da exigência de que elas fossem dirigidas por um Especializado por escola de Educação Física oficial ou reconhecida, cujas atribuições eram fixadas pelo Diretor Geral do Departamento; ocorreu um retorno a sua especificidade, ou seja; sua função foi direcionada novamente para: organizar, orientar, difundir e fiscalizar instalações, em conjunto com os serviços médicos e de engenharia, em esfera regional (SÃO PAULO, 1965). Em 1967, o DEFE estadual foi

promovido a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, situação que causou uma reorganização nas DREFEs⁷⁷.

Até o final da década de 1960, as celebrações cívicas juntamente com os campeonatos escolares eram a culminância das práticas realizadas pelos professores da área, na escolarização da Educação Física. Esses eventos, durante um representativo período de tempo, reuniam não somente alunos e familiares, mas a população das cidades, podendo ser considerados uma tradição cultural na época.

A cidade de Santos, balneário com vocação para a prática esportiva (RODRIGUES, 1971; 1972; 1973; 1976), incluía no calendário municipal, além das festas e eventos culturais, também como atrativos turísticos, as apresentações cívicas e os certames esportivos, que ocorriam durante todo o ano (figura 2.9).

Ao final da página Olao Rodrigues, o jornalista que publicou o calendário turístico fez a seguinte observação:

Outros atos e certames, segundo as circunstâncias indicarem, poderão ser introduzidos no Calendário Turístico, inclusive os de atribuição dos setores de Cultura e Esportes da Secretaria de Turismo do Município (RODRIGUES, 1971, p. 166).

A separação expressa em 1971 continuou existindo nos Calendários Turísticos do Almanaque, nos anos seguintes. Em 1972, a divulgação do II Concurso Colegial de Bandas e Fanfarras de Santos e Litoral estava locada no Calendário Turístico, enquanto os eventos que se relacionavam ao esporte, em outro local do Almanaque, no Calendário Esportivo da cidade. Após 1973, nenhum dos calendários foi mais publicado (RODRIGUES, 1973).

Voltando ao Estado de São Paulo, até a metade da década de 1970 houve um aumento da participação e influência dos órgãos ligados à Educação no Estado de São Paulo, em relação à Educação Física nas escolas. O quadro 1, denominado de “Comparativo de acontecimentos importantes da Educação Física em nível nacional, estadual e municipal” (figura 2.1, p. 106); mostrou que a disputa de territorialidade, foi além da responsabilização pelas apresentações cívicas.

⁷⁷ Até o momento da pesquisa, não foi possível compreender se a DREFE, foi absorvida por algum órgão ou extinta. No caso de Santos (SP), o que está registrado no Gabinete da Secretaria de Esportes de Santos relaciona-se com a passagem da CCE para Secretaria Municipal de Esportes entre 1973-1974. Sendo que em 1985, esta repartição foi desmembrada em Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

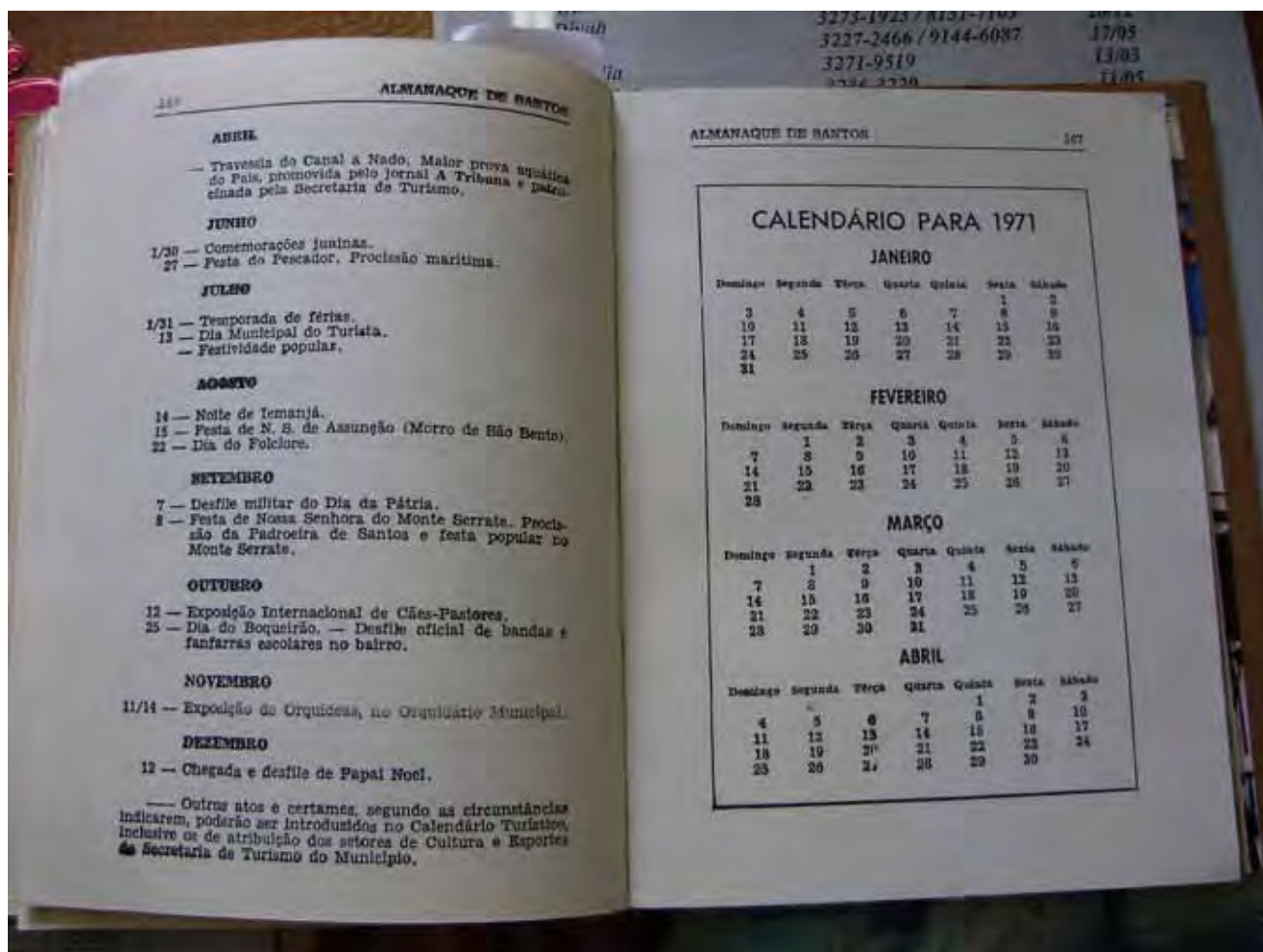


Fig. 2.9 – Calendário Turístico de Santos de 1971 com os eventos, publicado em Rodrigues (1971). Nota-se que juntos às festas religiosas estão os eventos cívicos, assim como os certames esportivos. Foto de autoria própria. (Fonte: acervo do Museu De Vaney).

Em 1973, com a criação do Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais (CERHUPE) e a distribuição na rede estadual dos “Guias Curriculares” (“Verdão”) com os conteúdos a serem trabalhados pela área, notou-se mais do que uma transição entre os poderes organizacionais, ou seja, um novo direcionamento nas políticas educacionais em relação à escolarização da Educação Física. Algumas medidas como o engajamento do Brasil no movimento mundial “Esporte para Todos”, as alterações em 1974 no Estado de São Paulo, na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, ou ainda pelas últimas publicações de feitos da DEFE, no Diário oficial em 1977, foram indícios dessas alterações.

O CERHUPE também sofreu modificações, sendo substituído pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em 1976, assim como houve uma implementação dos temas das várias disciplinas abordadas no “Verdão”,

pelas apostilas denominadas “Subsídios”, distribuídas por todo o estado, inclusive na região de Santos, entre 1978 a 1982.

Entre 1974 e 1975 ocorreram importantes alterações na Secretaria de Negócios de Cultura, Esportes e Turismo. Além de seu desmembramento em Secretaria de Cultura e Secretaria de Esportes e Turismo; neste último ano, dentro da intitulada “Secretaria do Estado de Negócios de Esportes e Turismo”, houve a criação da Divisão de Esportes, pelo Decreto nº 5.994 (SÃO PAULO, 1975).

Os relatórios anuais sobre as atividades ligadas ao esporte e à Educação Física, eram praxe nas diversas repartições, dos quais a área pertenceu. Assim como sua distribuição às instâncias públicas municipais; entidades particulares como clubes, associações e agremiações esportivas, e mídia, especialmente a imprensa.

Isso pode ser observado no “Relatório Anual” da Secretaria do Estado de Negócios de Esportes e Turismo, da Divisão de Esportes, do ano de 1978. Trata-se de uma brochura impressa em preto e branco, com vinte páginas, contendo uma apresentação do material, quadro estatístico, síntese das atividades das áreas estudantil e comunitária, conclusão e atividades para o ano seguinte.

Destes, vale citar um trecho da Introdução:

Os investimentos têm procurado ao aprimoramento da prática esportiva à sadia convivência social, desenvolvendo a prática da Educação Física, e dos esportes através da implantação das instalações desportivas adequadas, promovendo e organizando certames e competições de esportes no terreno do amadorismo e da juventude, mesclando-os com demonstrações de caráter cívico, seguindo sempre as diretrizes traçadas pela Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo.

Dentro deste panorama, adaptou-se o Plano Estadual: Na área estudantil, objetivando-se de maneira geral, maximizar e difundir a prática da Educação Física e do Desporto Estudantil, ativando e promovendo a expansão do Desporto na área do 1º e 2º Graus; estimulando a realização de competições estudantis Municipais, Regionais, Inter-Regionais e Final Estadual, facilitando-se a participação de alunos em competições Desportivas de interesse Nacional.

Assim sendo realizamos dentro do nosso calendário os Jogos Escolares Municipais (1º grau), alunos da 1ª a 8ª série; o Campeonato Colegial de Esportes (1º e 2º graus), até 18 anos, nas seguintes modalidades: Atletismo, Basquetebol, Ginástica Olímpica, natação e Voleibol; participamos mais uma vez, e de forma efetiva do I Campeonato de escolares brasileiro que veio a ser uma eliminatória os Jogos Escolares Brasileiros de 1979 (SÃO PAULO, 1979, p. 04).

Ao avaliar a participação dos escolares nos campeonatos esportivos promovidos no estado, o excerto assumiu um tom de devolutiva, uma satisfação

dada às organizações envolvidas com os eventos. Vale lembrar que a participação da DEFE no Estado/ DREFE em Santos, vinha sendo reduzida dentro das escolas, desaparecendo em 1977.

O texto da conclusão do relatório, ao usar a expressão “responsável que é”, reforçou sua ameaçada territorialidade:

A Divisão de Esportes, responsável que é pelo destino esportivo do Estado, foi neste ano de 1978, feliz nos seus eventos, por ter havido perfeita sincronização organizacional, administrativa e executiva (SÃO PAULO, 1979, p. 14).

Até esta data não foi possível recuperar os calendários letivos relacionados aos eventos escolares esportivos municipais, da década de 1980; que melhor explicitem esta transição de territorialidade dos eventos esportivos ligados à escola, para a Secretaria de Educação.

Entretanto, na Resolução SE nº 25 de 12 de Fevereiro, disponível no e mentário (SÃO PAULO, 1985, p. 517), foi encontrado o cronograma geral estadual, para 1985 (figura 2.10). Nele, ficava estabelecido que atividades como os “Jogos Escolares do Estado”, evento que passou a ser de participação opcional neste momento, seriam promovidos pela Secretaria de Educação, com apoio técnico da CENP, tendo como órgãos de execução Coordenadoria de Ensino da Capital e do Interior. O público alvo concentrava-se no primeiro e segundo graus, o nível de execução regional e central, tendo como período estipulado para realização de Março a Dezembro.

CRONOGRAMA DE CONCURSOS, CAMPANHAS, COMEMORAÇÕES — 1985

Atividades	Entidades Promotoras	Órgão de Apoio Téc.	Órgãos de Execução	População Alvo	Nível de Execução	Períodos de Realização	Observações
Concurso de Cartazes "Prevenção de Acidentes do Trabalho"	SRT-SE	SRRT	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Regional	Março a abril	Opcional
Jogos Escolares do Estado de São Paulo	SE	CENP	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Regional/Central	Março a dezembro	Opcional
Operação Címe Branco	SE	SOAMAR/CNSP	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Regional/Central	Março a dezembro	Opcional
Maratona Cívica	SE	CEMC	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Local Central Regional	Março a novembro	Opcional
Semana Monteiro Lobato	SE	SC	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Local	Abril	Opcional
Semana da Saúde Escolar	SE	DAE/CENP	DAE/COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Local	Maio	Opcional
O Artista é Você	SE	FLE	COGSP/CEI/FLE	1.º e 2.º Graus	Local/Sub-Regional/ Regional/Central	Março a abril	Opcional

Fig. 2.10 – Cronograma de Concursos, Campanhas e Comemorações do 1º Semestre de 1985, que revelavam a que órgãos estavam submetidos os eventos escolares. Reparou-se que os Jogos Escolares do estado de São Paulo estavam sobre a responsabilidade da Secretaria da Educação, não mais do esporte, sob a orientação da CENP (SÃO PAULO, 1985, p. 517).

Enquanto atividades como a Semana da Pátria, evento obrigatório, que em 1970 passou a ser promovido pela SE voltou a ter, como entidades promotoras: a Secretaria de Esportes e Turismo, e Secretaria da Cultura; o apoio técnico da Prefeitura Municipal, Exército e Comissão Estadual de Moral e Civismo, e como órgãos de execução, a Coordenadoria de Ensino da Capital e do Interior (SÃO PAULO, 1985, p. 519), conforme as figuras 2.10 e 2.11.

A subordinação da Educação Física escolarizada inicialmente à DEFE e posteriormente a Secretaria de Educação paulista, como explicitado nestes calendários de 1985, evidenciou o descolamento da Educação Física escolar dos órgãos públicos responsáveis pelo Esporte, assim como de suas verbas. Nesta perspectiva, a Educação Física configurou-se como um saber formal, submisso às mesmas condições escolares das outras matérias.

519

Concurso Duque de Caxias	SE/Ministério do Exército	Ministério do Exército	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Local	Agosto a outubro	Opcional
Concurso Serviço Militar	SE/Ministério do Exército	Ministério do Exército/CEMC	COGSP/CEI	2.º Grau	Local	Agosto a outubro	Opcional
Semana da Pátria	SE/SC/SET	Prefeitura Municipal Exército CEMC	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Local	Setembro	Obrigatório
Campanha Permanente e Educativa de Trânsito XI — EXPOTRAN	SE/Departamento Trânsito Santos	DETRAN/CEMC	CEI/DRE do Litoral	1.º e 2.º Graus	Regional	Setembro e outubro	Opcional
Semana da Saúde da Boca	SE	DAE	DAE/COGSP/CEI	1.ª a 4.ª séries do 1.º Grau	Local/Sub-Regional/Regional/Central	Outubro	Opcional
Concurso MEC/FAE Pesquisa	SE	MEC/FAE	COGSP/CEI	2.º Grau	Regional/Local	Outubro e novembro	Opcional
7.º Concurso Nacional de Cartazes Escolares	SE	DNER/MEC/CONTRAN	COGSP/CEI	1.º Grau	Regional/Local	Outubro a dezembro	Opcional
Prêmio Carmem Prudente	SE	CERIC	COGSP/CEI	2.º Grau	Local	Junho a outubro	Opcional
A Segurança das estradas começa na escola	SE	DERSA	COGSP/CEI	1.º e 2.º Graus	Regional/Local	Agosto a setembro	Opcional

Fig. 2.11 – Cronograma de Concursos, Campanhas e Comemorações do 2º Semestre de 1985, que revelou nova parceria para organização da Semana da Pátria (SÃO PAULO, 1985, p. 519).

CAPÍTULO 3 - O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E A FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Neste capítulo discute-se o desenvolvimento dos saberes pedagógicos e científicos da área e a profissionalização dos professores como elementos fundamentais no processo de constituição e de configuração da Educação Física como disciplina escolar.

Por meio de uma análise longitudinal da escolarização desses saberes, pôde-se observar que o campo tem sido sistematizado, ampliando seus paradigmas, em relação à corporeidade e práticas esportivas, às técnicas de ensino do movimento, aos modelos teóricos adotados e ao desenvolvimento do campo científico.

Pressupondo-se que o repertório de saberes docentes é configurado por variados ordenamentos e condicionantes; embora a formação superior coloque os professores de Educação Física em contato com os saberes científicos, outras possibilidades podem ser incorporadas. Dentre elas, o corpo de conhecimentos legitimados pelas organizações corporativas da área, com suas atividades ou interesses comuns aos professores; os conhecimentos originados no percurso de profissionalização, nos currículos de formação, pelo momento de transição dessa docência para a formatação de licenciatura, com a inserção das matérias pedagógicas, pela incorporação desses profissionais no mercado de trabalho em especial na rede pública estadual de São Paulo.

Embora a formação/profissionalização docente e a constituição do campo tenham sido eventos concomitantes, por uma questão de facilitação de leitura, elas foram dispostas separadamente.

3.1. Saberes apropriados: uma territorialidade constituída pelo corporativismo docente e desenvolvimento acadêmico

Internacionalmente, os debates ligados aos benefícios das práticas de Educação Física e dos esportes iniciados em 1950, ganhavam novo

dimensionamento na década de 1960 e o Brasil, como outros países, passou a incorporar este ideário, por meio de maiores incentivos⁷⁷ à área.

O reconhecimento da Educação Física no meio escolar revelava não somente a pouca valorização de um saber oriundo da prática⁷⁸, mas também de um saber que emergiu da corporeidade⁷⁹, agravado ainda pela carência brasileira, até o final da década de 1970, de um campo acadêmico desenvolvido.

Na perspectiva das políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento do país, no caso da Educação Física além da obrigatoriedade e da incisiva prescrição, vista em capítulo anterior, havia a necessidade de legitimar esse professor de Educação Física e de seus conhecimentos dentro do ambiente escolar formal, equiparando seu *status* ao dos outros docentes.

Durante a década de 1960, o enaltecimento da profissão era necessário; não somente para dar conta da demanda internacional pelos assuntos da área que estavam em pauta (o esporte, a saúde, e outros, mais específicos, como treinamento intervalado, exercícios isométricos, fisiologia do exercício); mas pelo mercado de trabalho que se encontrava receptivo para todas as áreas de docência, como reflexo da expansão do ensino que ocorria no momento da ditadura militar.

Fatores que, apropriados pela força corporativista, cada vez mais exigente com uma certificação para exercício profissional e com o gradual aprimoramento dos

⁷⁷ Além dos acordos internacionais; em 1966, o governo Castelo Branco, no intuito de financiar empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos; começou a financiar estas obras e eventos, a partir de sorteios de rifas e tómbolas. Em 1967, ficou decretado que 20% dos recursos da loteria esportiva seriam destinados à organização do "Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação" (FNDE), vinculado ao MEC. Em 1969, houve uma ampliação dos recursos designados ao FNDE. Esse orçamento era oriundo de incentivos fiscais, de 20% do Fundo Especial da Loteria Federal, de 30% da receita líquida da Loteria Esportiva Federal, de recursos provenientes do salário-educação, de quantias transferidas do Banco do Brasil S.A. e da Petrobrás, de receitas patrimoniais, doações e legados, de juros bancários de suas contas, e de recursos de outras fontes. Em 1971, o Decreto nº 68.703 regulamentou os recursos de aplicação da loteria (BRASIL, 1971a). Com as evidências encontradas nas prescrições, foi possível inferir que havia verbas para a Educação Física e os Esportes para viabilização de suas atividades, diferente das verbas provenientes da Secretaria da Educação, destinadas a outras matérias.

⁷⁸ O desenvolvimento da capacidade de: pensar criticamente, analisar, sintetizar e significar informações; fundamentar teoricamente as práticas; explicitar estratégias; planejar ações; resolver problemas e criar materiais pedagógicos requer ações da formação docente ambientadas num contexto pedagógico que assegure que, os saberes teóricos não se dissociem da realidade escolar, o que descaracterizaria a própria finalidade da formação, seja inicial ou continuada. Entretanto, o conhecimento gerado no exercício do ofício docente, ainda tem sido estigmatizado, por ser considerado como uma cultura de segunda ordem, um saber derivado, ou mesmo um conhecimento processado para o ensino e a aprendizagem feito por um grupo específico, de uma determinada ciência fonte.

⁷⁹ Para um melhor entendimento sobre esse tema, vale a leitura do artigo "Corpo simplesmente corpo" de Santin (2001).

saberes pelos profissionais na área, corroboraram para demonstrar que a formação docente e sua profissionalização também foram importantes elementos na configuração da Educação Física como disciplina, como um saber a ser formalmente escolarizado.

3.1.1. A ampliação do repertório de saberes pela força corporativista

Entre o final das décadas de 1930 e 1940, em paralelo aos “Cursos Provisórios de Educação Física”⁸⁰ e as políticas da DEF; o movimento associativo de profissionais da Educação Física começou a se desenvolver nas grandes cidades.

Segundo Martini, Onzi e Mazo (2010) a pioneira das corporações foi a Associação de Profissionais de Educação Física de São Paulo (APEF/SP), fundada em 1935; seguida pela Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul (AEEFD/RS), criada em 1945 e a Associação de Profissionais de Educação Física da Guanabara (APEF/Guanabara) em 1946.

Em Santos, existiram várias entidades como, o Clube do Professor de Educação Física da Região de Santos fundado em 1955; a Sociedade Civil de Educação Física de Santos de 1968 e a Associação dos Professores de Educação Física do Litoral do final da década de 1970.

Essas entidades organizativas, de caráter estadual e municipal, tinham por propósito “desenvolver ações de natureza política, técnica e social” (SARTORI, 2005, p. 787), atuando no sentido de organizar a categoria profissional, proteger e defender direitos e de manter uma postura de aperfeiçoamento profissional para seus associados, tal como outras instituições de classe. Concordou Taborda de Oliveira (2003a, p. 104) ao mencionar que o corporativismo foi “uma das características de consolidação das disciplinas escolares”.

Goodson (1995) afirmou que as associações corporativistas constituem-se de grupos ocupacionais que se reúnem e procuram verbas oficiais, com a retórica legitimadora de tornar os saberes da prática profissional em um conhecimento formal, elitizado e erudito. Embora muitas vezes esse conhecimento torne-se abstrato e descontextualizado; o *status* e benefícios vinculados a ele fazem jus ao

⁸⁰ Formação da área na época, de curta duração, atendendo na maioria das vezes o público militar.

esforço, dentre eles: a melhoria da disponibilidade de recursos para a área, a unificação do grupo para atender melhor os interesses da profissão e a ampliação das possibilidades de carreira.

No viés da retórica legitimadora, os clubes de docentes e outras entidades da Educação Física visavam proporcionar o aprimoramento profissional dos associados, além de organizar certames e congressos, promover fóruns, deliberações e ações políticas coletivas, prestar serviços e publicar folhetos e jornais referentes ao campo; tais associações faziam parcerias com outras entidades públicas e privadas, no empenho de proporcionar uma formação continuada para os professores cadastrados.

Destacaram-se os cursos organizados em conjunto com os clubes e associações de classe e, no caso do Estado de São Paulo pela DEFE e Secretaria de Estado dos Negócios de Educação; com apoio financeiro da DEF, do Ministério da Educação e da Saúde. Uma dessas iniciativas foram os Cursos de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico (figura 3.1), ocorridos inicialmente na cidade de Santos, mas que percorreram diferentes cidades do Estado de São Paulo, outros estados brasileiros e países sul-americanos, entre as décadas de 1950-1960 (LOURDES, 2007).

Estes cursos aconteciam anualmente, eram gratuitos, e ministrados por professores reconhecidos na área, nacionalmente como Antônio Boaventura da Silva, Júlio Mazzei entre outros e, internacionalmente como Auguste Listello⁸¹ da França; Gehrard Schimidt da Áustria; Ivan Vargas da Iugoslávia; Piero Manarino da Itália; Margareth Froelich da Suécia e Ilona Peuker da Hungria, contribuindo para o aprimoramento profissional dos associados.

Ao disponibilizarem Cursos de Aperfeiçoamento⁸², com conteúdos e métodos de “novas técnicas de ginástica, de jogos, de esportes e de danças” e com avaliação

⁸¹ Auguste Listello foi um dos idealizadores do conhecido “Método Desportivo Generalizado”, da década de 1950. Partindo do princípio da educação integral, as atividades esportivas sugeridas por ele, proporcionavam aos educandos oportunidades de adquirirem hábitos higiênicos, sentido de equipe, noções de divisão de trabalho, desenvolvimento da resistência, altruísmo e solidariedade. Para Betti (2005, p.1), o Prof. Listello e outros de sua geração “sabiam do que tratava a Educação Física, porque a *viviam*, só talvez não o conseguissem exprimir em palavras científica e filosoficamente fundamentadas”.

⁸² Foram encontrados vários documentos sobre os Cursos de Aperfeiçoamento em dois arquivos diferentes. Na Escola Canadá, além da figura 3.1, disponível no “Álbum de Fotografias da Profa. Yolanda Miguel Elias Baldia”, de seu “Currículo”, no qual mencionou a participação nesses cursos; guardados em pasta dentro da caixa de papelão de seu acervo, havia três “Certificados de Aproveitamento do Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico”, dos anos de 1952, 1953 e



Fig. 3.1 – Imagem do Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico em Educação Física Feminina. Realizado pela parceria entre a DEF, o DEFE e a DREFE, em Santos (SP). Aula na Ponta da Praia, ministrada pelo Prof. Listello, 1952. Foto de autoria desconhecida. (Fonte: Arquivo da E.E. Canadá, Santos, SP).

do grau de aproveitamento expresso por nota e certificação ao professor; essas entidades colaboraram não somente para melhorar a formação de docentes, mas também disseminaram entre os professores, outras tendências de ensino, os Desportos; como uma superação das “lições de exercícios” das práticas ginásticas do dominante Método Francês⁸³.

1954. No Museu De Vaney, na caixa nº 7, foram encontradas duas pastas de cartolina. Uma com recortes de jornal, na qual havia um artigo sobre o “V Curso de Aperfeiçoamento Técnico Pedagógico”. O texto anunciava a chegada do Prof. Listello para o evento em 28 de junho de 1956. Não havia especificação do jornal. A outra pasta “Apostila sobre Educação Física”, tinha em seu conteúdo o documento “Sessão de atividades físicas generalizadas: necessidade de um esquema-padrão como garantia de unidade, continuidade, objetividade e eficiência do trabalho educativo” de autoria de Antonio Boaventura da EEFSP/USP, sobre os Cursos de Aperfeiçoamento, com seis folhas. Dependendo da origem da fonte utilizada na pesquisa sobre os Cursos de Aperfeiçoamento, percebeu-se nos textos que cada entidade (DEF, DEFE paulista ou associações de docentes), requeria para si a autoria e a organização desses cursos.

⁸³ Sendo historicamente a formação do professor da disciplina embasada na formação militar; os saberes e práticas do Método Francês eram muito representativos na pedagogia da Educação

Interessante ressaltar sua valorização no campo. Não eram somente os professores que trabalhavam com o ensino básico que colocavam a certificação e aprovação nesses cursos, em seus currículos, como foi o caso da Profa. Yolanda Baldia e do Prof. Guaraná Rodrigues, estudados na segunda parte deste trabalho. Também alguns cátedros como Júlio Mazzei e Mauro Soares Teixeira (TEIXEIRA; MAZZEI, 1967) mencionavam este tipo de formação, em suas biografias.

A movimentação gerada na área, entre as décadas de 1950 e 1960, de forma nacional pelos Cursos de Aperfeiçoamento, mereceria maior investigação, inclusive em relação à reconfiguração das práticas ginásticas da Educação Física comuns na época, para uma vertente mais competitiva e profissionalizante: a Ginástica Ritmica Desportiva, preconizada nos cadernos de “Subsídios para Implementação dos Guias Curriculares” no Estado de São Paulo, do final da década de 1970.

Importante acrescentar que além desses conhecimentos, durante os cursos e reuniões sociais, circulavam outros saberes que eram socializados nas trocas e conversas entre os professores: os saberes das práticas das escolas.

O artigo disposto na fig. 3.2 revela a força corporativista da área por meio da divulgação das atividades do Clube dos Professores de Educação Física, em jornal local, evidenciando alguns aspectos sobre as intencionalidades associativas reveladas por Goodson (1995). Nesta perspectiva, analisando a primeira coluna da notícia encontramos o convite/convocação para a reunião-jantar, um momento de reflexão sobre as diretrizes a serem tomadas e de confraternização entre os pares com possibilidade de troca de vivências, inclusive profissionais. Ao enunciar a presença acadêmica representada pela palestra do Prof. Antônio Boaventura da Silva da cadeira de Educação Física Masculina da EEFSP/USP, o texto vincula *status* ao evento. Na continuidade do artigo, em espaço ocupando o dobro da coluna anterior, segue a notícia tratando dos campeonatos esportivos colegiais da região, naquele momento suspensos. A estratégia de colocar em evidência as escolas participantes é uma forma de desencadear reações públicas e também ações políticas, no sentido de viabilizar a disposição de recursos para que de fato os certames voltem a acontecer.

Física desta época. Goellner (1992, p.8) descreve-o como orientado por uma matriz biológica e respaldado por uma abordagem positivista de ciência, no qual “o movimento humano era entendido a partir de um caráter anato-mecânico e as diferenças entre os gêneros percebidas unicamente pela dimensão biológica”.



Fig. 3.2 - O artigo de jornal trata da reunião de afiliados a um clube santista de profissionais da Educação Física e a apresentação das chaves do campeonato de vôlei com as escolas estaduais participantes. Embora não tenha sido possível encontrar indicações precisas da data do jornal, o texto é interessante por reunir elementos elencados por Goodson (1995) sobre o corporativismo e também por mostrar que a articulação entre a "Semana da Pátria" e os "Campeonatos Colegiais" oscilava. O artigo encontra-se na Pasta de Recortes de Jornal com documentos do "Clube de Professores de Educação Física de Santos", Caixa nº 7, do Acervo do Prof. Oscar da Silva Musa. Estimou-se pelo conjunto de artigos sobre a mesma temática, colecionados pelo Prof. Musa, que a notícia foi publicada na segunda metade da década de 1950 (Fonte: Arquivo do Museu De Vaney, Santos, SP).

3.1.2. A Constituição da área no âmbito da pesquisa acadêmica

O início das pesquisas sistemáticas e o uso e adaptação de metodologias que dessem conta das questões do campo acadêmico da Educação Física, acompanhou de perto o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, primeiramente de nível mestrado, estabelecidos no Brasil, a partir da década de 1970 (SILVA, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2003a).

O primeiro deles foi a pós-graduação em “Biomecânica do Movimento” da USP/SP, nível de mestrado de 1977 e em 1989, o doutorado, pioneiros na América Latina.

Sheila Silva (1996), investigando o objetivo dos mestrados da USP de São Paulo, até 1980; revelou que a maioria das dissertações, descrevia e analisava variáveis morfológicas e funcionais do corpo humano e efeitos do treinamento físico-esportivo. Muitas destas investigações preocupavam-se em aplicar o conhecimento científico à área, realizando análise de metodologias para treinamento e aprendizagem de habilidades motoras, além da análise de desempenho de praticantes de esportes em situações competitivas.

Eram alvo de interesse os aspectos psico-sociais e didáticos da Educação Física e dos esportes, porém estudados através de instrumentos que buscavam aprender a realidade de forma dirigida, não permitindo uma apreensão dos fenômenos como se dão no seu contexto das escolas; o que despertava inúmeras críticas.

Os trabalhos acadêmicos com enfoque pedagógico⁸⁴ e ênfase em currículos e programas, ensino e aprendizagem e que correlacionavam a Educação Física e a escola, começaram a aparecer após 1987, e que por excederem a periodização deste estudo, não foram abordados.

Um ano após a abertura do primeiro curso de mestrado, surgiu o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em 1978; entidade científica que congregava pesquisadores ligados às áreas de Educação Física e Ciências do Esporte, organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional.

Além de possuir representações em vários órgãos governamentais, tinha ligações com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, encontrando-se

⁸⁴ Os primeiros temas foram “Educação Física no primeiro grau” de 1987 e, “Metodologias de ensino-aprendizagem da dança na Educação Física” de 1988 (FARIA JR., 1992).

presente nas principais discussões, participações políticas e acadêmicas, além de edição de diversas publicações relacionadas a esse campo de conhecimento.

O CBCE estava ligado ao *American College of Sports Medicine* (ACMS), fundado em 1954, e que tornou-se a maior organização de pesquisa científica, educação e aplicações práticas dentro da medicina esportiva e ciências do esporte. Concordando com a opinião de Taborda de Oliveira (2003a), pode-se dizer que a associação entre o CBCE e o ACMS implicou em um avanço técnico e científico para a área.

A tendência de pesquisas, revelada pelo campo acadêmico no período da ditadura militar, foi de adotar conhecimentos que envolvem a medicina e o esporte, como objeto de investigações. Mesmo que na década de 1970, o esporte tenha sido priorizado em decreto ou como “saber acadêmico”, ele não era o único. Outras instâncias do conhecimento docente estavam em jogo: o conhecimento informal, o autodidatismo, os currículos os quais haviam sido expostos, as questões pedagógicas do ensino e porque não, suas intencionalidades e afinidades próprias.

3.2. Formação docente da Educação Física antes da Licenciatura

O perfil do professor de Educação Física passou por uma série de transformações⁸⁵ até a década de 1950. O Decreto-Lei nº 8.777 (BRASIL, 1946) esclareceu alguns pontos obscuros quanto à presença de práticos e instrutores no grau médio (ginásio e colegial). O decreto-lei dispunha sobre os preceitos legais para ministrar “disciplinas”. Vale lembrar que, a Educação Física por ser considerada “prática educativa”, e segundo um consenso de fontes⁸⁶, o que realmente exigia-se

⁸⁵ Paralela e independentemente, a formação leiga em Educação Física acontecia tanto pela trajetória militar como pela civil. Pela carreira militar, os práticos que instruíam as tropas, existiam desde 1900. Também conhecidos como tarimbeiros (soldados que dormiam em estrados de madeira) eram, segundo Castro (1997), oficiais ligados à unidade militar, com pouca ou nenhuma educação superior ou conhecimentos sobre doutrinas estratégicas, táticas ou instrução; formados basicamente na vida da caserna. Pelo viés civil, conviviam os práticos carismáticos, com formação empírica; leigos que haviam sido atletas de alguma modalidade, ou ainda os instrutores autodidatas. Entre 1901 e 1916 houve a fixação de muitas academias e instituições de cultura física, em São Paulo e Rio de Janeiro, fato que associava a representação da proficiência em uma modalidade, à função de professor de Educação Física.

⁸⁶ Disponíveis no Parecer nº 371/1963 (SÃO PAULO, 1985, p. 246) e no Parecer nº 523/1968 (CONSELHO, 1969).

para se ministrar as sessões de “práticas”, neste período, era o conhecimento específico.

Embora as escolas dessem preferência para o docente com formação oficial, havia brechas⁸⁷ na legislação para compensar a demanda por docentes leigos.

A presença de práticos como docentes nas escolas e a progressiva necessidade de professores de Educação Física com alguma formação, frente à expansão da oferta de ensino na década de 1960, desencadeou uma série de ações nas políticas educacionais influenciando diretamente a trajetória de formação e profissionalização dos professores da área.

Até 1960, permaneceu o que havia sido promulgado pelo Decreto-Lei nº 1.212/1939; ou seja, a titulação desses professores poderia ser proveniente dos Cursos Superiores de Educação Física, Cursos Normais de Educação Física, Cursos de Técnica Desportiva, Cursos de Treinamento e Massagem e Cursos de Medicina da Educação Física e dos Desportos.

Uma das funções iniciais da Divisão de Educação Física (DEF), foi de cadastrar os profissionais que atuavam na área, por meio do “Registro de Professor” de Educação Física. Nesse período, a DEF admitia para o registro, os diplomas expedidos pela Escola de Educação Física do Exército, pelo Curso de Educação Física da Marinha de Guerra e pela Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo.

A partir da promulgação da LDB nº 4.024/1961, houve um empenho para melhorar a formação de professorado secundário, por meio da prescrição de várias legislações visando oficializar a necessidade de “Registro de Professor”⁸⁸, para se ministrar as sessões de “práticas educativas” nas escolas.

Tomando como marco o período inicial da ditadura militar, a certificação na área aceita pelas secretarias estaduais de Educação era o registro na DEF, ou os diplomas obtidos por meio das Escolas Superiores de Educação Física militares⁸⁹ ou civis; Cursos de Especializados, em complemento a formação secundária de

⁸⁷ Situação que vigorou para além da periodização deste estudo.

⁸⁸ O “Registro de Professor” durante a década de 1960 poderia ser obtido por: titulação adquirida em Cursos de Especializados em Educação Física; Cursos de Atualização; aprovação em Exames de Suficiência em Educação Física; diploma proveniente de instituição militar aprovada pelo MEC; autorização para lecionar Educação Física a título precário ou diploma obtido em Curso Básico de Educação Física por Correspondência. A partir de 1969, os diplomas de professor de Educação Física conferidos por estabelecimento militar de ensino, passaram a exigir do respectivo portador, que apresentasse certificado de conclusão do ciclo colegial ou equivalente (BRASIL, 1969e).

⁸⁹ Formação que não será abordada em função das limitações do trabalho.

Normalista, ou a aprovação em Exame de Suficiência direcionado aos professores autodidatas leigos, autorizando-os a ministrarem aulas de Educação Física, em regiões ou cidades, nos quais houvesse carência dos mesmos.

Assim, de origens de formação tão distintas infere-se que o ensino dos professores de Educação Física escolar ocorresse na prática também de maneira bastante diversificada⁹⁰.

Devido a grande dificuldade em se dimensionar os saberes os quais esse conjunto de profissionais havia sido exposto, especialmente os docentes leigos; destaca-se a importância de se aprofundar os currículos⁹¹ de formação, por acreditar que evidenciassem os possíveis objetos de ensino dos formados, já que a metodologia desta investigação não contemplou pesquisas com memória oral.

3.2.1. De Normalistas a Especializados

A Educação Física no Brasil e em especial seu ensino escolarizado foi construído a partir de uma seleção de saberes predominantemente ginásticos, ligados ao projeto de higienização e “domesticação do corpo”, ainda que entre esses enfoques, circulassem as brincadeiras, os jogos de rua e outras práticas proibidas, como o futebol; trazidas pelos alunos para dentro das escolas, por meio de estratégias variadas (VAGO, 2002).

Também para Dantas Jr. (2008), em um país tão multifacetado e pluricultural seria um reducionismo limitar o “fazer escolar” da Educação Física à prática da

⁹⁰ No caso da rede estadual paulista, da década de 1970 até o final da periodização deste estudo, as práticas dos professores conviviam com a implementação oficial dos materiais didático-pedagógicos, mencionados no capítulo anterior.

⁹¹ O termo “currículo” tem sofrido sistematizações diversas ao longo da História da Educação. Anteriormente tratado como capítulos didáticos sem amplitude nem ordenação de significados, tem assumido significações diferenciadas, sofrendo variações de acordo com as vertentes pedagógicas adotadas e as intencionalidades, quer sejam didáticas, políticas, econômicas ou administrativas. Pelo menos na essência, existe um consenso entre autores de que a seleção de saberes de um currículo, envolve uma definição política sobre quais seriam os campos de conhecimento que os estruturam; qual a intenção educativa ou o discurso a serem adotados, quais conceitos e propostas metodológicas utilizados; quais interesses priorizados, que grupo social e quais visões de mundo predominam (ZABALA, 1998; SILVA, 2001; TORRES, 2006). Além disso, a consolidação de um currículo, expõe e coloca em debate o “status - ligado à valorização de um conhecimento em detrimento de outro”, “a preleção de disciplinas” e “a dinâmica de convivência das várias identidades profissionais existentes dentro das instituições escolares”, já que o currículo normalmente é estabelecido de cima para baixo e direcionado por fatores externos. Enfim, como declarou Sacristán (2000), investigar o termo “currículo” implica em mergulhar em elementos (ideológicos, conceituais e metodológicos) diversos, que se entrecruzam e interagem na complexidade do cotidiano escolar.

ginástica, por não levar em consideração os interesses e as possibilidades criativas dos professores e as artimanhas dos alunos.

Cada estado brasileiro tinha seu próprio “Programa de Educação Física para o Ensino Normal”⁹², entre 1955 a 1970. O currículo deste programa foi inserido por fazer parte dos saberes docentes da área, pois muitos destes normalistas não continuaram a sua formação em Educação Física, embora lecionassem esta prática nas escolas secundárias, a título precário.

O currículo de Educação Física para o Ensino Normal de São Paulo, tinha duração de três séries, tanto para o curso noturno como diurno, apresentava objetivos, parte teórica, prática e didática. Na parte teórica da primeira série, discutia-se a História, a Situação da Educação Física no quadro geral da Educação, as bases bio-psico-sociológica, a recreação e o papel da Educação Física nas escolas primárias e secundárias. Nas práticas, desenvolviam-se as atividades naturais, as ginásticas, os jogos sensoriais e motores. Na segunda série existiam as orientações metodológicas, o domínio e o aprimoramento das técnicas nas atividades naturais, nos jogos, nas atividades rítmicas, nas ginásticas e danças folclóricas. Com relação à terceira série a preocupação era ministrar conhecimentos básicos de Psicologia aplicada a Educação Física e recreação, completar o domínio das técnicas e didáticas, aprender a idealizar, organizar e direcionar atividades naturais e rítmicas, jogos, demonstrações, ginásticas e festinhas.

A organização do “Programa de Educação Física, Recreação e Jogos para o Ensino Normal do Estado de São Paulo de 1971” (MARINHO, 1971) foi feita em três partes, sendo a primeira delas: o Estudo teórico-prático, com a conceituação da Educação Física, jogo, ginástica, esporte, atividades rítmicas, recreação, e disposições, formações e exercícios formativos, de ordem e direção. Na segunda parte havia o estudo metodológico abordando assuntos como esquema, padrão, mecanismos corporais, recreio dirigido, planejamento, avaliação e testes, demonstrações gímnicas, desportiva e recreativa. A Didática, idealizada na terceira parte do “Programa”, era composta por ginástica, atividades rítmicas, jogos, iniciação desportiva (atletismo, vôlei, bola ao cesto, handebol, futebol de salão, ginástica de solo e de aparelhos, recreação), gincanas, jogos, torneios e excursões. A forma

⁹² Os Programas de Educação Física para o Ensino Normal no Estado de São Paulo foram baixados pela Portaria nº 6, de 15 de março de 1957, e o outro em 1971 (MARINHO, 1971, p. 21). Estes programas encontram-se como encartes na segunda edição do livro “Educação Física, recreação e jogos”; de Inezil Penna Marinho (1971).

como foi organizado o “Programa”, deixava espaço para um posterior aprimoramento técnico em alguma das modalidades da Educação Física e dos esportes.

Os cursos de Especializados existiam desde a década de 1930. Representavam a possibilidade de um Normalista tornar-se professor Especializado em uma área específica, como a Educação Física. Para tanto, deveriam participar de um “Programa de Educação Física para estabelecimentos de ensino secundário”, por meio de um curso preparatório, no qual eram ministradas várias matérias relacionadas à área, com duração de um ano. Esse programa era mínimo, mas segundo os seus professores, exequível nos estabelecimentos que tivessem satisfeito as exigências da Portaria Ministerial nº 375 de 1949, no tocante à Educação Física (PEDAGOGIA, 1954).

Um exemplo desse tipo de formação especializada foi o Curso Preparatório de Pedagogia em Educação Física, ocorrido na cidade de São Paulo, na metade da década de 1950, que dispunha de aulas mimeografadas⁹³, criadas por vários professores conhecidos da área, na época. Os conteúdos de ensino da Educação Física Especializada apontados no curso eram uma adaptação nacional do “Método Francês de Ginástica”, composta de três partes: primeira com atividades teóricas sobre as bases fisiológicas, pedagógicas e de fisiologia aplicada das práticas; a segunda de esportes individuais e coletivos e, a terceira parte com a Educação Física militar e a reeducação; incluindo ainda pequenos jogos, recreação, marchas e excursões (SÃO PAULO, 1952; PEDAGOGIA, 1954).

Era desejo dos formadores de Especializados em Educação Física que este professor normalista, se impusesse não pela sua *performance* em executar um exercício ou fundamento esportivo, mas pelos conhecimentos científicos, alicerçados na Biologia, Psicologia e Sociologia educacionais. Saberes obtidos não de forma empírica ou autodidata, mas por meio de um percurso educacional formal que levasse em consideração a adequação das prescrições de exercícios aos indivíduos, em relação à idade e ao gênero (PEDAGOGIA, 1954). Mesmo que de forma embrionária na Educação Física, os cursos de especializados privilegiavam a

⁹³ Esse material foi referenciado como fonte na Coletânea de aulas do curso preparatório de Pedagogia em Educação Física (PEDAGOGIA, 1954); tendo como um dos professores responsáveis pelo curso, Mauro Soares Teixeira. Os cursos de Especializados, cada qual, deveriam obedecer “a mesma orientação dada aos Cursos de Especialização do Instituto Caetano de Campos” (SÃO PAULO, 1952, p.61).

Pedagogia como um campo de conhecimento amplo e sistemático da Educação, que englobava os métodos e os exercícios.

Finalizando, o curso mencionava a importância de aquisição permanente de conhecimentos aliada a crítica de haver *“necessidade de maior rigor na seleção dos candidatos para essa espécie de professorado”* (PEDAGOGIA, 1954, p. 3).

3.2.2. As Escolas Superiores e os currículos básicos

Diferentemente da formação profissional dos cursos preparatórios em “Pedagogia da Educação Física”, o ensino superior seguia outras trajetórias⁹⁴.

A Escola de Educação Physica do Estado de São Paulo (EEFESP) foi o primeiro estabelecimento estadual voltado para a formação de civis, considerada modelo para criação de outras escolas⁹⁵ superiores da área, no Brasil.

Localizada na capital paulista, a EEFESP somente iniciou suas atividades, em 1934. Formou “Instrutores de Ginástica”, e posteriormente “Especializados em modalidades esportivas” e “Professores”⁹⁶, que inicialmente não tinham a titulação de licenciados.

Seu primeiro Curso de Professores de Educação Física, foi ministrado no segundo semestre de 1935, com duração de um ano, tendo como exigência para o ingresso, a conclusão do ginásial.

⁹⁴ O primeiro estabelecimento brasileiro de ensino da área foi a Escola de Educação Física do Centro de Esportes da Marinha, fundada em 1925, no Rio de Janeiro, com nível de formação de Praças, exclusivamente militar. Em 1929, a Escola de Educação Física do Exército, também carioca; além de praças e oficiais das Forças Armadas, aceitava civis e formava professores (DaCOSTA, 1971). A regulamentação de professorado especializado aconteceu com o Decreto 2.940/1928, que permitiu a título provisório o contrato de instrutores de Educação Física nas escolas fundamentais e profissionais, enquanto as vagas ocupadas não pudessem ser substituídas por professores diplomados pela Escola Profissional de Educação Física, criada por este documento no Distrito Federal. A Escola Profissional aceitava egressos do curso normal, com faixa etária entre 19- 30 anos, e tinha três anos de duração. Na década de 1930, surgiram várias escolas de Educação Física, sempre de curta duração, muitas formavam exclusivamente militares, denominadas de “Cursos Provisórios de Educação Física”.

⁹⁵ As duas escolas superiores de Educação Física mais antigas eram a da cidade de São Paulo (EEFESP) e a Escola de Educação Física de São Carlos, entidade particular fundada em 1950. Em seguida, outras escolas particulares foram autorizadas a funcionar, a Escola de Educação Física de Bauru (1953), o Curso de Educação Física da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas (1968) e a primeira Faculdade de Educação Física em Santos (DaCOSTA, 1971).

⁹⁶ De acordo com o Decreto nº 19.651/1931, que tratava do Estatuto das Universidades Brasileiras, a constituição de uma universidade deveria congrega pelo menos três dos seguintes institutos superiores: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras (art. 5º, inciso I). Os três primeiros já faziam parte do conjunto de escolas superiores do país, mas a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que diplomava licenciados, não existia até então (CASTRO, 1974).

Em 1955, já como Escola de Educação Física (EEFESP), embora ainda Instituto Isolado do Sistema Estadual do Ensino Superior, tinha um “Programa para o Curso de Licenciados em Educação Física” (figura 3.3).

Nesse período, em seu currículo constava: Anatomia e Fisiologia Aplicadas, Cinesiologia, Fisioterapia Aplicada, Desportos Aquáticos e Náuticos, Desportos Terrestres Coletivos, Desportos Terrestres Individuais de Campo, Desportos de Ataque e Defesa, Educação Física Infantil, Educação Física Geral (Feminina e separadamente Masculina), Psicologia Aplicada, Danças, História da Educação Física e dos Desportos (GNECCO, 2005).

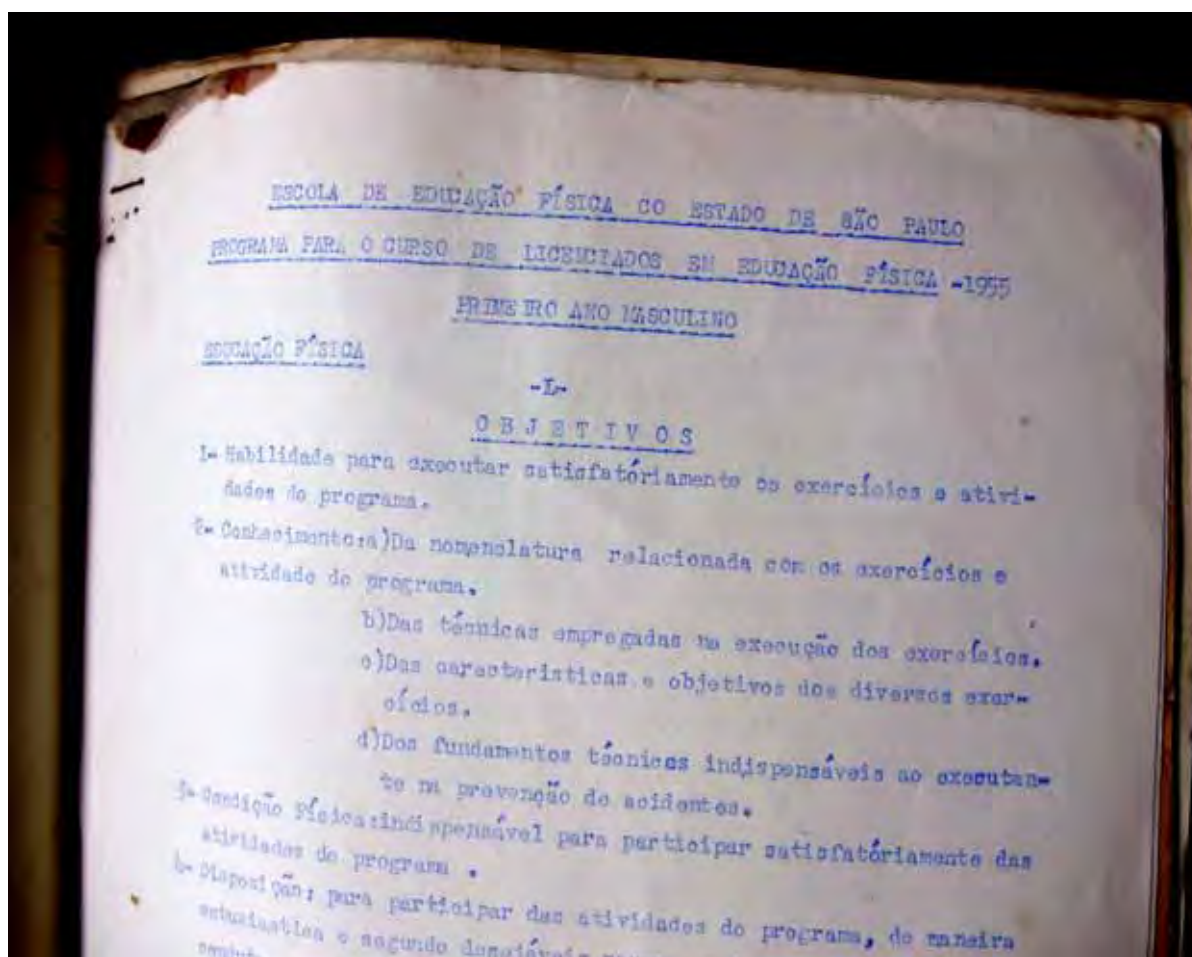


Fig. 3.3 - Mesmo que a titulação do curso fosse de licenciados, notou-se a ausência, das matérias pedagógicas básicas como: Didática ou mesmo Metodologia, Psicologia da Educação, História, Práticas de Ensino; conteúdos que eram disponíveis no magistério normal. Documento da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, 1955. Programa para o Curso de Licenciados, material mimeografado. Armazenado na Pasta Apostila de Aulas de Educação Física Masculina do acervo do Prof. Oscar Musa. Caixa nº 7. (Fonte: Arquivo Museu De Vaney, Santos, SP).

Além da EEFESP, como exemplo do ensino superior público, destacou-se na região da Baixada Santista, a criação da primeira Faculdade de Educação Física em Santos, SP.

Por não haver formação na área na cidade e região, somente tinham titulação, aqueles professores com disponibilidade de deslocamento a São Paulo. No intuito de formalizar um processo para criar um curso particular, foi constituída a “Sociedade Civil de Educação Física de Santos”, em 1968; negociado um local para instalação do curso (as instalações locadas do “Brasil Futebol Clube”) e o convite a professores da região e de São Paulo, para atuação como docentes de nível superior. O documento dirigido ao Conselho Federal de Educação no Rio de Janeiro intencionava oficializar a solicitação de funcionamento da primeira faculdade particular de Educação Física brasileira (MELO, 2004). O projeto foi enviado para apreciação neste mesmo ano, ficando em trâmite, sem uma resolução.

Importante mencionar o conflito entre a aprovação da faculdade pelo Conselho Federal de Educação e o interesse do governo militar, no desenvolvimento do ensino particular superior, em especial da Educação Física; autorizando neste período muitos estabelecimentos particulares da área (DaCOSTA, 1971).

Como o trâmite para constituição da Faculdade de Educação Física de Santos não fluía, Rosinha Viegas a frente da “Sociedade Civil” foi ao Rio de Janeiro, para tratar da aprovação da faculdade. Como Rosinha era proprietária de uma academia de ginástica:

.... uma pessoa falou em tom irônico Faculdade de Educação Física?! Mas a senhora não acha que é um título um tanto quanto pernóstico para uma escolinha de ensinar ginástica? (MELO, 2004, p. 66).

Rosinha contou em sua biografia como foi o desenlace do impasse. Partindo para uma instância superior, ao encaminhar-se ao Ministro da Educação Tarso Dutra identificou-se como:

Rosinha Rocca Diegues, insinuando parentesco com o General Adolpho Rocca Diegues, que fora superintendente da Refinaria Presidente Bernardes e estava na Casa Civil.

- Mandei um bilhete para o ministro e escrevi Diegues, em vez de Viegas. Pus um D meio atrapalhado, em vez de um V. O ministro ficou confuso e, pensando que eu era parente do outro, mandou que eu entrasse. Então, eu disse a ele: Ministro, eu tapeei todo mundo. Até o senhor. Ele me respondeu: Eu gosto de gente assim. Expliquei que estava lá para pedir

ajuda para aprovar a faculdade. Até então só existiam escolas superiores de Educação Física e eu queria a faculdade. Os membros do Conselho Federal não pegavam o meu processo, que tinha uma capa preta. Todo mês, em cada reunião, em vez de ele ir para cima, ia para baixo. Passava na sala do conselheiro e meu processo estava embaixo. Eu disse: Ministro, eu não tenho padrinho, não conheço ninguém e o meu processo em vez de ir para cima, vai para baixo. Ele chamou a Júlia Accioli, secretária do Conselho Federal de Educação, no Rio, e mandou levantar meu processo (MELO, 2004, p. 60).

Assim, com uma mistura de “jeitinho”, demarcação de território, aproximação das políticas educacionais dos militares com as entidades particulares e imposição, a Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS) foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.400 de 24 de abril de 1969, iniciando suas atividades com 200 alunos ingressantes por vestibular em um curso de bacharelado, de três anos, com aulas no período da manhã (MELO, 2004, p. 65).

Direcionado ao mercado de academias, clubes e escolinhas de modalidades, os conteúdos iniciais do curso eram o atletismo, o voleibol, o futebol de campo, o handebol, o basquete, a natação, o futsal (MELLO, 2004; SANTOS, LICHTI, 1996), “atendendo às exigências técnico-pedagógicas fundamentais dentro dos quesitos legais” (UNIMES, 2013). Após o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 463 de 1972, o curso foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 70.720 de 15 de junho de 1972.

3.2.3. Educação Física por Correspondência: uma formação possível aos leigos

Muitos dos práticos em exercício nas escolas almejavam obter uma autorização para lecionar a título precário. Atenta a isso a DEF ofereceu na década de 1960, uma formação, de âmbito nacional, através do Curso Básico de Educação Física por Correspondência (figura 3.4), possibilitando além de titulação, a legalização na profissão por meio da certificação de “Registro de Professor” da área.

Embora o curso da DEF já existisse anteriormente, a partir de 1965 ele recebeu nova estrutura com as Portarias nº 32, de 3 de outubro de 1962 e nº 3, de 23 de Janeiro de 1963. Incorporando como matérias do seu currículo, os módulos de: “Atletismo – Corridas”; “Arremessos”; “Saltos”, “Esgrima”; “Regras e Súmula da Esgrima”; “Regras e Súmulas - Hipismo - Latismo - Tiro ao Vão”; “Ginástica Acrobática e Olímpica”; “Cama Elástica”; “Futebol e Futebol de salão”; “Massagem”,

“Halterofilismo”, “Anatomia - Cinesiologia – Fisiologia”; “Desporto e Alimentação”, “Psicologia”; “Educação Física” e “Metodologia e Pedagogia da Educação Física”.

Pela exposição desses conteúdos verificou-se que além de um maior enfoque em modalidades esportivas, o curso atendia parcialmente tanto o proposto para as licenciaturas, como o currículo mínimo da área estabelecido pelo Parecer CFE nº 298/1962⁹⁷, pois contemplava na grade curricular, um módulo de Psicologia, de Metodologia e Pedagogia da Educação Física, consideradas matérias pedagógicas.

Vale ressaltar que ambos os pareceres do Conselho Federal de Educação, somente foram colocados em prática pelas instituições de ensino superiores da área, em 1969; ano em que a DEF passou por profundas transformações, tornando-se, no ano seguinte em DED.

Em relação ao conteúdo da apostila de “Metodologia e Pedagogia da Educação Física”, seu ensino visava a “aquisição de hábitos e automatismo para o aperfeiçoamento da estrutura individual, o acréscimo da capacidade de trabalho e melhor saúde” e “o método adotado pelo curso era o ecletismo”, conforme assinala o texto (BRASIL, 1965, p. 2). Os principais enfoques desse módulo eram as ginásticas e os desportos, mostrados como sessões de exercícios, com comandos, receituário de modo de execução e figuras explicativas.

⁹⁷ O Parecer CFE 298/1962, citado em Pedagogia (1954), determinava o currículo mínimo dos cursos superiores de Educação Física (e de Técnica Desportiva, habilitação obtida com a complementação de duas disciplinas esportivas). Esse documento legal definia que as seguintes disciplinas deveriam compor o currículo desses cursos: Anatomia e Fisiologia, Psicologia, Pedagogia, Cinesiologia, Higiene, Socorros de Urgência, Biometria, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos, Ginástica, Desportos, Dança, Recreação e Matérias Pedagógicas.



Fig. 3.4 – Encadernação das Apostilas do Curso de Educação Física por Correspondência da DEF. Pertencente ao acervo do Prof. Boaventura. Foto de autoria própria. 2011. (Fonte: Biblioteca da Faculdade de Educação Física/UNICAMP, Campinas, SP).

3.3. A docência via Licenciatura: os conteúdos pedagógicos do professorado da Educação Física

Tanto o regime que teve vigência entre 1932-1942 (com a Reforma Francisco de Campos); quanto à Reforma de Capanema, após 1942; revelaram que as sessões de Educação Física eram lecionadas por professores, que não eram licenciados⁹⁸. Ainda em 1959, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) registrou oito escolas de nível superior em Educação

⁹⁸ Segundo Gneco (2005), o Decreto Estadual nº 6.283/1934 criou a Universidade de São Paulo, e segundo seus estatutos, a licença para o magistério secundário somente seria obtida se o candidato concluísse o curso de formação pedagógica. Em 1938, os “cursos ordinários” acrescidos do “curso de didática”, substituiriam a anterior formação pedagógica para a *licentia docenti*. Assim a denominação dos diplomas se modificou para bacharel e licenciado.

Física, que formavam professores, mas que não eram ainda, caracterizados como professores licenciados⁹⁹.

Até o início da década de 1960, as licenciaturas ficavam no âmbito tradicional da Filosofia, Ciências, Letras e Educação; excluindo outros cursos de formação de professores, como os de Educação Física (CASTRO, 1974; TEIXEIRA, 1968).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais LDB nº 4.024 estabeleceu princípios educacionais em todos os níveis, como já foram explicitados. Em relação às licenciaturas, com a aprovação e homologação do Parecer CFE nº 251 de 1962, houve o estabelecimento de um currículo mínimo, na tentativa de garantir uma adequada formação cultural e profissional, condizente com as peculiaridades regionais dos estabelecimentos superiores de ensino, e que garantisse a transferência de alunos em todo o território nacional. O parecer de Valnir Chagas visava extinguir o esquema “três anos de bacharelado e um de licenciatura”, estabelecido na prática dos cursos superiores; propondo o princípio da concomitância de ensino, método e conteúdo em quatro anos. O teórico justificava neste parecer que a licenciatura era um grau equivalente ao bacharelado, e não ‘igual’ a este mais Didática, como acontecia no esquema “3+1” (FARIA Jr., 1969, 2005).

Relevante para o esclarecimento do que seria este currículo mínimo da licenciatura na Educação Física foram as análises de Castro (1974) sobre as portarias emitidas para os cursos de licenciatura, inclusive desta área específica. O Parecer nº 292/1962 do CFE, citado em Castro (1974), sugeria para a preparação pedagógica do licenciado, as matérias: “Psicologia da Educação, Adolescência e Aprendizagem”; “Elementos de Administração Escolar”; “Didática”; “Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado”; desaconselhando “separar o *como* ensinar do *quê* ensinar”. Já o Parecer nº 298/1962, era específico para a Educação Física, substituíra a “Metodologia da Educação Física e dos Desportos” pela matéria “Pedagogia”, além de aconselhar outras matérias, como o “Estágio Supervisionado” e a “Psicologia da Educação”, ambos constantes no Parecer nº 292 do mesmo ano.

⁹⁹ Os currículos de formação de professores desta época pautavam-se pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), apresentando-se uniformes. A “Metodologia da Educação Física e Desportos” era a principal matéria teórica na preparação desses docentes (BRASIL, 1939; FARIA JR, 1969, 2005). A Pedagogia dentro da formação de professores de Educação Física ainda não era considerada como um campo de conhecimento, que com suas leis e princípios, sistematizavam o ato e a prática educativa.

Castro asseverou que a formação de professores de áreas não abrangidas pelas “filosofias”, como a Educação Física ganharam suas licenciaturas específicas, por meio das conclusões deste parecer; surtindo efeitos variados no mercado de trabalho e no campo acadêmico.

Na profissionalização, foi baixada a Portaria nº 101/ 1963, que passou a impor este título, para o “registro como professor” de Educação Física, do ensino secundário. Essa medida provocou o movimento de equiparação¹⁰⁰ nacional e constantes convocações aos professores para apresentação de documentos, feitas pelo diário oficial na rede pública de São Paulo.

No campo acadêmico, gerou discussões acerca das práticas de ensino e da própria estruturação das licenciaturas na área. As conclusões e recomendações oriundas do II Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física, de 1963; clarificaram o debate curricular daquele momento: a implantação de uma consciência didática em relação aos educandos e aos educadores; práticas adequadas da Educação Física e Desportiva com jogos de fraca competição, danças regionais, ginásticas e recreação. Os teóricos propunham que os estágios constituíssem elementos indispensáveis aos cursos integrantes das Escolas Superiores de Educação Física (CONGRESSO, 1964).

Quanto às licenciaturas, passaram a variar em carga-horária, subdividindo-se em curtas e longas, ou parciais e completas, conforme o encaminhamento do professor para o primeiro ciclo ou segundo ciclo da escola média.

Um exemplo das licenciaturas curtas e longas pode ser observado na organização curricular dos cursos da EEFESP. A licenciatura curta de 1965, além do vestibular, exigia que os pretendentes fossem aprovados nas provas práticas para ingresso no curso. Em conformidade com as prescrições oficiais, oferecia uma formação específica, com as seguintes matérias: “Educação Física Infantil”, “Educação Física Geral” (masculina e feminina); “Traumatologia e Socorros de Urgência”; “Jogos e Desportos Recreativos”; “Biometria, Biotipologia e Bioestatística

¹⁰⁰ Além do incentivo ao ensino superior da área pelo governo militar, durante o final da década de 1960 e a década de 1970 houve uma demanda para organizar as licenciaturas e a formação docente dos professores em exercício. Em 1969 foi feita uma equiparação entre os diplomados em Educação Física desde 1943, pelo Exército, Marinha e Força Pública do Estado de São Paulo, aos licenciados na área, desde que apresentassem o diploma colegial. Consta no Decreto-lei nº 1. 043 (1969e). Em 1977, outra equiparação aconteceu com os certificados de instrutores e monitores de Educação Física da Comissão de Desportos da Aeronáutica. .

Aplicada”. No ano seguinte, houve a inclusão da disciplina de “Metodologia da Educação Física e dos Desportos”.

Já o curso de “Educação Física e Técnica Desportiva” da EEFSP/USP de 1968, enquadrava-se nos moldes de licenciatura longa. Modelo para outros cursos superiores da área tinha carga horária de 1.800 horas-aula, com duração mínima de três anos (TEIXEIRA, 1968; GNECCO, 2005). As matérias básicas eram: Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene; como matérias profissionais, Socorros urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação, matérias pedagógicas de acordo com o Parecer nº 672/1969 e ainda duas modalidades desportivas, a serem escolhidas pelo aluno da lista oferecida pela instituição. E a titulação era de licenciado em Educação Física e técnico desportivo.

Em 1969 iniciou-se a integração da EEFSP ao Instituto de Educação Física da USP e novas reorganizações¹⁰¹ curriculares aconteceram. Na década de 1970, a instituição passou a oferecer um currículo mais enxuto, com mais disciplinas de orientação prática como: Ginástica; Dança; Desportos Aquáticos; Atletismo; Basquete; Voleibol; Handebol; Futebol; Futebol de Salão; Ataque e Defesa; Recreação; Metodologia da Educação Física; Organização e Administração; Socorros de Urgência e Traumatologia; Saúde da Comunidade, e as disciplinas ministradas de forma aplicadas de: Fisioterapia, Cinesiologia, Metabologia, Anatomia, Fisiologia, Higiene e Psicologia (GNECO, 2005).

Ao final desta década, havia opiniões desfavoráveis à inclusão de matérias pedagógicas nos currículos das Escolas Superiores de Educação Física, dentro do próprio Conselho Federal de Educação. Esses conflitos não eram somente uma questão de convalidação de saberes, como o caso da formação docente via licenciatura; mas um problema de identidade da área.

O conjunto de fontes levantado por esta investigação levou a concordância com o comentário de Faria Jr. (2005), de que a formação de professores de Educação Física manteve-se diferenciada em relação a outras formações de docentes, por haver outras implicações. As licenciaturas provenientes das Filosofias

¹⁰¹ A partir de 1977, com a criação da pós-graduação em nível de Mestrado houve um profundo questionamento sobre a graduação oferecida pela EEFSP: Uma das críticas feitas foi de que “todos os anos, formavam-se licenciados que muitas vezes não atuavam em escolas, mas em outros campos oferecidos pelo Esporte e pela Educação Física” (ESCOLA, 2010, p. 1). Essa discussão resultou, em 1992, na reestruturação da graduação em Bacharelado e Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Esporte.

eram disciplinadas pelo Conselho Federal de Educação, e por ele registradas. Já a Educação Física, o registro docente era regulado por outros órgãos, como a DEF e a DED.

3.4. Formação, mercado de trabalho e profissionalização na rede oficial paulista

Anísio Teixeira no artigo “Perspectiva da Educação Superior no Brasil”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos¹⁰², em 1968; referiu-se ao processo de expansão das graduações em Educação Física de modo constante e crescente, a partir de 1960. O autor tratou da influência da LDB nº 4.024/1961, acentuando a cooperação da atividade privada neste campo da educação. Alertou ainda que, o ensino privado superior se expandiu tanto quanto o público, porém era mais dominante nas carreiras de serviço (como por exemplo, a Educação Física); o que segundo ele, “levaria a possível inflação de pessoal desse gênero no mercado” (TEIXEIRA, 1968, p. 54). Os comentários de Anísio Teixeira previam uma oferta de professores de Educação Física maior que a demanda.

Ao contrário de Anísio Teixeira, Faria Jr. (1981) tinha uma perspectiva otimista da relação entre o crescimento de cursos de formação com a ampliação do mercado de trabalho da Educação Física na década de 1970. Analisando os resultados do Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil, o autor asseverou:

Assim, no segundo grau, mantendo o Brasil, em nível nacional, um professor para cada 390 alunos, o mercado de trabalho comportará, em 1973, aproximadamente 15.600 professores, significando isto um acréscimo de 5.00 novos empregos, se as atuais condições funcionais permanecerem inalteradas.

Por outro lado, ainda em 1973, teremos 2.700 novos professores, que atenderão apenas a 50% da demanda adicional do triênio que finda nesse ano.

¹⁰² A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos é um periódico publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e MEC, desde 1944. De periodicidade quadrimestral tem publicado artigos acadêmicos, resultantes de estudos e pesquisas na área da educação, no intuito de oferecer subsídios às decisões políticas deste campo de interesse. Foram rastreados exemplares de 1960 a 1985, focando o tema Educação Física brasileira, obtendo como resultados, oito artigos específicos.

Ainda nesse ano, o número de leigos e especializados, formados em cursos de curta duração, deverá aumentar em termos absolutos e diminuir em termos relativos. Dessa forma, o mercado pressionará sobre a qualificação profissional, com melhores perspectivas salariais para os diplomados em nível superior (FARIA JR., 1981, p. 27)

Esta perspectiva frente ao mercado real não foi concretizada, conforme os resultados publicados por Resende e Ferreira (1984), no artigo “O espaço profissional ocupado pelo licenciado em Educação Física: um estudo do mercado de trabalho”. Os autores apresentaram como razões da impossibilidade de ser absorvida tamanha oferta de docentes da área: os poucos concursos públicos para professores (inclusive de Educação Física), a partir de 1978; e o descompasso entre o que a universidade legalmente habilitava e o que o mercado oferecia ao profissional para sua atuação, em termos de condições e salários. Situação que criou tensões e frustrações e concomitantemente, tendeu a aumentar a marginalidade profissional do grupo. Criticando as expectativas de trabalho geradas na década anterior, Resende e Ferreira (1984) salientaram ainda que, havia em 1984, profissionais leigos e não registrados atuando em determinadas categorias.

Segundo Andrade *et al* (1973a), no cenário nacional da década de 1970 eram poucos os docentes de Educação Física especializados de primeiras a oitavas séries, sendo que a maior concentração de professores formados estava no Estado de São Paulo, onde havia 34 faculdades. Esse número era apenas superado na época, pela Bélgica, Inglaterra, Suíça, Alemanha e Estados Unidos, mostrando o quanto São Paulo diferia do cenário nacional.

Colaborou também com a ampliação das possibilidades de formação na área, a criação da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) em 1978. Para Ramos (1983, p. 298) o incentivo dado pela entidade com a abertura de novos estabelecimentos de ensino especializados, todos de nível universitário, expressava “o interesse pela profissão de professor de Educação Física, técnico desportivo e médico especializado”.

Quanto ao professor de Educação Física, no Estatuto do Magistério do Estado de São Paulo (Lei complementar nº 201, de 9 de novembro de 1978), esses docentes de habilitação específica de grau superior, ao atuarem sob as normas da

Secretaria de Educação¹⁰³, eram classificados no Quadro do Magistério como Professor II, ou seja, professor específico de “um componente curricular, exclusivamente no ensino de primeiro grau, de 5ª a 8ª séries” (SÃO PAULO, 1985, p. 397), com possibilidades de promoção e acréscimos no salário-base.

Entretanto, além de suas aulas regulares de Educação Física escolar, esses docentes poderiam apresentar um projeto para a formação de turmas de Treinamento Desportivo, dentro do plano escolar das unidades que incentivassem a participação discente em campeonatos colegiais, torneios oficiais, intercâmbios desportivos e outras formas de competição. Conforme a Resolução SE nº 11 de 18 de janeiro de 1980 (SÃO PAULO, 1985) estas Turmas passavam ainda pela homologação da Delegacia de Ensino local.

As turmas de Treinamento¹⁰⁴ além de representar para o docente, outra maneira de constituir sua jornada de trabalho e remuneração salarial, eram uma oportunidade diferenciada de treinamento técnico de alunos selecionados e motivados, em modalidades esportivas que estavam afinadas com sua formação profissional, em horários e locais específicos, com deslocamentos e viagens para participação em eventos em momentos não letivos e um *status*, tanto em relação aos próprios estudantes quanto aos professores de outras matérias e à comunidade, pois as equipes formadas divulgavam a escola nos campeonatos, torneios e intercâmbios desportivos no estado e em outras regiões, como será corroborado na segunda parte deste trabalho.

Apesar dos esforços das entidades de classe¹⁰⁵, da criação de uma comunidade científica própria, dos diferentes interesses das instituições de formação

¹⁰³ Os docentes de Educação Física em alguns Estados brasileiros estavam subordinados a outros órgãos, que não necessariamente eram as secretarias de educação estaduais, como por exemplo, em alguns estados, eram as Inspetorias de Educação Física estaduais (DaCOSTA, 1971, p. 323).que realizavam este papel.

¹⁰⁴ A Resolução SE nº 337 de 29 de novembro de 1984 (SÃO PAULO, 1985, p. 503), mesmo ao final do período da ditadura militar, representou uma espécie de incentivo a continuidade da prática de esportes nas escolas, na medida em que permitia a ampliação da jornada dos professores e seus ganhos em horas-aula, por meio da condução das turmas de treinamento. A distância entre as turmas de treinamento e as turmas regulares das sessões de Educação Física consiste principalmente na motivação para a aprendizagem e disposição para o treinamento de modalidades esportivas. Até a atualidade, muito professores preferem trabalhar com estas turmas, por estes alunos terem habilidades, interesse e motivação diferenciados dos alunos regulares, que nem sempre estão dispostos à realização das atividades de Educação Física.

¹⁰⁵ A força corporativista das Associações de Professores de Educação Física (APEFs) da Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo em 1946 fundou a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF) intencionando regulamentar a profissão. No entanto, a a relação do trabalho pedagógico dos professores de Educação Física é muito distinta da relação de

superior na área e dos critérios adotados na profissionalização da rede estadual paulista, entre 1964-1985, no cenário educacional público lecionavam professores normalistas, práticos, especializados, treinadores de modalidade e licenciados em Educação Física. Questionam-se quais as implicações desse amálgama docente na configuração da disciplina no âmbito escolar. Como atuariam ou não esses professores, quais seriam os saberes escolarizados.

trabalho dos profissionais liberais da Educação Física, e portanto uma regulação difícil de ser equacionada. Após treze anos da periodização deste estudo, somente em 1998 houve a criação do sistema de regulamentação feito pelo Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF) e respectivos Conselhos Regionais (CREFs), visando normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos profissionais de Educação Física liberais e das pessoas jurídicas, cuja finalidade básica seja a prestação de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares (CONSELHO, 2010); poder que não abrange os profissionais da esfera educacional, ou seja os professores da área. Essa dicotomia tem sido motivo de disputas e questionamentos que não serão abrangidos em função de extrapolarem os objetivos e a periodização deste trabalho.

CAPÍTULO 4 - OS SABERES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Privilegiamos como núcleo deste capítulo a escolha de saberes disponíveis à Educação Física escolarizada. Seleção que estava consoante a um projeto de sociedade emerso de um cenário político, econômico, social e cultural tumultuado, tanto pelas disputas de poder como pelo conjunto de interesses de várias ordens, em um contexto de ditadura militar.

Em relação às opções expansionistas feitas pelas políticas educacionais do período, esse projeto era ambíguo, oscilava entre as críticas desferidas a massificação do ensino público e o saudosismo de uma educação de qualidade, porém elitizada.

Colaborou para o entendimento da relação entre a seleção de saberes e o projeto de sociedade moldado, Souza (2008, p.11) ao afirmar que:

A questão de saber por que a escola ensina o que ensina é fundamental para o entendimento da finalidade cultural das instituições educativas e do tipo de homens e mulheres que uma dada sociedade em determinado tempo deseja formar.

Assim, tomando por base a Educação Física, além das prescrições oficiais, os órgãos de inspeção e normatização, os professores (formação e profissionalização) e a produção de conhecimentos do campo acadêmico, também foram considerados a seleção de saberes e os currículos, as heterogêneas opiniões teóricas veiculadas em materiais impressos e a proliferação de coletâneas didáticas sobre Educação Física, como instâncias de seu ensino. Conhecimentos sobre finalidades, conteúdo, método e avaliação, disponíveis aos professores que lecionaram na época da ditadura militar. Obras que ainda podem ser encontradas nas escolas da rede estadual, e que se pressupôs estarem ligadas direta ou indiretamente, a configuração da Educação Física como disciplina escolarizada.

Também é relevante lembrar que, o que foi sugerido como ensino pôde ou não ter sido colocado em prática, o que significa que junto com as prescrições e a formação, esses saberes encontram-se ainda no campo de possibilidades e não de evidências. Apesar da tênue diferença, o risco da generalização e de falseamento é grande. As evidências de práticas somente são passíveis de serem desvendadas

em estudos realizados dentro das comunidades escolares. No caso desta investigação, em duas escolas públicas, esmiuçadas na segunda parte deste trabalho.

4.1. Os conhecimentos disponibilizados aos professores de Educação Física escolar: uma seleção a partir do que foi encontrado nos acervos locais

A construção cultural de um professor não se alicerça apenas no saber formal da formação inicial ou em sua possível continuidade, mas também em conhecimentos e saberes não formais e informais; ou seja, da sua formação pessoal, de uma reflexão mais acurada sobre seus erros e acertos, das trocas entre os alunos, entre outros professores, das conversas em reuniões da escola, em palestras, cursos, congressos, seminários, apresentações, competições; das revistas, jornais, boletins e outros impressos publicados pelas associações, clubes, e pelo próprio mercado editorial comercial, que especificamente no caso de temas como Educação Física e esportes, já recebia interesse da população. Sem contar os filmes de cinema das décadas de 1970-1980, e a programação televisiva, que também acompanhava com atento olhar, os índices de audiência, quando o tema era: competição, gincana, apresentações de *performance* (coreografias, ginásticas, acrobáticas, patinação no gelo), entre outros.

Não se pretendeu de forma alguma abarcar todas as publicações do período, pois essa recuperação e análise precisariam de uma investigação muito mais profunda que não cabe nos limites desse trabalho, ainda que este esboço possa ser sugestivo.

Seguindo o que Chervel (1990) e Bittencourt (2011) propuseram para que determinado conhecimento fosse configurado como saberes de uma disciplina escolar, optou-se por selecionar obras, que traziam questões pedagógicas do ensino da Educação Física, objeto deste estudo. Assim, a alternativa foi deter-se nos materiais impressos encontrados nas escolas da rede estadual e em acervos da cidade pesquisada. Alguns distribuídos gratuitamente, muitos deles fazendo parte da referência dos outros; que foram aqui considerados como evidências teóricas do que possivelmente era ensinado entre 1964 e 1985.

Vale destacar que, a maioria dos títulos desta época, que restaram nas salas de leitura/bibliotecas, apresentava modalidades esportivas específicas ou seus métodos práticos de ensino, “receituários”, como conteúdo principal, inclusive com ilustrações de suas progressões didáticas.

Na década de 1960, além da mobilização da DEF para publicação de impressos que tratassem de temas de interesse do campo; muito colaborou a Lei nº 5.327 (BRASIL, 1967b). Essa legislação versava sobre a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), definindo as diretrizes de produção e distribuição de material didático, inclusive livros; de modo a contribuir para a melhoria de qualidade, preço e utilização. A Fundação não visava fins lucrativos, sendo que muitos dos materiais produzidos eram distribuídos a preço de custo ou gratuitamente.

Alguns dos impressos recuperados no levantamento de materiais didáticos e de formação deste trabalho tiveram sua origem a partir do incentivo ao mercado editorial voltado à Educação, proporcionado por este decreto.

4.2. Algumas das obras de formação distribuídas gratuitamente na rede

Por ser um excelente material de registro histórico da periodização assinalada pelo estudo, com acesso possível, e conhecidos pelos professores da época, foi feita uma análise dessas fontes em relação: às tendências e aos discursos existentes no item “Introdução”; ao conteúdo apresentado de modo geral; à declaração das finalidades explicitadas ou não, e se havia nesses impressos, a preocupação com a didática. Vale ressaltar que as obras mencionadas estavam direcionadas ao público de alunos de ginásio e/ou quintas as oitavas séries, uma clientela com faixa etária de 10 a 15 anos.

Embora nas faixas etárias inferiores ao alunado pesquisado, a psicomotricidade na Educação Física estivesse em voga, para os ginasianos não somente a prescrição, mas também os saberes que efervesciam internacionalmente e no país estavam muito mais voltados ao esporte e ao didatismo da iniciação esportiva.

Não coube dentro desta análise, um estudo sobre motivação e a averiguação da coerência das progressões didáticas¹⁰⁶, sugerida para as práticas.

4.2.1. “Introdução a Didática da Educação Física” de Alfredo Gomes de Faria Jr.: o “livrão” da didática da Educação Física

O livro publicado em 1969 (figura 4.1) tornou-se um material de formação bastante utilizado pelos professores da área, na época:

...não existe [existia] professor de Educação Física no Brasil que não tenha [tivesse] tomado contato com o ‘livrão’ ... (PEREIRA *et al*, Apud FARIA, JR, 2005, p.64).

Esse comentário mostra a importância da obra, num momento em que a concepção de didática, ainda era um processo assimilatório dentro do campo da Educação Física. No ambiente escolar, a obra revelava os saberes específicos, consolidava-os, unificava-os, mostrava aos outros campos que a Educação Física tinha seus saberes próprios e fornecia a aqueles que não tinham percorrido o caminho da formação formal, uma atualização ou mesmo um aperfeiçoamento.

A partir desta obra e de sua penetração no meio da Educação Física, pôde-se falar em incorporação do conceito e da necessidade de didática, nas aulas; problemática da área levantada em capítulo anterior.

O autor, Alfredo Gomes Faria Jr. tem sido um estudioso da Didática na Educação Física, com várias obras publicadas sobre o assunto. O livro não tem uma “Introdução”, mas uma “Apresentação” feita pelo Tenente-Coronel Arthur Orlando Costa Ferreira, Diretor da DEF/MEC. Neste texto, Ferreira e Fortunato (1969) salientou que o direcionamento do processo educacional passara a ser o aluno, e que o *“moderno professor de Educação Física, como autêntico educador”*, deveria desenvolver sua atividade docente em três fases: planejamento, orientação e controle da aprendizagem na Educação Física. Pela “Apresentação”, foi possível notar o apoio explícito da DEF; que reconhecia sua importância e aceitava a

¹⁰⁶ As progressões foram sugeridas como sequências de instruções apontadas nas obras, tanto as específicas dos exercícios ou aquelas relacionadas ao desenvolvimento de fundamentos de cada uma das modalidades, que levavam ao aprendizado de um determinado conteúdo.

didática, um dos saberes da Educação, em uma senda ainda muito carregada da matriz biológica.

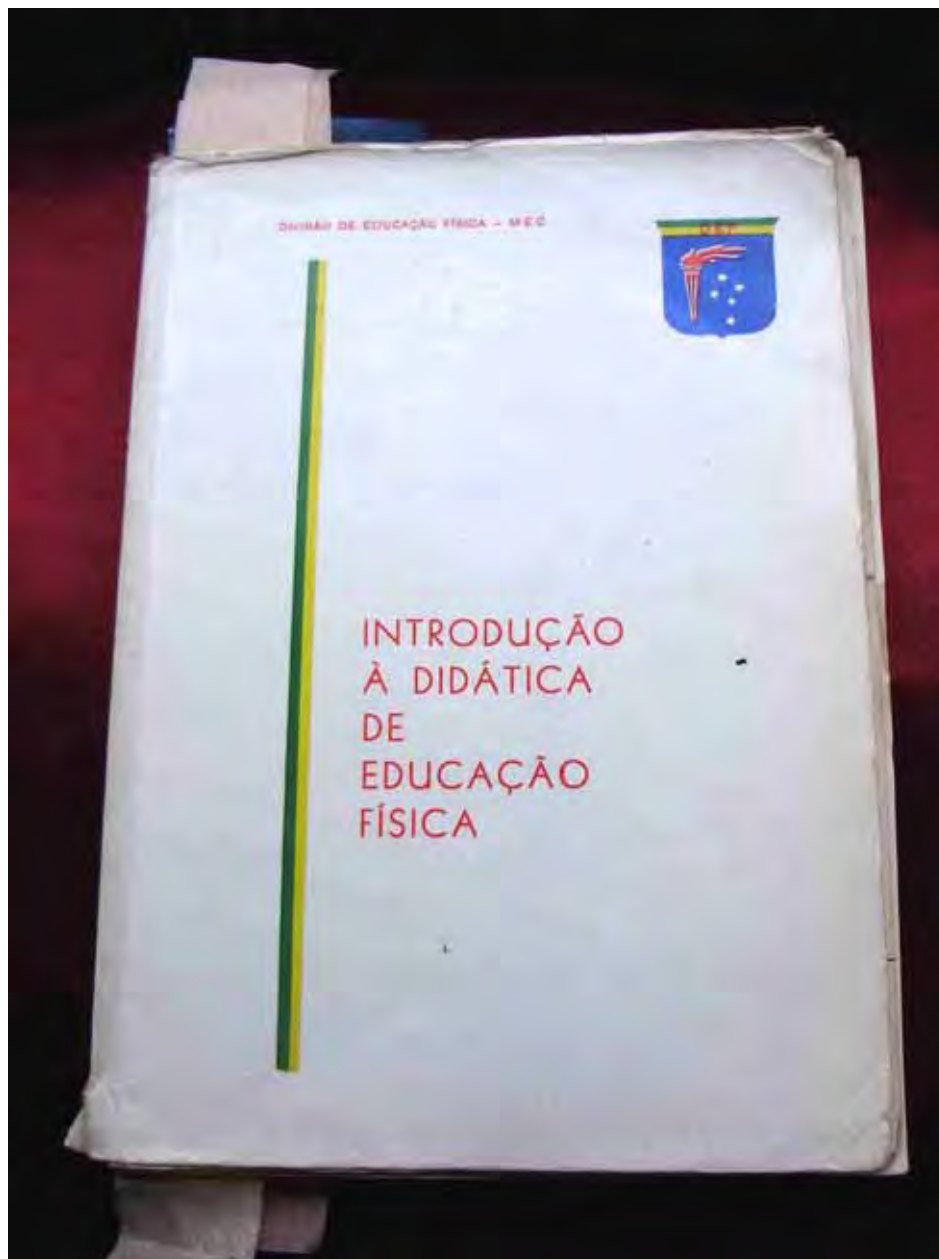


Fig. 4.1 – A obra “Introdução à Didática da Educação Física” conhecida como “Livirão” de Faria Jr.(1969). Foto de autoria própria (Acervo da autora).

Com muitas fotos de aulas de Educação Física, em preto e branco, ilustrações a despeito do “modo de fazer” os exercícios, e exemplos de intervenções em escolas públicas, do final dos anos de 1960; o autor dividiu a obra em unidades: “Noções fundamentais de pedagogia, educação e didática”; “Educando em seus aspectos evolutivos, relação com os exercícios e influência do dimorfismo sexual

nas práticas”; “Requisitos básicos do professor, interação com o grupo profissional pedagógico, liderança e ética profissional”; “Finalidades e objetivos da Educação Física na Educação”; “Conteúdos, sua seleção e formas de apresentação”; “Método e, finalmente, Planejamento, orientação e controle”, que Faria Fr. (1969) denominou de “Ciclo Docente”.

O autor sugeriu a didática como “disciplina pedagógica de caráter prático e normativo que tem por objetivo a técnica de ensino, isto é a técnica de dirigir e orientar eficazmente os alunos na sua aprendizagem” (FARIA JR, 1969, p. 23). Em relação aos conteúdos da “didática”, declarou ser a didática um “conjunto sistemático de princípios, normas, recursos e procedimentos específicos que todo o professor deve conhecer e saber aplicar para orientar seus alunos na aprendizagem das matérias, tendo em vista seus objetivos educativos” (FARIA JR, 1969, p. 23).

Contextualizando a evasão de alunos e a expansão da escolarização, sem uma adequada preparação e planejamento; Faria Jr. (1969, p.19) relatou que:

No ensino médio, as condições são tão ruins ou até mesmo piores do que no ensino elementar. Entretanto, este grau de ensino é considerado pelos especialistas como um dos fatores básicos do desenvolvimento das nações. O povo brasileiro descobriu, também, que é possível a mobilidade vertical em nossa sociedade através dos conhecimentos e da formação que uma boa escola pode oferecer. Assim, a procura da escola torna-se cada vez maior. A inexistência, porém, de todo um complexo social preparado para receber as explosões demográficas, econômicas e sociais leva a rede escolar a uma situação angustiosa, onde nem a quantidade nem a qualidade são atendidas.

Em seguida, relatou que a Educação Física era a única prática educativa obrigatória; mas que faltavam instalações, material didático, e professores qualificados, e que:

A elevação da Educação Física à categoria de “prática educativa” despertou um maior interesse de renovação no âmbito do magistério especializado (FARIA JR., 1969, p. 20).

Essa renovação estimulou a busca por novos conhecimentos que articulassem o ensino da Educação Física escolar às abordagens:

Quadro 01 – Abordagens didáticas

“Didática Tradicional”	“Didática Moderna”	Componentes
A quem se destina?	Quem aprende?	- Aluno
Quem ensina?	Com quem o aluno aprende?	- Mestre
Para que se ensina?	Para que o aluno aprende?	- Objetivo
O que se ensina?	O que o aluno aprende?	- Matéria
Como se ensina?	Como o aluno aprende?	- Método

Fonte: FARIA JR (1969, p. 26).

O quadro autoexplicativo buscou facilitar o entendimento dos professores de Educação Física em relação às propostas didáticas.

Destacou-se o tema Psicologia Educacional voltada para as necessidades dos alunos por faixa etária, na perspectiva do “jogar”. O autor apresentou um panorama das teorias que enfocavam a temática por esta direção, seguido de um resumo de concepções, dentre elas: a teoria do descanso e do recreio; do atavismo e da recapitulação; do excesso de energia; do exercício preparatório ou prévio; do exercício complementar ou de compensação; teoria catártica; e teoria do jogo e do jogo estimulante.

A unidade três, cujo tema era o professor de Educação Física, reforçou o direcionamento voltado ao aluno e comunidade, proposto anteriormente:

O professor especializado em Educação Física, autêntico educador, considera antes de tudo a personalidade do aluno. Torna-se o elemento de ligação entre a escola e a comunidade, desenvolvendo uma dinâmica entre esses grupos sociais (FARIA JR., 1969, p. 45).

Faria Jr. (1969) levantou assuntos referentes à docência da Educação Física como a vocação para o magistério, os requisitos básicos do professor, as aptidões específicas, o preparo especializado e habilitação profissional (figura 4.2).

Interessante destacar, que esta fonte também referenciou a questão das habilidades físicas do professor de Educação Física, já observada em outros documentos analisados:

A evolução do conceito de Educação Física e a posição desta “prática educativa” nos currículos das escolas modernas tornaram ultrapassada a velha tese de que o professor de Educação Física deve ser primordialmente um excelente executante, dando assim mais importância ao domínio das habilidades físicas. Atualmente, dá-se mais importância à sua formação didático-pedagógica (FARIA JR., 1969, p. 49).

REQUISITOS BÁSICOS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

São em número de cinco os requisitos básicos que deve possuir o docente especializado em Educação Física:



Estes cinco requisitos nem sempre se encontram num mesmo membro do magistério ou num candidato ao correspondente mister. É bastante comum encontrar indivíduos que possuem vocação autêntica sem que, no entanto, possuam as aptidões específicas para o exercício do magistério. Outros indivíduos há, também, que, embora possuidores de verdadeira vocação, com aptidões específicas para a profissão e de bom preparo especializado, carecem de apreciável cultura geral, o que lhes dificulta a

Fig. 4.2 – Requisitos básicos do professor de Educação Física (FARIA JR., 1969, p. 46).

Adiante mencionou que seria desejável que os docentes da área tivessem outros conhecimentos desde: Filosofia, Sociologia, História, Psicologia, todos relacionados à Educação, à Anatomia, Fisiologia, Nutrição, Cinesiologia, Fisioterapia, Traumatologia e Socorros de emergência; além das técnicas fundamentais das ginásticas e dos desportos.

Faria Jr. (1969) relatou que o papel de professor de Educação Física envolvia saberes e outros conhecimentos que iam além do proposto para a formação da época. Contrapondo-se a este tipo de situação, dentro do grupo profissional pedagógico havia certa discriminação, observada nestas enunciações:

O professor de Educação Física julga-se muitas vezes, preterido ou mesmo vítima de discriminação pessoal, quando o seu subgrupo é que se encontra envolvido por um dos mais interessantes fenômenos estudados pela Sociologia Educacional (FARIA JR., 1969, p. 54).

...

Nós professores de Educação Física, devemos rejubilar-nos com essa medida, que possibilitará aos futuros mestres adquirir mais sólidos conhecimentos pedagógicos e obter mais fácil integração com os demais membros do grupo profissional pedagógico (FARIA JR., 1969, p. 55).

Apesar de defender o professor de Educação Física do estereótipo negativo, o autor explicitou as dificuldades que existiam para se chegar a este ideário, ao explicar um conteúdo, como o exposto a seguir:

É bastante comum que professôres menos avisados confundam finalidades de educação com objetivos de ensino...

Outros professores confundem objetivos com conteúdo. Esta falsa identidade entre objetivo e conteúdo revela-se comumente nas respostas dadas quando a eles perguntamos sobre qual o seu objetivo em determinada aula, e nos respondem: “ensinar o passe de peito”, no Basquete; ou o “rolo simples para frente”, na Ginástica Olímpica; ou, ainda, “a virada da cambalhota”, na Natação, por exemplo.

Isto seria a mesma coisa que, se interrogássemos um pedreiro sobre o objetivo de determinada obra sua, ele nos respondesse: “usar os tijolos, a massa e a colher de pedreiro”, ao invés de “construir um muro ou uma parede” (FARIA JR., 1969, p. 63).

Depois desse bem humorado comentário, Faria Jr. (1969) tratou do tema liderança, sua função e suas formas, carismáticas ou democráticas. E aproveitando citou os personagens deste campo de interesse, nem sempre com formação acadêmica, mas que se tornaram referência; como o Professor Listello. Nome já citado em outras fontes documentais e que trouxe para o Brasil os princípios da

Educação Física Esportiva Generalizada. Faria Jr. esboçou no livro de “didática” como seria um esquema de aula sobre esse conteúdo.

Na abertura do tema “planejamento”, Faria Jr. (1969, p. 149) alertou sobre os “dois grandes males que desvitalizam e reduzem o rendimento: a rotina e a improvisação”; mostrando um cronograma de planejamento, realçou a importância das sondagens e prognoses (figura 4.3).

A obra apresentou plano de cursos com objetivos específicos de acordo com o ano, o nível e o escalão das aulas: matérias por unidade em função de um calendário. Exemplificou com detalhes, uma intervenção feita num ginásio estadual da Guanabara, no ano de 1968; além de expor planos de unidade didática a partir de estudos de intervenções realizadas. A discriminação destes estudos era realizada em itens como: tempo, desenvolvimento, meios auxiliares e bibliografia; mesmo que mais voltados ao desenvolvimento da ginástica e das modalidades específicas.

EXEMPLO DO CRONOGRAMA



Fig. 4.3 – Cronograma de planejamento em Educação Física (FARIA JR., 1969, p. 45).

Faria Jr. (1969) preocupou-se em dar ferramentas aos professores na resolução de situações de ensino. Tratou das dificuldades de motivação de grupo,

da importância de materiais, equipamentos e recursos tecnológicos (dos mais simples aos mais sofisticados da época, como a televisão); ressaltando que estes também eram elementos importantes no manejo de classe e na disciplina (figura 4.4).

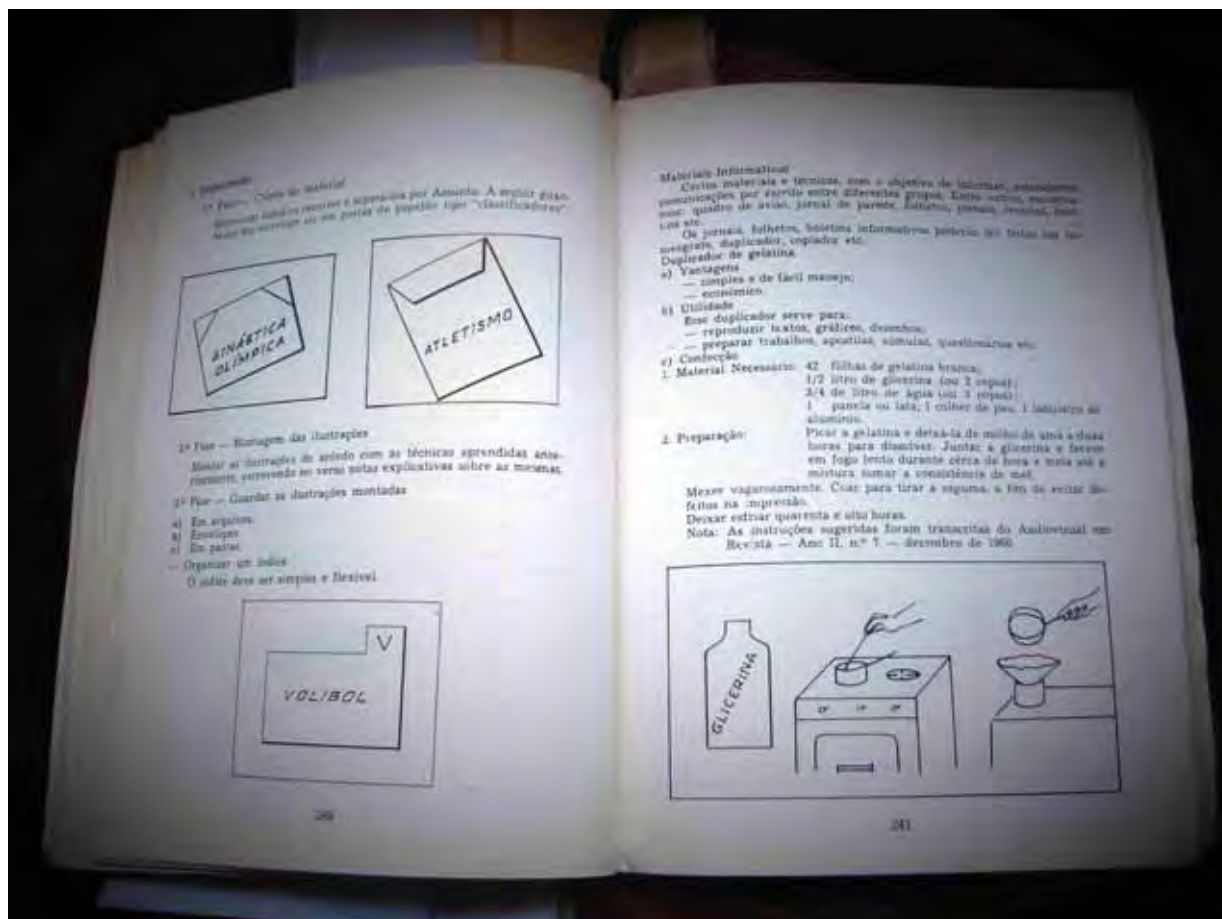


Fig. 4.4 – Duplicação caseira de materiais informativos para incentivar os alunos nas aulas de Educação Física (FARIA JR., 1969, p. 241).

Faria Jr. dedicou uma seção para as atividades extraclasse, como as excursões aos clubes, o campismo, a formação de grupos folclóricos, a participação em campeonatos, e a divulgação desses eventos, no mural da escola. Interessante destacar que associava estas atividades ao pagamento de honorários extra aos professores. Apontou também a necessidade de avaliação das aprendizagens.

Concluindo a descrição da obra “Introdução à Didática da Educação Física”¹⁰⁷, Faria Jr (1969), no último capítulo apresentou um relatório anual da Educação Física ginásial, do ano de 1968; normalmente material entregue a DEF.

¹⁰⁷ Em 1981, a obra foi reeditada e publicada por editora comercial. Algumas partes foram suprimidas, como a unidade que tratava especificamente dos alunos. As conceituações de didática,

A inserção formal dos saberes didáticos na formação do professor de Educação Física, poderia ser vista sob alguns ângulos. Um deles seria a necessidade de organizar os conteúdos ensinados, dispor metodologias diferentes das ordens de comando e das lições de exercício e ampliar a questão dos testes físicos às outras formas de avaliação.

Por outro lado, dispor aos professores deste livro de didática específica, poderia levar ao questionamento de qual seria a razão de motivar, pensar em estratégias de ensino e novos métodos, se a participação nas sessões era obrigatória? Não bastaria ordenar e instruir? Justamente porque a obrigatoriedade não estava sendo cumprida de várias formas, que métodos de incitação às práticas e de motivação eram imprescindíveis.

Também o oferecimento desta obra às escolas públicas de todo o país reforçou a idéia de que, naquele momento, estava havendo uma passagem da Educação Física escolar, da matriz biológica para o campo de domínio da Educação. A incorporação da didática e da licenciatura ao título de formação do professor da área e a transição de subordinação nas esferas organizativas prenunciavam a configuração da Educação Física, como disciplina escolar.

De qualquer forma, este livro em sua época, representava uma nova concepção, ultrapassava o reducionismo dos comandos, das instruções, dos “métodos” ao incluir elementos clássicos da “didática”. Enfim, a obra foi tornada referência, ganhando a alcunha de “livrão”; do coloquial, livro pesado recheado de conteúdos.

4.2.2. A Campanha “Esporte para Todos”¹⁰⁸

Em 1978, a DED¹⁰⁸ junto ao MEC e o Mobral, em convênio com a Escola de Educação Física da USP, lançaram um livro técnico, em feitiço de brochura, sobre o “Programa Esporte para Todos¹⁰⁹” (figura 4.5). Distribuído no país gratuitamente aos

apresentadas em 1969, foram mantidas; mas o livro ganhou um vocabulário diferenciado do anterior, com uso de termos como “taxionomia de objetivos educacionais”, entre outros. Vale acrescentar que em anexo, foram dispostas atividades de avaliação do conteúdo aprendido com a obra, exercícios de fixação com suas respectivas respostas; sugerindo que essa versão comercial, tivesse um uso pedagógico na formação de docentes da área.

¹⁰⁸ A DEF foi incorporada ao MEC e tornou-se DED, como mostrado no primeiro capítulo.

¹⁰⁹ O movimento “Esporte para Todos” surgiu na Noruega em 1967, ganhando grande aderência internacional. Suas manifestações no Brasil começaram a ocorrer a partir de 1973.

Especializados, tratava sobre os aspectos da implantação do Plano Nacional de Educação Física e Desportos¹¹⁰ (PNED). Voltado à popularização das atividades físicas e dos desportos de massa, no Brasil, o programa estimulava o desporto estudantil que acontecia no âmbito de algumas¹¹¹ escolas.

O texto apresentado na brochura abordava a concepção dos esportes como meio recreacional de grupamentos sociais, ressaltando sua importância no lazer ativo, na saúde, no desenvolvimento comunitário e na integração social, dentro de uma perspectiva de educação permanente não formal ou informal. Destacavam-se as campanhas que incentivavam os passeios e as corridas a pé ou de bicicleta; a transformação de ruas e locais específicos, como parques, praças e a praia em algumas localidades, em espaços de lazer, organizando dias e horários para seu funcionamento; assim como também promovia torneios, travessias, gincanas, de abrangência local. Vale lembrar que, na transição das décadas de 1970-1980 efervesceram as práticas esportivas de lazer, realizadas fora dos espaços formais; ganhando vulto na década de 1980, com a proliferação de academias, clubes e escolinhas de modalidades.

Justifica-se referenciar o “Esporte para Todos” (EPT) como um dos saberes selecionados, porque foi um programa presente nas escolas graças às campanhas de divulgação direta pelos professores e indireta pelas mídias, conforme certificava a própria brochura. A simbologia do EPT nas escolas indiciava a dissonância entre a obrigatoriedade das prescrições e a precariedade da Educação Física que acontecia

¹¹⁰ O PNED surgiu com a promulgação da Lei nº 6.251 (BRASIL, 1975), sendo que sua elaboração foi realizada para abranger o período 1975-1979. Pautava-se por três eixos: Educação Física e Desporto Estudantil; Desporto de Massa e Desporto de Alto Nível. Em relação à Educação Física e aos Desportos Estudantis, o Plano priorizava os programas de estímulo dentro do espaço formal. No caso da Educação Física escolar, a aprovação das intervenções utilizando seus incentivos, deveria considerar: os currículos, os professores, a orientação voltada à formação do homem integral; na perspectiva pedagógica e filosófica, a conscientização dos alunos para a importância da prática dos esportes e custos médios. Em relação aos Desportos, para que fossem aceitas as intervenções, elas deveriam contar com a participação dos alunos em competições e jogos de nível técnico mais elitizado, envolvendo maiores necessidades de incentivos em função de seus custos. Na opinião de Costa e Takahashi (1978), autores da brochura mencionada, o PNED marcou a política focada no esporte. Já Kátia Brandão Cavalcanti (1984) mostrou em sua tese, “Esporte para todos: um discurso ideológico”, publicada pela Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A. (IBRASA), que a filosofia de democratização das atividades físicas e esportivas, através do movimento “Esporte para todos” era contraditória, pois ao privilegiar a escolarização de um desporto de alto rendimento, o governo deixava de incentivar um esporte com características inclusivas, voltado ao sentido social do lazer, filosofia inicial da campanha.

¹¹¹ No caso do desporto estudantil, essa ressalva foi feita porque as práticas exigiam uma série de quesitos, desde a motivação dos alunos em realizá-las, conhecimentos específicos das modalidades por parte dos professores, infraestrutura e equipamentos, disponibilização de tempo e continuidade, entre outras. Condições nem sempre garantidas pelas unidades de ensino formais.

na maioria das unidades; apontava uma ruptura em relação à sua imposição nas escolas e a tendência à terceirização das atividades físicas e esportivas a ambientes mais adequados, para aqueles que desejavam praticá-las; enfim confrontava a configuração da Educação Física como disciplina, ao questionar seu real território nas escolas.

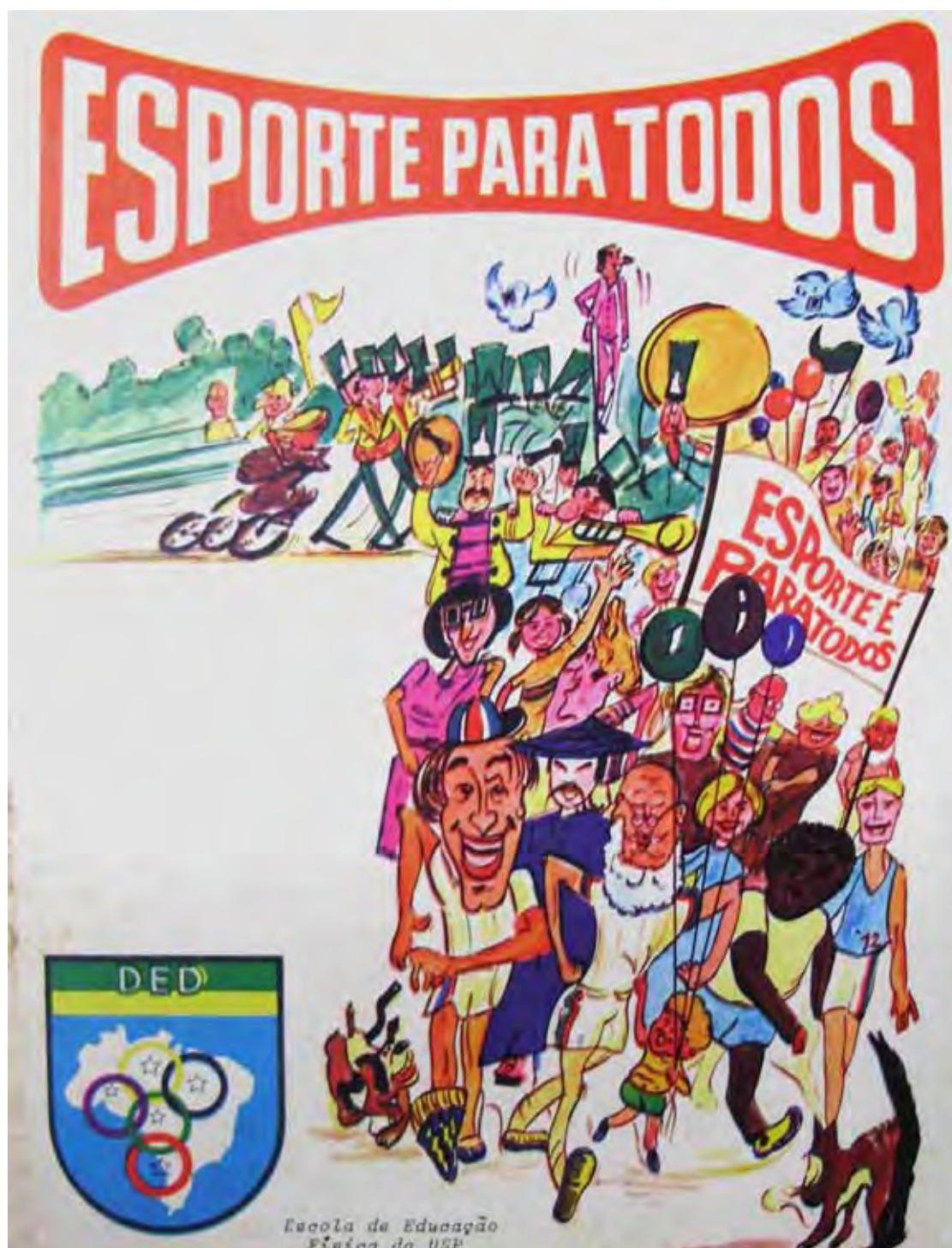


Fig. 4.5 – Brochura do “Esporte para Todos”, distribuídas nas escolas. Foto de autoria própria (COSTA; TAKAHASHI, 1978).

Expande essa reflexão, um comentário de Chervel (1990) sobre a interferência das disciplinas na história cultural das sociedades. O aspecto funcional das disciplinas é preparar a aculturação dos alunos conforme certas finalidades. Mas se este saber, por si próprio, tornar-se uma entidade cultural, ele poderá ser capaz de transpor os muros da escola, penetrar na sociedade, inscrevendo-se nas dinâmicas sociais de outra maneira.

Infere-se que os conhecimentos divulgados com o movimento “Esporte para Todos”, como os benefícios do esporte e o lazer, faziam sentido e foram socialmente reconhecidos como importantes, ganhando as ruas, configurando uma cultura de práticas de atividades físicas, realizadas fora do ambiente formal, amplificada após a década de 1980. Embora a cultura de se praticar atividades físicas em espaços não formais e informais já existisse em cidades como Curitiba (OLIVEIRA, 2003a), no Rio de Janeiro (DIAS, 2008) e em Santos¹¹².

Essa nova reconfiguração da Educação Física como disciplina escolar, que de certa forma independe do término da ditadura militar, necessitaria de maiores investigações, mas que não foram abordados por extrapolar o recorte deste estudo.

4.2.3. “Educação Física: da pré-escola à universidade”: planejamento, programas e conteúdos na perspectiva da Educação Física da USP

Publicado¹¹³ em 1980, “Educação Física: da pré-escola à universidade” foi uma obra coordenada por José Borsari, Ivo Jordano, Thales Bon, Dante de Rose Jr., pesquisadores ligados a USP; distribuída gratuitamente as escolas da rede, pela Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, em convênio com o MEC e SEED, no final do período da ditadura militar.

O livro, disponível em uma das escolas pesquisadas, apresentava um planejamento de sequência sistematizada e organizada de sessões em todos os níveis de ensino. Ressaltava que na Educação Física, os valores evidenciados deveriam ser uma particularidade importante do ensino da área, tanto pela disposição de aceitação e participação na atividade, como pelo comportamento e

¹¹² No Museu De Vaney em Santos (SP), um dos acervos consultados nesta pesquisa. Lá foram encontradas evidências de práticas esportivas, desenvolvidas pelo CCE e pela prefeitura, anteriores à década de 1960; semelhantes às propostas pelo EPT. Tema que mereceria um aprofundamento investigativo.

¹¹³ Sua única edição encontra-se esgotada.

atitude dos alunos para com o professor e mesmo entre os grupos formados para realização das atividades. Em seguida, sugeria que valores como sociabilidade, responsabilidade, disciplina e organização, deveriam ser estimuladas nas quintas e sextas séries. Já nas sétimas e oitavas, caberia incentivar o espírito de equipe, a participação, a iniciativa, a liderança e o autocontrole.

Na continuidade dos capítulos, Borsari *et al* (1980) elencou as habilidades de pensamento e os conteúdos a serem desenvolvidos, assim como também sugeria critérios de avaliação. Na última parte, dispunha uma programação seqüenciada, com divisões anuais e bimestrais, com conteúdos descritos minuciosamente, em relação aos objetivos, materiais, procedimentos, finalização e possibilidades de variação, desde a pré-escola a universidade, um amplo planejamento, consoante com o título da obra.

Especialmente de quinta a oitava série, o que equivaleria ao ginásio; além das ginásticas inclusive com aparelhos e do atletismo, havia a sugestão de alguns jogos recreativos e pré-desportivos como vôlei, basquetebol e handebol, abordando desde os seus fundamentos às táticas.

Embora com ênfase nas modalidades esportivas¹¹⁴; o livro foi embasado na obra de alguns autores da didática da época, como Farias Jr. do “livrão” e Mauro Soares da “Coletânea de aulas de Pedagogia da Educação física” para normalistas que queriam ser Especializados, e de outros materiais didáticos, como a “Coleção de Educação Física Escolar: Planos de Ensino”. Entretanto não havia citações explícitas destas obras ao longo do texto desse livro.

Com a vivência de parte dos programas sugeridos no Colégio Santa Maria instituição particular devocional localizada na capital paulista, essa obra ilustrou uma aproximação do ensino acadêmico com a rede estadual, mesmo que predominantemente teórica e sem a possibilidade do *feedback* pelas escolas públicas.

¹¹⁴ Walter Bracht (2010) fez alguns comentários sobre esta obra. O primeiro de que ela explicitava “valores a serem desenvolvidos que não necessariamente estavam ligados à cristalização da cultura esportiva da Educação Física” (BRACHT, 2010, p.02). O outro comentário foi voltado ao planejamento, assunto recorrente nos escritos de Bracht. Para este autor, o livro “A Educação Física: da pré-escola à universidade” de Borsari *et al* foi a obra do período, que melhor caracterizou o planejamento de ensino e a fundamentação dos conteúdos da Educação Física pelo esporte. Denominando de “quarteto mágico”, em seus comentários Bracht revelou o planejamento corrente feito pelos professores da área: voleibol no primeiro bimestre, atletismo no segundo, e as outras modalidades até completar o calendário letivo.

4.2.4. “Legislação Básica: Educação Física”: o ementário da Educação Física até 1985

Compêndio de legislações e normas federais e estaduais, organizado por Leslie Maria José da Silva Rama e José Álvaro Pereira dos Santos¹¹⁵, foi editado pela SE/CENP e publicado em 1985. Distribuído pela rede estadual gratuitamente, o “ementário” permitia que diretores, pessoal administrativo e professores consultassem o conjunto de prescrições da década de 1930 até 1985, específicas da Educação Física, já que naquele momento não havia possibilidade de consultas *online*. Trazia além de leis e decretos, pareceres, resoluções, portarias, deliberações do MEC, da SEED, do Conselho Nacional de Desportos (CND), do Conselho Federal de Educação (CFE), da Secretaria de Educação de São Paulo (SE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), todas eles apresentados na íntegra.

Já referenciada no primeiro capítulo, esta obra foi fundamental para o entendimento das principais prescrições sobre a área no período da ditadura militar, pois junto com o Diário Oficial, as legislações principais eram impressas em volumes, guardados nas unidades escolares.

O conjunto de obras de distribuição gratuita demonstrou no início do período ditatorial militar, uma tentativa de consolidação do conceito de didática, associado a uma concepção mais humanista da área, ligada à Educação. Ao final da década de 1970, a massificação do esporte e das atividades físicas em outros ambientes, aconteceu em paralelo à tendência expansionista do ensino, inclusive da Educação Física escolar, que em muitas unidades acontecia em espaços terceirizados. Revelou também uma maior aproximação acadêmica. Em relação à compilação, organização e disponibilização em todas as escolas da rede, representou mais que uma obra de valor histórico para compreensão do desenvolvimento do processo formal de ensino no primeiro e segundo graus, simbolizou um marco na configuração e reconfiguração da Educação Física como disciplina escolar pós-ditadura.

¹¹⁵ Leslie Maria e José Álvaro organizaram outros ementários, entre eles: Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Ensino de Primeiro e Segundo graus com vários volumes de 1983; Educação e Ensino Artísticos de 1984; Legislação de Ensino de Primeiro e Segundo graus de 1985; Legislação de Ensino Fundamental e Médio com vários volumes incluindo atualizações. Essa informação colabora com o trabalho de outros pesquisadores históricos que se interessam em investigar as prescrições deste período.

4.3. Algumas das obras disponibilizadas aos professores nas escolas

Desde 1937, com a criação e funcionamento do Instituto Nacional do Livro, existiam projetos voltados não somente melhorar a acessibilidade do livro à população, mas incentivando a organização e auxiliando a manutenção de bibliotecas (BRAGANÇA, 2009). No caso das escolas, oferecendo recursos para aquisição de acervo literário, parcerias, convênios ou procedimentos para solicitar colaboração e/ou doações de títulos para as bibliotecas ou salas de leitura escolares, e também diretamente aos professores.

De todos aqueles que não foram levados para casa ou expurgados, restaram os livros didáticos, paradidáticos e técnicos e algumas enciclopédias, mais atualizadas, nos acervos literários das escolas; sendo que no caso específico da Educação Física, localizados em seção da área ou na seção de esportes.

4.3.1. A Educação Física na “Enciclopédia do Ensino Integrado e Supletivo”, por Mauro Soares Teixeira

Na metade da década de 1960, com as vendas de porta em porta, houve uma disseminação das enciclopédias pelo Brasil, material utilizado pelos estudantes que reunia uma grande quantidade de assuntos relacionados ao conhecimento genérico ou especializado dentro de uma área.

A “Enciclopédia do Ensino Integrado e Supletivo”, do ano de 1973, primeira edição, tratava das práticas educativas: Educação Física, Educação Artística e Religião, além de outros assuntos, como os Testes Vocacionais e Programa de Saúde. A obra analisada era de 1974.

A seção de Educação Física, foi escrita por Mauro Soares Teixeira, de formação inicial Normal em Pirassununga, na década de 1940. Sua ligação com o esporte foi além dos títulos em corridas de 50 m rasos, ganhos em jogos colegiais. Em 1946, Soares complementou sua formação com o Curso de Professores de Educação Física da Escola de Educação Física de São Paulo, com duração de um ano. Tornou-se professor efetivo da rede estadual de São Paulo de Educação Física em 1949 (TEIXEIRA; MAZZEI, 1967); ministrou cursos preparatórios de formação de

Especializados, que aconteciam na cidade de São Paulo¹¹⁶ e posteriormente tornou-se cátedra de Educação Física do Magistério Secundário Oficial do Estado. Influenciado por sua primeira formação e prática da docência especializada em escolas públicas, suas publicações¹¹⁷ abordaram temas filosóficos relacionados à Educação Física, recreação, jogos, jogos antigos e jogos de tabuleiro.

Participou da Associação de Professores de Educação Física (APEF), de São Paulo e de São Carlos, sendo em 1957, seu vice-presidente, em São Paulo por dois anos. Entre 1964 e 1966 foi preparado físico do São Paulo Futebol Clube. Em 1967, foi gerente esportivo da Sociedade Harmonia de Tênis, na capital.

Quanto ao trajeto acadêmico, Mauro Soares em 1954 ganhou uma bolsa de estudos do governo francês, para cursar o *Institut National des Sports*. Foi professor da cadeira de “Pedagogia” da Escola de Educação Física de São Carlos. Na década de 1970, tornou-se professor da cadeira de “Recreação”, da Escola de Educação Física da Universidade Católica de Campinas e da cadeira de “História e Organização da Educação Física”, lecionando como professor na Faculdade de Educação Física de Santo André e como auxiliar de ensino na Escola de Educação Física de São Paulo/USP.

Em relação ao material da Enciclopédia, o autor apresentou na íntegra o Decreto nº 69.450 (BRASIL, 1971c), a legislação que regulamentava a Educação Física dos anos de 1970-1980. Tecendo comentários sobre essa legislação, Mauro Soares declarou:

¹¹⁶ Sua ligação com um dos professores de Educação Física de escola pesquisada de Santos foi em função de sua docência nestes cursos. Os professores santistas subiam para São Paulo para realizarem este tipo de formação específica e obterem sua titulação para posteriormente prestarem concursos, realizarem os exames de suficiência, obterem o “Registro de Professor” e trabalharem nas escolas. Outro vínculo com a Educação Física e a cidade de Santos era Júlio Mazzei, preparador físico do “Santos Futebol Clube”, inclusive de Pelé, seu parceiro em coautoria de diversas publicações, na década de 1970.

¹¹⁷ Além da autoria de diversos textos da Coletânea de aulas do curso de Educação Física para os Normalistas (já citado nesta tese). Teixeira escreveu vários livros: Interpretação filosófica do homem como agente fundamental da Educação de 1959; Manual da Educação Física: jogos e recreação de 1961; Ajude seu filho na escola de 1964; Recreação para todos: Manual teórico-prático (de 1967, reeditado em 1970); Coleção Cultura: Educação, Educação Física, Esportes, Recreação de 1967, com cinco volumes; Enciclopédia do Ensino Integrado e Supletivo: Educação Física e Artística (de 1972, com quatro reedições); Fundamentos filosóficos da Educação Física de 1970, A reforma, a estrutura e a nova didática do ensino em todos os níveis (de 1972, reeditado em 1974) e Atletismo da Iniciação a Técnica: Corridas, Saltos, Arremessos publicado em 1974.

Gravem bem, os prezados Colegas e estudantes de Educação Física, o conteúdo deste Decreto. Ele será nosso guia, o nosso manual, a nossa bíblia.

O alcance dos objetivos nele contidos, talvez tenha uma extensão bem maior do que a nossa compreensão (TEIXEIRA, 1974, p. 20).

O autor enfocou do Decreto, as condições pedagógicas e fisiológicas da iniciação desportiva:

Veja-se, por exemplo, no 2º do inciso III, do Artigo 3º, que se recomenda a iniciação esportiva, somente a partir da 5ª série. Pessoalmente, ficamos felizes, pois é justamente a tese que sempre defendemos com tanto ardor (TEIXEIRA, 1974, p. 20).

Quanto à figura da direção e outras autoridades:

No Artigo 5º, notamos no Inciso I, a distribuição semanal de três aulas semanais por turma. Isto significa que não ficará mais à revelia ou ao crédito de certas autoridades de ensino. Pois todos sabemos que, às vezes, em alguns estabelecimentos eram dadas três aulas, em outros duas e em outros, apenas uma, para apenas cumprir a lei (TEIXEIRA, 1974, p. 21).

Sobre a seleção de alunos pelos professores:

O Artigo 7º vem também de encontro a uma velha tese que sempre defendemos. “A realização de qualquer forma de competição desportiva e recreativa, não deverá prejudicar as atividades de natureza essencialmente formativa”.

Se nos imbuirmos do “espírito” sabiamente aí contido, verificaremos também que a realização de uma “demonstração”, não poderá prejudicar a formação da totalidade.

Isto é sintomático, quando nos lembramos daqueles cuja preocupação é preparar uma equipe para uma competição, composta de doze elementos, ou uma turma de demonstração, composta de vinte e quatro elementos. Para tanto, passam o ano todo cuidando apenas daqueles alunos, desprezando totalmente os demais 988 do Colégio (TEIXEIRA, 1974, p. 21).

E relacionou o Decreto nº 69.450/1971, com o mercado de trabalho, fazendo a seguinte previsão:

O leitor, inteligente, não precisará de maiores esclarecimentos.

...

Com três aulas semanais, obrigatórias, e com a educação Física prevista por lei e regulamentada por Decreto, para todos os níveis, graus e

períodos, abre-se um campo imenso de mercado. A concorrência continuará, mas aos mais capazes, maiores oportunidades.

Que todos cumpram o seu dever e encontrem seu lugar ao sol. Para o seu bem, dos nossos jovens e do nosso BRASIL (TEIXEIRA, 1974, p. 21).

Esse decreto foi um tema recorrente, na metade da década de 1970; sendo publicado na íntegra em outros impressos. Essa legislação regulou e norteou o ensino da Educação Física, daí sua relevância. Estimulava como referência, a aptidão física; mas não resolvia adequadamente, como o professor manejaria em seu trabalho prático, os outros alunos não tão aptos ou mesmo não tão interessados, se focasse no desenvolvimento do desporto como sugeria a legislação. O poder da figura do diretor e o mercado de trabalho aquecido para os docentes da área foram temas já registrados em outras publicações e que, novamente, são resgatados na locução de Teixeira (1974).

Ademais da legislação, o autor tratou da história desse campo de conhecimento; posicionou a Educação Física dentro do contexto da Educação; sugeriu divisões das aulas em tempos; descreveu as boas atitudes relacionadas à correção postural; enfatizou a natação como uma das modalidades esportivas e as dancinhas e a organização de desfiles cívicos, como modelos culturais. Mostrou como realizar um planejamento de unidade-aula, distribuindo os exercícios e controlando o esforço; além de descrever progressões de atividades de ginástica com e sem aparelhos, vôlei, basquetebol e atletismo. O autor incluiu ainda a realização de teste de aptidão física de Cooper (menção reconhecida mundialmente), os treinamentos em circuito e uma série de aulas de ginástica para públicos de faixas etárias e gêneros diferenciados, especificando cada exercício.

Justificou-se salientar este autor, que além de pouco mencionado¹¹⁸ na História da Educação Física deste período, optou por abordá-la por um recorte pedagógico. Suas obras e mesmo a bibliografia¹¹⁹ do texto da Enciclopédia apontaram para sua tendência em incorporar questionamentos humanísticos, sobre

¹¹⁸ Do levantamento feito com a tese somente foi encontrada menção da obra de Mauro Soares Teixeira, no trabalho “Levantamento, catalogação, compilação e análise da produção do conhecimento referente aos jogos (1891-1968)”, de Peixoto (2008). Também Mauro Soares Teixeira foi citado na dissertação de Araújo (2011), como professor de nível Superior em uma entrevista feita com docentes da época da ditadura militar em Jundiá: “*Nós tivemos aula com o Professor Mauro Soares Teixeira – famoso Mauro Soares Teixeira, que tem livros editados com o Júlio Mazzei*” (ARAÚJO, 2011, p. 152).

¹¹⁹ Mauro Soares citou Fernando Azevedo, Dewey, Durkein traduzido por Lourenço Filho, e autores da área como Listello, Boaventura e seu companheiro em coautorias, Júlio Mazzei.

a infância, as dificuldades de inserção da criança na escola, assuntos em voga na época, na perspectiva da Educação e da Educação Física escolar, como em “Ajude seu filho na escola” (MAZZEI; TEIXEIRA, 1964).

Essas influências, no caso da Enciclopédia, puderam ser observadas em excertos do texto de Mauro Soares a respeito dos desfiles cívicos. Para ele:

No Brasil de Vargas, com o advento do então chamado Estado Novo, consequência das malévolas influências nazistas, comunistas e fascistas, a juventude brasileira, adquiriu o hábito dos desfiles. Tal hábito, por influência das gerações anteriores, enraizou-se entre nós e hoje, a título de comemoração cívica, organizam-se os desfiles (TEIXEIRA, 1974, p. 66).

...
Os desfiles são entre nós, consequências de um estado ditatorial, que se realizam, no meio civil, estudantil principalmente, sob a égide de um possível despertar de civismo (TEIXEIRA, 1974, p. 68).

O autor comparou os desfiles¹²⁰ nacionais aos americanos, salientando aspectos diferenciados como, quem participa desses espetáculos:

É comum a todos nós, quer através do cinema ou de revistas vemos, nos Estados Unidos, principalmente, magníficas paradas militares, garbosamente passando pelas ruas das mais importantes cidades. Nunca, entretanto, vimos exemplo igual, representado por escolares. Lá, com uma concepção democrática, não há desfiles para estudantes, a não ser internuros, isto é: no “campus” da própria escola ou apenas dentro dos estádios, precedendo os grandes acontecimentos desportivos (TEIXEIRA, 1974, p. 66).

Questionando qual a finalidade e a relação entre o esforço físico com o civismo, criticou a participação de escolares nos desfiles:

O que é pior: as mais das vezes, os alunos (até mesmo os menores), são colocados para marchar nas ruas da cidade, sem qualquer outra finalidade, senão a de apenas desfilar.

...
Temos visto meninos e meninas, de 7 a 11 anos, marcharem quilômetros, subindo ladeiras, carregando nas mãos bandeirolas verde-amarelas em nome do civismo tão pretendido e tão necessário.

Temos visto crianças, desmaiarem aflitas. Em nome do civismo!...

¹²⁰ Colaborou para o entendimento da tradição brasileira de desfilar, a afirmação de Sérgio Buarque de Hollanda (1983, p.29) sobre as transposições culturais e aculturações entre Portugal e Brasil: “a obrigação de irem aos ofícios embandeirados, com suas insígnias, às procissões reais” explicaria o gosto do aparato e dos espetáculos coloridos, como herança recebida da cultura européia tão peculiar à sociedade colonial brasileira. Essa peculiaridade identitária nacional associando o sentimento de pertencimento com o aprimoramento do civismo e do patriotismo foram apropriados pelo estado ditatorial de Vargas.

Civismo desperta de “dentro para fora”. Civismo consegue-se pelos exemplos dignificantes. Civismo é resultante de ordem e compreensão.

Mas... os desfiles existem; constituem-se num verdadeiro fato social, entre nós (TEIXEIRA, 1974, p. 66).

Teixeira (1974, p. 65) concluiu que: “do ponto de vista filosófico, sobretudo no que concerne a uma educação democrática, os desfiles de escolares não se justificam”, mas como naquele momento a participação estudantil era obrigatória, o autor complementou “se temos dúvidas quanto à sua validade, não as temos quanto à necessidade de se organizá-los” (TEIXEIRA, 1974, p. 68).

Desferiu reprovação sobre a postura de ostentação adotada por algumas escolas:

Temos observado, através de longos anos de experiência, que a maioria dos colégios “obriga” o aluno a adquirir uniformes especiais, para que o estabelecimento apresente-se como “o mais garboso”.

...

Num país, assim, é penoso para a família, adquirir uniformes especiais, apenas para satisfazer à vontade de um diretor ou às concepções de grandiosidade de uma comissão.

É isto, sem falar das monumentais “fanfarras”, ou das “bandas marciais”, que em si, ostentam a riqueza de certos estabelecimentos. (TEIXEIRA, 1974, p. 66).

Mencionou a competitividade desencadeada pela apoteose exibida por algumas escolas, como algo negativo também nos desfiles:

Lamentável acontecimento tem-se observado nos nossos desfiles, quer na Capital, quer no Interior. Cada colégio tem fanfarra, parece-nos que quer estabelecer competição com os demais. Assim, quando ela passa em frente ao palanque oficial, fica dez, vinte minutos ou mais, fazendo suas evoluções, enquanto todo o desfile fica atrás, esperando, o que aliás, provoca profundas alterações (às vezes de horas), na previsão do término. Se os espetáculos são belos e as fanfarras realmente bem ensaiadas, mesmo assim não se justifica (TEIXEIRA, 1974, p. 67).

A análise desse material possibilitou a inferência de que o ensino da Educação Física nas escolas, não focava somente o esporte como uma única opção, e que mesmo na ditadura militar, um material com várias reedições e distribuição nacional, trazia uma visão crítica e distinta do que se dizia idealizado pelo governo, como a aproximação da Educação Física com a tradição cívica dos desfiles de escolares.

4.3.2. “As qualidades físicas na Educação Física e nos Desportos” de Manuel Gomes Tubino

Uma das obras destacadas foi “As qualidades físicas na Educação Física e nos Desportos” de Tubino, cuja primeira edição foi publicada em 1973, reeditada por mais seis vezes. Alocada na biblioteca de “Didática” da Editora IBRASA, junto com publicações direcionadas as matérias de primeiro grau, como Matemática e Inglês; apresentou uma abordagem diferenciada dos conceitos científicos e pedagógicos relacionados ao desenvolvimento da aptidão física. O livro instrucional, com perguntas e respostas diretas em programação ramificada, revelou uma concepção interessante de didática para área, usando o lúdico; como reproduzido a seguir:

Supondo-se que você fosse o encarregado de um plano de Educação Física para um colégio qualquer, em qual dos grupos abaixo estariam as valências ou qualidades físicas a serem desenvolvidas na execução do programa durante o ano letivo?

- a) Fibra- força de vontade- coragem-tenacidade- amor-próprio- etc. – Q. 12
 - b) Sociabilidade- respeito ao próximo- boa conduta- etc. Q. 6;
 - c) Velocidade- força-resistência-etc.- Q. 5
- (TUBINO, 1973, p. 17)

Se escolhesse a alternativa b, iria para o quadro 6, com a seguinte resposta:

Que pena, apesar de você estar em contato diário com as valências físicas de seus alunos, não soube identificá-las, pois a sua escolha recaiu sobre as qualidades sociais. Mesmo sabendo que a Educação Física, por meio dos jogos, de trabalho em conjunto etc., desenvolve estas qualidades sociais escolhidas por você, a pergunta solicitava que dissesse qual o grupo que abrangia as qualidades físicas. Logo, é bom voltar ao Q. 1, para reconsiderar sua escolha (TUBINO, 1973, p. 21).

Tendo como referências: Inezil Penna Marinho; Lamartine Pereira da Costa; Claudio Coutinho¹²¹ e autores internacionais como Corvolan com a Psicomotricidade e artigos do *Bulletin de La Fédération Internationale D’Education Physique*; Tubino desenvolveu um conteúdo bem específico para o professor da área, que desejasse desenvolver treinamento desportivo. O autor, um militar com formação pela Escola Superior de Educação Física do Exército (ESEFEX), mestrado e Livre docência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado pela Universidade de

¹²¹ Ex-militar, Técnico do Flamengo e da seleção brasileira de futebol, Revisor técnico dos livros do Dr. Cooper traduzidos no Brasil.

Bruxelas, acompanhava as tendências observadas internacionalmente da Educação Física, as quais Tubino denominou entre dogmáticas e pragmáticas¹²², defendendo a tendência dogmática do esporte escolar por ser um direito social e simultaneamente uma possibilidade de abordagem educacional privilegiada, forjadora do caráter e dignificação humana, pelo menos em teoria.

Justificou a citação dessa obra pela inserção de formas inovadoras de didática na Educação Física, a qual Tubino denominou de “instrução programada”, e por estar afinada com o direcionamento dado ao esporte, como conteúdo¹²³ a ser desenvolvido pela Educação Física escolarizada, ancorado no *status* de saber acadêmico e considerado atualizado, na época.

4.3.3. “O ensino da Educação Física” de Airton Negrine: enfocando as diversas possibilidades de avaliação

Airton Negrine publicou em 1977 (com reedição em 1983), “O ensino da Educação Física”, pela Editora Globo de Porto Alegre-Rio de Janeiro¹²⁴, dentro da coleção “Instrumentais de Ensino”. O autor teve sua formação na Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especializou-se em Psicomotricidade em Barcelona, na Espanha. Seu mestrado realizado na UFRS, entre 1976 e 1978, abordou a “Progressão pedagógica e o resultado de aprendizagem no ensino dos desportos”. Já seu doutorado foi realizado em meados

¹²² O editorial do exemplar nº 99 da Revista de Educação Física do Exército tratou da “cinquentenária controvérsia entre as correntes pragmática e dogmática” (PINHEIRO, 1975, p. 1). Tubino definiu como tendências dogmáticas aquela que estaria voltada para uma a educação integral a partir das atividades físicas, permeada por uma formação humanista tendo o esporte como forjador do caráter e integrador social. A tendência *pragmática* abordaria a competitividade, o alto rendimento, a vitória, a superação e a Educação Física, como um fim, em si mesma. Para ambas as denominações, vale lembrar o adendo feito por Oliveira (2003a, p. 87) de que “o termo pragmático aqui não tem similaridade com o que se entende por pragmatismo no âmbito educacional ou no pensamento filosófico”, sendo cunhada estritamente a partir das influências esportivas sobre a Educação Física.

¹²³ Na perspectiva do ensino, Linhales (2006) ressaltou que o esporte na escola constituía-se em um dispositivo disciplinar, que se amparava numa transmissão cultural, “um saber a ensinar”, uma forma de sociabilidade e de controle social. Pois o “jogar” envolve regras e prazer, relações sociais e autoconhecimento, disciplina e controle de agressividade com ludicidade e relaxamento, comando e obediência.

¹²⁴ Nesta época a editora das “Organizações Globo” era a “Rio Gráfica Editora” (RGE), com sede no Rio de Janeiro, responsável pela publicação de várias revistas em quadrinhos, distribuídas em bancas de jornal. Como existia uma “Editora Globo” em Porto Alegre, a RGE não podia usar o nome Globo. A “Editora Globo” gaúcha foi comprada na metade da década de 1980, pelas “Organizações Globo” e muitos dos seus títulos tiveram sua divulgação ampliada, deixando de serem regionais.

da década de 1990, em Barcelona, dentro da Filosofia da Educação, voltado novamente para a temática da psicomotricidade. Interessante nesta obra de Negrine foi a consideração do autor pelos aspectos afetivo, cognitivo e psicomotor como importantes domínios para a finalidade educacional. Focando o caso da prescrição de iniciação desportiva, com o ensino das regras e princípios básicos do esporte, a partir das quintas séries, mencionou que:

Quando temos objetivos cognitivos em um plano de unidade, aconselha-se a fazer um teste teórico para verificar se os mesmos foram atingidos (ver testes teóricos) e, no caso dos objetivos psicomotores, deve-se, é óbvio, fazer testes práticos para verificar o aproveitamento do aluno. Trabalhando dessa maneira, o professor de Educação Física se torna mais motivado no seu trabalho, já que através do aproveitamento dos alunos, pode verificar a eficiência de seus métodos de trabalho (NEGRINE, 1977, p.78).

O livro acompanhava os aspectos de normatização do Decreto Federal nº 69.450/1971, embora registrando a crítica recorrente de que mesmo com a legislação vigente, “é sabido através de estudos já realizados, que grande parte das escolas não cumpre esta determinação legal” (NEGRINE, 1977, p. 03). Os estudos mencionados pelo autor eram provenientes de escolas do Rio Grande do Sul, no qual os professores de primeiro grau mencionavam encontrar dificuldades em integrar a Educação Física as demais atividades do currículo, pela falta de materiais adequados, horário de planejamento e horário sistematizado para as práticas. O autor sugeriu para estas séries a educação psicomotora utilizando-se do brincar como elemento motivador para os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Ilustrando os exercícios possíveis, jogos e pré-desportivos, seguindo uma sequência temporal, apontou os domínios cognitivos e psicomotores a serem alcançados no vôlei, basquetebol, handebol, futebol de campo, ginástica e atletismo.

O ensino da Educação Física sugerido pelo autor envolvia não somente o tradicional viés dos desportos, exemplificado com exercícios descritos e ilustrados, mas também a psicomotricidade como um conjunto de propostas teórico-práticas de atuação não somente no âmbito cognitivo do aluno, mas também em seu agir como ser humano, seus impulsos, prazeres e desejos.

Da observação dos alunos e de sua afinidade com as avaliações psicomotoras difundidas neste período, o autor exemplificou diversas possibilidades de avaliações na Educação Física escolarizada. Dedicando boa parte da obra ao

assunto, mencionou instrumentos e critérios de ambas as temáticas (psicomotricidade e modalidades esportivas), explicitou passo a passo os testes físicos e de conhecimentos teóricos e mostrou os testes de múltipla escolha com gabaritos, entre outros.

Ao falar da avaliação na Educação Física considerou o resultado das atividades previstas, os métodos aplicados, as metas e objetivos alcançados e se houve a criação, estimulação e manutenção das motivações e interesses dos alunos. Negrine afirmou que este seria o mais importante aspecto da avaliação.

Pensando apenas nas formas de avaliação propostas pelo autor, notou-se um esforço pedagógico no controle da fixação dos conteúdos, quando Negrine mencionou o critério para avaliar os três domínios (afetivo, cognitivo e psicomotor), embora a ênfase fosse ainda, na eficiência/eficácia das valências físicas.

Na perspectiva do contexto, a questão da incitação à prática era importante, pois apesar da Educação Física escolar ser obrigatória, muitas solicitações de dispensa de alunos eram contempladas. Ficando ao professor e as unidades escolares, a responsabilidade de arguir sobre essa situação, em momentos de supervisão ou da inspeção do Departamento de Educação Física.

Fazendo um paralelo com Chervel que tratava separadamente a motivação e a avaliação como elementos de configuração de uma disciplina no âmbito escolar, Negrine os une, sendo a avaliação a justificativa para a motivação.

4.3.4. “Aulas de Educação Física – Primeiro grau” de Hudson Ventura Teixeira e Mário Carvalho Pini (1978)

Foi encontrado em uma das escolas pesquisadas, o livro “Aulas de Educação Física” – Primeiro grau, escrito por Teixeira, licenciado em Educação Física pela USP e Pini, ex-atleta de revezamento, médico, professor de Fisiologia Esportiva da USP, autor de várias obras entre elas Estudo crítico de dopagem de 1964; Guia para aulas de Educação Física de 1971, em coautoria com Waldir José Barbanti, e Fisiologia Esportiva publicada em 1978 e 1983.

O livro “Aulas de Educação Física – Primeiro grau” foi publicado pela IBRASA, com apoio da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), com duas edições, uma em 1978 e a outra em 1981. A obra focou a Educação Física no ensino

fundamental. Fartamente ilustrada por Alberto Mascheroni, os autores optaram pela metodologia de ensino e aprendizagem, contendo planos de aulas mistas, o que era uma evolução na época, pois as aulas eram ministradas separadamente por gênero.

O ponto mais importante da introdução foi a crítica ensejada sobre a literatura existente neste campo de conhecimento, que chamaram de escassa, traduzida ou meramente adaptada, sem atender às condições culturais brasileiras (TEIXEIRA; PINI; MASCHERONI, 1978). Em seguida havia um texto intermediário, que tratava da transição entre o final da quarta série e a continuidade das aulas de quinta série, período que os autores reconheciam como mais propício, para estabelecer as partes formativas da Educação Física com a iniciação esportiva. Logo em seguida apresentando um trabalho específico para professores da área, a partir das quintas séries.

Os autores trataram também de modelos de aula, tanto recreativas quanto desportivas, apresentando sequências pedagógicas de iniciação para o ensino da Ginástica Olímpica em solo e com os aparelhos (barra e plinto); vôlei; basquetebol; handebol; atletismo (corridas, saltos e arremessos) e futebol de salão e campo. As modalidades citadas durante o desenrolar do texto foram sendo aprofundadas, por meio do ensino de sequências evolutivas, dos fundamentos das modalidades e de técnicas mais elaboradas. Bastante provocador o comentário sobre a ausência do futebol na seleção de modalidades a serem escolarizadas. Segundo eles (TEIXEIRA; PINI; MASCHERONI, 1978, p. 152):

Desporto popular e por demais conhecido em nosso país, mas que poderia ser mais bem aproveitado. Estamos numa época em que ele é entendido e discutido por todos os brasileiros, mas sua divulgação é feita discriminadamente, e sua aprendizagem e interpretação feitas sem nenhum sentido didático e critério definido. É necessário que a escola assuma o futebol, para que os alunos sejam devidamente orientados quanto a normas comportamentais, que digam sobre disciplina, companheirismo, respeito ao próximo e às autoridades. E mais, não devem ser esquecidos o conhecimento e interpretação das regras. Dessa forma, se o futebol for orientado por pessoas habilitadas, acreditamos que esse desporto, dentro de pouco tempo, se tornará bem mais educativo e disciplinado.

O comentário dos autores foi pertinente, pois várias obras direcionadas a Educação Física escolar, não incluíam o futebol (de campo) como uma das modalidades coletivas a ser escolarizada. Essa situação contraditória mereceria um maior aprofundamento investigativo; já que o futebol de campo era (e ainda é) uma

referência de prática esportiva e cultural. Especialmente, na década de 1970, quando a seleção brasileira de Futebol, com estrelas como Pelé, venceu todos os jogos das eliminatórias e a Copa do Mundo de 1970. Se o futebol servia como propaganda política, anestesia popular ou mesmo conformação social, no período da ditadura militar, conforme a afirmação de muitos teóricos, porque não fazia parte das modalidades esportivas escolarizadas? Essas e outras questões sobre o futebol na escola são intrigantes, mas ultrapassam as limitações deste estudo.

4.3.5. A “Coleção Educação Física Escolar- Planos de Ensino”; uma complementação ao “Guia Curricular” da área?

Em 1973, foi lançada a “Coleção Educação Física Escolar- Planos de Ensino”; em seis volumes, tendo Cyro Andrade, Catedrático de Metodologia da Escola Superior de Educação Física, da USP, como coordenador da obra. Editada pela “Esporte-Educação” foi distribuída na rede estadual paulista e comercializada em outros estados. Os exemplares pesquisados vieram da biblioteca de uma das escolas, sendo que foram encontrados exemplares desta coleção também no acervo do “Centro de Memória Esportiva e Museu De Vaney”, de Santos (figura 4.6).



Fig. 4.6 – A coleção escolar “Planos de Ensino de Educação Física” (ANDRADE *et al*, 1973a). Foto de autoria própria (Arquivo do Museu De Vaney, Santos, SP).

O primeiro volume enfocava o planejamento dentro do ensino fundamental, além de exames medico-biométricos, testes, e a narrativa de uma intervenção feita num Grupo Escolar Ginásio Experimental da cidade de São Paulo. O segundo volume mostrava os planos de ensino bimestrais específicos para cada série. Havia um texto teórico sobre aptidão física, iniciação esportiva no atletismo, com a explicitação de exercícios ilustrados desde a formação, descrição as possíveis variações. Nos outros volumes aparecem os planos de ensino, bimestrais e por séries, com textos teóricos de assuntos variados, desde o método de Cooper, turmas de treinamento, iniciação esportiva além de danças folclóricas, recreação, campismo educativo e excursão aos acidentes em Educação Física, nutrição e aspectos médicos dos exercícios. Os volumes traziam também, uma coletânea de exercícios para aquisição de força, equilíbrio, coordenação, ricamente ilustrados; material específico para uso na Educação Física Infantil e exemplos de jogos pré-desportivos. No penúltimo volume, destacou-se o espaço reservado às formas de avaliação escritas, sobre as modalidades esportivas aprendidas e no último a

iniciação esportiva em Handebol e Basquetebol, opções da coleção que mereceriam serem aprofundadas, num estudo posterior.

A coleção (ANDRADE *et al*, 1973a, 1973b) priorizava a apresentação de idéias para a confecção de planos de ensino e mais aprofundadamente de aulas, obedecendo a um planejamento bimestral do ano letivo, por séries. No confronto desse material com a prescrição dos “Guias Curriculares”, percebeu-se uma similaridade em dois níveis diferentes: a “vulgata” de Chervel no volume I da “Coleção de Educação Física Escolar- Planos de Ensino” nos outros volumes, uma complementariedade no conteúdo dos “Guias”, possivelmente intencional. Já que a “Coleção de Educação Física Escolar – Planos de Ensino” foi lançada no ano seguinte à distribuição dos “Guias” nas escolas da rede paulista.

No volume I (figura 4.7) o planejamento sugerido pela “Coleção” acompanhava a mesma diagramação do planejamento letivo prescrito e a discriminação dos conteúdos, inclusive seguindo a mesma ordem, nas propostas de execução, o que efetivamente caracteriza a “vulgata” de Chervel.

Em relação aos outros volumes, a relação foi de complementaridade ao “Guia”, pois os autores dessa “Coleção” discriminavam o planejamento anual em planos de ensino bimestrais por séries e depois em planos de aula e exercícios, ricamente ilustrados com desenhos.

Acompanhando os objetivos do “Guia”, a maior ênfase desse material foi direcionada ao conteúdo. As práticas de motivação ou os métodos de incitação foram tratados como estratégias e a avaliação priorizava as capacidades e habilidades práticas.



Fig. 4.7 – Volume I da “Coleção Educação Física Escolar - Planos de Ensino” de 1973 em comparação com o “Guia Curricular de Educação Física”. Superposição. Foto de autoria própria (SÃO PAULO, 1973; ANDRADE *et al*, 1973a).

Assim como no “Guia”, este material continha iniciação a algumas modalidades, ginástica, jogos, brincadeiras, danças folclóricas, recreações, campismo educativo, exercícios de psicomotricidade, noções de nutrição, medidas preventivas e primeiros socorros.

Inferiu-se que esse leque de possibilidades não somente contentava o prescrito pelo “Guia”. Por se confeccionada por professores da prática, conhecedores da realidade das unidades escolares, a “Coleção de Educação Física Escolar – Planos de Ensino” tentava abarcar as dinâmicas, os tempos e espaços possíveis.

Inferiu-se que na rede pública de São Paulo, este material comercial foi substituído em 1978 pelos cadernos oficiais, os “Subsídios de Implementação do Guia Curricular de Educação Física”, tratados em capítulo anterior.

Mesmo com a imposição de conteúdos a serem desenvolvidos feitos pelos cadernos de “Subsídios” incitando a iniciação esportiva e o treinamento, este material da prática continuou nos acervos escolares, além do que também foi comercializado em outros estados, como no Paraná.

4.3.6. “Manual de Educação Física”

Outra coleção, também encontrada na biblioteca de ambas as escolas investigadas neste estudo, foi o “Manual de Educação Física”, impresso pela Editora Pedagógica e Universitária (EPU), em 1974, 1975, 1977 e reimpresso em 1979.

Coordenado por José Roberto Borsari (autor já mencionado) e Flávio Berthola Facca, compunha-se de cinco volumes, o primeiro abordava o Atletismo (com texto de Facca), Handebol (de autoria de Borsari) e Urgências (de Francisco de Paula Neves Filho). O segundo volume tratava conjuntamente do basquetebol e vôlei; o terceiro, futebol de campo e de salão; o quarto priorizava a natação e judô e o último volume, o tênis de campo e o karatê.

Paul Eugene Charbonneau, no prefácio do Manual, questionou sobre o que vem a ser educar; criticando o enfoque ao que o autor chamou de “espírito”, em detrimento a uma ênfase na educação “do corpo”.

Alguns trechos da Introdução foram de especial interesse por clarificarem alguns pensamentos da época, como:

E é aqui que surge o problema da Educação Física. Ela não é um luxo para criança mimada, não deveria ser privilégio de minoria favorecida. Ela é a condição *sine qua non* de toda educação, e sem ela não se forma o homem parcialmente, isto é, ele é deformado imperceptivelmente, mas com toda a certeza (BORSARI; FACCA, 1977, p. 2).

Este Manual continua sendo citado até a atualidade, como obra de referência, em livros e artigos acadêmicos sobre modalidades específicas.

4.3.7. “Coleção Educação Física”

Entre 1980-1984, a Editora Ao Livro Técnico distribuiu no mercado, a “Coleção Educação Física”, de vários autores estrangeiros: Alexander Thomas, Jurgen Dieckert, Annemarie Seybold, Kurt Meinel, Peter Heaton, entre outros. Distribuído aos professores da área pela editora, a coleção era composta de duas séries: “Fundamentação”, que abrangia os Princípios Pedagógicos da Educação Física, Introdução a Psicologia do Esporte, Esporte de lazer, Motricidade, Criatividade nas aulas de Educação Física e Práticas; e “Práticas” com livros específicos de modalidades como Natação, Handebol, Ginástica e Ginástica Olímpica, Tênis, Basquetebol, Vôlei, Vela, *Windsurf* e *latismo*. Além da priorização dos esportes, reunia outros temas, direcionados as brincadeiras, aos jogos, as práticas disponibilizadas a todos e às lesões, principalmente no futebol, representando uma perspectiva mundial e uma abordagem atual para a época, com relação ao ensino dos esportes e a divulgação de novas modalidades esportivas.

Essas coleções funcionavam também como manuais. Especialmente escritas e ilustradas para o uso de professores iniciantes, leigos, ou para os docentes que gostavam de inovar em suas sessões, sendo distribuídas na rede pública. A expectativa em relação a este tipo de material didático era de que apresentassem sequências e combinações de atividades práticas, exercícios e jogos, exequíveis nas condições do ambiente escolar, dos clubes, e no caso de Santos, da praia e do mar. Fato que nem sempre se consumava, a partir das propostas do “quê” e do “como” ensinar a Educação Física escolar, presentes nesses manuais. No caso da coleção, o livro relativo à “Psicologia do Esporte” era uma inovação para a época (THOMAS, 1983), já que normalmente este tema não tinha uma aplicação direta para o público escolar.

Fazendo um balanço das obras apresentadas, quando este tipo de material que sofre do fenômeno da “*vulgata*” (versão mais difundida ou aceita de edição, tradução e leitura de um material impresso de divulgação popular), é colocado no currículo ativo, ele sofre resistências, modificações, acomodações; enfim, a escola encontra uma forma espontânea, original e criativa de lidar com ele. O que vem a fortalecer a tese de Chervel (1990), de que os saberes escolares criam e simultaneamente dão conta, de suas próprias especificidades,

Por meio destas recuperações pôde-se vislumbrar um painel de conhecimentos acumulados da área, dentro do período de 1964-1985, em termos de finalidades, conteúdos, didáticas, e em menor escala sugestões de avaliação do ensino da Educação Física.

As publicações, apresentadas em vários formatos, possibilitaram construir um mosaico de abordagens em correntes diversas; embora o esporte tenha feito parte de todo repertório pesquisado e tenha sido seu principal tema recorrente.

Destacou-se também ao longo dessas análises, a preocupação com o planejamento e a confecção de planos de aula; até o final da década de 1970 abarcando outras práticas que não somente o ensino do esporte, mas também ligadas à Educação Física escolarizada. Já na década de 1980, houve uma tendência dessas publicações em enfatizar os desportos, com suas regras oficiais, fundamentos, técnicas, esquemas táticos e tendo como finalização das práticas de ensino, os jogos pré-desportivos. Resultado semelhante ao analisar as publicações prescritas, em capítulo anterior.

Vale assinalar que, embora tenham sido encontrados tanto nas escolas, quanto nos acervos, exemplares de periódicos da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (mencionada anteriormente), da “Revista de Educação Física do Exército” ¹²⁵ e folhetos de entidades organizativas de Professores de Educação Física do Estado e da Baixada Santista; eles não foram aqui abordados, por extrapolar os objetivos deste capítulo.

¹²⁵ A “Revista de Educação Física do Exército”, periódico de divulgação mais antigo da área, teve sua primeira edição em 1931. De tiragem entre 2.000 a 5.000 exemplares, teve periodicidade variando entre mensal, quadrimestral, semestral e anual.

PARTE II

SABERES VIVENCIADOS: A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS GINÁSIOS DE SANTOS

Retomando a discussão sobre as finalidades em ensinar o que se ensina, esta questão geradora não deveria ser vista como uma instância superior das políticas educacionais, mas uma desencadeadora para a reflexão sobre outras problemáticas que aconteciam no cotidiano escolar. No caso da conjuntura da ditadura militar, se a razão de ensinar o que se ensinava era o desenvolvimento; do ponto de vista do interior das escolas, a pergunta tornava-se outra: daquilo que se pretendia ensinar, o que se ensinava e em que condições.

A segunda parte desse trabalho retrata a configuração da Educação Física escolar nesta perspectiva, por meio de um estudo histórico em dois ginásios estaduais.

O primeiro, fundado na década de 1930, tornara-se uma instituição consolidada como exemplo de qualidade do ensino público na cidade de Santos (SP). Sendo que até a década de 1970, os alunos e alunas dessa escola vivenciavam certo prestígio social por meio da visibilidade angariada pelas práticas diferenciadas de Educação Física e esportivas em relação às outras escolas públicas e também particulares da região. O segundo ginásio, outra escola santista, foi criada na voga da grande expansão do ensino paulista, na década de 1960, com problemas e vicissitudes.

Sem desconectar essas escolas dos contextos as quais estavam imersas, a segunda parte deste trabalho mostra como era a organização desse ensino no interior de cada uma dessas unidades. Pela dificuldade de se apreender as práticas de todos os tipos, por não deixarem marcas tão precisas para o estudo histórico, como os registros escritos, optou-se por investigar inicialmente, o espaço da Educação Física nas escolas¹²⁶, por meio da observação arquitetônica dos prédios

¹²⁶ Na esteira da retórica que aponta a valorização do espaço escolar como condição de melhoria da qualidade de ensino, o lugar destinado às atividades físicas do período da ditadura militar, também foi objeto de análise realizada por outros autores (TABORDA DE OLIVEIRA; CHAVES, JR., 2009; ARANTES, 2012). Investigando o Colégio Estadual do Paraná, Taborda de Oliveira e Chaves Jr.(2009) verificaram que nas décadas de 1930 e 1940, essa escola era uma instituição modelar do ensino paranaense, projetada para que a Educação Física fosse realizada em recinto determinado, amplo e arejado. No entanto, com a reconfiguração da Educação na década de 1970, os espaços do Colégio Estadual do Paraná tornaram-se exíguos e por iniciativa e voluntarismo, os professores de Educação Física da instituição aproveitavam a rua e outras áreas públicas

de cada unidade escolar e, posteriormente, recuperar as evidências encontradas nos acervos dessas escolas, do que se praticava no ensino da Educação Física.

Detendo-se em recuperar o registro de documentos já existentes¹²⁷, não se teve a pretensão de abordar todas as facetas deste cotidiano, tarefa de ampla envergadura, que exigiria uma metodologia de pesquisa com utilização de vários instrumentos e um trabalho¹²⁸ em conjunto, com outros pesquisadores sobre o tema no período.

No decorrer do capítulo é relatado como essas duas escolas apropriaram-se diferentemente da prática da Educação Física e as dificuldades enfrentadas na adoção dos direcionamentos do ensino e dos programas prescritos após a década de 1970.

improvisadas para ministrarem suas aulas, resistindo à precariedade. Gabriela Villela Arantes (2012) em seu estudo sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais entre 1956-1970, uma escola também considerada referência, recuperou de sua investigação características semelhantes as da escola anteriormente mencionada, tais como a forte presença de professores da área que possuíam papéis fundamentais para a visibilidade da instituição no Estado de Minas Gerais e a forte presença do esporte. Em diferentes locais do Brasil havia um conjunto de preocupações similares quanto ao ensino da Educação Física e sua viabilização na rede pública. Embora as instituições mencionadas tenham sido representativas em termos de excelência educacional em seus contextos, cada qual se relacionou de forma peculiar com as políticas de expansão educacional. Questiona-se qual a dimensão tomada por este discurso nas outras unidades escolares do país. No caso da Educação Física, para Taborda de Oliveira e Chaves Jr. (2009, p.16) se o esporte era o elemento modernizador, nas condições reais “parecia atualizar o velho descompromisso com a qualidade da escola pública, manifesta, no nosso exemplo pela carência e inadequação dos espaços para o desenvolvimento das aulas”.

¹²⁷ A Escola Canadá tem sido objeto de investigação de vários estudiosos. Ressaltam-se as pesquisas desenvolvidas pela Universidade Católica de Santos, orientadas pela Profa. Dra. Aparecida Franco Pereira (1996b). Dentre os trabalhos acadêmicos disponíveis no Centro de Documentação da Baixada Santista, destacam-se as obras de Martins, Santos e Brioschi (1986); Vieira (2000), Gonçalves e Almeida (2000); Correa (2007), Prates (2008), Meirelles (2009) e Evagelidis (2011). Também importante mencionar as autobiografias como a do ex-diretor Edésio Del Santoro (2010) e o conjunto de entrevistas filmadas com alguns professores de Educação Física da época, disponíveis em DVD no acervo do Museu DeVaney.

¹²⁸ O trabalho com a memória oral dos sujeitos educacionais desta época poderia ser um próximo passo para abordar o tema, mas que infelizmente não foi possível contemplar, em função das limitações e das opções metodológicas feitas no presente estudo.

CAPÍTULO 5 - “A PRÁTICA DIFERENCIADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA CANADÁ”

5.1. Construindo uma escola-monumento: as políticas direcionadas ao ensino secundário da década de 1930

Na década de 1930, muitas das grandes cidades brasileiras, experimentavam o impacto de ações reformadoras nas políticas educacionais, que segundo Freitas e Biccás (2009, p. 86), “mantinham o tema da obrigação governamental de financiar a escolarização pública em estado de permanente tensão”. Em vários casos, o ativismo político das elites resultou em transformações substantivas no campo educacional, e mais especificamente no ensino secundário, surgindo novas instituições escolares que ganharam visibilidade.

Enquanto o ensino primário santista era ofertado pelo Estado, o ensino secundário foi inicialmente oferecido por escolas particulares ligadas à igreja. Somente na década de 1930, que houve a construção de escolas públicas para este fim.

O “*Gymnasio Oficial Canadá*” foi a primeira instituição pública secundária da cidade, fundado pelo Decreto nº 6.601 de 11 de agosto de 1934, conforme consta no arquivo da unidade; tendo uma importância muito grande em Santos.

Em um primeiro momento a escola foi estabelecida numa casa à Avenida Ana Costa, 357, zona urbana da cidade. Após inspeção do Conselho Estadual de Educação e reprovação, ocupou no mesmo ano, de forma provisória, o pavimento térreo do Grupo Escolar Cesário Bastos, no Bairro da Vila Mathias, desde 1915.

O projeto do prédio definitivo do ginásio estadual foi de João Bernils, da seção de obras da Prefeitura de Santos. A obra ¹²⁹ foi realizada em área doada pela companhia canadense *City Improvements Company Ltd. of Santos*, concessionária de serviços de água, luz e bondes da cidade. Além de atender às exigências higiênicas e pedagógicas, o projeto passou pelas mãos do arquiteto-construtor

¹²⁹ Da aprovação do “Projecto de um prédio para gymnasio em Santos” até a sua liberação de ocupação como escola, houve um tramite de aprovações municipais, estaduais e federais. É possível verificar nas plantas do processo, armazenadas na “Pasta Plantas Arquitetônicas” do acervo da E.E. Canadá, assinaturas do próprio João Bernils, de Ercy Machado Freire, da Inspectora Maria Margareth Faro, do Diretor P. Aquino, de Milton Casari, entre outras ilegíveis. Logo na parede da portaria do edifício existe uma placa com o nome do “arquiteto Poydoro”.

Polydoro Bittencourt, resultando em um suntuoso edifício, com dois pavimentos (figura 5.1), que recebeu o nome de “Ginásio Canadá”, em homenagem à companhia canadense mencionada.

A imponência obtida pela estética composta por hall de entrada, escadarias, eixo simétrico, duas alas, pátio interno (como o dos claustros), corredores internos, janelas verticais grandes e pesadas, acabamento com materiais nobres (BUFFA, 2005), era uma tendência de uso da arquitetura neoclássica, nas construções escolares oficiais; retratando o valor dado a educação, por meio do tratamento do espaço escolar (figura 5.2). A fachada e interior do Ginásio Canadá, acompanhavam as descrições feitas a estes tipos de construção, denominadas de escolas-monumentos¹³⁰ (BUFFA, 2005).

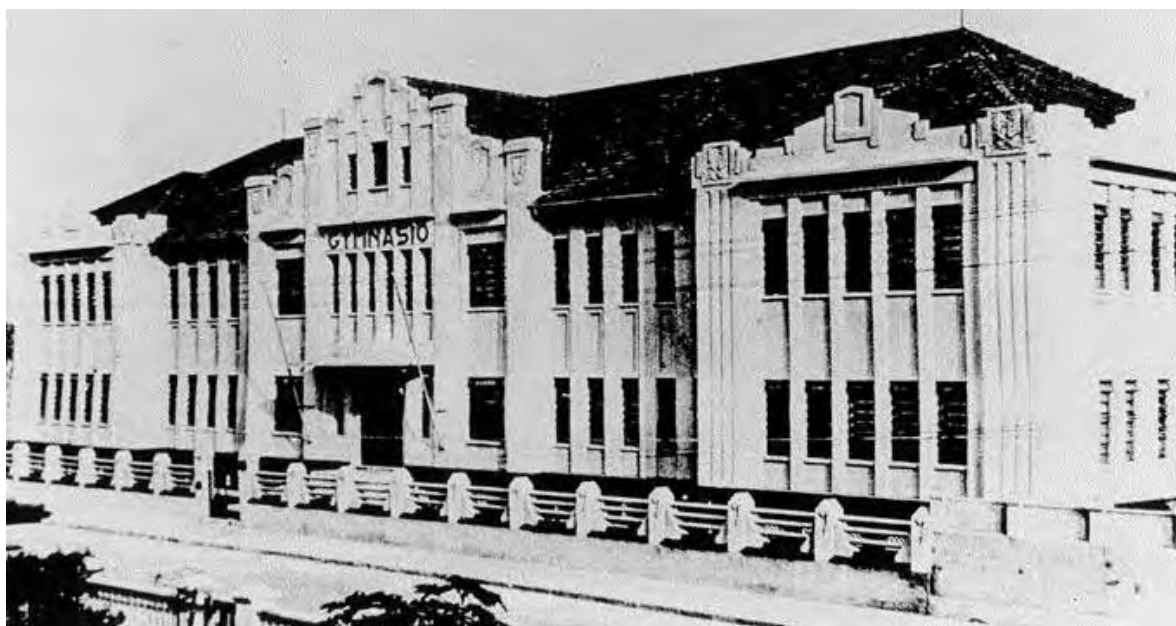


Fig. 5.1 – Fachada do Ginásio Canadá, década de 1930. Foto de autoria desconhecida. (Fonte: Acervo do FAMS, Santos, SP).

O térreo abrigava as funções administrativas, quatro salas-ambiente, auditório, biblioteca e ginásios esportivos e o segundo piso, as salas de aula.

Desde sua concepção, o Ginásio Canadá tinha espaço próprio para a Educação Física, com quadras e área de vestiários disponibilizados em duas “secções”, pois as aulas eram ministradas separadamente para os alunos e as alunas.

¹³⁰ Como outras representantes deste período, o Ginásio Canadá foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAT), em 2007.

Em 28 de agosto de 1937, foi oficialmente inaugurada sua sede definitiva, à Rua Mato Grosso, nº 163, numa região inicialmente de sobradinhos e chalés, moradia de funcionários públicos e das docas. Com o término da expansão imobiliária à beira-mar das grandes mansões da década de 1930, as famílias mais abastadas passaram a se concentrar neste bairro. A partir da década de 1950, essa área tornou-se de classe média e alta¹³¹, oficialmente chamada na contemporaneidade, de bairro do Boqueirão, área comercial de “Vila Rica”¹³².



Fig. 5.2 – Fotografia do *hall* de entrada do Ginásio Estadual Canadá, 1941. Foto de autoria desconhecida. Armazenada na “Pasta Catálogo de Ofícios”. (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

¹³¹ Paralelo semelhante foi feito por Martins e Correia (2011, p. 262) ao tratarem da transição das instalações do Colégio Progresso em Campinas, que funcionava provisoriamente em uma chácara:... “acabou por ser instalado em um imponente prédio de bairro nobre, com uma fachada bem trabalhada e com um ambiente adequado às necessidades educacionais”.

¹³² Compreendida entre as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, a Rua Alexandre Herculano e a partir da segunda ou terceira quadra da praia, limite que pode ser representado pelas ruas Galeão Carvalhal e na continuação, Gov. Pedro de Toledo; no período deste estudo, a Vila Rica, local onde se encontra a escola, era considerada a região residencial da elite santista, embora até contemporaneamente não seja um bairro formalizado (MONDIN, 1982, VILAS BOAS, 2005). A localização do bairro Boqueirão, com a indicação da área da Vila Rica, pode ser apreciado no Apêndice A.

5.2. De “Gymnasio Official” a “Instituto de Educação Canadá”

O estabelecimento ginásial teve como primeiro diretor Mario Marques de Oliveira. Neste período atendia 301 alunos ginásiais, que ingressavam na instituição pela seleção feita por exames de admissão, funcionando em um único turno, com quatro séries desdobradas por gênero.



Fig. 5.3 – Ginásio Canadá em segundo plano e a área necessária para adequação às condições da DEF, na disputa política de equiparação à Colégio, a praça em primeiro plano, uma das áreas pertencentes à companhia canadense. Década de 1930. Foto de Barros Pires. Armazenada na “Pasta Construção de 1936”. (Fonte: Arquivo da E.E. Canadá, Santos, SP).

As instalações da Educação Física foram um componente relevante na história da escola, em 1943, momento em que foi realizado o “Relatório de verificação das condições do Ginásio Canadá, para efeito de equiparação¹³³ de Ginásio para Colégio” (1943, p. 6), que descreve o espaço da Educação Física da seguinte forma:

¹³³ Como já mencionado o processo de conversão de Ginásio para Colégio era denominado de equiparação, conforme o próprio título deste documento “Relatório de verificação das condições do Ginásio para efeito de equiparação”, que consta na “Pasta Catálogo de Ofícios” da unidade. Também em seu acervo constam outros artigos sobre o assunto, disponíveis na “Pasta Catálogo Recortes de Jornais”, que usam a mesma nomenclatura. Cf. Arquivo da EE Canadá.

Dois salões de 13,00 de comprimento por 10,00 m, de largura, cuja descrição vem em anexo, servem para as sessões de Educação Física. Inteiramente separados, servindo um para a secção masculina e o outro para a feminina, ambos dão para os recreios e pátios de jogos. Possuem móveis para guarda dos objetos dos alunos e ao lado os vestiários, com instalações higiênicas.

No ano seguinte foi solicitado à unidade pela Divisão de Ensino Secundário que providenciasse a melhoria das deficiências em relação à Educação Física, conforme a transcrição do Processo para construção da área esportiva nº 2. 04736 de 1944¹³⁴, feita na sequência:

A despacho,

1- O processo de inspeção permanente do Ginásio do Estado em Santos aguarda, para ser encaminhado ao C.N.E., parecer favorável ao D. E. Física, conforme comunicação feita à direção do estabelecimento em 5 de abril do corrente ano (fls. 426).

2- As fotografias das folhas 428 a 434, remetidas pelos interessados provando que favorecem acrescidas ao edifício mais algumas salas de aula, não modificam a situação do estabelecimento em face ao parecer dessa Divisão favorável à inspeção permanente, por quanto as salas estão ainda em construção.

3- À vista do exposto e considerando ainda que nada há com relação às deficiências concernentes à Educação Física, opino que continue o processo a aguardar pronunciamento favorável da D.E. Física para o devido andamento.

4- À consideração superior.

D.E.Sec., 22-6-44

Assinatura 1

A proceder cf. o parecer da DEF

Assinatura 2, 23-06-944

O desenrolar do processo de equiparação de Ginásio para Colégio demorou alguns anos, causando indignação dos pais de alunos da instituição e comoção na população, mídia e poder público municipal, o que resultou na realização da “Campanha Pró Colégio de Santos” (figura 5.4).

¹³⁴ O Processo nº 2.04736 encontra-se em estado de deterioração, na Pasta Catálogo “Construção de 1936” (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).



Fig. 5.4 – Artigo no jornal A Gazeta de 28 de setembro de 1944 sobre a Campanha Pró Colégio de Santos. Além dos comentários sobre a necessidade da equiparação, o texto ressalta que os alunos da cidade eram “condenados” a prestar seus exames no colégio da capital, tendo que ir estudar lá, sendo que em Santos, havia uma instituição pública, que teria condições de recebê-los, desde que fossem feitas algumas adequações. Uma delas estava relacionada à construção do espaço para a Educação Física. Armazenado na “Pasta Catálogo Recortes de Jornais”. (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

A transição de Ginásio para Colégio Estadual aconteceu finalmente no ano seguinte, pelo Decreto nº 13.543/1945, ao serem satisfeitas algumas das condições estabelecidas pela DEF. Segundo Martins, Santos e Brioschi (1986), dois anos após

a equiparação, foram instalados no colégio, o curso Normal e o pré-primário pelo Decreto nº 17.084/1947.

Entre 1953-1957, a liberação de oferecimento de outros cursos à escola passou por trâmites que finalmente permitiram sua transformação em “Instituto de Educação Canadá”, pela Lei nº 3.730/1957 (MARTINS; SANTOS; BRIOSCHI, 1986, p. 8). Ao longo do tempo, os professores de Educação Física usavam os pátios internos e os espaços esportivos do Clube Internacional de Regatas, para treinamento. Durante a década de 1960, as áreas para a Educação Física foram ampliadas, algumas adequadas à determinadas práticas esportivas e a unidade ganhou também outros corpos arquitetônicos, além de melhoramentos técnicos, sociais e esportivos,

Rodrigues (1971, p. 100) descreveu como as adequações da Educação Física foram finalizadas na década de 1970, com a construção do ginásio esportivo:

Vendo-se sem recursos para o prosseguimento das obras de erguimento do ginásio esportivo-social, a Comissão Executiva encontrou na Associação de Pais e Mestres, dedicada segura coadjuvadora; de fato assumiu o ex-órgão de Cooperação escolar a responsabilidade financeira do empreendimento, que levou a cabo, nele invertendo a soma de Cr\$ 55.472,78, isso em agosto de 1968. E, além da construção do Ginásio, fez quadras externas de vôleibol, bola-ao-cesto e futebol de salão, cimentando nesse setor do Instituto mais de 2,000 metros quadrados de área.

Assim, se inicialmente proporcionava as atividades de Educação Física em seus pátios internos, com a construção do ginásio esportivo e outros espaços, a escolarização da Educação Física tornou-se consolidada, pelo menos no espaço arquitetônico (figura 5.5). Vale ressaltar a fala de Olao Rodrigues:

Para a manutenção do Instituto de Educação Canadá, o Estado gasta anualmente Cr\$ 1 milhão e 700 mil.

...

Com seus 5.500 alunos e operando em vasta área funcional, o Canadá, é o maior colégio da Baixada, e dos principais do estado na categoria (RODRIGUES, 1971, p. 100).



Fig. 5.5 – Ginásio poliesportivo da Escola Canadá, concluído com a contribuição da APM da escola, e pela doação de materiais feita pela COSIPA e pelo diretor, na década de 1970. Não houve reformas significativas que o descaracterizasse, até os dias atuais. Foto de autoria própria. (Fonte: Acervo da autora).

5.3. Desafios a qualquer prática modelar de Educação

Se em 1944, havia todo um rigor para que o ambiente educacional estivesse em sintonia com as políticas educacionais de um ensino secundário elitizado; na década de 1960, a política de expansão do ensino paulista gerou uma improvisação em vários níveis, para que a rede conseguisse absorver a grande demanda de alunos.

O “Instituto Canadá” em 1964 apresentava-se como uma escola pública organizada, sólida e bastante diferenciada (RODRIGUES, 1971; PEREIRA, 1996b; PRATES, 2008; SANTORO, 2010). Simbolizada nas imagens do “Prospecto de Divulgação” lançado pelo diretor da época, Edésio Del Santoro¹³⁵, a própria

¹³⁵ Edésio Del Santoro nasceu em 07 de julho de 1918, em Sorocaba, SP. Praticante de bola ao cesto foi campeão em torneios estudantis e em Jogos Abertos entre 1930-1940. Formou-se pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo no ano de 1940, sendo posteriormente treinador de Basquete em São José dos Campos em 1954. Concursado, dirigiu escolas estaduais em Taubaté,

confeção de um material assim, vinha reforçar o ideário de que ao longo de sua existência, a escola vinha aperfeiçoando um modelo de ensino.



Fig. 5.6 – Prospecto de divulgação do Instituto de Educação Canadá, 1964. Foto de autoria própria. (Fonte: Arquivo da E.E. Canadá, Santos, SP).

A peça de divulgação publicitária, encontrada em seu acervo, tem o formato de um *folder* em capa dura. Não há nenhum timbre, logotipo ou marca que denote que o instituto era uma escola oficial. Seu miolo compõem-se por quinze fotografias em preto e branco da escola, dispostas por meio de cinco dobras. As imagens, dispostas em colunas, apresentam-se em duplas, uma acima e outra abaixo, ocupando uma das faces da contracapa. Na outra face existe uma foto maior, sem legenda, retratando a equipe de direção da escola e o diretor. Não há texto sobre a escola, apenas legendas, conforme ilustrado nas figuras 5.6 e 5.7.



Fig. 5.7 – Fotografias¹³⁶ do Prospecto do Instituto de Educação Canadá, 1964. Com enquadramentos diferenciados, a maioria das imagens revela atores estáticos, pousando para o registro. Já as imagens dos jogos da Educação Física são as únicas, com enquadramento fugidio, por retratarem o movimento. Supomos que a tentativa de evidenciar *takes* específicos do cotidiano escolar traria consigo, traços de veracidade. Foto de autoria própria (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

Em relação à Educação Física, é possível pressupor sua valorização pela direção da escola; pois de quinze fotos, três são relativas à área. Justifica essa suposição pelo esporte escolar estar em evidência na cidade na época com o retorno dos Campeonatos Colegiais, pelas imagens demonstrarem que suas práticas estavam sendo realizadas em áreas específicas para a Educação Física (já que em muitos prédios escolares públicos ela era inexistente), e ganhando maior vigor, por ser o diretor Edésio Del Santoro, naquele momento. Edésio, um sujeito educacional com vivência esportiva, formação acadêmica em Educação Física e

¹³⁶ Os temas das fotos oscilam entre arquitetura escolar, destacando a fachada nova e a antiga; o que se ensinava e o que se apresentava ao público, como aprendizagem; daí o grupo de professores junto com a imagem do auditório, logo abaixo. Outros temas são o aproveitamento das áreas abertas da escola, o divertimento intelectual com a figura de alunos na biblioteca e o entretenimento físico-esportivo com o vôlei, a socialização com a imagem do barzinho e a organização conduzida das apresentações de ginástica coletiva. As outras imagens disponíveis no prospecto, a representação da secretaria, com seu mobiliário de trabalho burocrático, os estudantes em aula, o diretor, e uma foto do grêmio. Interessante apontar que, nas fotografias dos jogos aparecem alunos e na imagem da ginástica, alunas; mais um dos *clichês* de diferença na abordagem dos gêneros da época, com relação à Educação Física.

experiências positivas na administração de escolas públicas, mediada pelo bom relacionamento com a comunidade escolar e por projetos de esportes; conforme consta no capítulo de sua biografia “Convicções sobre o trabalho educacional” (SANTORO, 2010, p.40).

A disposição das fotografias em duplas, com as dobras, permitia a quem manipulasse o prospecto, visualizar seletivamente o conjunto de fotografias que lhe fossem mais interessantes. Este elaborado formato revela não somente a criatividade do suporte, sua modernidade em função do apelo visual, o cuidado na disposição dos assuntos, a concisão do texto publicado e que seria veiculado no início da ditadura, o uso de papel fotográfico, na época, um material caro; mas a materialidade da escola, como assinalou Martins e Correia (2011, p. 260) “ao exibir os rostos das jovens e o espaço no qual estudavam”.

A distribuição destes prospectos era comum no encerramento do ano letivo, em formaturas de ginásio ou colegial das escolas particulares, especialmente na cidade de Santos. As finalidades deste tipo de publicidade escolar oscilavam entre a prospecção de novos alunos para o secundário e a promoção da instituição paga, como um modelo de ensino. Qualidade explorada, ao utilizar a exposição das instalações escolares, ao enaltecer a clientela da escola e a possibilidade de socialização com este público, a elite local. No caso do “Canadá”, uma instituição gratuita estadual, ademais dos questionamentos sobre o conteúdo simbólico das imagens e de sua intencionalidade, ficou a interrogação sobre o conjunto de motivações que levou o diretor de uma escola pública, recente na cidade de Santos, a realizar este tipo de divulgação impressa, em 1964.

No atendimento às políticas de difusão do ensino, esse cenário modelar logo se alterou. Em nome do desenvolvimento, os espaços, os tempos escolares e as contratações foram otimizados, nem sempre se mostrando convenientes com o sentido e com a realidade do “educar”.

Evagelidis (2011, p. 22) afirmou que o “Canadá” passou a ser considerado um dos maiores colégios do estado em número de classes, na década de 1960, funcionando com 112 classes totais, entre ginásio, clássico, científico, colegial, primário, normal. Tendo o “Canadá” como modelo de escola estadual já constituída, foi possível entender, através das estratégias de organização do trabalho escolar utilizadas, a tentativa de acompanhar as exigências de transformação e acomodação, ocasionadas pelas políticas expansionistas. Um exemplo foi a

organização do montante de alunos matriculados, em classes e turnos. No “Canadá”, o número total de alunos de ginásio em 1966 era de aproximadamente 810, separados em dois turnos: matutino e noturno. Para que se tenha uma ideia da lotação; desse montante: o 1º ano era distribuído em quatro salas, com as turmas variando entre 41 a 46 alunos; o 2º ano, com cinco salas com 42 a 47 alunos, o 3º ano; também com cinco salas sendo que o número de alunos variava entre 42 a 52 e no 4º ano ginásial, com quatro salas que continham entre 44 a 46 alunos¹³⁷.

Importante ressaltar que a lotação das salas refletia também na disposição dos alunos no espaço, durante as sessões de Educação Física. Nas práticas femininas, a problemática era controlada pela rígida disposição das alunas, nas ginásticas coletivas, próprias para grandes grupos. E nas práticas masculinas, embora as modalidades realizadas na escola envolvessem dez a doze alunos por vez em times, conforme o prospecto apresentado anteriormente; vale mencionar que em 1966, houve o maior número de turmas de treinamento na escola, fato que será aprofundado no quadro 2 “Professores da Escola Canadá entre 1964-1978”, na página 216. Os valores apresentados referem-se aos registros obtidos por meio da pesquisa dos “Livros-ponto”¹³⁸, encontrados no acervo da unidade.

Segundo Rodrigues (1972), na década de 1970 houve um aumento do número de alunos, chegando à aproximadamente 1.900 alunos no ginásio. Para dar conta desse número de matriculados, a escola passou a funcionar neste período, em quatro turnos: matutino (iniciando a partir das 7h00min às 11h00min); intermediário (das 11h00min às 15h00min); vespertino (das 15h00min às 19h00min) e noturno (das 19h00min às 23h00min). Especificamente o ginásio funcionava no período matutino, intermediário e noturno.

Enquanto na década de 1960, as aulas do período da manhã e da tarde tinham 60 minutos e à noite 50 minutos, com intervalo de recreio de dez minutos; a partir da adoção dos quatro turnos, as aulas passaram a ter a duração de 45 minutos, permanecendo o recreio com dez minutos.

O aumento do número de turnos, com conseqüente acréscimo no número de salas de aula, refletiu diretamente numa demanda maior para uso dos espaços da Educação Física de forma simultânea, a necessidade de mais rodízios de turmas,

¹³⁷ Estes dados foram encontrados no “Livro de Relação de Alunos”, de 1966. Cf. Arquivo da E. E. Canadá.

¹³⁸ Os livros-ponto mencionados referem-se aos anos de 1961, 1964-1967, 1969-1970, 1974 e 1978. Cf. Arquivo da EE Canadá.

inclusive fora do horário letivo, e uma redução no tempo das sessões. Essa situação reforçou a necessidade de se realizar parcerias com espaços esportivos particulares, como clubes esportivos.

A organização dos turnos letivos com carga horária excessivamente reduzida, não levava em consideração uma mínima higienização dos espaços coletivos da escola entre os turnos (banheiros, pátios e outras área de fluxo coletivo), do tempo de preparação para as aulas, do deslocamento dos professores, da impossibilidade de adequação destes, a outros horários letivos de trabalho docente em unidades escolares adicionais para complementação de carga de aula, entre outros problemas.

Essa situação foi agravada ainda com a reforma de alguns espaços da escola, que ocorreram durante o período. O Instituto Canadá viu-se obrigado a locar salas de aula de outras escolas, deslocando alunos de várias séries para lá; como por exemplo, para a “Escola Ordem e Progresso”, na R. Conselheiro Nébias. Também houve a reforma da quadra, que era de areia e cimento, da seção masculina. E os meninos foram realizar as práticas de Educação Física na quadra do Centro Espírita Ismênia de Jesus, também na Av. Conselheiro Nébias.



Fig. 5.8 – A imagem do Canadá da década de 1980 (SANTOS; LICHTI, 1996, p. 123 B).

Em função da alta demanda de alunos, a escola sofreu um inchaço, a organização do trabalho escolar ficou comprometida, e a solução foi o desmembramento em 1978, do ensino de segundo grau, do de primeiro grau, que passou a ser oferecido em outra unidade escolar, embora em prédio anexo. Na década de 1980, sem o ensino fundamental, a escola voltou a funcionar em três turnos.

O conjunto de agravos ocasionados pelas políticas educacionais sem as devidas ancoragens, fez com que o “Canadá” perdesse sua identidade em ser o orgulho educacional da cidade. O caso dessa escola, não foi isolado, também ocorreu em outros institutos públicos paulistas de trajetória educacional, semelhante. O caminho da Educação Física escolarizada não foi diferente.

5.4. Os Professores de Educação Física

Desde sua criação, a escola preocupou-se em destinar um espaço para as práticas de Educação Física e dos esportes durante seu cotidiano de ensino, sendo bem representada nos Campeonatos Colegiais e outros eventos ligados à área, patrocinados pelo governo estadual e município.

Alguns pesquisadores locais aprofundaram-se na atuação dos professores dessa escola. André Luiz Meirelles (2009) teve como tema de sua dissertação a voz dos professores da escola “Canadá”, tendo apresentado os docentes da área de 1934-1962. A *performance* da Educação Física feminina da escola na década de 1950, por meio da atuação da professora Yolanda Baldia foi investigada na dissertação de Eliane Guimarães de Campos Prates (2008).

Diferentemente dos autores anteriores, esta tese enfocou as evidências de práticas de Educação Física do ginásio num período posterior, compreendido entre 1964 e 1978. Importante reafirmar que essas evidências foram pesquisadas até o ano de 1978, quando os alunos do antigo ginásio (5ª a 8ª séries) foram transferidos para outra unidade.

Na periodização 1964-1978, foram vários os professores de Educação Física que constavam dos livros de ponto do acervo, o que resultou na tabela disposta a seguir com seus nomes, o período em que atuaram e a quantidade de salas com as quais trabalharam:

Quadro 2-“Professores de Educação Física da Escola Canadá entre 1964-1978”

	1964		1965		1966		1967		1969		1970		1974		1978	
PROFESSORES	2ºGrau	Nº	2ºGrau	Nº	2ºGrau	Nº	2ºGrau	Nº	2ºGrau	Nº	2ºGrau	Nº	Fundam. séries	Nº	Fundam. séries	Nº
Guaraná Rodrigues	Ginásio	1 sal	Ginásio	6 sal	Treinam	11 tur	Ginásio	3 sal	Ginásio	6 sal						
Yolanda Baldia	Ginásio	6 sal	Ginásio	4 sal	Ginásio	1 sal	Consta livro pt		Consta livro pt		Ginásio	5 sal	8ª	5 sal		
José R. Musa	Ginásio	5 sal	Ginásio	5 sal	Gin/trein	5 sal/5 tur	Ginásio	5 sal	Consta livro pt							
Wanda Barros			Ginásio	5 sal	Ginásio	7 sal	Ginásio	7 sal	Ginásio	4 sal	Ginásio	11 sal	6ª-7ª e Trein	10 sal/2tur		
Abigail Cecherelo							Ginásio	4 sal	Ginásio	6 sal	Consta livro pt		7ª-8ª e Trein	2sal/6 tur	Consta livro pt	
Aldo Zotarelli									Consta livro pt		Ginásio	12 sal	Consta livro pt		Consta livro pt	
Jaime Calderini									Consta livro pt							
Vera de Castro									Ginásio	5 sal	Ginásio	3 sal				
Santa Cruz											Consta livro pt		5ª-7ª e Trein	14sal /3 tur	Consta livro pt	
Laerte G. Peçanha											Treinam	3 tur	Consta livro pt		Consta livro pt	
Maria Silvia Andrade													7ª a 8ª	11 sal	Consta livro pt	
Carlos Reynaldo Felsio													5ª e 7ª	17 sal	Consta livro pt	
Juarez*													6ª e 7ª	17 sal		
Adalberto Gonçalves													6ª	9 sal/ 3 tur		
José O. F. Marcolino													7ª/trein	3 tur		
Airton Veri Bucco													7ª e 8ª	4 sal		
Maria Rosa*															Consta livro pt	
Nilde de Carvalho															Consta livro pt	
TOTAL		12 sal		20 sal		13 sal/ 16 tur	19 sal			21 sal		31 sal /3 tur		89 sal /14 tur		

Fonte: Livros-Ponto de Docentes da unidade.

Fundam.-Ensino Fundamental, equivalente a 5ª a 8ª séries. **Sal** – Salas de ginásio. **Tur**- Turma de treinamento, alunos de ginásio selecionados em uma modalidade. **Consta livro pt**- Consta do livro ponto como professor de Educação Física da instituição. Até 1974, esses professores estavam registrados, trabalhando com outros graus do secundário (após 1971, denominado de ensino médio) e/ou com substituição, anotados nos livros como “aula extra”. Em 1978, somente havia o registro do nome dos professores, anotados no livro de primeiro e segundo graus. Inferiu-se a partir desta informação que estes professores eram os que trabalhavam com o antigo ginásio ou 5ª a 8ª séries.

Havia em cada ano do ginásio, salas somente femininas, somente masculinas e mistas. Pela fonte utilizada não foi possível discriminar como eram organizados esses agrupamentos com separação entre alunos e de alunas. Inferiu-se que alunas de mesmo ano de ginásio, mas de salas diferentes, participassem juntas nas sessões ou nos treinos. O mesmo acontecia em relação às sessões masculinas. Também esta fonte não oportunizou desvendar os sobrenomes de alguns professores, necessitando a realização de pesquisa em Diário Oficial Estadual e uma consulta a listagem de docentes existentes na unidade, para complementação do quadro. Não foi possível obter o nome dos professores com asterisco.

Na observação das salas onde os professores ministravam aulas percebeu-se uma variação no número de sessões adotado pela escola. Na década de 1960, uma sessão semanal, que poderia ocorrer dentro do horário letivo ou fora, como por exemplo, às seis horas da manhã, não ficando muito claro a questão da inserção da prática, no contraturno; o que mereceria maior aprofundamento de investigação. Na década de 1970, os registros da presença dos professores articulados às aulas dadas na mesma semana na mesma sala, possibilitaram perceber que a escola adotava o regime de duas sessões semanais.

Os professores ministravam as sessões de Educação Física, nas salas de ginásio exclusivamente masculinas e as professoras nas salas femininas, já que a escola possuía espaços duplicados para que as sessões pudessem acontecer simultaneamente. Uma peculiaridade observada em 1974 foi que nas salas de 5^{as} séries B 2, 3, 4, 5, 8, 12 e 15, o Prof. Carlos Reynaldo Felisbuto e a Profa. Santa Cruz se revezavam nas sessões, durante a mesma semana. Inferiu-se que estas salas poderiam ser mistas e que, os professores trabalhavam separadamente em função dos gêneros. Nesta perspectiva, as duas sessões semanais, seriam contabilizadas como: uma sessão feminina, ocorrendo em um dia da semana ministrada pela Profa. Santa e a outra masculina, em outro dia, conduzida pelo Prof. Carlos.

Entre 1964-1970, o número de professores da prática educativa aumentou de três para sete, demanda que foi gradativamente ampliada. Vale lembrar o cenário no qual este quadro de professores estava inserido. Os três primeiros professores haviam sido graduados pela EEFESP, sendo que Yolanda e Guaraná eram experientes professores, com anos de exercício na profissão, inclusive em escolas de outras cidades, atuando num período que o “Canadá” era ainda uma escola secundária privilegiada. Havia um esforço para que as mudanças das políticas educacionais entrassem em vigor. Em 1966, foi implantado um esquema diferenciado para as sessões da prática educativa, que pode ser observado no próprio quadro 2, com expressivo aumento das turmas de treinamento, em especial as masculinas. Já na transição para a década de 1970, com o mercado de trabalho docente aquecido pela expansão do ensino; além da necessidade de suprir emergencialmente a carência de professores da área nas escolas; em 1969, foi inaugurada a Faculdade de Educação Física em Santos (FEFIS), entidade particular

que passou a realizar a formação superior de professores, na própria cidade de Santos. José Oswaldo da Fonseca Marcellino, formado na segunda turma da FEFIS em 1972, foi professor no Canadá em 1974. Conhecido como Negrelli atuou como jogador de vôlei no Santos Futebol Clube e na seleção brasileira em diversos campeonatos mundiais nas décadas de 1960 e 1970.

No ano de 1974 havia onze professores de Educação Física trabalhando na escola em quatro turnos. Nos registros encontrados é difícil reconhecer as salas atendidas por cada professor, pois as anotações feitas pela secretaria estavam desorganizadas, não acompanhando uma sequência ou classificação. Apesar dessas dificuldades, foi possível evidenciar que se ampliou o número de turmas femininas de treinamento esportivo.

Em 1976, devido à implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo, a escola ganhou também nova denominação, passando a chamar-se Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus, EEPSPG “Canadá”. No ano de 1978, último período de oferecimento de ensino fundamental da unidade dentro do período estudado. Havia nove professores atuando na Educação Física, porém nos arquivos da escola não foi possível identificar quais salas esses professores ministravam suas aulas ou dados que explicitavam quem trabalhava com as turmas de treinamento.

A documentação¹³⁹ sobre o ensino da Educação Física do Ensino Fundamental deixou de existir no acervo do “Canadá”, quando houve o desmembramento do Ensino Fundamental e Médio por uma questão de gestão, em 1979. A Resolução nº 34 de Paulo Egydio Martins separou a EEPSPG “Canadá” em duas unidades escolares: a EEPG “Dr. Ribeiro Couto” e a EESG “Canadá”. Com o desmembramento o que restou do acervo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) foi enviado à respectiva unidade escolar, ou seja, à EEPG “Dr. Rui Ribeiro Couto”.

Sintetizando, foi possível perceber, a partir da análise dos prontuários dos alunos e dos livros-pontos dos professores, que a escola havia adotado o que estava prescrito pela legislação federal: o atento acompanhamento quanto às faltas

¹³⁹ A situação da documentação dos alunos durante o desmembramento das unidades foi conturbada, como mostra o Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 299/1986, referente ao Processo nº 1.543 do ano anterior. A aluna da EEPSPG Canadá foi retida na 1ª série do ensino fundamental quando estudava na unidade, em 1978. No ano seguinte, ela realizou sua matrícula de “forma equivocada”, na 2ª série da EEPG Dr. Rui Ribeiro Couto. Por conta da separação das unidades, a irregularidade somente foi detectada seis anos depois, o que originou o processo mencionado (CONSELHO, 1986).

dos alunos, o que efetivamente retinha-os e a separação entre Educação Física feminina e masculina. Para os alunos que frequentavam o noturno, não havia sessões de Educação Física, o que comprova que a escola havia acatado a lei estadual; embora quanto a Educação Física, a escola tivesse algumas peculiaridades próprias, como o regime que ia de uma a duas sessões semanais de Educação Física e a avaliação quantitativa por meio de notas e conceitos sobre a prática.

É possível depreender a partir dos estudos já realizados e documentos existentes no arquivo da escola, vestígios das práticas de alguns professores de Educação Física que atuaram na Escola Estadual Canadá. Destacamos na continuidade desta tese, evidências de práticas docente no cotidiano escolar da época e os trabalhos realizados em conjunto de dois professores Guaraná da Costa Rodrigues e Yolanda Elias Miguel Baldia.

5.5. Evidências de práticas de Educação Física Masculina e Feminina na Escola Estadual Canadá

Afora as instruções, a arte de ensinar os exercícios, na década de 1960, passava pelo quesito disciplina, seriedade e exigência. De uma forma não específica, a disciplina era obtida pelos professores da área por meio do emprego de prêmios, algumas formas de coação e castigos (correr em volta da quadra, fazer flexões de braço entre outras), com uso de motivações intrínsecas e extrínsecas.

De forma peculiar à área, na aprendizagem das ginásticas era relevante o desenvolvimento de aspectos como atenção e silêncio para a execução correta e sincrônica, tentando minimizar os riscos de acidente. Nos jogos e nas práticas desportivas, o respeito às regras e aos adversários, o domínio de si, a sublimação do interesse pessoal em benefício do grupo, necessitavam estar presentes.

Vemos assim, indícios de saberes da Educação Física escolarizada que desvelavam os modelos disciplinares adotados pelos docentes.

5.5.1 Espaços e equipamentos consolidados: a fruição da Educação Física

Desde sua construção, a infraestrutura desta escola já tinha dimensionado que os espaços destinados às práticas de Educação Física deveriam atender simultaneamente, turmas exclusivas de meninos e de meninas. Neste período abordado neste estudo (1964-1985), as aulas de Educação Física continuavam separadas por gênero¹⁴⁰.

As práticas de Educação Física Masculinas, ensinadas pelo Professor Guaraná¹⁴¹ durante o seu tempo de trabalho na Escola Canadá, incluíam ginástica coletiva e a prática de modalidades como futebol, natação, vôlei e basquete, ministradas desde a iniciação aos fundamentos, treinamento, conhecimento das regras oficiais e a participação nos campeonatos colegiais (PRATES, 2008; MEIRELLES, 2009; CAMARGO, 2009; PRIETO, 2009).

Nos anos 1950, esse professor havia sido Preparador Físico do Jabaquara Atlético Clube, time profissional; e formou nessa unidade, o “Canadá Futebol Clube”, para os alunos do Colégio Canadá. O time chegou a ser o vice-campeão santista colegial na modalidade, em 1949. Por meio das fontes observou-se que o professor Guaraná já fazia a iniciação esportiva e preparava alunos e atletas para disputas de futebol e campeonatos de natação, no final da década de 1940, muito antes da

¹⁴⁰ As resistências à coeducação nas aulas de Educação Física tinham várias origens. Além da própria biologia diferenciada entre as capacidades e habilidades femininas e masculinas, a distinção ou mesmo estigma entre os gêneros envolvia outras estereotipias provenientes das convenções sociais, morais e religiosas de cada época. Entretanto, essa diferenciação ocorria em menor intensidade com outras disciplinas escolares. Em relação à participação feminina, Prates (2008, p. 140) afirmou que “a Educação Física promovia a desconstrução do pré-estabelecido, a prática do esporte escolar liberava as alunas abrindo novas instâncias de relacionamento”.

¹⁴¹ O Professor Guaraná da Costa Rodrigues nasceu em 15 de outubro de 1920, na cidade de Novo Horizonte, SP e faleceu em 09 de março de 2009, em São Vicente. Formou-se pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, onde teve contato com o Professor Boaventura que incentivava as ginásticas coletivas e a participação nos Campeonatos Colegiais do Estado. Estudante e atleta universitário, Guaraná estudou na USP. Como somente houve nomeação de professores efetivos selecionados por concursos públicos, em atendimento ao ensino secundário paulista, nos anos de 1931 e 1943 (SANTORO, 2010), infere-se que o professor Guaraná tenha entrado na rede oficial em 1943. Removido para o “Canadá”, pelo Decreto de 29 de maio de 1946, o professor Guaraná em 1963, não acumulava cargo em outras instituições escolares. Isso possibilitou a ele dedicar-se aos projetos educativos e sociais da escola com atenção às turmas de treinamento. Entre os anos de 1965 e 1966, o professor ministrava mais de 1.100 aulas anuais da prática educativa. Sendo que especialmente em 1966, trabalhou mais diretamente com as turmas de treinamento. O aumento da carga docente era e continua sendo uma prática normal realizada por professores pleiteando sua aposentadoria. Em 1968, com 48 anos e já aposentado pelo Estado, continuou ministrando aulas no Instituto, sob contrato. Em março de 1970, o professor assinou sua rescisão, embora ainda freqüentasse a escola, como professor de Educação Moral e Cívica (EMC). Essas informações foram encontradas nos seguintes documentos: Comunicado da Secretaria de Educação SP/1963, Regulamento do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, Resolução SE nº 6, publicado no DOSP de 17 jan. 1970. Cf. Pasta de documentos constantes na Caixa de Arquivo Morto do acervo do Prof. Guaraná, Arquivo da EE Canadá.

implantação do programa prescrito pelo “Guia” da década de 1970 (SÃO PAULO, 1973a).

Em relação à natação, como a maioria das escolas públicas não possuía as instalações esportivas adequadas, era comum, fazerem parcerias para uso de clubes e outros espaços esportivos, o que foi descrito no “Diagnóstico da Educação Física” (DaCOSTA, 1971) e também previsto no “Guia” (SÃO PAULO, 1973). Na década de 1950, o Prof. Guaraná realizava treinamento dos alunos do Instituto Canadá, nas dependências do Clube Internacional de Regatas (CRAQUES, 2013).

Há poucos registros fotográficos das práticas do Prof. Guaraná no acervo da escola. Entretanto, no ano de 1964, quando foi lançado o prospecto sobre o Instituto, material já mencionado, duas imagens da Educação Física masculina, revelaram outros esportes treinados com seus alunos, nas instalações da unidade: o vôlei e o basquete.



Fig. 5.9 - Registro fotográfico do treinamento de vôlei do Instituto Canadá. Repare os uniformes diferenciados usados no treinamento e as quadras descobertas. Esta imagem é parte do Prospecto de Divulgação do Instituto de Educação Canadá, 1964. Foto de autoria desconhecida. (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

Em relação à Educação Física Feminina, Yolanda¹⁴² Elias Miguel Baldia foi uma das pioneiras no treinamento de equipes femininas em diversas modalidades esportivas, na organização de eventos e na participação atuante em organizações associativas. Além de vários certificados emitidos pela DEFE, elogiando sua participação em eventos do departamento ao longo da década de 1950; a Profa. Yolanda¹⁴³ foi presidenta do Clube dos Professores de Educação Física da cidade, em 1955. No desporto escolar, a professora fez parte do Conselho Orientador, do Esporte Clube Canadá e do Clube das Normalistas Canadenses, ao final da década de 1950, reivindicando tênis, blusas, calções e lanches para as alunas participantes das equipes femininas com as quais atuava na escola.

Além de sua formação inicial, a professora realizou cursos e adquiriu experiência profissional ao longo de sua carreira, permitindo-lhe iniciar e treinar suas alunas em vários esportes coletivos (vôlei, basquete e ginástica) e individuais (natação, xadrez e várias das modalidades de atletismo, como 100 m com barreira, arremesso de peso, arremesso de disco, salto em altura e também o revezamento 4 x 100 m com barreira)¹⁴⁴.

Na década de 1960 ela dirigiu várias equipes campeãs, que competiram pelo Instituto, trazendo várias medalhas para a unidade. Em 1966, a equipe feminina do basquete, foi premiada nas II Olimpíadas Colegiais de Estreantes. Em 1969, na VI Olimpíadas Colegiais de Estreantes, ocorrido no Clube Internacional de Regatas, a equipe feminina de vôlei foi campeã e a equipe feminina de xadrez, vice-campeã (PRATES, 2008). Um depoimento de discente revelou uma de suas estratégias, a de

¹⁴² Nasceu em 23 de maio de 1922, em Cajuru, SP e faleceu em 07 de junho de 2010, em Santos. Também licenciada pela Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, foi aprovada em concurso público no ano de 1949 (PRATES, 2008; MEIRELES, 2009; OLIVEIRA, 2010). Lecionou em Guararapes, Cajurú, Penápolis. Chegou à Santos em 1951, assumindo cargo no “Colégio Canadá”. No ano de 1954, por meio de sua atuação, a unidade obteve o primeiro lugar no Campeonato de Ginástica, Campeonato de Educação Física e Esportes nas modalidades Atletismo, Natação e Voleibol no VII Campeonato Colegial de Esportes (PRATES, 2008, p. 131) e participou da Festa da Ginástica.

¹⁴³ Essas informações foram encontradas nos seguintes documentos: Atestado de Oscar Musa que comprovava a Professora Yolanda Baldia como Presidenta do Clube dos Professores de Educação Física em 1955, Atestado de Oscar Musa confirmando que a Profa. Baldia foi fundadora dos Clubes Canadá Esporte Clube e Clube das Normalistas Canadenses, incluindo em anexo as Atas; Ata de reunião do Esporte Clube Canadá de 30 de outubro de 1958, acondicionados na “Pasta Catálogo com Certificados”. “Caixa de Arquivo Morto” contendo o Acervo da Profa. Cf. Arquivo da EE Canadá.

¹⁴⁴ A EE Canadá possui um acervo significativo de premiações referentes a essas modalidades, que permitem identificar a atuação da Profa. Yolanda, destacando as medalhas obtidas em sua atuação como docente da área, existentes na Caixa de Arquivo Morto de seu acervo. Cf. Arquivo da EE Canadá.

que a Profa. Baldia formava as turmas de treinamento e insistia para que essas alunas treinassem nos clubes.

Ainda segundo Prates (2008), além de deter conhecimentos específicos sobre os fundamentos de diversas modalidades, progressões de exercícios e regras oficiais, a Profa. Baldia conduzia habilmente as demonstrações públicas de ginástica, executadas por grandes grupos de alunas em áreas livres, com o auxílio de seu microfone portátil (figura 5.10).



Fig. 5.10 - Microfone pessoal da Profa. Baldia. Doação da família, 2011. Foto de autoria própria. (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

Os eventos que envolviam as performances de ginástica e as apresentações da fanfarra do Instituto Canadá eram feitas em conjunto com o Prof. Guaraná.

A respeito da participação do Instituto Canadá, nos certames esportivos, Elny Abdelaziz Alves de Camargo (2009, p. 01), mencionou suas lembranças, na chave municipal dos jogos de 1964:

Saudades dos campeonatos colegiais... campeonatos esses em que o Colégio Canadá era uma verdadeira potência.

Após as disputas de inúmeras modalidades esportiva, havia sempre, por ocasião do encerramento, linda festa que tinha por palco o campo do Santos Futebol Clube, oportunidade que os santistas tinham de assistir duas apresentações de ginástica rítmica coletiva, uma feminina e outra masculina, esta sob o comando do professor Guaraná, contando com cerca de 1.500 alunos em cada uma das apresentações.

Esse depoimento permite inferir que as apresentações de ginásticas em grandes áreas e os desfiles promoviam a imagem da escola e de sua direção. A demanda pela organização dessas apresentações indicava que as práticas cotidianas da Educação Física na escola, mobilizavam uma grande quantidade de alunos treinados separadamente com a mesma “coreografia”, como a demonstrada na figura 5.11; reforçavam a importância da ordem e da disciplina para se alcançar um objetivo; consumiam muitas horas das sessões de Educação Física, durante o ano letivo e envolviam, mesmo que compulsoriamente, todos os alunos da escola.

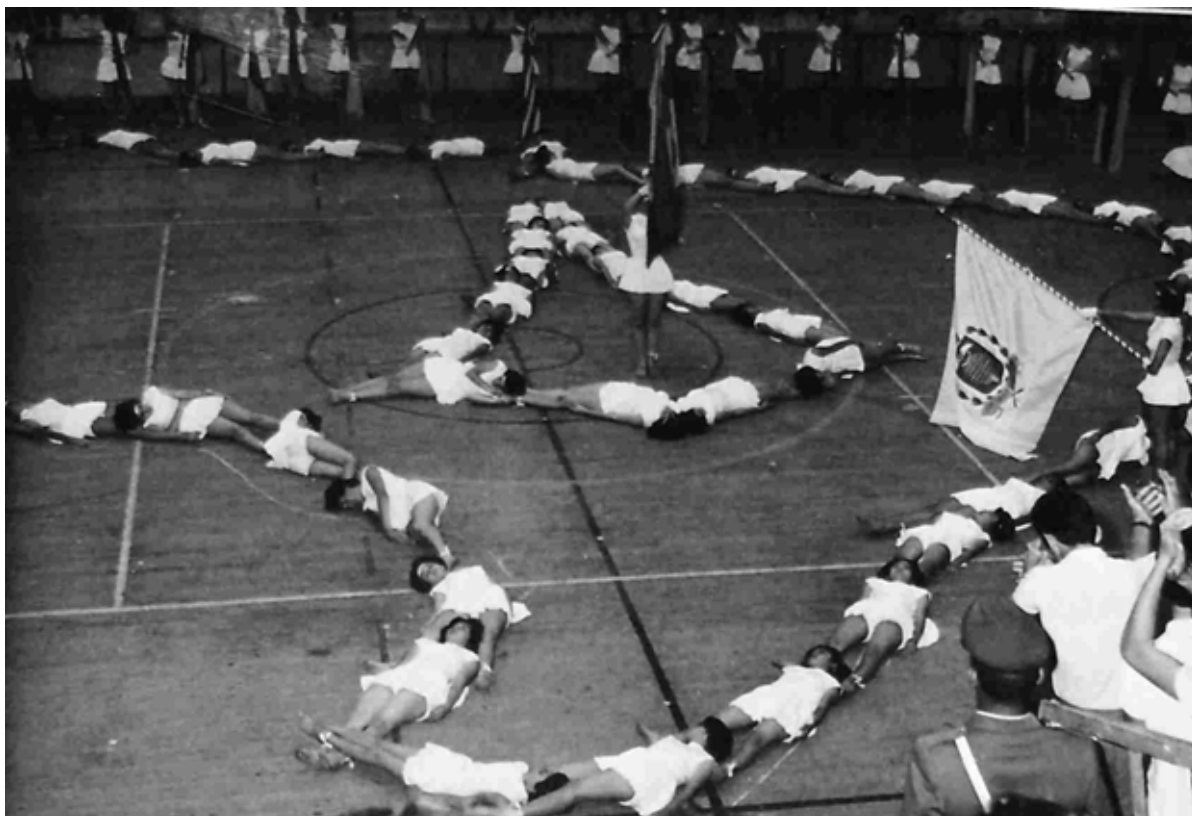


Fig. 5.11- Apresentação de ginástica coletiva no Instituto Canadá, década de 1960. Imagem armazenada no “Álbum de Fotografias” do Acervo da Profa. Yolanda Baldia. (Fonte: Arquivo da EE Canadá, Santos, SP).

As sessões de Educação Física não eram somente práticas. Havia momentos de avaliações médico-biométricas com exames práticos, trabalhos escritos cuja temática era civismo e esporte e nos dias de chuva, aulas na sala¹⁴⁵.

As avaliações médico-biométricas eram realizadas por médicos, no mês de março e entre outubro e novembro, com o preenchimento de fichas coletivas, armazenadas na escola e, individuais, de posse desses médicos. Essas fichas obedeciam a um modelo de formatação, com timbre do Estado, constando da idade, peso, estatura e o “laudo” sobre o aluno. Já, os exames práticos eram feitos pelos professores da área. No início do primeiro semestre realizavam-se os “Exames de Suficiência”, que seguiam um protocolo. No segundo semestre eram feitos testes práticos intitulados de “Exames de Eficiência”, acompanhando o mesmo processo anterior. O total de pontos obtidos levava ao índice geral e o aluno era classificado com conceitos como E de excelente; B de bom; R de Regular, S de Sofrível, I de Insuficiente.

O trabalho acadêmico de Gonçalves e Almeida (2000), deixado junto com os documentos do acervo da professora, desvelou como eram as aulas de Educação Física Feminina em sala. A Profa. Baldia dava noções de higiene e saúde, fiscalizava unhas e cabelos. Era permitida uma dispensa por mês às meninas para assegurar o descanso no período menstrual. Com a construção do ginásio coberto no final da década de 1970, foi destinada sala especial feminina e masculina, para realização de exercícios nos dias chuvosos.

Essas eram as rotinas das práticas de Educação Física Masculina e Feminina, no interior da escola, que ocorriam diferentemente das práticas direcionadas a participação de eventos externos, com os preparativos que os antecederiam e com a participação em conjunto de ambos os professores, desde o planejamento, ensaio a apresentação final.

¹⁴⁵ Em seu acervo foram encontrados vários trabalhos acadêmicos. A dissertação de Prates (2008) e o trabalho acadêmico de Gonçalves e Almeida (2000), realizado para atender a disciplina de mestrado. Neste último consta um depoimento de discente da Escola Canadá (1961-1967), sobre a atuação da Profa. Yolanda Baldia. Cf. Arquivo da EE Canadá.

5.5.2 Campeonatos e Desfiles: uma avaliação pública da escola por meio da Educação Física

Ainda que na escola houvesse avaliação das práticas educativas, o processo de apreciação de seu ensino, da verificação dos progressos alcançados e de seu próprio valor associado diretamente à imagem da instituição, era muito mais contundente, ao ser aferido pela comunidade, nas exposições públicas das escolas, durante os campeonatos colegiais, nas demonstrações de ginástica, nos desfiles cívicos e em outras apresentações.

Os “Campeonatos Colegiais” simbolizavam a fruição do movimento proficiente ou de uma *performance* atlética, conseguida por empenho, envolvimento e treinamento, realizado por escolares. O Instituto Canadá participou de todas as edições, muitas vezes chegando às finais. Nesta periodização, a marcha comemorativa da Semana da Pátria era a apoteose desses campeonatos. Para que o regimento de alunos apresentasse um espetáculo estético e comovente, havia na escola um ensaio intensivo dos passos, das evoluções, das voltas e das fanfarras.

Com envolvimento pessoal, empenho, comando, apoio da direção e comunidade escolar, motivação, premiação, coação e treinamento; alguns professores de Educação Física transformavam as apresentações públicas em eventos mobilizadores, envolvendo uma série de operações¹⁴⁶ e pessoas em função dos preparativos, causando comoção ou críticas, como na figura 5.12.

Após a participação nestes eventos, era comum que os alunos, professores responsáveis e escolas recebessem um certificado, ou diploma; o que era também celebrado como um evento interno nas escolas.

Ao tratar do fenômeno de ressignificação que as práticas docentes podem gerar, Chervel (1990, p. 184) salienta que:

E porque o sistema é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se pretendeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos; mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.

¹⁴⁶ O figurino, o feitiço dos uniformes, dos materiais e equipamentos para os desfiles, o ensaio da coreografia, o ensaio da fanfarra, a junção de ambos em ambiente amplo, entre outras operações.



Fig. 5.12- Desfile cívico noticiado no jornal como o pelotão dos aros composto por jovens do Instituto de Educação Canadá, 1962. Imagem e recortes de jornal armazenados na “Agenda Espirada” do Acervo da Profa. Yolanda Baldia. (Fonte: Arquivo da EE Canadá).

Pode-se, então dizer que a participação nos campeonatos e nos desfiles, como elementos impostos de forma obrigatória nas escolas, propiciou a professores e alunos, ressignificações, isto é, o desenvolvimento de sentimentos como brasilidade e pertencimento, que ganharam outras traduções totalmente diferenciadas de sua conceituação oficial.

A partir do momento que, as políticas educacionais ampliaram o calendário letivo com mais datas festivas¹⁴⁷, elas criaram maiores possibilidades de apresentações dos alunos em público. Esse fato foi reforçado por uma progressiva melhoria na elaboração de performances de corporeidade, no caso dos campeonatos e, por um maior envolvimento de outros elementos alegóricos: bandas e fanfarras, no caso dos desfiles cívicos; elevando esses eventos a espetáculos capazes de chamar a atenção, inclusive da mídia.

¹⁴⁷ Essa foi uma estratégia emergencial paliativa que compunha da fragmentação do horário escolar em três ou quatro turnos e uso de espaços improvisados (SOUZA, 2008).

Esta resignificação das apresentações¹⁴⁸ escolares públicas, geralmente sem ônus, muitas vezes foram direcionadas a recepção de autoridades, homenagem a instituições da cidade e cidadãos ilustres, promoção política e de demonstrações de generosidade, no engajamento em campanhas sociais, gincanas e atividades beneficentes, como na figura 5.13.

O espírito de cooperação aparecia entre os alunos, os pais, e os professores da área. Defender uma escola era uma honra e era feito sem um interesse de retorno financeiro, assim como organizar apresentações públicas de práticas de ginástica com finalidade beneficente. Essa solidariedade era canalizada como auxílio humanitário a entidades carentes.

¹⁴⁸ Entre outros eventos o desfile do Dia da Juventude em 1959, o Jubileu do Santos Futebol Clube em 1962; a comemoração do “Centenário de Santos Dummont” em 1973 (documentação do acervo da Profa. Yolanda Baldia). No caso da cidade balneária de Santos, as apresentações das fanfarras ganharam ainda *status* de eventos do seu calendário turístico (RODRIGUES, 1971).

A TRIBUNA — Quarta-feira, 13-11-1963 — Página



Passeata estudantil - Na visita que fizeram ontem à redação deste jornal, os professores Marcelo Ribeiro Nogueira, presidente da Comissão de Obras do Inst. de Educação "Henrique Osvald" e instrutor da fanfarra do Inst. "Canadá", e Guarani da Costa Rodrigues, professor de educação física deste último educandário, comunicaram-nos a realização, hoje, no período da tarde, de uma passeata estudantil, visando a obter numerário para a conclusão das obras do Inst. "Henrique Osvald", que está sendo construído na av. Cap.-Mor Aguiar n. 223, em S. Vicente. Este estabelecimento destina-se a dar instrução gratuita a crianças pobres, bem como assistência social e médico-dentária. Essa passeata está a cargo dos alunos do Inst. de Educação "Canadá", os quais, com sua fanfarra e batalhão alegórico, sob a orientação do prof. Guarani da Costa Rodrigues e da professora Iolanda Baldia, percorrerão, sob a supervisão do prof. Edesio Del Santoro, diretor do "Canadá", as principais ruas do centro da cidade, objetivando recolher auxílio para a citada campanha.

— No clichê, os professores Guarani da Costa Rodrigues e Marcelo Ribeiro Nogueira quando da visita à redação deste jornal.

Fig. 5.13 - Campanha beneficente por meio do desfile da fanfarra e batalhão alegórico da escola. Em 1963, no Jornal A Tribuna, o professor Guarani juntamente com o instrutor da fanfarra do Instituto Canadá, Marcelo Ribeiro Nogueira e a Professora Yolanda Baldia recolheram auxílio para a campanha (REDAÇÃO, 1963).

Outro exemplo de participação em campanha beneficente foi em 1969, durante o Programa "Cidade contra Cidade", do apresentador Silvio Santos. Exibido pela TV Tupi, o programa promovia uma gincana de repercussão nacional, realizada entre delegações de cidades de todo o Brasil. Cada localidade mostrava suas

atrações folclóricas, históricas, artísticas e curiosidades. Durante a disputa havia quadros de perguntas e respostas que valiam pontos, sobre conhecimentos gerais com a participação de alunos de cada município. A premiação a cidade vencedora era a doação de uma ambulância.

Na competição de 1969, Santos disputou o programa contra a cidade de Bauru (figura 5.14). Os alunos do Instituto Canadá junto com a Profa. Baldia participaram ativamente representando Santos, no quadro de conhecimentos gerais; trazendo a doação da ambulância para a Santa Casa¹⁴⁹ de Misericórdia municipal (SANTOS, 1969).

Em relação à comunidade escolar, essas apresentações tornaram-se formas de competição entre as unidades participantes; de divulgação da instituição, dos alunos, dos professores e da direção e de distinção dentro da comunidade, era uma maneira de dignificar a escola que representavam, dando-lhe prestígio político e social.

Assim como os outros estudos (GONÇALVES E ALMEIDA, 2000; PRATES, 2008; MEIRELLES, 2009) sobre atuação dos professores Guaraná e Yolanda mostraram intensa participação nos Campeonatos Colegiais Paulistas e aproximação e comprometimento com os projetos didático-pedagógicos e sociais da instituição; os documentos desses professores abordados na periodização desta tese também revelaram uma parceria positiva entre eles e com a direção da escola, representada pela figura de Edésio Del Santoro.

¹⁴⁹ A Professora Yolanda Baldia recebeu um diploma de honra ao mérito emitido pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, por sua participação na Campanha Cidade contra Cidade em 1969, durante a entrega da premiação à instituição. A documentação encontra-se na “Pasta Catálogo de Recortes de Jornais” da escola e no “Álbum de fotos” da Professora Baldia. Cf. Arquivo EE Canadá.



Fig. 5.14 - Gincana “Cidade contra Cidade” exibida no Programa de Televisão da Rede Tupi. Na fotografia Yolanda Baldia e alunos do Instituto de Educação Canadá recebendo o troféu das mãos de Silvio Santos, 1969. Foto de autoria desconhecida, armazenada na “Agenda Espiralada” da Profa. Yolanda (Fonte: Arquivo da EE Canadá, São Paulo, SP).

Na década de 1960, esse trabalho em conjunto, colaborou na manutenção da imagem positiva da instituição. Já na década de 1970, com as várias alterações ocorridas na escola, acrescentou-se ainda a rescisão do contrato do Prof. Guaraná em 1969, a aposentadoria da Profa. Baldia em 1974 e a saída do diretor Edésio, para assumir o cargo de Secretário de Educação Municipal neste mesmo ano.

Com o evidenciado sobre as práticas registradas na documentação da escola, foi possível perceber que até a década de 1970, os professores da área faziam um esforço para atender as normas estaduais e também solicitações da DEFE. Foram encontrados no acervo da Profa. Yolanda Baldia, quatro ofícios da DREFE e da DEFE, das décadas de 1950 e 1960, elogiando sua atuação a frente dos desfiles e da participação da escola em campeonatos colegiais. É possível considerar que, a existência destes ofícios signifique que, do currículo prescrito, algumas práticas eram realizadas e com um bom desempenho. E que muitas delas foram traduzidas e até mesmo ressignificadas pelos professores de Educação Física, desde que

houvesse uma estrutura mínima na unidade escolar, como aconteceu na Escola Canadá até o final da década de 1960.

Na década de 1970, além da necessidade de adequação da escola a ampliação do número de alunos, a situação modificou-se com a reforma de ensino de primeiro e segundo graus (Lei nº 5.692/1971), com a inserção de mais um ano letivo no que era o ginásio e com a implementação de um currículo prescrito, por meio da distribuição dos “Guias Curriculares” de todas as matérias, pela rede estadual entre 1973-1974 (SÃO PAULO, 1973).

Especificamente em relação à Educação Física, analisando o aumento do número de alunos atendidos pelos professores da área, de 12 salas em 1964 assistidos por três professores; para 31 salas e três turmas de treinamento, com os quais trabalhavam sete professores em 1970 e, 89 salas e 14 turmas de treinamento distribuídos entre onze docentes em 1974 (conforme explicitado no quadro 2 “Professores da Escola Canadá entre 1964-1978”, p. 215), é possível inferir que o ensino (tanto o currículo prescrito quanto as práticas) dificilmente conseguiu acompanhar as normas estabelecidas, mesmo em um estabelecimento que era exemplo na cidade de Santos.

No caso das práticas, atribui-se essa hipótese às dificuldades de adequação da ampliação de vagas a disponibilização de espaço dentro da unidade para fruição de modalidades esportivas específicas, assim como de equipamentos e materiais; ficando na dependência de locações de outros locais fora da unidade escolar e de verbas, para seu oferecimento a grande quantidade de alunos em vários turnos.

Quanto ao uso das instruções do “Guia Curricular” para a área, não foi possível desvendar esta situação pela ausência de registros sobre este assunto, disponíveis no acervo da escola.

Em 1974 Edésio Del Santoro, diretor efetivo se afasta para assumir a Secretaria Municipal de Educação de Santos. Até 1978, a escola passou pelas mãos de vários diretores substitutos. Em 1975 assumiu Aldo Zotarelli Jr., em 1976 o diretor foi Antônio Demóstenes de Souza Brito¹⁵⁰. Em 1977 passaram pela direção da Escola Canadá: Marlene Gaia; Arlete Marques da Silva e Maria Antonieta Prado de

¹⁵⁰ Antônio Demóstenes de Souza Brito, nascido em 1916 em Olímpia/SP. cursou Bacharelado habilitando-se a lesionar Química e Ciências. Nomeado em 1949 como professor efetivo, trabalhou em Marília e em Rio Claro. Em 1953 foi removido como professor para o Colégio Canadá, trabalhando na unidade até 1978, quando aposentou-se. Faleceu em 1995 (MEIRELLES, 2009).

França Valente que assumiu a direção em outubro de 1977, permanecendo no cargo até 1981.

A escola chega ao ano de 1976 com cerca de cinco mil alunos de primeiro e segundo graus, situação ainda agravada por ser a única escola oficial do Boqueirão, o que segundo a reportagem do Jornal a Tribuna de 11 de agosto deste mesmo ano justificava a quantidade de alunos nela matriculados (REDAÇÃO, 1976).

Embora a documentação de 1978 não sistematize número de salas de Educação Física e de turmas de treinamento, recuperou-se o registro de nove professores da área, no livro-ponto consultado.

Não foram encontrados livros referentes à Educação Física escolar do período de 1964-1985, somente obras mais recentes. Na galeria de troféus da escola, disposta em uma cristaleira na Biblioteca, foram encontradas taças da década de 1950 e 1960, destacando-se o Campeonato Colegial na edição do ano de 1964 e de 1969 e a Olimpíada Colegial Mirim de 1968.

Em relação ao uso dos cadernos de “Subsídios de Implementação dos Guias” pelos alunos de 5ª a 8ª séries da EEPSCG Canadá é possível realizar algumas reflexões. Editados de 1978 em diante, algumas datas das bibliografias de referência dos cadernos são do mesmo ano da sua edição, evidenciando que o material foi impresso durante o decorrer de 1978. Levando-se em conta o tempo para sua distribuição por toda a rede estadual e a data 22 de setembro de 1979 de uma chamada de treinamento para utilização do material pelos professores, impressa no Diário Oficial do Município (SÃO PAULO, 1979), é possível inferir que os alunos de primeiro grau enquanto estavam nesse ginásio, não tiveram contato com o material pedagógico citado; já que a Escola Canadá deixou de atender este nível de ensino justamente no início de 1979; quando os escolares já estavam transferidos para outra unidade, a EEPG “Dr. Ribeiro Couto”.

A junção de todos esses fatores gradativamente favoreceu as alternâncias na imagem institucional do “Canadá”, que em muitos momentos foi representada externamente por sua Educação Física escolarizada. Seu percurso por todas estas vicissitudes culminaram com o desmembramento da unidade, e com esta ruptura, o esfacelamento do simbolismo de ensino público aprimorado.

Não obstante as legislações, os materiais didáticos normatizados, a distribuição de livros pedagógicos, o incentivo à continuidade da formação em

cursos de atualização e treinamentos e as inspeções entre outros, tenham intencionado legitimar os saberes escolares da Educação Física e sua configuração como disciplina no ensino formalizado em um currículo prescrito; eles não garantiram sua efetivação na prática, pelo menos não nesta unidade.

Essa constatação extrapola o âmbito da Educação Física escolarizada e leva a um questionamento mais amplo, relacionado aos referenciais de ensino público oferecido, nos padrões anteriores à expansão da rede. Como seria possível, mesmo a uma escola tradicional e consolidada como esta, absorver tamanho impacto.

CAPÍTULO 6 – O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESTADUAL PROF. SUETÔNIO BITTENCOURT JR.: NO LIMITE DAS POSSIBILIDADES

6.1. A construção de um prédio utilitário: o desenvolvimento célere nas políticas educacionais da década de 1960

Com a explosão demográfica entre 1940-1970, houve um aumento no fenômeno de urbanização em todo o país (PEREZ, 2000). No caso paulista, este desenvolvimento intenso e extenso deveu-se à evolução da economia cafeeira e à industrialização, acompanhada pelo incremento da tecnologia portuária, na cidade de Santos.

Adequando-se às necessidades educacionais ocasionadas pelo crescimento das cidades, a partir de 1960, para suprir a expansão da oferta de matrículas e ampliação do número de vagas escolares, foram tomadas uma série de medidas emergenciais que iam desde concursos públicos e contratação de professores, passando pela alteração no uso e ocupação dos prédios escolares já existentes, inserção de mais turnos de aula com menores períodos e aceleração da construção de obras públicas com este fim.

Em relação ao contexto da criação da segunda escola investigada, alguns teóricos (SOUZA, 1998; BENCOSTTA, 2005; ALVES, 2010; SANTORO, 2010) contribuíram para um melhor entendimento de aspectos em sua edificação: o senso financeiro e a racionalidade de tempo e de espaço, que tornaram o prédio para uso genérico, ou seja, passível de qualquer tipo de ocupação de serviço público.

Para Souza (1998), a construção rápida de prédios escolares rompia com a importância da identificação desses locais como “espaços próprios da atividade educativa”, tanto em relação à sua fachada, como à distribuição dos espaços feitos em seu interior.

Bencostta (2005, p. 08) confirmou este cenário, asseverando que:

As construções escolares eram apoiadas nos princípios de racionalidade financeira e técnica, funcionalidade e máximo aproveitamento do espaço, com poucas diferenciações internas e também poucos vínculos pedagógicos.

Embora frequentes as recusas de praças públicas para construção de edifícios escolares, em função da dificuldade de obtenção de aval ou de “discórdias

entre o executivo e o municipal” (ALVES, 2010, p.152); em Santos, cidade com ocupação territorial bastante limitada¹⁴⁹ por sua geografia natural, era comum a utilização deste tipo de espaço para se erguer prédios do governo. Além do que, a desapropriação de áreas particulares causava um inconveniente mal estar entre a elite da cidade e o poder público (SANTORO, 2010).

Não obstante a fachada da segunda escola seja simples e sem ostentação, o impacto causado pela edificação relaciona-se à peculiaridade de seu projeto arquitetônico, com o melhor aproveitamento geométrico de área: o circular e sua estrutura panóptica, confinada e voltada para o isolamento do ambiente interno, o que a diferencia da concepção de escola moderna, totalmente oposta. Pensava-se no século XVIII, que um ambiente fechado ao mundo associado ao acompanhamento ativo e individualizado de profissionais humanistas em atendimento às pessoas que necessitavam ser mantidas sob inspeção; possibilitariam um tratamento moral, que permitiria que essas pessoas pudessem retornar ao mundo externo, retificadas (GOODSON, 1995).

Ademais do conceito utilitarista de máximo aproveitamento da área pública disponível, usando menos materiais; a idéia estrutural do panóptico visava o “facilitar a inspeção”; já que a construção de uma torre central, numa área circular murada, com apenas uma saída controlada, possibilitaria à direção, avistar e/ou vigiar todos de uma só vez.

Diferentemente da torre ao centro ou de uma arena de espetáculo público do Estádio do Maracanã (RJ); na escola panóptica investigada, não existiam edificações neste primeiro período. O centro da construção era uma área circular com areia, terra e algumas árvores, sem grades ou valas como limitação, utilizada pelos alunos, nos intervalos e recreios (MOREIRA, 2010).

¹⁴⁹ Como já mencionado, a cidade de Santos divide-se em duas áreas geográficas distintas: insular e continental. A área insular, onde ambas as escolas pesquisadas encontram-se. Historicamente a área é considerada o local de maior ocupação territorial. No período de 1950-1960, o desenvolvimento e a intensa urbanização da área insular foram promovidos por dois fatores distintos. O crescimento e a modernização do porto e o incremento da construção civil de veraneio na orla, que provocaram um grande fluxo de mão de obra; e uma maior ocupação não somente nesta área, mas por toda a região metropolitana. Designada como área de segurança nacional em 1964, o desenvolvimento de Santos atravessou um declínio entre as décadas de 1970-1980, com a privatização do porto e a substituição de mão de obra pelo avanço tecnológico portuário; agravado ainda pela crise do turismo, e conseqüentemente da construção civil, devido às condições de balneabilidade das praias. Foi neste cenário que foi criada a segunda escola pesquisada, a EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

A ausência da torre e a permanência de algumas árvores, da antiga praça dificultavam a visualização do olhar socializado do controle, além do que as plantas dissipavam os sons, nos momentos que intervalo e aulas aconteciam simultaneamente, com algumas classes (figura 6.1).

Inicialmente a escola possuía uma única entrada, servindo tanto aos alunos, como aos professores e pessoal administrativo. Essa acessibilidade vigiada funcionava como um controle físico de passagem e permanência.



Fig. 6.1- Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. As linhas retas e a estrutura de concreto dão um ar de modernidade à escola fundada na década de 1960. Em primeiro plano, o cimentado circular interno, no entorno da área central. Ao fundo, as mesas do refeitório, e à esquerda o degrau do palco. Espaços provisionais/improvisados para as práticas da Educação Física. A escola mantém suas características originais, apesar de não ser tombada pelo patrimônio histórico, 2010. Foto de autoria própria. (Fonte: Acervo da autora).

Em relação à estrutura básica interna, existiam vinte compartimentos, divididos entre: dez salas destinadas às aulas, sala da direção (diretor, auxiliar e banheiro privativo), secretaria, arquivo, sala de professores com banheiro, banheiros de alunos e de alunas, gabinete dentário, uma sala reservada para o gabinete médico, cozinha, depósito e a área do refeitório, que continha um palco.

Conveniente realizar um paralelo, com os estudos de Alves (2010) sobre os vários tipos de grupos escolares construídos entre 1959 e 1963. A crítica do autor relaciona-se a ausência de ambientes complementares nas construções da época, como laboratórios, auditórios, quadras esportivas, piscinas, casa de zeladoria, classificadas pelo Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) de 1963, como dependências de segunda prioridade. Acompanhando essa previsão, a escola não tinha um espaço próprio para a Educação Física.

Para Frago (2001, 2005) a inexistência de um espaço para realização de uma função ou tarefa, indicaria serem estas desnecessárias ou de escassa importância. O autor assinalou ainda que, este tipo de discurso ia além da preocupação com a formação dos primeiros esquemas cognitivos, sensoriais e motores. Questionou o lugar da corporeidade na instituição escolar, já que espaço e tempo são variáveis do movimento, da cinestesia, salientando a necessidade de oferecer aos escolares, possibilidades para um pleno desenvolvimento. Nesse sentido, em relação à Educação Física, o discurso desenvolvimentista se contrapunha ao ensino praticado, ampliava-se a construção de escolas, mas não o oferecimento de espaços que permitissem o desenvolvimento biopsicossocial do aluno.

6.2. De “Ginásio do Maracanãzinho” a “E.E.P.G. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.”

A Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr. foi construída no logradouro Praça Visconde de Ouro Preto, vizinho a um Pronto Socorro¹⁵⁰, criada inicialmente como Grupo Escolar do "Bairro do Macuco". Segundo o histórico existente em seu acervo, a escola foi criada pelo Decreto nº 42.703 de 30 de novembro de 1963, com dez classes, compostas por turmas mistas e um turno. Atendia à clientela do

¹⁵⁰ O Pronto Socorro da Zona da Orla atende emergências, urgências, faz triagem, encaminhamento para consultas de clínica médica e especialistas, e destinação hospitalar. O pronto socorro e a escola são serviços públicos intimamente ligados à comunidade em que atuam. Muitos funcionários do pronto socorro tinham e têm filhos e netos estudando na unidade. Desde esse período, alunos, professores e funcionários doentes ou acidentados, ao mencionar a unidade escolar, o atendimento era facilitado. Esta proximidade e a vivência dos mesmos problemas (o acesso por terra e areião, as valas, os alagamentos, e em especial às condições de insalubridade, na periodização deste estudo), tornaram-se um argumento a favor de que escola e pronto socorro pudessem em alguns momentos, desenvolver parcerias, mesmo que informais, em campanhas de saúde pública, o que foi tratado *a posteriore*.

Estuário¹⁵¹, bairro popular, composto por muitos trabalhadores do porto ligados ao movimento sindical, uma área com conflitos pela posse de terra e rivalidades¹⁵² entre grupos de jovens, além de ser uma região com problemas de alagamento (figura 6.2).



Fig. 6.2- Bairro Estuário após a chuva. Imagem da Rua Senador Dantas. À esquerda, estão as valas para escoamento da enxurrada. À direita, a rua em terra e areião, e mais à direita, um senhor está sobre o calçamento do bonde. Acima, o Grupo Escolar Municipal “Cidade de Santos”, com algumas pessoas à frente. Muitos alunos que ingressaram no Ginásio do Maracanãzinho eram provenientes desta escola. Destaca-se na fotografia, as condições de insalubridade do bairro, devido ao acúmulo de água nas valas, com a conseqüente proliferação de pragas, final da década de 1960. Foto de autoria desconhecida. (Fonte: Acervo do FAMS, Santos, SP).

¹⁵¹ O bairro do Estuário surgiu do retalhamento do grande bairro Macuco em 1968. Desde esta época limita-se por três grandes avenidas, Siqueira Campos, Portuária e Afonso Pena. Em 1982 o bairro tinha dois mil habitantes, abrigando casas populares, chalés centenários, comércio, outras escolas, igrejas, pátios de contêineres para o carregamento do porto, armazéns, pronto socorro e duas escolas de samba do carnaval santista. No mapa do Apêndice B foram feitas as indicações da escola, pronto socorro, armazéns do porto, faculdade e clube onde os alunos realizavam suas práticas de Educação Física.

¹⁵² Havia também uma rixa que se alternava em revide, entre os jovens das casas populares deste bairro com os moradores da Praça Coronel Fernando Prestes localizada no Bairro do Gonzaga, descrita no jornal a Tribuna de Santos, como violência naquela época: “Numa semana, 20 a 30 meninos da *Pracinha* iam até as Casas Populares armados de pau, estilingue e muita disposição de mostrar a força do seu punho e o quanto eram doidos os seus pontapés” (ESTUÁRIO, 1982, p. 1). Da década de 1980 em diante, esta violência acentuou-se em função da expansão do tráfico de entorpecentes.

Em 1965, tornou-se "Grupo Escolar Professor Suetônio Bittencourt Jr.¹⁵³", como uma homenagem ao Delegado de Ensino da época (figura 6.3). A escola neste momento oferecia quinze salas de aula, em dois turnos para alunos de primário (crianças de sete a dez anos).

O direcionamento da política para a democratização do ensino secundário, enunciado com a promulgação da Lei nº 10.307, de 10 de dezembro de 1968, permitiu que nos anos seguintes fossem recebidos, nas primeiras séries ginasiais de todo o Estado, 176.669 novos alunos aprovados em exames unificados de admissão. Esse aumento de contingente no número de matrículas, 29,57% em relação a 1968, obrigou a criação de novos estabelecimentos de ensino de grau médio; ao todo 166 ginásios estaduais (1.º ciclo) em São Paulo.

Na esteira dessa política de expansão da rede escolar, um dos estabelecimentos criados com a promulgação do Decreto nº 51.334/1969, foi o Ginásio Estadual do "Maracanãzinho", instalado no mesmo prédio desse Grupo Escolar; tendo como sua diretora a Professora Maria Luiza de Queiroz Mello Bonfanti, cuja atuação estendeu-se até 1971, como atestaram os documentos do acervo da escola.

O primeiro corpo docente do ginásio assumiu as seguintes disciplinas: Maria Isabel Lopes (Língua Portuguesa); Sebastião Nunes, (Matemática), Maria Nilce e Assis H. Costa (História); Nelson Augusto dos Santos (Ciências), Nilda Lobue (Francês); Eugênia Junqueira Santos (Desenho); Maria Yvone Perazzo (Geografia). No início do funcionamento do ginásio não havia professores de Educação Física.

Como uma forma de atender ao Decreto-Lei nº 705/1969 quanto à obrigatoriedade das aulas de Educação Física, em janeiro de 1970, observou-se no

¹⁵³ Suetônio Bittencourt Jr., patrono da escola pesquisada, nasceu em Itapira, São Paulo, em 25 de julho de 1901. Diplomou-se pela Escola Estadual de Pirassununga e ingressou no magistério estadual em 25 de julho de 1925, ocupando sucessivamente os cargos de Professor Primário, Diretor de Grupo Escolar, Inspetor e Delegado de Ensino, nas cidades de Assis, Franca, Araraquara e Santos. Foi pesquisador, filatelista, historiador, realizou muitas conferências. Faleceu a 03 de setembro de 1965, quando exercia o cargo de "Delegado de Ensino de Santos".



Fig. 6.3 – Fachada da atual Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr, que mantém sua arquitetura original com poucas alterações. Antes da década de 1980 não existia o muro, existia um jardim suspenso circundando a escola, contido por uma mureta, ocupando da calçada à parede das salas de aula. Na altura do que atualmente é a rua, existia uma vala, que separava a escola da rua sem calçamento. Escolano (2001) sugeriu que a muralha ou o muro seriam um cerco institucional que delimitavam a coletividade escolar. Na concepção arquitetônica inicial, a delimitação institucional era representada pela vala e pelo jardim suspenso, uma tentativa de impedir os alagamentos. Já na década de 1980, a construção do muro, não foi apenas uma demarcação, mas uma defesa da escola contra os apedrejamentos. Foto de autoria própria. (Fonte: Acervo da autora).

livro de ponto docente o registro de aulas dadas, tanto femininas quanto masculinas, por vinte e seis professoras diferentes e dezenove professores. Percebeu-se que eram aulas avulsas e que a maioria desses professores, não tinha formação na área, por lecionarem também outras disciplinas. Em 05 de fevereiro do mesmo ano, assumiram como professores efetivos de Educação Física, Delcídes Rocca com dezoito aulas, no período vespertino; Maria Diva Pires com vinte e quatro aulas no vespertino e doze aulas no período noturno e foi admitido Sérgio Nunes com doze aulas no período noturno¹⁵⁴.

Apesar de já trabalharem na escola, o primeiro grupo de professores efetivos, somente tomou posse em 01 de agosto de 1970. Já os professores de Educação

¹⁵⁴ As informações sobre professores e funcionários foram encontradas no Livro-Ponto Docente, de 1969 e no Livro de Posse de Funcionários do período de 1969-1981. Cf. Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

Física, Delcídes Rocca e Maria Diva Pires fizeram a promessa de “serem fiéis à causa do ensino, cumprir as leis vigentes e os deveres do seu cargo”, em 18 de agosto de 1971, e em 01 de julho de 1972, respectivamente; conforme consta no Livro de Posse de funcionários (1969- 1981), do arquivo da unidade.

Comparando a data de inauguração da escola e a contratação do quadro de pessoal (primeiros serventes em setembro de 1969, secretário em março de 1970 e inspetores de alunos somente após dezembro de 1973), ficou a dúvida de como era feita e paga a manutenção¹⁵⁵ da unidade, e de como se organizavam os sujeitos educacionais para reger não somente as disciplinas, mas a disciplina como um todo neste ginásio.

Para Souza (1998), a criação dos grupos escolares-ginásio entre 1968-1969, ensaiou os primeiros passos em direção ao ensino primário de oito anos, previsto na Constituição de 1967 e efetivado com a Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971b) ou Reforma de primeiro e segundo graus, que consagrou a extensão da escolaridade obrigatória no país.

Entretanto para os sujeitos educacionais, este percurso foi sofrível. Ao integrar o primário e o ginásio, o ensino de primeiro grau pressupunha um gradativo ajustamento, exigindo toda uma reconfiguração da escola não somente em sua organização geral, de escrituração, funcionários, docentes, direção e currículo, mas também uma adequação da demanda a estrutura física.

6.3. O funcionamento do ginásio: evidências das práticas da escola

Em termos de espaço, o prédio que sediava o grupo escolar em dois períodos passou a atender também alunos de ginásio. Devido a pouca disponibilidade de salas de aula e espaço, houve o desdobramento dos períodos em turnos. De manhã, funcionava o grupo escolar e a tarde e a noite, o ginásio. Entre os anos letivos de 1969 e 1970, o período da tarde do ginásio, foi ainda desdobrado em turnos: intermediário e diurno, com quatro salas mistas de primeiro ano ginasial, com

¹⁵⁵ Talvez a resposta esteja no fundo angariado pelas Caixas Escolares.

mais de 45 alunos registrados¹⁵⁶ por turma. Para Cavaliere (2007), a tradição escolar de organização brasileira tem sido em turnos parciais de até quatro horas, entretanto em momentos como este, admitiram-se oficialmente jornadas de menos de quatro horas, e até duas horas e meia, vistas como temporárias e excepcionais.

A tabela 1, a seguir, refletiu o aumento do oferecimento de salas do ginásio em 1969 até 1973, quando o prédio da escola foi interditado em função do perigo eminente de desabamento do telhado. O número de alunos por sala variava entre 30 a 50 alunos, embora não fosse claro, na documentação pesquisada, o quanto destes estudantes por sala eram realmente frequentes.

Tabela 1 – Nos limites das possibilidades da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. (1969-1973)

ANO LETIVO	SALAS (ano ou série)	SALAS TOTAIS
1969	04- 1º ginásio	04
1970	07-- 1º ginásio	10
	03 – 2º ginásio	
1971	07- 1º ginásio	12
	03 – 2º ginásio	
	02 – 3º ginásio	
1972	03- 5ª séries	12
	04- 6ª série	
	03- 7ª série	
	02- 8ª série	
1973	06- 5ª séries	24
	08- 6ª série	
	06- 7ª série	
	04- 8ª série	

Fonte: Livros de Atas de Exame (2969-1972) e Livros de Atas de Resultados Finais (1969-1973).

Percebe-se pela tabela 1, que a abertura de salas (de quatro em 1969 para 24 em 1973) fez com que a escola sofresse um inchaço sem a devida preparação para isso. O aumento progressivo de alunos no ginásio tornou-se uma situação crítica, necessitando que algumas medidas provisórias fossem tomadas. Até a metade da década de 1970, o ginásio foi disponibilizado em três períodos, de cinco turnos com três horas, com aulas também aos sábados. O intervalo entre os turnos era de cinco minutos, tempo escasso para qualquer reorganização ou limpeza nas salas e outros espaços. As turmas dos próximos turnos ficavam esperando na praça

¹⁵⁶ Vale lembrar que durante o decorrer do ano letivo de 1973, muitos alunos que constavam como matriculados, não eram frequentes, transferiram-se para outras unidades ou mesmo evadiram-se.

em frente à escola, e muitas vezes esta troca de alunos em turnos era congestionada, necessitando de intervenção da Direção¹⁵⁷.

Outra dessas medidas provisionais para adequar a demanda de alunos às salas, foi a remoção de algumas paredes internas, ampliando as salas mais próximas à entrada/saída da escola, em 1971, para comportarem as turmas de até 50 alunos (figura 6.4).

Para Frago (2001, 2005), o significado que os espaços ocupam vão além do utilitarismo; sua localização, destinação da disposição física, seu papel no controle da passagem e da permanência e nas tarefas escolares, revelam hierarquia, valores, princípios de ordem e de classificação, representações, linguagem, significados simbólicos ou reais (mais ou menos evidentes), e as diferentes concepções que se tem sobre a natureza de sua finalidade ou função.

Neste sentido, pode-se questionar o excessivo aproveitamento do espaço em turnos e o comprometimento com o ensino oferecido pela unidade, de uma forma geral e especificamente em relação à Educação Física, interrogando qual o espaço que essa “matéria do núcleo comum de primeiro grau” (SÃO PAULO, 1973), ocupava em todo o movimento de expansão do ensino.

A organização escritural¹⁵⁸ neste período acompanhava a precariedade do funcionamento do ginásio, eram poucas as inspeções registradas, remontando um total de dez em três anos letivos. Nestes relatos, a maior preocupação era com a documentação dos alunos, prontuários, exames de admissão, matrículas, transferências, situação de funcionários e professores, com suas ausências e a limpeza da unidade.

¹⁵⁷ A postura da Direção da escola era diferente da atual. Era hierárquica e distante do contato com os alunos. “Ir para a Direção” ou “a Direção intervir” era uma situação especial dentro da escola, que causava temor ou respeito.

¹⁵⁸ Os dados sobre a organização escritural da escola e da Educação Física foram obtidos a partir das Atas de Exames Finais dos anos de 1969, 1970, 1971 e 1972, registrados no Livro de Atas de Exame; no Livro de Atas de Resultados Finais, do ginásio diurno do período compreendido entre 1969-1973 e na prospecção dos prontuários de alunos. Com relação às inspeções, os documentos foram encontrados no Livro de Termos de Visita de Inspeção, que abrange o período 1969-1971. Cf. Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

O que restou da escrituração da Educação Física em termos de currículo e de prescrição, contrariava a legislação, ou seja, de que a Educação Física poderia reter¹⁶⁰ o aluno em função de sua baixa frequência às sessões. Entre 1969 e 1971, para algumas turmas de mesma série, mas de turnos diferentes; as sessões eram oferecidas¹⁶¹ e para outras não. Inexistia um registro sistemático de frequência nas práticas, nos períodos entre 1970-1972, 1974-1977, enquanto que nas outras disciplinas, existia um apontamento, na medida das possibilidades da escrituração desta escola, mais acurado.

Embora pairando certo temor em relação à inspeção dos Delegados de Ensino e do Departamento da Educação Física, a incapacidade de absorção da unidade em responder a imposição da crescente demanda de alunos, sem o adequado número de funcionários para inspecioná-los, realizar a limpeza da escola e mesmo os serviços de secretaria, justificava-se a priorização de alguns serviços burocráticos, como a manutenção atualizada de documentação obrigatória, dos prontuários e livros-ponto de funcionários e de docentes. Esses documentos em ordem garantiam que as poucas inspeções realizadas nesta escola durante a década de 1970, conceituassem seu funcionamento como bom¹⁶².

¹⁶⁰ Entre 47 prontuários de alunos, somente em dois foram encontrados registros de faltas e de avaliação com notas de zero a dez. Nas Atas de Resultados Finais dos anos letivos citados, a Educação Física não aparecia.

¹⁶¹ Vale relatar algumas das situações do cotidiano escolar da unidade, que permaneceram nos registros. Em 1969 a Educação Física, apesar de ser obrigatória em todos os níveis de ensino já neste ano, não constou da grade. Em 1970, as sessões aconteciam de forma esporádica para algumas salas de 1ºs e 2ºs anos do turno diurno, assim como no noturno. No ano letivo de 1972, já com a nomenclatura alterada para Ensino Fundamental, a Educação Física era disponibilizada para todas as séries, do período diurno no contraturno. E ainda de forma irregular no período noturno. Entre 1973-1974, e nos anos letivos de 1978 e de 1982 foram encontradas informações nos prontuários, nos livros-ponto e na pasta de “Termos de visita de inspeção”, que certificavam que o ciclo II do Ensino Fundamental noturno tinha Educação Física. Essas variações da Educação Física na grade curricular foram ratificadas pelos documentos encontrados nos prontuários dos alunos; já que nos livros de ponto elas estavam devidamente registradas. Nos Livros de Ponto Docente de 1970 a 1972, não foi possível sistematizar um horário semanal das sessões por turma. No Livro de Ponto de 1974 que iniciava em 18 de fevereiro, foi observado que não houveram aulas de Educação Física masculina até 6 de março e feminina até 18 de março. Também durante este ano letivo, houve uma diminuição no número de turmas atendidas pelos professores Maria Diva e Delcídes. Essa redução também aconteceu durante o ano letivo de 1978. Inferiu-se que este fato ocorreu devido à oscilação do número de alunos na escola por transferências e abandono, o que possivelmente fazia com que os professores remanejassem os alunos restantes para outras turmas.

¹⁶² A situação mais próxima ao cotidiano escolar da unidade ficou evidenciada com inspeções realizadas com maior regularidade, ocorridas na década de 1980. Pode-se citar o Termo de Visita nº 56 de 5 de abril de 1982, que mencionava o Protocolo 1.142/1982-DES, Ofício 18/1982, que tratava do assunto “Desestruturação administrativa”. Aristóteles Câmara, supervisor de ensino, nesta data, escreveu como parecer sobre a unidade: “Ouvimos a sra. Diretora e constatamos que já estão sendo tomadas providências para o desenvolvimento do serviço da secretaria, que vem contar com a colaboração da Professora Elisabeth dos Santos Tavares, Assistente da Diretora Aldy Araújo Ribeiro”. Neste excerto percebe-se que houve a necessidade de um deslocamento de funções,

Quanto à Educação Física, a não sistematização dos dados, sugeria ainda o ocultamento de um grande número de ausências dos alunos às aulas, com o descumprimento do prescrito, sem possibilidade de retaliação.

Além das dificuldades enfrentadas com o uso excessivo em turnos do espaço, a desorganização escritural, a oscilação curricular, no ano de 1972, a escola teve como diretores: José Sodré de Oliveira e de Iracy Oliveira Alvarez (que permaneceu no cargo até 1978), e entre 1973 e 1974, passou por uma reforma não invasiva. Neste período, o prédio foi fechado, seu telhado foi totalmente trocado, houve pequenas intervenções em sua estrutura interna, mas sem descaracterizá-la¹⁶³, e os alunos foram transferidos para outra unidade próxima. Com as mudanças, muitos arquivos de alunos, funcionários e documentos da secretaria foram perdidos.

Esse extravio de documentos põe em questão a capacidade e o poder do controle da direção da unidade e suscita alguns questionamentos sobre a inspeção escolar, que havia visitado a escola apenas dez vezes, durante toda a década de 1970.

Por que em algumas unidades a supervisão escolar, a inspeção da Educação Física e até mesmo a inspeção do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)¹⁶⁴ era regular e em outras, não? Seria isso uma estratégia geral para manter o clima de tensão¹⁶⁵ e um acúmulo burocrático nas unidades? Será que a negligência era específica com esta escola ou será que a inspeção era preterida em outras escolas semelhantes a esta? Seriam os pareceres e informes gerados pelos supervisores efetivamente uma forma de controle e centralização do Estado militar sobre o que ocorria nas escolas? Enfim, até que ponto a supervisão estava estruturada para desempenhar seu papel fiscalizador das regulamentações, de

mesmo que provisório, para organização da secretaria. Cf. Livro de Termos de Visita de 1969, 1971 e 1982, existente no Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

¹⁶³ Na década de 1980 a escola ganhou um muro, o jardim suspenso foi retirado, seu espaço foi cimentado e tornou-se um corredor de circulação de funcionários. Posteriormente à periodização deste estudo, na área do antigo jardim suspenso, foram feitas ainda, uma garagem para a Direção e uma Casa de Zeladoria. O espaço central também foi cimentado e ganhou demarcações de quadra poliesportiva, conforme explicitado posteriormente no texto.

¹⁶⁴ O DEOPS era uma repartição do governo estadual, similar ao mesmo órgão de âmbito nacional, que controlava e reprimia movimentos políticos e sociais que se posicionassem contra o regime da ditadura militar. Também instaurava sindicância e realizava fichamento policial de professores, alunos, diretores e funcionários e de escolas da rede. A E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr. não consta dos arquivos, entretanto a Escola Canadá, estudada anteriormente foi fichada por este departamento, assim como seu Diretor Edésio Del Santoro. O historiador José Esteves Evagelidis (2011) investigou este tema, em sua dissertação de mestrado.

¹⁶⁵ Para Bentham (2008), o idealizador do Panóptico, o objetivo do princípio da inspeção era o controle: não da suspeita que foi feito algo inadequado, mas da certeza de que seja lá o que for feito, será sabido, mesmo que não seja o caso.

gastos, da burocracia, da orientação pedagógica e do acompanhamento do trabalho docente nas escolas?

As visitas de inspeção passaram a ser mais incisivas no ano letivo de 1982, segundo os registros encontrados nos Livros Termos de Visita de Inspetor, conforme o arquivo da escola. No período compreendido entre 22 a 25 de março do ano citado, aconteceram seis inspeções nos vários períodos de aula. Uma delas para observar a aplicação da “Avaliação Psicopedagógica Social da Assistência ao Escolar”, outra para verificação de documentos como livro de matrícula, histórico de alunos, entrega de protocolos e avaliação geral do funcionamento da escola em todos os períodos. Também foram feitas duas vistorias noturnas, sendo que em uma delas foi constatada a falta geral dos alunos e de dois professores, no período; e na outra uma baixa frequência discente. Logo após, no dia 5 de abril foi realizada nova visita para tratar do assunto: “Desestruturação administrativa” e providências. O clima de controle e de tensão pelo governo militar, declarado pela literatura tecnicista, até então não havia sido indiciado com tanta evidência, pelos documentos encontrados no acervo dessa unidade.

No ano de 1982 ocorreram mais de sessenta visitas de supervisão e em 1983, aproximadamente cinquenta. Vale ressaltar, que em 8 de dezembro deste mesmo ano, foi realizada uma inspeção da comissão sindicante¹⁶⁶ com convocação de funcionários e professores, sendo que neste meio tempo a escola foi assaltada.

Ainda com relação às inspeções escolares focando a Educação Física, em 1971 foi comunicado a dispensa de uma professora da área para ficar à disposição da DEFE. Em várias visitas de 1982 a 1984 foi assinalado acompanhamento da realização dos exames medico-biométricos, da contratação do médico à finalização desses protocolos. Também foram assuntos dos relatórios: o levantamento de material de Educação Física existente na escola e uma atribuição irregular de aulas da área a um professor, que não as ministrou. O encaminhamento da reposição

¹⁶⁶ Durante a defesa da tese a Profa. Dra. Maria Aparecida Franco Pereira inqueriu sobre os motivos desta sindicância. A documentação existente na escola aponta que ela se originou dos fatos relatados no Prot. 2.823/1983- DES, que não foram explicitados. Sobre este assunto, somente houve condições de levantar que foram oito visitas de esclarecimento, ocorridas entre 14 e 28 de dezembro. Cf. no Livro Termo de Visitas dos Supervisores Pedagógicos de 1983 a 1986, existente no Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr. Vale ressaltar que o motivo da sindicância na escola é intrigante e poderia ser desvendado com auxílio da Diretoria de Ensino local. Entretanto, como o órgão já havia sido procurado para solicitação de autorização de pesquisa em 5 de maio de 2011, Protocolo nº 3.670/2011; e em 12 do mesmo mês, o pedido havia sido negado, com a justificativa de que no momento a repartição não possuía funcionários para selecionar o material requerido, bem como realizar acompanhamento; não se pôde avançar neste sentido.

dessas aulas foi assunto de quatro visitas de supervisão. Outras preocupações dos supervisores eram em relação à definição dos horários das aulas e principalmente se havia documentação nos prontuários de alunos, já protocolada para dispensa por motivo de trabalho. Esse tema gerou, além de inspeções regulares, algumas averiguações especiais.

Toda esta problemática sobre os órgãos de supervisão e inspeção¹⁶⁷ relatada resumidamente, mereceria um maior aprofundamento, que infelizmente não coube a esse trabalho, mas que representaria um avanço no entendimento de como era esse controle, especialmente no processo de escolarização da Educação Física.

Com o retorno ao prédio, foram feitas manifestações de alunos, pais e professores, para a fusão entre o grupo escolar e o ginásio, as “famosas ‘paneladas’ reivindicatórias” de Santos (MOREIRA, 2010).

Em 23 de janeiro de 1976 ocorreu a coalizão de todas as séries de primeiro grau e a unidade passou a ser denominada de “EEPG Prof. Suetônio Bittencourt Jr.”, com classes de primeira a oitava séries, situação semelhante aconteceu na Escola Canadá.

Entre 1976 e 1977, várias publicações no Diário Oficial do Estado assinalaram que estavam vagos diversos cargos para professores efetivos em várias matérias na EEPG Prof. Suetônio Bittencourt Jr., o que sinalizava novamente um aumento no contingente de alunos na unidade.

Além da ampliação de vagas e do contingente de alunos, da oscilação no número de turnos, da troca de nome da unidade e de instalações em função da reforma do telhado; sua administração sofreu modificações de direção, substituições, remoções e nomeação de assistentes de direção. O conjunto formado pela rotatividade administrativa, pelo grande número de licenças e afastamentos¹⁶⁸,

¹⁶⁷ Denise Guilherme Silva (2004) esclareceu em sua dissertação que o que definia a quantidade de inspetores entre as décadas de 1930-40, não era somente a quantidade de municípios, mas a densidade demográfica. Em seu estudo, elencou a região de Santos, com cinco inspetores entre 1933-1943. Número considerado alto, já que a região de Campinas e Ribeirão Preto tinham seis, cada uma. Mesmo assim, a quantidade de funcionários não era tão significativa para atender a dispersão de municípios do litoral sul, que compunham a região santista. Também é interessante ressaltar que nos Livros de Termos de Visita da EEPG Prof. Suetônio Bittencourt Jr., até o ano de 1982, esse profissional era denominado inspetor e ao comparecer as escolas, realizava o preenchimento de um formulário, com seu parecer sobre cada unidade. De 1983 em diante, esse profissional passou a ser denominado de supervisor e tratava não somente de assuntos de inspeção, mas de assuntos pedagógicos da escola visitada.

¹⁶⁸ O Livro de Entrada e Saída de Processos de 1972 a 1986 mostrou vários requerimentos de funcionários e professores solicitando dispensas, abono de faltas, afastamento por motivo de saúde, licença prêmio, aposentadoria, entre outros protocolos relacionados à vida profissional, da

tanto de professores quanto de funcionários entre 1978-79 e 1981-83; acrescido das condições adversas de oferecimento de infraestrutura; evidenciou que muito do que se intencionava realizar nesta escola, não encontrou condições propícias para se desenvolver, permanecer e sequer ser aprimorado. Essas descontinuidades continuaram até o final da periodização deste estudo.

6.4. Os Professores de Educação Física

Diferentemente de professores como Yolanda Baldia e Guaraná da Costa Rodrigues, prestigiados pela comunidade e mídia por suas atuações na Escola Canadá; os sujeitos educacionais desta unidade encaixam-se neste perfil:

Sabemos que você, professor de Educação Física, será o executante de uma tarefa que não ganhará manchetes e que, por tão anônima, se reveste de um significado ainda mais transcendental. Mas sabemos que podemos contar com sua participação (MARQUES, 1972, p. 5).

O primeiro professor efetivo de Educação Física Masculina da unidade foi Delcides Rocca¹⁶⁹, iniciando sua atuação em 14 de janeiro de 1971, quando foi publicada a remoção do Colégio Primo Ferreira para o Ginásio Maracanãzinho. Ao final do ano letivo de 1974, passou a ser Professor III. Na promoção por merecimento, publicada ao final de 1975, sua classificação foi para 196, com pontuação obtida pelo que se denominava “eficiência no cargo” mais “aperfeiçoamento funcional”. Nesta época acrescentava-se a pontuação, na condição de desempate com outros professores, a antiguidade no cargo. No caso de Delcides Rocca, seis anos na rede, sendo quatro no Ginásio Maracanãzinho.

Em 1976, foi promovido do grau A para o B, e em 1980 recebeu nova promoção por merecimento. No ano de 1981, o Prof. Delcides reduziu sua jornada

equipe que trabalhava na unidade. Os Livros de Ponto de 1969 a 1974 e os Livros de Termo de Visita de Inspeção, em especial o de 1982, revelaram a rotatividade dessa equipe na escola.

¹⁶⁹Nasceu em Guariba na década de 1940. Veio para Santos no início da década de 1960, acompanhando a irmã Rosinha Viegas, que já trabalhava como professora efetiva de Educação Física feminina, no Ginásio Estadual Primo Ferreira desde 1959. Delcides iniciou sua docência nessa mesma unidade, em 1969, lecionando no ginásio, vinte e uma aulas semanais e, no colegial, quinze aulas.

de trabalho na escola, para parcial; pediu algumas licenças, ficando na escola até o final da periodização deste estudo.

Outros professores, com algum tipo de formação na área, atuaram na escola como contratados, no período de 1972 a 1980, conforme registro nos Livros-Ponto de docentes. Dentre eles: Marta Garcia Rocca e Rosinha Viegas, irmãs de Delcides; Marilisa Pellegrine Oliveira; Ricardo Chiquito Ortega; Maria Aparecida Peixoto Sobral; Antonio Celso Ricciardi, Suzeli José Francisco, Maria Lúcia Marques Henriques, Regina Célia A. Queiroz, Vicente Bonachella, Elizabeth Faria Mendes e, Izidra Lúcia de Souza Pinto e Pedro Vilas Boas, esses dois últimos tornaram-se professores efetivos da unidade em fevereiro de 1977.

Destes, uma história destacou-se, por estar articulada à formação superior e à profissionalização na área: a de Rosinha Viegas¹⁷⁰, Professora de Educação Física feminina e irmã mais velha do professor Delcides. A rede de conhecimentos que Rosinha formou ministrando aulas de Educação Física nas escolas públicas e particulares de Santos, como professora contratada e eventual, permitiu com a adesão de outros professores da área, a organização de diversos torneios de Educação Física para escolares, fora do horário letivo, nas instalações do “Brasil Futebol Clube”¹⁷¹.

Inferiu-se que esta proximidade tenha sido relevante na viabilização das sessões de Educação Física da escola nas instalações do “Brasil Futebol Clube” e mais ainda, na organização da “Sociedade Civil de Educação Física de Santos” (uma associação de classe a qual Delcides foi um dos sócios até 1977) que

¹⁷⁰ Rosinha Viegas normalista, especializada em Educação Física pela Escola Superior de São Carlos e jogadora de basquete do São Carlos Clube, foi aprovada no concurso de 1959, tornando-se professora efetiva no Ginásio Estadual Professor Primo Ferreira, localizado na Vila Belmiro, próximo ao Santos Futebol Clube. Para complementar sua carga horária, escolheu aulas em várias escolas públicas (MELO, 2004, p. 53) como professora contratada e como professora substituta eventual. A afinidade com a ginástica rítmica e de solo, o conhecimento técnico e prático do basquete, associados a seu empreendedorismo e conhecimentos com o poder político vigente, colaboraram para que fundasse a primeira Faculdade de Educação Física do Brasil, em Santos. Pois até, 1969 os cursos eram realizados em Escolas Superiores. Com a inserção de outros cursos a Faculdade evoluiu para a Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), existente até a atualidade.

¹⁷¹ Fundado em 1913 por companheiros de trabalho da Cia Docas de Santos, sua primeira sede foi no centro da cidade. Durante sua existência enfrentou diversos problemas financeiros, e talvez seja esta a motivação para sublocação. Na edição comemorativa de seus 79 anos, encontrada no acervo do clube, seu presidente ressaltou que o “Brasil Futebol Clube” deixava de ser um “clube de aluguel” (BORGES, 1992, p. 3), voltando-se exclusivamente ao quadro associativo e às escolinhas de iniciação esportiva. .

colaborou para a fundação da Faculdade de Educação Física de Santos (CENTRO E ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS BANDEIRANTE, 1973; MELO, 2004).

A Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS) funcionava atrás do “Brasil Futebol Clube” ¹⁷², e usava o mesmo espaço esportivo da agremiação. No acervo do clube havia evidências de sinergia entre a FEFIS e as “escolinhas de modalidades do clube” e da participação dos alunos de escolas públicas em certames resultantes da parceria entre o clube, a faculdade e outros patrocinadores da cidade. Pode-se dizer que era possível algum tipo de entrosamento entre os professores e “aqueles alunos das escolas” que iam realizar as sessões no clube, os futuros formandos da FEFIS e as “escolinhas de modalidade” oferecidas para diversas faixas etárias. Nessa perspectiva, seria relevante aprofundar-se no questionamento sobre até que ponto a Educação Física escolar poderia tornar-se o celeiro de futuro atletas. Embora essa indagação extrapole os limites da tese, é uma problemática que mereceria um maior escrutínio. Destaca-se esse caso em particular, no qual algumas escolas estaduais, o clube e a faculdade conviviam no mesmo espaço, no sentido de entender não somente o papel da Educação Física no currículo escolar da época, mas o quanto e como uma sinergia como a descrita, aproximava ou não o saber do ensino superior ao saber escolar.

Assim como na Escola Canadá, também foi feito um levantamento de quais professores de Educação Física atuaram na Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr., enfocando o período de 1970-1983, explicitado no quadro 3, a seguir:

¹⁷² A Faculdade de Educação Física somente deixou de ocupar as instalações do “Brasil Futebol Clube” em 1999.

Quadro 3- “Professores de Educação Física da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. entre 1970-1983”

PROFESSORES	1970		1973		1974		1978		1980		1981		1983	
	2ºGrau	Nº	Fundam./ Séries	Nº	Fundam./ Séries	Nº	Fundam./ Séries	Nº	Fundam./ Séries	Nº	Fundam./ Séries	Nº	Fundam./ Séries	Nº
Delcídes Roca	Ginásio	9 tur	5ª a 8ª	6 tur	5ª a 8ª	8 tur	5ª a 8ª	6 tur	5ª a 8ª	6 tur	5ª a 8ª	6 tur	5ª a 8ª	6 tur
Maria Diva Pires	Ginásio	18 tur	5ª a 8ª	12 tur	5ª a 8ª	11 tur								
Sérgio N. Gomes	Ginásio	6 tur	5ª a 8ª	3 tur										
Maria Lúcia M.H			5ª a 8ª	4 tur										
Izidra Luzia Souza Pinto							5ª a 8ª	13 tur	5ª a 8ª	13 tur	Licença maternid		5ª a 8ª	7 tur
Pedro Vilas Boas							5ª a 8ª	6 tur	5ª a 8ª	6 tur	Afastam 202		5ª a 8ª	
Regina C. A. Queiroz									5ª a 8ª	7 tur				
Vicente Bonachella											5ª a 8ª	4 tur		
Elizabeth Faria Mendes											5ª a 8ª	8 tur		
TOTAL		33 tur		25 tur		19 tur		25 tur		32 tur		18 tur		

Fonte: Livros- Ponto de Docente da unidade

Fundam.-Ensino Fundamental, equivalendo a 5ª a 8ª séries.

Tur- Turma, nomenclatura da escola. Não é turma de treinamento, como na escola anterior.

Em 1974 e 1978, o número total de turmas variou para menos, durante o ano letivo, em função de evasão e transferências de alunos. Os poucos alunos que compunham determinadas turmas que deixaram de existir, foram remanejados para outras turmas, em outros horários.

Observa-se pelo quadro 3 (p. 249) que Delcides Rocca foi o único professor que constou durante toda a periodização deste estudo. Pode-se considerar a presença do professor perante a todas as instabilidades pelas quais passou a unidade, como uma das poucas permanências.

Houve uma variação do número de turmas totais ao longo dos anos, sendo que as turmas femininas sempre estiveram em maior número. Em relação ao “Canadá”, o número menor de professores atuantes da área era esperado, em função da diferenciação de porte das duas escolas.

Embora em 1973-1974 os alunos da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. tivessem sido deslocados para outro prédio, devido à troca do telhado; numa comparação entre ambas as escolas Canadá e Suetônio, a década de 1970 foi o período que apresentou o maior número de turmas de Educação Física escolar, entre as práticas com alunos de salas regulares e o oferecimento de turmas de treinamento.

Quanto à burocracia da documentação docente, pela análise dos livros-ponto dos professores, de certa forma a escola acompanhava o prescrito.

6.5. Evidências de práticas de Educação Física: as especificidades desta unidade

Para Goodson (1995) é importante na história do currículo de uma disciplina ou prática que não se detenha os estudos somente nas deliberações conscientes e formais, a respeito do que deve ser ensinado na escola. É relevante que, além das leis, regulamentos, instruções, normas e guias curriculares se:

...investigue também os processos informais e interacionais pelos quais aquilo é legislado, é interpretado de diferentes formas, sendo frequentemente subvertido e transformado (GOODSON, 1995, p. 9).

Embora a quadra seja um espaço emblemático da Educação Física, em sua ausência como espaço específico (ou mesmo vivido pelos alunos), foram estudados outros indícios existentes no acervo da escola e no “Brasil Futebol Clube”, como: as fichas de Educação Física e os exames biométricos; os espaços alternativos disponíveis para uma possível prática; evidências de materiais e equipamentos

usados nas sessões; espaço reservado a seu armazenamento; o papel da gestão; troféus¹⁷³; livros didáticos sobre a área na sala de leitura/biblioteca escolar, termos de visita de supervisão e reunião pedagógica, e afinidades com determinadas práticas e formação dos professores.

A somatória destes itens colaborou para o entendimento de como a Educação Física foi configurada no período de expansão de matrículas, na realidade de uma escola, na qual o oferecimento do ginásio/5ª a 8ª séries havia sido recente, com alta rotatividade de funcionários e direção, sem um espaço próprio para as práticas dentro do prédio escolar.

6.5.1 Convênios: a Educação Física em busca de espaço para suas práticas

O Decreto Federal nº 69.450 (BRASIL, 1971c) racionalizava e organizava a prática da Educação Física como uma solução matemática¹⁷⁴ quanto à inadequação e/ou inexistência de infraestrutura na grande maioria das escolas públicas nacionais.

O “Diagnóstico da Educação Física/Desportos” no Brasil (DaCOSTA 1971), ao mostrar um elevado índice de associações esportivas em todo o país, cujas instalações estavam de certa forma subaproveitadas, indicava um possível recurso para que se cumprisse a obrigatoriedade em relação à prática. Essa constatação permitia por meio de negociação entre os clubes e as escolas, solucionar o problema da infraestrutura da Educação Física escolar, em termos nacionais.

Na cidade de Santos, o uso da praia e o já tradicional empréstimo ou locação das instalações de clubes esportivos e recreativos da cidade, para escolas em dias e horários combinados eram procedimentos comuns, antes da publicação do decreto e do diagnóstico, sendo confirmado pelo depoimento da Profa. Rosinha Viegas à jornalista Lídia Maria de Melo, sobre as aulas de Educação Física em Santos desta época:

¹⁷³ Foram encontrados 24 troféus na biblioteca da escola, conquistados em competições esportivas posteriores a periodização do estudo. Excetuando a participação em modalidades individuais de atletismo, nas quais alguns alunos nos campeonatos colegiais da década de 1970 destacaram-se; inferiu-se que a inexistência de troféus de equipe, que ficam normalmente nos acervos escolares, deveu-se a pouca visibilidade do esporte ou de práticas de Educação Física coletivas, desta unidade, no período estudado.

¹⁷⁴ Um exemplo de solução matemática para ocupação do espaço pelo aluno na sessão de Educação Física é o artigo IV, desta legislação: “- Quanto ao espaço útil, dois metros quadrados de área por aluno, no ensino primário, e três metros quadrados por aluno, no ensino médio e no superior” (SÃO PAULO, 1985, p. 118).

Para os alunos das escolas estaduais que não tinham quadra de esportes, as aulas eram ministradas nas instalações do “Brasil Futebol Clube”, no Bairro de Aparecida. A agremiação tinha como endereço oficial a Rua Jurubatuba, 80, mas ocupava uma extensão compreendida entre essa rua, a Arabutan e a Primeiro de Maio (MELO, 2004, p. 59).



Fig. 6.5 – O “Brasil Futebol Clube” localiza-se até a atualidade, no bairro vizinho “Aparecida”, a aproximadamente 600 m da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr. Espaço e instalações para a prática de modalidades como o Atletismo, o Basquete, o Vôlei e o Futebol, que não eram possíveis de serem disponibilizados em todas as escolas públicas da época, década de 1970. Foto de autoria desconhecida. (Fonte: Acervo do Brasil Futebol Clube, Santos, SP).

Com o acerto feito entre a escola e o clube a partir de 1972, a “*prática educativa*” obrigatória do Ginásio do Maracanãzinho passou a ser realizada em turno diferenciado do período letivo e fora da escola, no “Brasil Futebol Clube”.

A figura 6.5 mostra um jogo de futebol entre escolares realizados no campo do Brasil Futebol Clube na década de 1970. Além dessa prática esportiva, outros saberes escolares ligados à iniciação também eram incentivados no espaço do clube como o basquete, o vôlei e com pouca intensidade o handebol, nas modalidades coletivas, e o atletismo, como modalidade individual. O clube esporadicamente promovia eventos esportivos locais, incentivando via professores e divulgação em jornal, a participação das escolas da região.

O deslocamento dos alunos para um local propício à prática esportiva forneceu margem a leituras contraditórias. Uma delas foi o questionamento a respeito de qual território o corpo ocupava na escolarização desse período, sem tempo ou espaço próprios dentro da instituição educativa. A segunda buscou a motivação discente para as práticas; a terceira referiu-se ao questionamento sobre como se efetivavam as práticas realizadas dessa forma, em contraturno e em outro local.

Aprofundando as indagações sobre qual o território que o corpo ocupava na escolarização, aquele aluno que freqüentava a escola submetia-se a ser disciplinado pelo conhecimento enfrentando entre outras adversidades, as lotações das salas. Entretanto em relação à Educação Física, o aluno encaminhava-se por sua vontade à prática esportiva (como os prontuários desta época mostraram), em local adequado: um clube. Nesse sentido, questiona-se como a escola poderia ser um espaço de apropriação dos saberes da área pelos alunos, se as sessões ocorriam fora do espaço/tempo formais e segundo o arbítrio dos estudantes. Resta então, discutir as formas de motivação para o deslocamento ao clube e as resistências.

Enfocando a questão da motivação intrínseca, para Carniel e Toigo (2007), o aluno que se desloca, já aceita procurar o conhecimento, sabendo que este fato demandará algum esforço, mas que é um processo que comporta alguma satisfação. Alguns escolares desse ginásio estimulavam-se pelas práticas, pela possibilidade de competir, treinavam além das sessões, e alguns se destacaram no Atletismo, como visto *a posteriori*, em notícias publicadas em jornal local sobre o desempenho do Ginásio Maracanãzinho nesta modalidade.

Em relação ao fomento extrínseco, Prates (2008) rememorou que as classes populares em Santos mantinham-se alijadas de alguns esportes de elite, em função dos custos materiais que implicavam determinadas práticas e da dificuldade de assimilação de códigos de conduta estranhos a este grupo; de modo que, para esta autora, as práticas esportivas na cidade desenvolveram-se “como um elemento para diferenciar não só um novo tempo como também para expressar e identificar o posicionamento de um determinado grupo nessa sociedade” (PRATES, 2008, p. 68).

Por este viés, para algumas crianças e jovens do bairro Estuário, que brincavam nas várzeas e em terrenos baldios, ir a um clube, tradicional agremiação esportiva da Baixada Santista, para as aulas de Educação Física, representava uma oportunidade social, de encontro com pessoas e grupos de afinidades semelhantes

e de contato com códigos de conduta diferenciados. Entretanto, ambas as incitações positivas não podem ser generalizadas, pois as escriturações da unidade revelavam lacunas em relação à frequência às sessões, como anteriormente mencionado.

Outra discussão na década de 1980 sobre as razões que suscitavam ou não a frequência às sessões foi clarificada por Fox (1988). Pesquisando ex-alunos que tiveram como conteúdo nas práticas de Educação Física o ensino e aprendizagem dos esportes, o autor realizou algumas importantes constatações sobre a adesão ou não às práticas esportivas desses ex-alunos em sua vida adulta. O teórico categorizou-os em três grandes grupos: “os aproximadores”, aqueles estudantes que percebem compensações intrínsecas/extrínsecas no exercício/esporte; “os evitadores”, que o percebem como uma experiência potencialmente negativa e “os neutros”, que não têm fortes sentimentos sobre e, que são mais dependentes das circunstâncias sociais e ambientais, do que de convicções fortes em relação às práticas esportivas.

Fox (1988, p. 28) concluiu que sem um devido cuidado pedagógico na escolarização dos esportes pode-se “imaginar que ao sair da escola, a atividade física não se tornará um hábito para a maioria desse tipo de alunos, por causa das lembranças desagradáveis que eles têm”. Embora os conteúdos obrigatórios “passem” pela história de escolarização pessoal, os conteúdos vivenciados “ficam”. A iniciação esportiva sem um tratamento pedagógico adequado de seus conteúdos ou dos sentimentos que desperta (seleção, exclusão, competitividade, rivalidade, entre outros) quanto à faixa etária e ao contexto, pode ser um desalento para crianças e adolescentes, levado para sua vida adulta.

A resistência às práticas não era a única argumentação para as ausências dos alunos, existiam outras formas de subverter a obrigatoriedade da frequência, como usar o contraturno como justificativa. Nesse sentido, concordamos que as sessões de Educação Física dispostas em horário contrário ao das aulas regulares dos alunos, não tenham sido a melhor solução para o emprego do tempo escolar. Expande esta discussão Cavaliere (2007, p. 1032), ao asseverar que:

A manutenção da escola tal como ela é, ou seja, precária e quase sempre desinteressante, e a complementação no contraturno com atividades planejadas e praticadas fora dela são uma espécie de abdicação, de desistência da escola. Um reconhecimento tácito de que a escola não tem solução.

Esse “silenciamento” dissimulado, o descaso intencional ou a criação de artifícios para driblar as normas, também estavam entranhados na organização educacional de uma forma geral, e também nas aulas de Educação Física.

Um exemplo desses procedimentos foi a organização da carga horária semanal em meio às condições apresentadas para o ensino da Educação Física. A única sessão semanal, indicada na figura 6.6, era irregular em relação ao prescrito em 1971, pois contrariava as duas sessões semanais expressas na legislação paulista.

DIAS DA SEMANA	1ª AULA	2ª AULA	3ª AULA	4ª AULA	5ª AULA
Segunda	Port	Geo	Geo	Geo	
Terça	mat	Hist	Geo	Port	
Quarta	mat	Port	Port	Geo	
Quinta	Port	Hist	Mat	Mus	
Sexta	Geo	Port	Mat		
Sábado					Mus

OBSERVAÇÃO: O aluno deve chegar ao estabelecimento pelo menos cinco minutos antes da hora marcada, para início da primeira aula, e não se retirar, sem consentimento da diretoria, antes de fim da última aula.

Fig. 6.6- Boletim de notas e faltas de aluno de 1972, do arquivo da escola, onde foram encontrados os horários de aulas, sendo que para aquela turma de 5ªC, existia somente uma aula de “Edu”, realizada aos sábados, na quarta aula. Esse fragmento de horário letivo reforçou a idéia de que a Educação Física era pouco desenvolvida na prática cotidiana das escolas. Foto de autoria própria. (Fonte: Arquivo da EE Prof. Suetônio Bittencourt Jr., Santos, SP).

Segundo essa publicação a redução de carga horária semanal somente poderia ser efetivada mediante autorização das Divisões Regionais de Educação, em termos da Portaria CEBN de 27 de março de 1971, elencando itens justificativos de precariedade técnica, administrativa ou pedagógica da unidade.

A situação desta unidade não era uma ocorrência específica, repetia-se em outras escolas estaduais de primeiro grau da cidade (SÃO PAULO, 1985). A partir de 1973, observaram-se registros nos documentos do acervo escolar de três sessões semanais de Educação Física, em contraturno, sem aulas aos sábados.

6.5.2. Alguns materiais e equipamentos: estratégias didáticas da Educação Física

O apoio do MEC às atividades da DEF e do Conselho Nacional de Desportos (CND), em relação às verbas era restrito, não havendo critérios fixos para liberação ou orçamentação, segundo dados do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil (DaCOSTA, 1971). Também não existiam verbas específicas das Delegacias de Ensino Regionais para a compra de material de Educação Física. No final da década de 1960, além da arrecadação feita pelas “Caixas Escolares” junto ao alunado, era prática comum os professores das escolas também colaborarem com a compra ou doação de material para as unidades em que trabalhavam. Assim, os professores de Educação Física também se cotizavam para comprar redes de vôlei ou futebol (que deixou de ser conteúdo curricular ao final da década de 1970), bolas e outros materiais de menor durabilidade. Essa situação alterou-se na década de 1980. Foi encontrado no termo de visita de inspeção de 18 de junho de 1982 um pedido de levantamento de materiais de Educação Física existentes na escola

Existem no almoxarifado desta unidade escolar até a atualidade, equipamentos da década de 1970 e 1980, dentre eles: colchões, colchonetes, materiais usados em desfiles cívicos, balança Filizola¹⁷⁵, banco sueco¹⁷⁶, plinto¹⁷⁷ e halteres de ferro e jogos de tabuleiro de damas (figura 6.7). Esses materiais indiciam algumas possibilidades. A balança, instrumento da avaliação de desenvolvimento infantil, evidencia uma concepção de ensino baseado em um saber científico, que tinha como suporte os exames médico-biométricos.

¹⁷⁵ A primeira balança nacional foi fabricada artesanalmente em 1886 por Vicente Filizola. Em 1930, a primeira fábrica foi instalada na cidade de São Paulo, crescendo em ritmo acelerado na década de 1940. Em 1967, a fábrica da Filizola foi transferida para uma área de 20.000 m², no bairro do Pari na mesma cidade e, em 1971, foi inaugurada outra fábrica em Guarulhos, de balanças de grande porte.

¹⁷⁶ Banco confeccionado em madeira medindo de 2,0 a 6,0 m de comprimento X 30 cm de largura X 35 cm de altura. Pode ser usado em exercícios de equilíbrio do lado do assento e virado ao contrário, por possuir uma trave entre seus pés.

¹⁷⁷ Em formato de caixa retangular, com encaixe para empilhamento, o plinto é um equipamento de ginástica destinado ao treino de saltos.

A existência de colchões e colchonetes indica a possibilidade de que as práticas de ginástica e de atletismo pudessem acontecer na escola, em alguns momentos no espaço possível do refeitório, do palco e da área central da unidade, inicialmente composta de areia e árvores.

Mesmo que nesta época houvesse um incentivo nacional à utilização de espaços públicos para o lazer, como as Campanhas de Ruas de Recreio; a rua no entorno da escola, ou as praças não eram utilizadas para as práticas de Educação Física, porque o bairro¹⁷⁸ portuário era considerado perigoso.

Como a teoria de Clarapède (PEDAGOGIA, 1954; TEIXEIRA; MAZZEI, 1967) dos exercícios preparatórios para funções gerais e especiais através de jogos, era uma proposição em voga no Magistério da década de 1960, inferiu-se que os tabuleiros antigos ainda existentes na unidade, pudessem ser uma opção de jogos intelectuais, para ambiente fechados e restritos, como as salas de aula, na eventual impossibilidade de uso das instalações do “Brasil Futebol Clube”.

¹⁷⁸ Algumas vezes, a unidade teve suas janelas externas quebradas por garrafas e pedras, como forma de retaliação: à presença de policiamento, ao cumprimento do horário letivo noturno, cujo término era 23h30min e ao controle pela escola, de possíveis alunos compradores de drogas.



Fig. 6.7 – Colchões, colchonetes e balança modelo da década de 1980, distribuída nas escolas estaduais. A intenção deste registro foi indicar a priorização da compra de equipamentos de Educação Física pelo Estado. A balança como um equipamento necessário para a avaliação biométrica, realizada nas unidades desde a década de 1940 e os outros materiais, indícios de práticas de Atletismo. 2010. Foto de autoria própria. (Acervo da autora).

Na metade da década de 1970 foi colocado pedregulho nesta área, e ela foi usada como estacionamento de carros de funcionários e professores, também temendo a violência. Assim o espaço improvisado para as práticas de Educação Física, também passou a ser disputado com os veículos.

Em 1977, foi construída uma pequena faixa cimentada externa a área central, ampliando um pouco a oferta de espaço para a circulação interna dos alunos e funcionários, do intervalo e das sessões de Educação Física que ocorressem na escola e de outros possíveis eventos com participação de alunos e platéia, revelando novamente o quanto o espaço para a Educação Física e também para a socialização, existente na unidade, era provisional e improvisado.

Infelizmente os Diários de Classe de Educação Física da época também foram incinerados. Nessa impossibilidade buscamos outras evidências de práticas,

encontradas nas Atas de Reunião Pedagógica e nos Termos de Visitas de Supervisão¹⁷⁹.

Entre os dias 1 a 8 de julho de 1980 foi realizada a Semana de Esportes, com competições, gincana e recreação com a colaboração dos professores da Educação Física. Neste mesmo ano foram disponibilizadas mesinhas recuperadas de xadrez.

Mesmo realizando algumas atividades esportivas internamente, em 1983, a supervisão relatou a necessidade da inscrição da escola no Campeonato Colegial. Em visita de 08 de março de 1985, o supervisor orientou a inclusão no Plano Escolar da unidade de uma modalidade esportiva, para que pudesse participar dos Jogos Esportivos de São Paulo (JESP).

Apesar das cobranças em discurso, a estrutura para a Educação Física desta escola somente foi construída, em 1994. Quando, finalmente a área central foi cimentada, ganhando demarcações de uma quadra poliesportiva, ficando sem cobertura até 2008.

6.5.3. Ficha Biométrica e atestado médico

As “Fichas Biométricas” dos alunos faziam parte dos arquivos dos médicos escolares e normalmente não ficavam armazenadas nos acervos das escolas. Embora fossem parte dos documentos pessoais dos alunos, somente eram requeridas aos médicos e disponibilizadas aos discentes, para efetivação de sua matrícula em caso de transferência para outra unidade; procedimento que era realizado por toda rede educacional pública brasileira, como foi observado durante as pesquisas em ambas as escolas. Ao coletar os dados para a tese, foram encontradas nas duas unidades, fichas biométricas de vários estados brasileiros em prontuários de alunos transferidos. Além disso, nos relatos de supervisão de 1982 em diante, da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr, notou-se por parte dos supervisores, um controle em relação à realização desses exames biométricos.

Quanto aos “Atestados Médicos”, se na contemporaneidade eles autorizam a prática de atividades físicas, realizam alguma restrição ou impedimento à prática; na periodização investigada, os atestados associavam a inexistência de qualquer tipo

¹⁷⁹ As informações foram colhidas na Ata de Reunião Pedagógica de 16 nov. 1978 e de 22 mai. 1980, disponíveis no Livro de Atas de Planejamento Pedagógico, do período de 1977 a 1981 e do Termo de Visita de Supervisão de 8 mar. 1985, registrado no Livro Termo de Visitas dos Supervisores Pedagógicos de 1983 a 1986. Cf. no Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

de estado patológico, agudo ou crônico, físico ou mental de saúde à capacidade de estudar e certificavam que o aluno estava com sua vacinação regularizada.

Atesto que _____, com _____ anos de idade, filho de _____, acha-se em estado aparente de integridade física e mental, não sofre de doença contagiosa ou repugnante e foi nesta data _____ vacinado contra a varíola, nada havendo, portanto, que o impossibilite de estudar.

Santos, data e o selo.

Emitidos pela Secretaria da Saúde e Coordenação de Saúde da Comunidade, os “Atestados Médicos” eram outro documento exigido na efetivação da matrícula escolar dos alunos transferidos, ou em momentos de surtos endêmicos na cidade. A vizinhança desta escola com o porto e com o pronto socorro, principal interessado no controle profilático da área, responderia a necessidade destes atestados¹⁸⁰ nos prontuários.

Embora o Decreto nº 69.450/1971, descriminasse que a Educação Física tinha como referência a aptidão física dos educandos, a presença destes atestados de vacina nesta unidade escolar era muito mais um quesito higienico-sanitário preventivo, por conta da região de mangue e de alta incidência de epidemias¹⁸¹; do que de seleção por potencialidade física para se tornarem atletas ou incorporarem-se às forças armadas.

¹⁸⁰ Devido ao aterro dos mangues para as obras do cais, a área onde estavam assentados a escola e o pronto socorro, sofria de alagamentos, e com eles proliferavam pragas como roedores, além de emanções mal cheirosas provenientes de cargas portuárias estragadas pela umidade. Na escola, a situação era agravada porque o edifício tinha algumas restrições higiênicas: teto baixo, vitrões pequenos em vez de janelas, iluminação e ventilação deficientes e assentamento ao nível próximo da rua, apesar das tentativas de contenção feita pelas valas e jardim suspenso e, posteriormente pelo muro. Assim, alunos de 11 a 15 anos deste ginásio foram vacinados e/ou revacinados contra a varíola no início do ano letivo de 1971. Essa medida fazia parte da Campanha Nacional de Erradicação da Varíola, iniciada em 1966. Como em 1970, houve 1.771 casos da doença no Brasil, a campanha ganhou forças e por meio de experiências locais, realizadas em áreas de risco, foram feitas aplicações simultâneas de vacinas, varreduras, rotinas e bloqueios, como as revacinações; e a varíola foi erradicada no país, em 1973. Em 30 de abril de 1979 e primeiro de junho de 1983 a escola participou como posto, em outras campanhas de vacinação.

¹⁸¹ O porto de Santos, região de estuário, historicamente foi uma das principais vias de entrada de infecções, trazidas pelo movimento portuário e com a imigração. Apesar da varíola, ser a peste principal; o alagamento, as aglomerações e as condições de higiene, favoreciam todo tipo de epidemia. Daí o estado de atenção das autoridades (BRASIL, 2003; INAUGURAÇÃO, 2011).

6.5.4. Dispensas da Educação Física

Os alunos avaliados pelos médicos escolares¹⁸² e que apresentavam pés chatos¹⁸³, sintomas de bronquite, asma, entre outras, eram dispensados das práticas, fazendo parte das dispensas formais prescritas¹⁸⁴, já mencionadas anteriormente. Entretanto, essas dispensas foram incorporando, ao longo do período ditatorial, outras excepcionalidades de forma legal, especialmente como visto no Estado de São Paulo.

Eram perceptíveis muitas controvérsias em relação às dispensas. Ao mesmo tempo em que legislação obrigava a prática da Educação Física, ao longo da trajetória de escolarização da Educação Física foram abertos precedentes tanto na legislação, quanto no cotidiano escolar (DARIDO, 2012).

Se entre as décadas de 1960 e 1970 havia um debate mundial sobre a importância da Educação Física para a sociedade culminando com a Carta Internacional da Educação Física e Desporto em 1980, (MONTENEGRO, 1980; OLIVEIRA, 2002; 2003a) era porque ela não era valorizada socialmente como um conhecimento do domínio público, científico, ou a ser escolarizado; mas que havia do outro lado, uma preocupação com sua relevância pública, a nível mundial.

Esse amplo debate sobre a importância da Educação Física também colaborou no processo de legitimação dos saberes da área, tanto como conhecimento científico, quanto na construção de um currículo escolar que levava em conta esses conhecimentos. Martins (2000) explicitou que as disputas entre discursos faziam parte do processo de legitimação de um saber. Ainda segundo a autora, o processo começava na prescrição; caminhava para a regulamentação na qual se definia o caráter e o conteúdo de um conhecimento escolar, chegando à prática, ou seja, definindo os objetivos, como este saber era ministrado (se disciplina, prática ou área), número de aulas, assuntos privilegiados e como a unidade escolar se apropriava de tudo isso.

No caso da Educação Física, o momento aqui relatado, ainda é de confronto em relação à valorização social desse saber. O discurso que aparecia nas

¹⁸² Os médicos escolares eram remunerados para avaliar os alunos de escolas públicas. Esse mesmo médico avaliava também as escolas particulares.

¹⁸³ Pé chato é um termo coloquial para designar uma deformidade ortopédica originada pelo achatamento de um ou mais arcos do pé, causando fortes dores ao caminhar. Na ortopedia é denominada plano valgo.

¹⁸⁴ Inicialmente eram dispensados alunos maiores de trinta anos, as mulheres com prole e os portadores de qualquer “anomalia”. Sendo que alguns autores associam as dispensas ao discurso de seletividade.

prescrições e as ações tomadas pela comunidade escolar refletiam a mentalidade corrente de adesão e ao mesmo tempo de refutamento, abrindo brechas na legislação que também sofreu acréscimos de casos de excepcionalidade, além de outros mecanismos informais, “o jeitinho”.

Em função do crescente número de solicitações de dispensas pelos estudantes ao Conselho de Educação (SÃO PAULO, 1985), tanto estadual como nacional; Souza Jr. e Darido (2009) chamaram o desenrolar desse processo de “cultura das dispensas”. Para estes autores os elementos mais significativos para cristalização desta “cultura” foram: as aulas fora do período escolar; critérios e controle frágeis para triagem das dispensas por atestados médicos ou de trabalho; inexistência de avaliação ou nota referente à Educação Física, para os alunos dispensados; propagação de geração em geração de que as “dispensas eram naturais” e falta de clareza na legislação.

Como já mencionado concordamos que o oferecimento da prática em contraturno, ou mesmo em outro local como era o caso desta unidade e de outras na cidade de Santos não era a melhor uso do tempo e do espaço escolar. Esses elementos fomentavam a “cultura das dispensas”, segundo Souza Jr. e Darido (2009). Entretanto as faltas freqüentes, as ausências das aulas poderiam ser vistas também como uma resistência em relação à obrigatoriedade curricular desta prática, o que nos leva a inferir que além do impasse sobre a valorização social da escolarização desse saber, havia outras causas, que devem ser consideradas. Como por exemplo, a situação financeira de muitas das famílias santistas da década de 1970, que sofreram com a crise do turismo e do porto, e que contavam com a ajuda dos filhos¹⁸⁵ para complementar a renda ou tomar conta de irmãos ou de casa. Outras possibilidades que devem ser consideradas para os pedidos de dispensa seriam: a ausência de recursos, tempo e motivação para deslocamentos considerados extras; a desmotivação pessoal do aluno em função de seu perfil; as condições inadequadas oferecidas às práticas; o desinteresse nas modalidades e

¹⁸⁵ Os jovens que trabalhavam tinham funções variadas de baixa remuneração, que representavam as possibilidades de inserção inicial no mercado de trabalho da época, com a idade e o estudo que tinham. A documentação encontrada nos prontuários da escola apontou que a maioria dos alunos que trabalhavam, eram patrulheiros e empregadas domésticas, ou tinham outras profissões ligadas ao porto, aos armazéns, transportadoras e lanchonetes. Embora a necessidade de colaboração com o sustento familiar, também refletisse em notas baixas, índices de repetência e evasão; estas declarações de alunos-trabalhadores, anexadas aos prontuários individuais, serviam como justificativa para a dispensa da Educação Física no contraturno.

conteúdos apresentados e, a necessidade de legitimar a negociação muitas vezes informal, "o jeitinho", que acontecia entre alunos, professores e direção em relação aos registros de frequência (figura 6.8).

Assim, acreditou-se ser a dispensa uma forma burocrática de resolver esse problema até a década de 1980, tanto para o aluno e seus pais, como para a escola, pela ausência da inspeção. Entretanto a partir de 1982, quando as visitas de supervisão passaram a ser mais frequentes, o assunto não passou despercebido aos supervisores. Durante sua estada na escola, os supervisores checavam nos prontuários de alunos, os documentos apresentados para dispensa e sua veracidade, além de verificar seus registros de frequência às aulas. Nos termos de visitas¹⁸⁶ existem várias inspeções que abordaram irregularidades em relação a esta problemática.

Colaborou ainda com esta fiscalização, a Associação dos Professores de Educação Física do Litoral do Estado de São Paulo, que em 1984 entrou junto ao Conselho Estadual de Educação com o Processo nº 458/1984 (SÃO PAULO, 1985, p. 652), solicitando estudos referentes à aplicação irregular da legislação de Educação Física, quanto às dispensas aos alunos que trabalhavam durante à noite e estudavam de dia. O Conselho respondeu à Associação que, baseado na Constituição Federal pela qual, todos são iguais perante a lei, tanto podem ser dispensados das práticas, os alunos que trabalham de dia e estudam à noite, como os que estudam de dia e trabalham à noite. Para esta decisão o Conselho Estadual usou da equidade e da lógica que reclamavam os dois casos em tratamento.

¹⁸⁶ Cf. Termos de Visita de 1982 existentes no Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA

Aprovado: <u>sim</u>	Série - <u>8º</u>
Reprovado: _____	Série - _____
Transferido: ☐	

DADOS:

Nome _____

Filiação { Pai: _____

Nacionalidade brasileiro Profissão Viajante

Mãe: _____

Nacionalidade brasileira Profissão P. Domestica

Nacionalidade brasileiro Lugar _____ Estado S. Paulo

Data do nascimento 15 de Dezembro de 1961

Residência _____

OBS.:- Juntar 3 fotografias 3x4 recentes

- Para ser dispensado de Educação Física apresentar Carteira Profissional ou Xerox de Certidão provando ser maior de 30 anos.

Santos, 7 de Janeiro de 1975

Assinatura do Pai ou Responsável _____ Assinatura do Aluno _____

Assinatura do Funcionário da Secretaria _____

Certidão de Nascimento

Fig. 6.8 – Solicitação de matrícula e dispensa da Educação Física, impressa pela escola. Em 1975, o aluno, no ato da matrícula já fazia esta solicitação, formalizando-a com uma carta do empregador declarando que o aluno era seu funcionário, com a apresentação de sua carteira profissional ou ainda com uma certidão comprovando idade acima de 30 anos. Nesse documento da escola, dois itens da legislação federal foram desconsiderados: as meninas/mulheres com prole e os alunos com problemas de saúde. No Estado de São Paulo, outros itens foram acrescentados às exceções da obrigatoriedade da frequência. O conjunto de brechas das prescrições, associado às práticas das escolas, institucionalizava a “cultura das dispensas” em Educação Física. Foto de autoria própria. (Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr., Santos, SP).

Com o término da ditadura militar foi colocado em dúvida a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas. Um exemplo, disso foi este documento, encontrado em prontuário de uma aluna (figura 6.9), o qual mostrou que o estabelecimento oficializava a dispensa de Educação Física em documento próprio, logo na matrícula; medida que auxiliava a direção, no planejamento do número de alunos em relação às sessões oferecidas, contra turno, disponibilidade de professores.

SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nome do Aluno (a) _____

regularmente matriculado (a) na 6ª série C do 1º grau

requer sua dispensa da prática de Educação Física pelo motivo abaixo assinado:

☒ Aluno com jornada de trabalho de mais de 6 horas.

☐ Aluno maior de 30 anos de idade.

☐ Aluno prestando Serviço Militar.

☒ Aluno dispensado por ordem médica (médico da escola)

☐ Aluno que tem filho (anexar Certidão de Nascimento do filho)

Santos, 26 de fevereiro de 1986

assinatura do aluno

Fig. 6.9- A Educação Física na escola após o término do governo ditatorial militar, em 1986. A dispensa era oficializada em solicitação própria, que permitia o aluno optar pelas alternativas, facilitando a organização tanto burocrática como de viabilização das aulas pela Direção da unidade. Dispensa encontrada em prontuário de aluno. Foto de autoria própria. (Fonte: Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr., Santos, SP).

6.5.5. A avaliação na Educação Física

Chervel (1990) e Bittencourt (2011) concordaram que para uma disciplina se configurar no âmbito escolar, alguns componentes precisam ser contemplados. Um deles seria a avaliação, que se relaciona a uma forma de controle sobre o que é ensinado e aprendido. Para Bittencourt (2011), o elemento no qual reside o maior poder do professor. Embora em relação à avaliação, somente algumas escolas tenham adotado a inserção de notas em Educação Física; o que realmente

empoderava o professor da área, de forma prescrita, era a frequência dos alunos às sessões. Como nesta escola, havia uma dificuldade de adaptar convenientemente a prática educativa à estrutura física; o registro e o controle de presença ficavam comprometidos. Não somente o *status* desse professor foi colocado à prova, mas também as prescrições.

6.5.6. Relação entre a APM e a Educação Física

Importante relatar da atuação da Associação de Pais e Mestres (APM) da escola, sua colaboração às condições de atendimento aos alunos, manutenção e melhorias, já que este “apoio” foi encontrado em todos os prontuários de documentos relacionados a este tema¹⁸⁷.

Inicialmente essa Associação não existia com esta denominação. Funcionava junto ao Grupo Escolar do “Bairro do Macuco”, uma Caixa Escolar que se destinava a atender aos alunos carentes, por meio de distribuição de merenda escolar e uniforme, graças às contribuições de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) mensais feitas pelos alunos a partir de 1964.

A APM somente foi fundada a 6 de março de 1971, com as primeiras séries, incorporando gradativamente a contribuição dos alunos do Ginásio Estadual Maracanãzinho, de 5ª a 8ª séries.

O documento mostrado na fig. 6.10 ilustra a relação entre a APM e a Educação Física explicitando a importância da colaboração feita à APM para a escola, colocando em destaque a não obrigatoriedade (embora a ausência do pagamento constrangesse) e sua relevância em relação à Educação Física.

O texto esclarece que por meio do dinheiro arrecadado com a APM, que a escola premiava os melhores classificados nas provas de Atletismo, com medalhas, canetas ou livros. O valor destes prêmios era pequeno, mas sua simbologia para os ginasianos era grande; por tornarem-se alunos evidenciados na cerimônia de entrega ocorrida na escola.

¹⁸⁷ No período de 1969-1975, com exceção de três alunos, no restante de um total de 47 prontuários, havia algum tipo de documento, que assinalava a importância dada pela comunidade escolar em termos de contribuição à APM da escola. Os documentos encontrados eram comprovantes de que a taxa escolar havia sido paga, em vários anos, inclusive taxas de APMs de outras escolas, que vieram com os papéis dos alunos no processo de transferência; ou cartas redigidas de próprio punho pelo responsável do aluno, solicitando desde parcelamento, adiamento, pedido de isenção do pagamento por motivos financeiros e pessoais, com as justificativas as mais variadas.

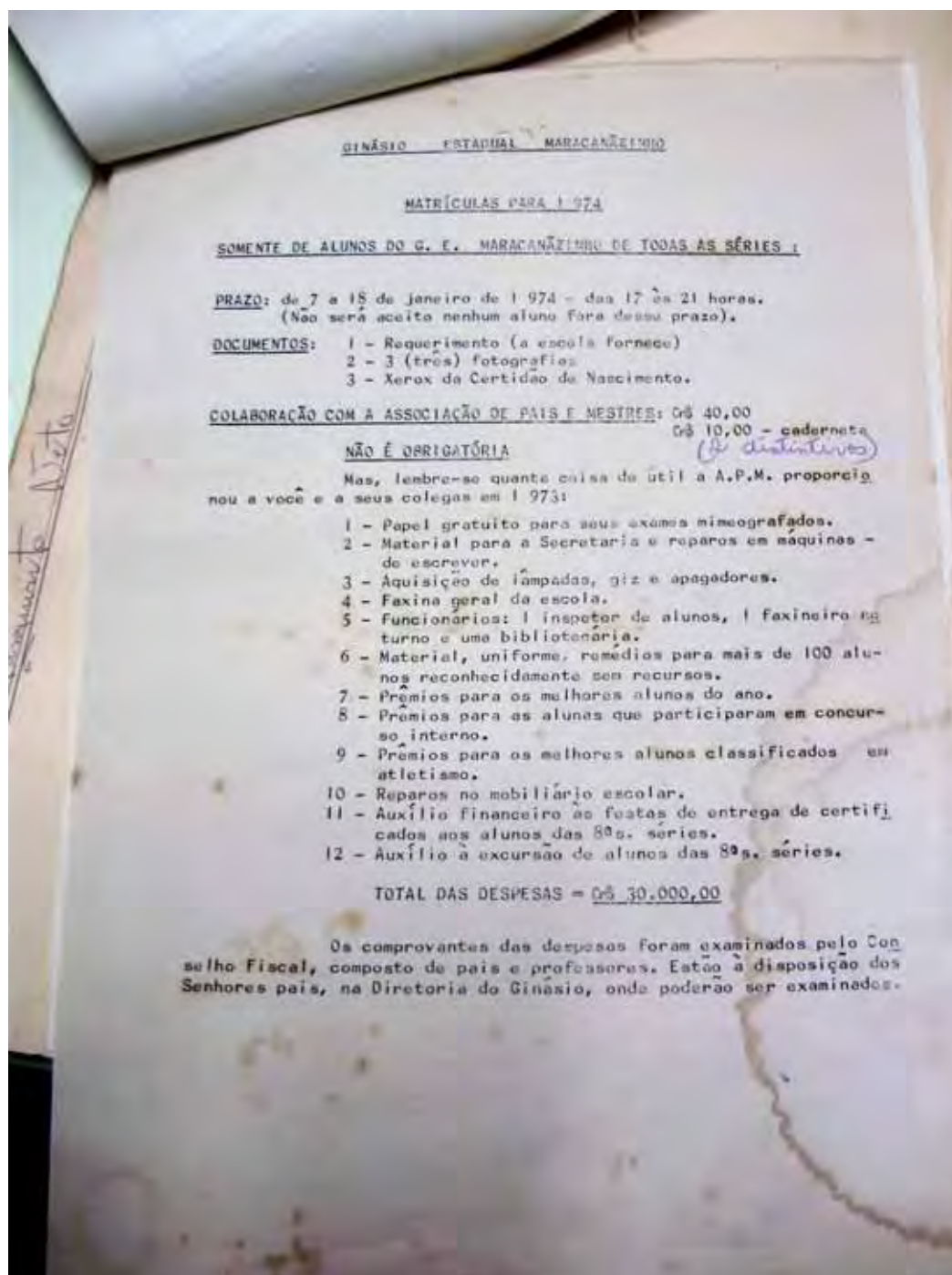


Fig 6.10- Ofício da Direção aos pais sobre a matrícula e a necessidade de colaboração com a APM da Escola. Esse documento, com o mesmo texto apareceu também em 1986. Foto de autoria própria. (Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.).

Interessante articular esse estímulo da APM, a um artigo publicado no Jornal “Cidade de Santos” de 4^a feira, de 06 de junho de 1973, encontrado no conjunto de recortes no Acervo do “Brasil Futebol Clube”, um dos promotores dos Campeonatos Colegiais de Atletismo, disputados na cidade (figura 6.11).



Fig. 6.11. O Ginásio do Maracanãzinho foi campeão na Corrida - 50 m rasos - Final Meninos, revezamento 4 x 50 m. Foi 6º lugar no arremesso de peso e 4º e 6º lugar em Salto em Distância. Reportagem tal como encontrada na Pasta de Recortes do Brasil Futebol Clube (MENINAS, 1973, p.10).

Nele foram noticiadas as classificações em diversas provas (arremesso de peso, corrida 50 m raso e revezamento 4 X 50 m, salto em altura e salto em distância), com nomes de alunos deste ginásio e seus resultados, nas finais da série B, com a participação de escolares de ambos os gêneros, entre dez e onze anos.

Segundo o artigo, a classificação do ginásio nas provas masculinas foi expressiva. Das cinco modalidades disputadas, três alunos do ginásio foram classificados em mais de uma modalidade, sendo que um deles foi vencedor em ambas.

Em artigo do dia 25 de agosto de 1973, do mesmo jornal, apareceu o destaque do Ginásio Maracanzinho, nesta categoria de idade; assim como enunciou que a escola ocupava o primeiro lugar, na classificação geral, com 21 pontos (figura 6.12).

Dois troféus¹⁸⁸ expostos na biblioteca reforçaram a evidência de que o Atletismo era uma das modalidades estimuladas pelos professores desta unidade. Um desses prêmios veio do “Troféu SESI infantil” de 1970, na modalidade “Corrida”. O outro, como premiação do “Troféu Adhemar Ferreira da Silva” de 28 de outubro de 1982, no “Arremesso de disco”. Essas evidências denotam certa visibilidade de alunos da Escola Suetônio, no atletismo escolar local.

Ao se comparar o Atletismo praticado por alguns alunos da escola, com os conteúdos apontados para seu ensino provenientes do “Guia Curricular de Educação Física do Estado de São Paulo” (1973) e dos cadernos específicos dos “Subsídios para Implementação do Guia Curricular de Educação Física para o Primeiro Grau – 5ª a 8ª série - Atletismo” (1978)¹⁸⁹ foram feitas algumas observações.

¹⁸⁸ Junto a estas premiações da década de 1970, havia o “Troféu Iracy O. Alvarez”, também denominado de “Troféu classe limpa”, um dos concursos internos do ano de 1973. Iracy, na época diretora, realizou uma gincana de conservação e limpeza de classes e carteiras. O regulamento consistia em que a classe mais limpa do mês ficasse com a guarda do troféu. No final do ano, a classe que tivesse conseguido ficar com o troféu mais vezes, seria premiada, com a observação de que a premiação seria para todos os alunos da sala. Essa prática foi retomada em 1980, quando a Diretora Iracy não mais se encontrava na escola e foi descrita na reunião pedagógica de 22 de maio de 1980, que se encontra no Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas, de 1977-1981. Cf. Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

¹⁸⁹ Entre os dias 29 e 30 de agosto de 1978, foram realizadas reuniões pedagógicas na escola com o intuito de que os professores estudassem os cadernos dos “Subsídios de Implementação do Guia Curricular” das disciplinas específicas. As Atas dessas reuniões também se encontram no Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas, de 1977-1981. Cf. Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

Página 8 — CIDADE DE SANTOS — Sábado, 25 de agosto de 1973

“Volta de Santos”, amanhã cedo

Promovida pelo Brasil Futebol Clube — a única entidade particular, em Santos, que dedica grande esforço ao atletismo — será realizada amanhã, a 3.ª Volta da Cidade de Santos, em revezamento de 10x3.500 metros, a que o Brasil F.C. resolveu denominar Prova Pedestre Arirá Duarte Lisboa, em homenagem à memória de um ex-dirigente do clube, incentivador do atletismo e, especialmente, do pedestrianismo.

Tal prova, em percurso bastante extenso (3.500 metros), passará por Santos e São Vicente, contornando todo o canal, seguindo pela linha um até a praia, e voltando até o campo do Brasil F.C. E intenção da diretoria do clube, de acordo com o Regulamento, promover “intercâmbio entre os clubes do Brasil”, e contribuir para o “desenvolvimento e melhoria de nível técnico do esporte-base”, o que significa que as inscrições são abertas a qualquer entidade, incluídos os colégios e unidades militares.

PREMIOS

Será ofertada à equipe vencedora, em caráter definitivo definitivo, a miniatura do troféu Arirá Duarte Lisboa, e a gravação do nome no troféu original, que ficará exposto no Brasil Futebol Clube. Também para as equipes que chegarem em 1.º, 2.º e 3.º lugares, o Brasil Futebol Clube e a Sector (supervisora da prova) oferecerão medalhas e prêmios.

Toda a organização estará a cargo do Brasil F.C., que nomeará as autoridades da prova, inclusive a Comissão Julgadora (três membros). O próprio clube elaborou o Regulamento, que deixa clara a proibição de uso de “meios estranhos de locomoção, durante a prova, ou prejudicar os demais participantes por meios desonestos”. Também, o atleta que não comparecer devidamente numerado no local de saída será desclassificado.

A prova, difícil, deverá ter atletas fisicamente à altura, pois o organizador não se responsabiliza (como é praxe) por acidentes ou danos, durante a prova, ou depois dela.

POSTOS DE PASSAGEM

Os postos de passagem do bastão, num total de 9, são obrigatórios e serão localizados de acordo com o Regulamento: 1.º) Avenida Almirante Saldanha da Gama (Igreja N.S. Navegantes); 2.º) Armazem 31 (Av. Osvaldo Aranha com Canal 5); 3.º) Armazem 20 (Avenida Eduardo Guinle); 4.º) E.F. Santos Jundiá (Rua São Bento); 5.º) Caneleira (Av. N.S. Fatima); 6.º) Escritório da Pedreira (Avenida Monteiro Lobato); 7.º) Praia do Itararé (Avenida Manoel da Nobrega); 8.º) Gonzaga (Avenida Ana Costa com Presidente Wilson) e 9.º) Avenida Bartolomeu de Gusmão com a rua Alexandre Martins.

Colegial (de atletismo) hoje

O Campeonato Colegial de Atletismo, promovido pelo Brasil FC, terá esta tarde, provas de categoria C, para atletas de 15 a 16 anos de idade. Esta é a programação:

13h30 — 100 metros com barreiras, feminino — salto em altura, masculino, final — arremesso de peso, feminino, final.

13h50 — 100 metros rasos, masculino, semi-final — salto em distância, feminino, final.

14h10 — 100 metros rasos, feminino, semi-final.

14h30 — 200 metros rasos, masculino, final por tempo — arremesso de peso, masculino, final — salto em altura, feminino, final.

15h10 — 100 metros rasos, masculino, final — salto em distância, masculino, final.

15h40 — 1000 metros, masculino, final.

16h00 — Revezamento 4x100, feminino, final por tempo.

16h30 — Revezamento 4x100, masculino, final por tempo.

CLASSIFICAÇÃO

Depois da disputa entre as categorias A (até 9 anos), B, (de 10 a 11 anos) e C (de 12 a 14), o Campeonato Colegial de Atletismo, promovido pelo Brasil FC, tem esta classificação:

Categoria A — Masculino: Grupo Escolar Cidade de Santos — Feminino: Núcleo de Estudos n.º 292 do Sesi.

Categoria B — Masculino: Colegio Estadual Maracanãzinho — Feminino: Instituto Educacional Brasília.

Categoria C — Masculino: Colegio Estadual Afonso Schmidt — Feminino: Colegio Estadual Andradas.

Na classificação geral, os três primeiros colocados são:

Feminino: 1.º) I.E. Brasília, 29 pontos — 2.º) Núcleo 292 Sesi, 23,5 pontos — 3.º) Colegio Estadual Andradas, 15 pontos. Masculino: 1.º) Colegio Estadual Maracanãzinho, 21 pontos — 2.º) C.E. Afonso Schmidt, 18 pontos e 3.º) Grupo Escolar Cidade de Santos, 16 pontos.

Fig. 6.12 - O artigo sobre a classificação das escolas santistas no Campeonato Colegial (1973), encontrado no álbum recortes de jornal mostrou a participação dessa unidade no Campeonato de Atletismo de 1973. O Ginásio Estadual do Maracanãzinho classificou-se em primeiro lugar na categoria B, masculina. Foto de autoria própria. (Acervo do Brasil Futebol Clube, Santos, SP).

Os saltos em extensão, assim como as corridas de resistência e velocidade, suas técnicas para saída, chegada, passada, respiração e regras; estavam prescritos como conteúdos para todo ensino fundamental e de certa forma haviam sido trabalhados; o mesmo se deu com os arremessos de peso e de disco, ensinados a partir da quinta série.

A visibilidade da escola pelo desempenho de alguns poucos alunos em provas do Atletismo nos anos de 1970 e 1973; o incentivo da premiação pela APM, que apareceu em documentos nos anos de 1974 e 1978; a existência de equipamentos como o colchão e o plinto, são indícios que reforçaram a ideia de que havia possibilidade de algum tipo de treinamento, mesmo em espaço provisional.

Duas circunstâncias que deveriam ainda ser consideradas sobre a visibilidade no atletismo do Ginásio Maracanãzinho neste período, a partir do fato de que, devido à troca do telhado do Ginásio Maracanãzinho entre 1973 e 1974, os alunos foram removidos para outro prédio. A primeira consideração que relaciona estes dois fatos seria de que as instalações oferecidas pela outra escola poderiam ser mais adequadas à Educação Física do que a do Ginásio Maracanãzinho. A segunda possibilidade é de que estes alunos puderam ter treinado durante todo o tempo destinado às aulas, no mesmo local de disputa do campeonato, o que representaria uma vantagem em relação aos outros participantes, que tiveram menos contato com o ambiente dos certames. Acontecimentos que necessitam de maior escrutínio, mas que extrapolam os limites de investigação desta tese.

Para finalizar a análise da relação entre a APM e o atletismo da escola, destaca-se o papel de emulação da Educação Física. O clima de incentivo à superação por meio de prêmios aos que se destacavam, ao longo do ano por meio dos concursos internos, competições e gincanas, pela excelência em uma prática esportiva ou ao final do ano com a solenidade de celebração dos melhores alunos, revelava a prática corrente da seletividade, não somente ligada à Educação Física, mas aceita socialmente.

A festa da formatura, a entrega do diploma e a tradicional excursão eram mais do que uma emulação nesta escola. Além do ambiente propício a evasão, havia alunos que repetiam muitas vezes a mesma série e mesmo assim, não desistiam de estudar. O término do Ensino Fundamental era a coroação de um árduo esforço de motivação discente.

A situação das APMs das escolas alterou-se em 15 de dezembro de 1978, por meio do Decreto nº 12.983 (SÃO PAULO, 1978). Com a assinatura de um convênio entre a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP) e as APMs, elas passaram a reger-se por novos Estatutos publicados no Diário Oficial, que lhes dava caráter jurídico. A cultura da arrecadação de verbas pela comunidade para a APM permanece até a atualidade na escola.

6.6. Disciplina e corporeidade: o panoptismo ressignificado

Não foi possível até o momento, com as fontes utilizadas determinar a intencionalidade da aprovação pelo poder público de uma construção como esta, na década de 1960. Estaria ela ligada somente às questões de economia de materiais de construção e de limitação do espaço? Seria uma mensagem política que se desejava passar para a comunidade do entorno? Ou era uma preocupação social com os valores que estes jovens estavam incorporando¹⁹⁰ (figura 6.13)?

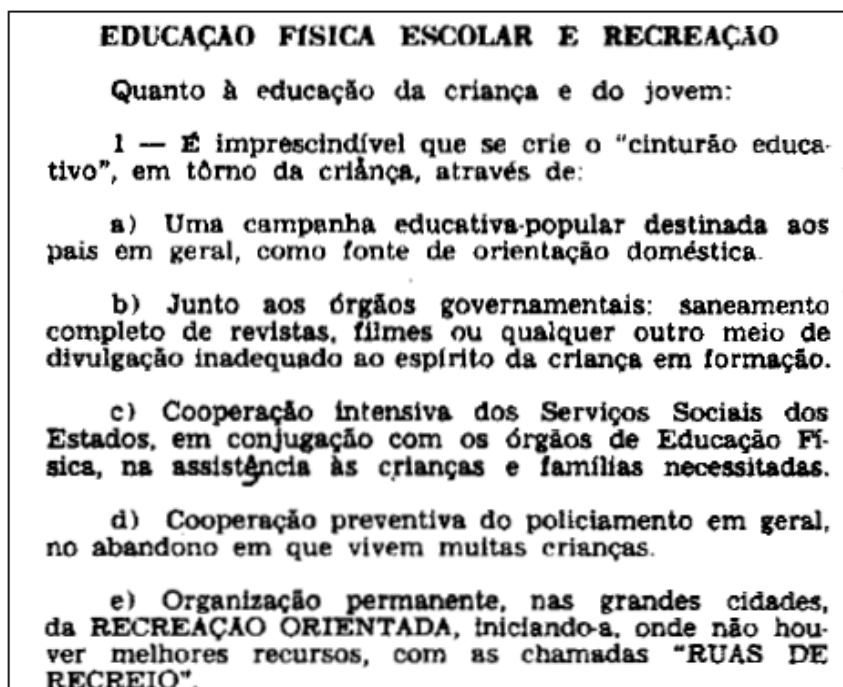


Fig.6.13 - Artigo sobre o II Congresso Luso-brasileiro de Educação Física, ocorrido em agosto de 1963 (CONGRESSO, 1964).

¹⁹⁰ Na impossibilidade do "cinturão educativo", mencionado no artigo do II Congresso Luso-brasileiro, importante relembrar que tanto no "Canadá" quanto no "Suetônio" foram construídos muros para proteção das próprias escolas: patrimônio e sujeitos. Instalava-se uma transição cultural da sociedade frente à violência e com ela, novas posturas relacionais mais introspectivas com relação aos espaços e as pessoas.

Desvendar a intencionalidade dessa construção, talvez não seja a principal pergunta. Outras, de maior peso sobrepõem-na. O que uma estrutura disciplinadora como essa fazia com os sujeitos educacionais e mesmo questionar, o que os sujeitos faziam dessa estrutura? Será que a vivência do ensino provocou a retificação moral e disciplinar prevista daqueles que estavam sob o seu controle? Ou será que, nestas circunstâncias, levou o desafio do ensino para além da criatividade, das formas de resistência ou ao limite das possibilidades? Qual o sentido da existência ou mesmo da permanência de uma estrutura como esta até a contemporaneidade com a mesma função?

Em relação às práticas disciplinares ocorridas na unidade, o apito de fábrica a cada troca de aula (que existe até os dias atuais) ritmava a constância e a coerção pela regulação do tempo; a circulação com os deslocamentos em filas cantadas para evitar o barulho que ecoava, a indisciplina e os incidentes desagradáveis; os mapas de sala, com a fixação de lugares dos alunos, ditavam o controle eficiente do espaço, dos gestos e dos movimentos; a obediência à hierarquia; a vigilância visivelmente explícita ou velada; as sanções moralizadoras; os exames biométricos que os médicos escolares mantinham em arquivos separados do acervo escolar; as verificações de asseio em unhas e nas cabeças procurando piolho, entre outras infestações e, o acúmulo de documentação, mesmo degradada, a espera de uma possível inspeção à escola, inclusive da Educação Física.

Em relação ao controle disciplinar por meio das sessões de Educação Física, o esporte estava neste momento, consagrando-se como conteúdo privilegiado da Educação Física, no plano internacional, independente da orientação política capitalista ou socialista.

Pelo que foi levantado no acervo da unidade, havia em andamento algumas iniciativas, individuais, especialmente em relação ao Atletismo.

Para Linhales (2006, p. 99)

Se a **escolarização do esporte** consiste no movimento pelo qual a escola incorpora os valores, os códigos e a institucionalidade esportiva, estamos referindo-nos a uma variedade de práticas que, antes não incluídas na escola, passam então a caracterizá-la. Nesse movimento, produzem novos formatos nos tempos e espaços escolares, na estruturação dos saberes e dos currículos, na formação docente e ainda na organização institucional do Estado.

Nessa unidade, apesar do discurso do potencial pretensamente formativo do desporto escolar aparecer nas documentações¹⁹¹ analisadas, assim como o ideário de competição, sucesso e vitória ser encontrado nas locuções, o seu desenvolvimento na prática era bastante comprometido, pela série de limitações nas quais a escola funcionava. Neste sentido questionamos se houve uma apropriação concreta do esporte como conteúdo a ser escolarizado e se por outro lado, realmente houve uma esportivização da escola. Pelo que foi levantado neste ginásio até o momento, não foi o que aconteceu.

Em relação ao discurso cívico do esporte, ele acontecia de forma interdisciplinar. As festas cívicas eram realizadas no pátio do palco da escola, com apresentações organizadas pelo professor de História, que ocorriam no palco.

Já os ensaios dos desfiles, para a parada de sete de setembro, eram feitos na área circular. Os professores de Educação Física verificavam se a areia estava seca e assim treinavam cada classe individualmente neste espaço. Quando se tinha ensaio, a disciplina ficava mais rígida. Os alunos ficavam dentro da escola, não treinavam na rua em função do bairro. Mesmo com a obrigatoriedade dos alunos associarem-se a este sentimento cívico, prestigiando a escola com sua presença no evento; muitos faltavam no dia. A estes, a Direção enviava uma Circular solicitando esclarecimento dos pais, sobre a ausência do aluno ao evento cívico.

Questionamos a participação dos escolares nos desfiles e nas práticas esportivas, como tentativas de inculcamento de valores a serviço do “controle” do desenvolvimento desses jovens e simultaneamente de “repressão” em diversos campos (físico, moral, sexual e ideológico). Pelo menos na ambiência desta escola, provavelmente não.

Embora existissem as prescrições¹⁹², os discursos, as inspeções, os regulamentos, as medidas administrativas, as proposições filosóficas, a moralidade, ou mesmo a filantropia de alguns professores de Educação Física (outra forma de controle social também); as práticas sociais escolares, de forma não discursiva,

¹⁹¹Cf. registros no Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas de 1978 até 1981 existentes no Arquivo da E.E. Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

¹⁹²Em relação ao “Guia Curricular da Educação Física” (SÃO PAULO, 1973) ou aos cadernos de “Subsídios de Implementação do Guia” (SÃO PAULO, 1978a), nesta unidade escolar não restou nenhuma evidência do uso desse material. Entretanto, na sala de leitura/biblioteca ainda existem alguns dos livros pedagógicos citados no capítulo 4, os que enfocam modalidades específicas de esportes.

revelaram que “grupos de indivíduos não constituem entidades monolíticas, mas sim amálgamas mutáveis de subgrupos em competição...” (GOODSON, 1995, p. 127).

Em resposta a forma como foi realizada a expansão do ensino, no cotidiano da EEPG Prof. Suetônio Bittencourt Jr, da década de 1970-1980; os alunos evadiam-se, havia uma rotatividade na direção, muitos afastamentos e licenças de professores e funcionários e a própria Educação Física, legitimada como um saber formal, porém construído pela prática de alguns alunos em outro tempo e espaço, fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconstituir a história do ensino escolar da Educação Física na ditadura militar, esta pesquisa buscou através da análise da legislação, das várias instâncias normatizadoras, do currículo e do levantamento dos vestígios de práticas do ensino de Educação Física em duas escolas públicas do estado de São Paulo, comprovar a tese de que no período compreendido entre 1964-1985, houve uma confluência de elementos relevantes para a escolarização da Educação Física.

Além dos elementos básicos explicitados por Chervel na configuração de uma disciplina escolar (finalidade, conteúdo, avaliação e método), recuperados a partir das fontes analisadas nesta tese, também contribuíram para a escolarização da Educação Física: a obrigatoriedade e a incisiva prescrição; um maior incentivo à atuação dos órgãos de fiscalização, no caso a Divisão de Educação Física (DEF) e o Departamento de Educação Física e Esportes paulista (DEFE); a influência das organizações associativas da área; a expansão da rede de ensino, aquecendo e implementando verbas no mercado da formação superior e profissionalização docente; o desenvolvimento de pesquisa e instituição de um campo acadêmico, acompanhando o foco mundial nos desportos; o registro da práxis transformando-o em conhecimento formal e a ressignificação e reinvenção do cotidiano escolar pelos sujeitos educacionais, frente a todas essas vicissitudes.

Embora em um regime ditatorial, a combinação desses fatores não se deu pela imposição, imobilismo ou inércia, mas resultado de uma negociação de rivalidades e de ajustes de interesses de várias ordens. Se por um lado existiam exigências normativas, objetivos prescritos, guias e manuais, do outro se encontravam os professores com seus alunos, com o conhecimento que os formaram e aquele que estavam construindo no contexto dos ginásios públicos e da comunidade na qual todos estavam inseridos.

Mesmo que o esporte pareça como o principal conteúdo escolar da Educação Física configurada neste período, ele não foi de todo estável. Chervel (1988) afirma que os objetivos a alcançar e o alunado a instruir, podem ocasionar transformações na constituição de um saber disciplinar. E, ampliando essa questão, no caso da dessa Educação Física, existia também um contexto a lidar.

Entre as décadas de 1950 e 1960, havia uma tendência mundial de valorização da Educação Física e dos desportos, que também foi disseminada no Brasil, por meio de dois movimentos que aconteceram simultaneamente. Um voltado para a cientifização do conhecimento, através do avanço do ensino superior para o atendimento do Esporte e treinamento físico, e outro que se destinava para a formação docente.

Para as políticas educacionais da década de 1960 era oportuno enaltecer a profissão de professor da área, não somente para dar conta da demanda internacional por assuntos como esportes e saúde, mas para atender a rede escolar pública que se encontrava receptiva para a docência, aperfeiçoando e legitimando esses professores.

Durante a década de 1970, foram realizados muitos investimentos para a abertura de escolas superiores e faculdades em especial as instituições particulares, uma maior atenção com a formação de professores na área, paulatina exigência de registro profissional e melhoria na profissionalização docente, com a organização de publicações oficiais e livros didáticos.

Também é conveniente ressaltar o retorno de poder e prestígio dos órgãos de inspeção, especialmente a atuação do Departamento de Educação Física e Desportos (DED), sendo que ao final desta década tornou-se a Secretaria de Educação Física e Desportos, em âmbito nacional.

No mesmo período também se destacou o aumento de associações de professores e profissionais de Educação Física, que demarcou a organização da classe. Frente à expansão da rede escolar e a crescente demanda profissional, a posse de um registro profissional, possibilitava a equiparação salarial a outros professores que recebiam bons salários.

Com relação ao currículo escolar, o período foi marcado pela publicação de uma extensa legislação sobre a Educação Física. Como foi investigada, esta legislação demonstrava a preocupação com a regulamentação e prescrição, embora no cotidiano escolar, ficasse evidente o descumprimento das normas, apesar de todo o esforço para organizar e normatizar.

A movimentação descrita em âmbito nacional foi acompanhada pelo Estado de São Paulo, algumas em simultaneidade, outras a *posteriore* e no caso dos materiais didáticos prescritos estaduais de forma pioneira.

Abrangendo todas as matérias eram denominados de “Guia Curricular do Estado de São Paulo” distribuído entre 1973-1977 e de cadernos de “Subsídios para Implementação do Guia Curricular do Estado de São Paulo” de 1978-1985.

Embora seja indispensável assinalar que durante o período militar tenha ocorrido a “esportivização dos conteúdos da Educação Física” no nível do ginásio e 5ª a 8ª séries, constatou-se a menção no “Guia Curricular do Estado de São Paulo”, de outras atividades na área da Educação Física. Comparando o “Guia” com os cadernos de “Subsídios de Implementação”, o “Guia” indicava como conteúdos de ensino, as danças, a psicomotricidade, as noções de jogos e atividades que na época, ainda estavam em discussão em tornarem-se modalidades esportivas (xadrez, capoeira, yoga, judô, escalada, campismo) e o trabalho que denominou de folguedos populares (peão, amarelinha, bolinha de gude, peteca, perna de pau). Já nos cadernos de “Subsídios de Implementação” era visível a promoção de forma institucionalizada de conteúdos específicos de algumas modalidades esportivas.

No Estado de São Paulo, a prescrição via legislação e materiais didáticos tornou-se uma importante forma de delimitar o campo, colaborando com a promoção do *status* da Educação Física frente à comunidade escolar.

Com relação ao aparato burocrático, foi possível verificar que essas instituições de administração e controle do ensino foram vistas como componentes que ajudaram a configurar a Educação Física, como disciplina no ambiente escolar. Se inicialmente a Educação Física das escolas era promovida por meio de repartições próprias como o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), não orientados pelos órgãos da Educação e que permitiam outras intervenções do Estado; em São Paulo, durante a década de 1970, esse poder foi se deslocando de repartições como a DEFE para a Secretaria de Negócios da Educação estadual.

No perfil docente da Educação Física averiguou-se uma grande diversificação na formação desses profissionais. Havia professores leigos, professores com formação por correspondência, normalistas, especializados, licenciados, bacharéis, práticos, instrutores de modalidades específicas e técnicos trabalhando nas escolas. Em 1960 com a expansão do oferecimento do ensino secundário, os ginásios e os colégios careciam de docentes da área, situação que perdurou até 1970. A partir de 1978, os poucos concursos públicos, o descompasso entre a habilitação dos cursos superiores e as práticas a serem desenvolvidas no cotidiano das escolas, as

condições de atuação e salários foram fatores que criaram tensões e aumentaram a marginalidade profissional desse grupo.

No Estatuto do Magistério do Estado de São Paulo de 1978, o professor da rede oficial de ensino de Educação Física era um professor específico de componente curricular ministrando aulas no primeiro e segundo graus, subordinado à Secretaria de Educação estadual. Porém antes disso, foi levantado pelas fontes originadas dos acervos das escolas pesquisadas, que existiam na rede, docentes com a formação diversificada relacionada anteriormente, incluindo alunos de graduação na área. Sistemáticamente a cada ano letivo, a Secretaria exigia a apresentação de documentação desses professores que não eram titulados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado. Já a condição para efetivação por concurso tinha como requisito o diploma na área. Esses professores atuavam em sessões de Educação Física e também com Turmas de Treinamento.

Dentro da periodização dessa investigação, no cenário público lecionavam docentes cujos saberes escolares eram resultado de um amálgama de formação e de vivências. Embora difícil dimensionar esses saberes e sem a pretensão de abarcar todas as publicações pedagógicas as quais estavam expostos, o critério para seleção era a existência do livro em um dos acervos pesquisados na cidade de Santos, onde foi desenvolvida esta pesquisa. A disponibilização gratuita para os professores da área em exercício na rede foi outra forma de triagem. Destacaram-se as obras “Introdução à Didática da Educação Física” de Faria Jr. (1969) que insere a preocupação com o tema didática na área; a brochura da Campanha “Esporte para Todos” (COSTA; TAKAHASHI, 1978), uma campanha mundial que chegou ao Brasil na década de 1970, ambos de abrangência nacional; o livro “Educação Física: da pré-escola à universidade: planejamento, programas e conteúdos na perspectiva da Educação Física (BORSARI; JORDANO; BOM e ROSE JR., 1980) de professores da área ligados a Faculdade de Educação Física da USP e o ementário “Legislação Básica: Educação Física” (1985). Ambos também de distribuição gratuita, entretanto feita pela Secretaria de Educação paulista.

As outras publicações eram comerciais e foram encontradas em uma das escolas investigadas e no Museu DeVanney, um acervo mantido pela Secretaria de Esportes Municipal de Santos, SP. Dentre elas: a “Coleção Educação Física Escolar: Planos de Ensino” de Cyro Andrade *et al*(1973); “As qualidades físicas da Educação Física e nos Desportos” de Manuel Gomes Tubino (1973); a “Enciclopédia do Ensino

Integrado e Supletivo”, por Mauro Soares Teixeira (1974); “O ensino da Educação Física” de Airton Negrine (1977); o “Manual de Educação Física”, organizados por José Borsari e Flávio Facca (1977); “Aulas de Educação Física – primeiro grau” de Hudson Teixeira, Mário Pini e Alberto Mascheroni (1978); e da Coleção Educação Física Fundamentação, o livro “Esporte: introdução à Psicologia” de Alexander Thomas (1983).

A análise desse material mostrou que a iniciação esportiva, em especial em algumas modalidades, era o principal enfoque dos saberes, embora a psicomotricidade aparecesse em dois desses livros. Outra constatação foi de que havia coleções da área que disponibilizavam aos professores planos de ensino, planos de aulas, enfim receituários.

Ao investigar a Educação Física como construção histórica e cultural que se faz e refaz na prática cotidiana (BITTENCOURT, 2011), foi possível apurar evidências de práticas escolares na Escola Canadá, fundada na década de 1930 e que chegou à década de 1960 como uma instituição reconhecida como de excelência de ensino na cidade de Santos e região.

Se inicialmente seus professores de Educação Física proporcionavam as sessões em seus pátios internos e utilizavam para treinamento os espaços esportivos do Clube Internacional de Regatas; com a construção do ginásio esportivo na década de 1970, assim como outros espaços destinados à área, a escolarização da Educação Física tornou-se consolidada, pelo menos como espaço arquitetônico dimensionado.

Na escola praticava-se ginástica coletiva, vôlei, bola ao cesto, xadrez, futebol, sendo que estas e outras modalidades como atletismo e natação eram também realizadas externamente no clube. Havia aulas de higiene e de saúde.

Com relação às políticas educacionais, com a ampliação do calendário letivo, com mais datas festivas, as apresentações dos alunos em público aumentaram. Houve uma progressiva melhoria na elaboração de performances de corporeidade, no caso dos campeonatos e um maior envolvimento de outros elementos alegóricos: bandas e fanfarras que se apresentavam nos desfiles cívicos, fazendo destes espetáculos eventos importantes no cotidiano da cidade.

Esta ressignificação das apresentações escolares públicas, muitas vezes culminava com a recepção de autoridades, homenagem a cidadãos ilustres, promoção política e de demonstrações de generosidade, no engajamento em

campanhas sociais, gincanas e atividades beneficentes. O espírito de cooperação aparecia entre os alunos, os pais e os professores de Educação Física da Escola Canadá.

Enquanto na década de 1960, as aulas do período da manhã e da tarde tinham 60 minutos, e à noite 50 minutos, a partir da adoção dos quatro turnos, as aulas passaram a ter a duração de 45 minutos. Assim, os espaços da Educação Física do “Canadá” passaram a ser utilizados simultaneamente, havendo a premência de mais rodízios de turmas, inclusive fora do horário letivo, e uma redução no tempo das sessões.

Neste processo de expansão, a organização do trabalho escolar ficou comprometida, e a solução foi o desmembramento em 1978, do ensino de segundo grau do de primeiro grau, que passou a ser oferecido em outra unidade escolar, embora em prédio anexo. Na década de 1980, sem o ensino fundamental, a escola voltou a funcionar em três turnos.

Todas as transformações decorrentes das políticas educacionais, com a decorrente expansão do ensino público, trouxe como consequência para a Escola Canadá a perda de sua identidade em “ser o orgulho educacional da cidade de Santos”, além de sua importância como instituição de ensino.

De outro modo, o Ginásio Estadual do “Maracanãzinho”, atual Escola Professor Suetônio Bittencourt Jr. foi instalado em 1969, na voga da política de expansão da rede pública escolar. Era uma unidade que estava se constituindo, não havia uma cultura escolar sedimentada.

Em termos de espaço, o prédio que sediava o grupo escolar em dois períodos, passou a atender também alunos de ginásio. Como para edificações de grupo escolar, o espaço para instalações esportivas eram considerados ambientes complementares, ou mesmo “dependências de segunda prioridade”, a escola não tinha espaço próprio para a Educação Física. A situação da disponibilidade de salas de aula e espaço se agravou com este primeiro desdobramento dos períodos em turnos. Entre os anos letivos de 1969 e 1970, o período da tarde do ginásio foi ainda desdobrado em outros turnos: intermediário e diurno, com quatro salas mistas de primeiro ano ginásial, com mais de 45 alunos registrados por turma.

Em relação às aulas de Educação Física, na década de 1970 foram observados registros nos documentos do acervo escolar que as sessões semanais eram realizadas em contraturno em espaço externo à escola, o “Brasil Futebol

Clube”. Neste local, os alunos praticavam atletismo, futebol, vôlei e bola ao cesto. O clube atendia outras escolas públicas e também era locado para eventos.

Nessa unidade, apesar do discurso do potencial pretensamente formativo do desporto escolar aparecer nas documentações analisadas, assim como o ideário de competição, sucesso e vitória, o seu desenvolvimento na prática era bastante comprometido, já que a escola apresentava uma série de limitações em seu funcionamento. Mesmo assim, alguns alunos destacaram-se em práticas de Atletismo em Campeonatos Colegiais realizados na cidade.

As festas cívicas eram realizadas no pátio da escola e os ensaios dos desfiles para a parada de sete de setembro eram feitos na área circular no centro da construção.

Embora existissem as prescrições, os discursos, as medidas administrativas, as proposições filosóficas; de forma não discursiva, a evasão dos alunos, a rotatividade na direção, os pedidos de afastamentos e licenças de professores e funcionários e a própria Educação Física praticada por alguns alunos em outro tempo e espaço, revelavam o que acontecia no cotidiano do ensino da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

Ao colocar as evidências de práticas de Educação Física dos ginásios para dialogar, tem-se que o “Canadá” chegou à década de 1960 consolidado, era um instituto oferecendo primário, ginásio, colegial e normal, tendo a Educação Física como parte de sua cultura escolar; enquanto a Escola Prof. Suetônio no final da década de 1960 estava implantando o seu ginásio, nas condições céleres da expansão da rede pública.

Por ser considerado, uma tradicional instituição de excelência, os alunos admitidos por exame no “Canadá” representavam uma elite intelectual, situação diferenciada dos ginásios que estavam sendo criados nessa época.

O “Canadá” em 1964 já havia passado por várias políticas públicas, inspeções de vários departamentos, e tentando seguir o currículo prescrito conseguiu sobrepujá-las com direção e corpo docente estáveis, apoio da comunidade escolar, ressignificações e criatividade. Distintamente, o “Suetônio” criado no bojo das transformações, foi gerenciado por uma direção rotativa, com funcionários e docentes transitórios (com exceção do Professor Delcides Rocca de Educação Física), pouco inspecionado e porque não dizer assistido, pelos órgãos educacionais responsáveis.

Esse panorama refletiu na visibilidade da escola como um todo e na estruturação de sua Educação Física, pois esta dependia em grande parte do apoio das Associações de Pais e Mestres (APMs) para compra de materiais e equipamentos, pequenas reformas para melhoria de espaços da escola, inclusive alguns direcionados às práticas esportivas, como foi o caso da construção do ginásio dos esportes da Escola Canadá que teve a participação com verbas dessa associação. Contrariamente, foi levantado nos prontuários de alunos do “Suetônio”, vários pedidos de isenção dessa taxa pelos pais.

Em ambas as escolas foi perceptível a relevância do papel do professor da área. Estarem engajados em organizações associativas, como clubes de professores, clubes das próprias escolas, clubes da cidade ou mesmo tendo ligações pessoais com o ensino superior, como Delcides com a Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS), possibilitou que apesar das condições adversas para as práticas de ensino, de alguma forma as sessões e os treinamentos aconteciam, pelo menos para alguns alunos.

A iniciativa e voluntarismo dos professores foram fundamentais para que as escolas tivessem visibilidade pela Educação Física em vários momentos. Seja por meio dos campeonatos, desfiles ou atos beneficentes. Embora seus nomes nem sempre tivessem grafados na história de suas unidades com fotografias, recortes de jornal, certificados parabenizando suas atuações docentes, troféus, medalhas e outros indícios.

Nas duas escolas não foram encontrados os arquivos de fichas biométricas, exames de suficiência e eficiência de um montante esperado de alunos. Peculiarmente, no “Canadá” foram descobertas avaliações escritas e trabalhos de alunos sobre esportes, saúde e Educação Física e mesmo em um período conturbado como o ano de 1974, o oferecimento de um grande número de turmas de treinamento; enquanto que no “Suetônio”, mais ao final desta periodização descobertas solicitações formais de pedido de dispensa das sessões de Educação Física.

Embora a metodologia empregada nesta investigação tenha se limitado às fontes documentais de acervos foi possível concluir que no período de 1964-1985 no Estado de São Paulo emergiu uma nova configuração para a Educação Física escolarizada. Não mais um conjunto de práticas, mas uma matéria escolar formal. Com prescrições, com um conteúdo que acompanhava o foco mundial nos esportes,

com um campo acadêmico sendo desenvolvido, com aquecimento e implementação na formação da área. Culturalmente adquiriu *status*, no sentido de tornar-se um saber socialmente valorizado. Todavia dependente dos ajustes, das ressignificações e das reinvenções do cotidiano escolar realizado pelos sujeitos educacionais frente às vicissitudes na implantação das políticas educacionais do período.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes

- ANDRADE, C. *et al.* **Coleção Educação Física na Escola**: Planejamento da 1ª à 8ª série até a cambalhota. Vol. 1. São Paulo: Editora Esporte e Educação, 1973a. 98 p.
- ANDRADE, C. *et al.* **Coleção Educação Física na Escola**: Planos de Ensino. Vol. 6. São Paulo: Editora Esporte e Educação, 1973b. 92 p.
- BORSARI, J. R. *et al.* **Educação Física da Pré-escola a Universidade**: Planejamento, programas e conteúdos. São Paulo: EPU, 1980. 254 p.
- BORSARI, J.R.; FACCA, F.B. (Orgs.). **Manual de Educação Física**. Vol. 1. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 1977, 130 p.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 1.212**, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=58>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- _____. **Decreto-lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 07 jan. 2012.
- _____. **Decreto-lei nº 8.777**, de 22 de janeiro de 1946a. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77499&norma=104192>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- _____. **Decreto-lei nº 9.091**, de 26 de março de 1946b. Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a delegar competência ao Estado de São Paulo para execução, em seu território, das leis referentes ao ensino secundário, na parte relativa à educação física. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=9091&tipo_norma=DEL&data=19460326&link=s>. Acesso em 30 jan. 2013.

_____. **Decreto nº 40.296**, de 6 de novembro de 1956. Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação. Disponível em:< [http://www.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1956_NormasJuridicas\(TextoIntegral\) DEC 040296 06 11 1956.jsp](http://www.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisEF/1956_NormasJuridicas(TextoIntegral) DEC 040296 06 11 1956.jsp)> Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. **Decreto nº 49.639**, de 30 de dezembro de 1960. Regimento da Divisão de Educação Física. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49639-30-dezembro-1960-389374-regimento-pe.doc>>. Acesso em: 22 set. 2011.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases para a Educação Nacional. Disponível em:< <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. **Decreto nº 42.703**, de 29 de novembro de 1963. Dispõe sobre a criação de grupos escolares. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/norma?id=93813>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

_____. **Decreto nº 58.130**, 31 de março de 1966. Regulamenta o art. 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bNZLH1erWPgJ:www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58130-31-marco-1966-398761-publicacaooriginal-1-pe.html+Di%C3%A1rio+Oficial+da+Uni%C3%A3o.+Se%C3%A7%C3%A3o+1.+05/04/1966.+p.+3596&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

_____. **Decreto nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967a. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. **Lei nº 5.327**, de 2 de outubro de 1967b. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional do Material Escolar. Disponível em:< http://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-5327-1967_79981.html>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá

outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. **Decreto-lei nº 477**, de 26 de fevereiro de 1969a. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. **Decreto-lei nº 594**, de 27 de maio de 1969b. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0594.htm>. Acesso em: 9 set. 2011.

_____. **Decreto-lei nº 705**, de 25 de julho de 1969c. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:<
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126059/decreto-lei-705-69>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Decreto-lei nº 865**, de 12 de setembro de 1969d. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0865.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. **Decreto-lei nº 1.043**, 21 de outubro de 1969e. Estabelece nova exigência para registro de diploma de professor de Educação Física conferido por estabelecimento militar de ensino. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1043-21-outubro-1969-375320-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Decreto-lei nº 1.044**, de 21 de outubro de 1969f. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm> Acesso em: 22 jan. 2013.

_____. **Decreto nº 66.967**, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d66967.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____. **Decreto-lei nº 68.703**, de 03 de junho de 1971a. Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/115159/decreto-68703-71>>. Acesso em: 21 set. 2011.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971b. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências Disponível em:< http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>Acesso em: 19 set. 2009.

_____. **Decreto nº 69.450**, de 1 de novembro de 1971c. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/115100/decreto-69450-71>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____. **Lei nº 6.251**, de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências: Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em:< <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 19 set. 2009.

_____. **Lei nº 6.503**, de 13 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos do ensino. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128157/lei-6503-77>>. Acesso em: 9 set. 2011.

_____. **Decreto nº 81.454**, de 17 de março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d81454.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. **Decreto-lei nº 1.866**, de 9 de março de 1981. Dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/del1866.htm>. Acesso em: 22 de jan. 2012.

_____. **Decreto-lei nº 1.937**, de 27 de abril de 1982. Acrescenta parágrafos ao artigo 1º do Decreto-lei nº 1.866, de 09 de março de 1981, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em Município declarado de interesse da Segurança Nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/del1937.htm>. Acesso em: 22 de jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. **Curso de Educação Física por Correspondência: Metodologia e Pedagogia da Educação Física**. Brasília: MEC/DEF, 1965. 44 p.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desportos. **Lei nº 6.251/75, Política Nacional de Educação Física e Desportos, Plano Nacional de Educação Física e Desportos- PNED**. Brasília: MEC/DEF, 1976. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/54393666/PNED-1975-E-A-LEI-6251>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações: 30 anos**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_30_anos_pni.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2012.

BRASIL FUTEBOL CLUBE. **Fotografia da Pasta de Catalogo de Fotos do Clube**. Santos, SP, 1933-1982.

_____. **Pasta Catálogo Arquivos de Fotos do Clube**. Santos, SP, 1933-1982.

_____. **Artigo sobre premiação do campeonato colegial, modalidade atletismo**. Álbum Recortes de Jornal. Santos, SP, 1970.

_____. **Artigo sobre ginásio do Maracanãzinho como campeão na corrida**. Álbum Recortes de Jornal. Santos, SP, 1970.

_____. **Artigo sobre a classificação das escolas santistas no campeonato colegial**. Álbum Recortes de Jornal. Santos, SP, 1973.

CENTRO E ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS BANDEIRANTE (CEUBAN). Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS). Dispõe sobre alteração de contrato social, 23 de janeiro de 1973. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Ineditoriais, v. 83, n. 19, 30 janeiro 1973, p. 12. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4605289/dosp-ineditoriais-30-01-1973-pg-12/pdfView>>. Acesso em: 16 out. 2012.

COSTA, L.P; TAKAHASHI, G.M. **Programa Esporte para Todos**. São Paulo: DED/MEC, 1978. 98 p.

FARIA JR, A. G. de. **Introdução à didática de Educação Física**. 1 ed. Rio de Janeiro: MEC/DEF, 1969. Disponível em: <

http://www.4shared.com/office/T9mWCyk5/Introduo_a_Didtica_de_Educao_F.html>.

Acesso em: 11 dez. 2012.

NEGRINE, A. **O ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977. 287 p.

PEDAGOGIA da Educação Física. **Apostila do Curso Preparatório**. Encadernação com coletânea de aulas mimeografadas do curso. Santos, 1954.

SANTOS. Departamento de Educação Física e Esportes. Delegacia Regional de Educação Física e Esporte. Acervo do Prof. Oscar Musa. Caixa nº 7. **Pasta Apostila sobre Educação Física Masculina**. Aulas e anotações manuscritas do Prof. Oscar Musa. Santos, SP, década de 1950. Arquivo Museu De Vaney.

_____. ______. ______. ______. ______. **Pasta Recortes de Jornal**. Santos, SP, 1950-1960. Arquivo Museu De Vaney.

_____. ______. ______. ______. ______. Caixa nº 8. **Manual da Delegacia Regional de Educação Física**. Santos, SP, 195?. Arquivo Museu De Vaney.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Fundação Arquivo e Memória de Santos. **Fotografia da Fachada do Ginásio Canadá**. Santos, SP, 1930. Acervo iconográfico.

_____. ______. ______. **Fotografia do Bairro Estuário após uma chuva**. Santos, SP, 1960. Acervo iconográfico.

_____. ______. ______. **Fotografia do Desfile em comemoração cívica**. Santos, SP, 1971. Acervo iconográfico.

_____. Secretaria Municipal de Esportes. **Relatório da Programação Esportiva do Biênio 1970/1971 da Secretaria Municipal de Esportes de Santos**. Santos, SP, 1971. Arquivo Museu De Vaney.

SÃO PAULO (estado). **Lei Estadual nº 2.749/1954**, de 29 de setembro de 1954. Dispõe sobre a fusão dos Departamentos de Educação Física e de Esportes, que passam a constituir o Departamento de Educação Física e Esportes, e dá outras providências. Disponível em:<

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1954/lei%20n.2.749,%20de%2029.09.1954.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. **Decreto Estadual nº 45.012**, de 15 de julho de 1965. Aprova o Regulamento para o Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE).

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/224033/decreto-45012-65-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 9 de set. 2011.

_____. **Decreto Estadual nº 47.404**, 19 de dezembro de 1966. Aprova as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223937/decreto-47404-66-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Decreto Estadual nº 47.409**, de 21 de dezembro de 1966. Aprova o Regulamento do Serviço de Biblioteca e Documentação da Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, criado pelo item I do artigo 2º da Lei nº 9.318, de 22 de abril de 1966. Disponível em:< [www http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223936/decreto-47409-66-sao-paulo-sp](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223936/decreto-47409-66-sao-paulo-sp) >. Acesso em: 22 set. 2011.

_____. **Decreto Estadual nº 49.165**, de 29 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a reforma administrativa das atividades de promoção social, cultural, educação física, esportes e turismo e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto%20n.49.165,%20de%2029.12.1967.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. **Decreto nº 51.334**, de 29 de janeiro de 1969. Cria os estabelecimentos de Ensino Médio, que especifica e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223720/decreto-51334-69-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____. **Decreto Estadual nº 168**, de 14 de agosto de 1972a. Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Desportos do Estado de São Paulo. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/223074/decreto-168-72-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 24 set. 2011.

_____. **Decreto Estadual nº 906**, de 29 de dezembro de 1972b. Extingue órgão da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e relota cargos de Técnico de Educação . Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/222232/decreto-906-72-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 29 jan.2013.

_____. **Decreto Estadual nº 5.994**, de 18 de abril de 1975. Dispõe sobre a reorganização dos Órgãos dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária da Administração Estadual. Disponível em:<

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/216626/decreto-5994-75-sao-paulo-sp>>.

Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **Decreto Estadual nº 7.510**, de 29 de janeiro de 1976. Reorganiza a Secretaria de Estado de Educação. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/214799/decreto-7510-76-sao-paulo-sp>>..

Acesso em: 14 jan. 2012.

_____. **Decreto Estadual nº 10.623**, de 26 de outubro de 1977. Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau e dá providências correlatas. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/211193/decreto-10623-77-sao-paulo-sp>>.> Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. **Decreto nº 12.983**, de 15 de dezembro de 1978. Estabelece o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres. Disponível em:<http://desumare.edunet.sp.gov.br/Supervisao/09/decretos/decreto_12983.pdf >.

Acesso em: 14 fev. 2012.

_____. **Lei Estadual nº 3.730**, de 13 de maio de 1983. Dispõe sobre a cessão de dependências de unidades escolares estaduais para atividades de caráter cultural ou para práticas recreativas ou desportivas. Disponível em:< http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/lei3730_83.htm?Time=1/11/2012%205:10:31%20AM>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Projeto de Lei nº 690, de 23 de julho de 1952, artigos 12º ao 20º. Dispõe sobre o funcionamento dos Cursos de Especialização, sobre aulas, cátedra, normas de matrícula, apostila, verbas, seguindo às orientações dadas ao Instituto de Educação Caetano de Campos, São Paulo, SP. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, v. 62, n. 167, 26 jul 1952, p. 61. Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4291719/dosp-poder-executivo-26-07-1952-pg-61/pdfView>>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Departamento de Educação Física e Esportes. Portaria do Diretor Geral nº 11, de 12 de março de 1964. Determinando de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 43.015, a localização das Comissões Centrais de Esportes e Comissões Municipais de Esportes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Poder Executivo, São Paulo, v. 74, n. 60, 31 março 1964, p. 9. Disponível em:<

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/4363136/dosp-poder-executivo-parte-1-31-03-1964-pg-9/pdfView>>. Acesso em: 15 set. 2012.

_____. Comunicado DESN, nº 2, de 27 de janeiro de 1971. Dispõe sobre a organização curricular dos estabelecimentos oficiais de ensino do 1º ciclo, a fim de dirimir dúvidas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 29 jan. 1971, p. 27. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6346034/dosp-poder-executivo-29-01-1971-pg-27> >. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Decreto nº 2.114**, de 07 de agosto de 1973. Dispõe sobre afastamento de professores admitidos a título precário para participação em Seminários de Orientação Educacional, promovidos pela Divisão de Assistência Pedagógica da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal da Secretaria da Educação. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 08 ago. 1973, p. 5. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/220981/decreto-2114-73-sao-paulo-sp> >. Acesso em: 15 set. 2012.

_____. Secretaria de Negócios da Educação. Delegacia de Ensino de Santos. Acervo do Prof. Guaraná da Costa Rodrigues na Escola Canadá. **Comunicado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ao Prof. Guaraná da Costa Rodrigues**. Santos, SP, 1963. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Regulamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço Prof. Guaraná da Costa Rodrigues**. Resolução SE nº 6, publicado no DOSP de 17 jan. 1970. Santos, SP, 1970. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Currículo vitae do Prof. Guaraná da Costa Rodrigues**. Santos, SP, 22 de abril de 1970. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. Acervo da Profa. Yolanda Baldia na Escola Canadá. **Certificados de Aproveitamento dos Cursos de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico da DEFE/DREFE**, realizados pela Profa. Santos, SP, 1952-1954. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Atestado de Oscar Musa que corrobora a Professora Yolanda Baldia como Presidenta do Clube**

_____ . _____ . _____ . _____ . **dos Professores de Educação Física.** Santos, SP, 28 de outubro de 1955. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Medalhas obtidas pela Profa. Yolanda Baldia, em sua atuação como docente da área.** Santos, SP, década de 1960. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Agenda Espiralada. Fotografia do Curso de Aperfeiçoamento Técnico e Pedagógico em Educação Física Feminina.** Foto de autoria desconhecida. Santos, SP, 1952. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Fotografia de desfile cívico “Pelotão dos aros” composto por jovens do Instituto de Educação Canadá.** Foto de autoria desconhecida. Santos, SP, 1962. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Recorte de jornal do “Desfile pelotão dos aros” composto por jovens do Instituto de Educação Canadá.** Santos, SP, 1962. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Fotografia da Gincana “Cidade contra Cidade” exibida no Programa de Televisão da Rede Tupi.** Foto de autoria desconhecida. Santos, SP, 1969. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Trabalhos de Educação Física feitos por alunas.** Santos, SP, 1970. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Álbum de Fotografias. Fotografia de Apresentação de ginástica coletiva no Instituto de Educação Canadá.** Foto de autoria desconhecida. Santos, SP, década de 1960. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Atestado da Professora Yolanda Baldia, como fundadora do Clube Normalista Canadense,** com anexo da ata de fundação do clube. Santos, SP, 18 de maio de 1956. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Atestado da Professora Yolanda Baldia como fundadora do Esporte Clube Canadá,** com o

anexo da ata de fundação do clube. Santos, SP, 21 de outubro de 1957. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Ata de reunião do Esporte Clube Canadá**, na qual a Profa. Yolanda Baldia solicita a compra de materiais e alimentação para as equipes femininas de treinamento. Santos, SP, 30 de outubro de 1958. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Currículo vitae da Profa Yolanda Baldia**. Santos, SP, década de 1970. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Depoimento de discente sobre a atuação da Profa. Yolanda Baldia para o trabalho acadêmico de Vailde Bragança Silveira de Almeida e Gonçalves**. Santos, SP, 2000. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Microfone pessoal da Profa. Yolanda Baldia**. Doação da família. Santos, SP, 2011. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Histórico da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 2010. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Livros de Atas de Exame da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 1969- 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Livros de Atas de Resultados Finais da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Ginásial Diurno. Santos, SP, 1969-1973. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Livros de Entrada e Saída de Processos da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Requerimento de professores (protocolos). Santos, SP, 1972-1986. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Livros de Planejamento Pedagógico da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 1977-1981. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. Livro de Posse de Funcionários do período 1969-1981 da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. **Declaração de Posse**

_____ . _____ . _____ . _____ . **de Delcides Rocca.** Santos, SP, 18 de agosto de 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Declaração de Posse de Maria Diva Pires.** Santos, SP, 1 de julho de 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Declaração de Posse de Izidra Luiza Souza Pinto.** Santos, SP, 1 de fevereiro de 1977. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Declaração de Posse de Pedro Villas Boas.** Santos, SP, 15 de fevereiro de 1977. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Livros de Termo de Visita do Inspetor da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 1969-1971, 1982. Livro de Posse de Funcionários do período 1969-1981. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Livros de Termo de Visitas dos Supervisores Pedagógicos da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 1983-1986. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Livros-Ponto do Pessoal Docente da Escola Canadá.** Santos, SP, 1961, 1964-1967, 1969-1970, 1974 e 1978. Arquivo Escola Estadual Canadá

_____ . _____ . _____ . _____ . **Livros-Ponto do Pessoal Docente da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.** Santos, SP, 1969-1971, 1973-1974, 1974, 1974-1975, 1978, 1980-1981, 1983, 1983-1984. Livro de Posse de Funcionários do período 1969-1981. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____ . _____ . _____ . _____ . **Livro Relação de Alunos da Escola Canadá.** Santos, SP, 1966. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____ . _____ . _____ . _____ . Pasta Catálogo Construção de 1936 da Escola Canadá. **Fotografia contendo o Ginásio Canadá em segundo plano e a área necessária para adequação às condições da DEF, na disputa política de equiparação à Colégio, em primeiro plano.** Foto de Barros Pires. Santos, SP, década de 1930. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Processo nº 2.04736 para construção da área esportiva do Ginásio Estadual Canadá.** Santos, SP, 1944. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. Pasta Catálogo de Ofícios da Escola Canadá. **Relatório de verificação das condições do Ginásio Canadá, para efeito de equiparação de Ginásio para Colégio.** Santos, SP, década de 1940. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. _____. **Fotografia do hall de entrada do Ginásio Estadual Canadá.** Foto de autoria desconhecida. Pasta Catálogo de Ofícios. Santos, SP, 1941. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. Pasta catálogo Recorte de Jornais da Escola Canadá. **Recorte de jornal sobre a Campanha Pró Colégio de Santos.** Santos, SP, 1944. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. **Plantas arquitetônicas do Ginásio Estadual Canadá.** Santos, SP, década de 1940. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. **Prontuários de alunos da Escola Canadá.** Santos, SP, 1964-1978. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____. _____. Prontuários de Alunos da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr. **Circular da Direção, solicitando esclarecimento sobre a ausência de aluno (a) em evento cívico.** Santos, SP, 22 abril de 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Atestado de vacina.** Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Requerimento mimeografado para dispensa da Educação Física.** Santos, SP, 1985. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Solicitação de matrícula e dispensa da Educação Física.** Santos, SP, 1975. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____. _____. _____. **Declaração de que o aluno era Funcionário Cia Tamoyo de Armazéns Gerais.** Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de que o aluno era Patrulheiro Clube Atlético Santista.** Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de que o aluno era Patrulheiro do Circulo de amigos do menor patrulheiro de Santos.** Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de que o aluno estava fazendo Curso de Patrulheiro.** Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Pagamento de Taxa Escolar por aluno.** Prontuários de Alunos, Santos, SP, 1971. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de que o aluno era Funcionário dos Lanches Itororó.** Santos, SP, 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração do Patrão de que a aluna era Empregada doméstica.** Santos, SP, 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de pai comunicando a escola sobre a impossibilidade de pagamento da APM.** Santos, SP, 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Ofício da Direção aos pais sobre a matrícula e a necessidade de colaboração com a APM, vinculando-a ao incentivo ao Atletismo, entre outros itens.** Prontuários de Alunos, Santos, SP, 1972. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Boletim de aluno com notas bimestrais e do exame final das disciplinas e práticas educativas, e totais mensais de faltas.** Santos, SP, 1973. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Ficha individual de aluno do ano letivo de com notas e faltas.** Santos, SP, 1975. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração de que o aluno era Funcionário do Gaivota Veículos.** Santos, SP, 1976. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Declaração do Patrão de que a aluna era Empregada doméstica.** Santos, SP, 1985. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Prospecto de divulgação do Instituto de Educação Canadá.** Santos, SP, 1964. Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. _____ . _____ . _____ . **Troféu da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.: “Adhemar Ferreira da Silva”.** Modalidade Arremesso de disco. Santos, SP, 1982. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Troféu da Escola Prof. Suetônio Bittencourt Jr.: SESI infantil.** Modalidade Corrida. Santos, SP, 1970. Arquivo Escola Estadual Prof. Suetônio Bittencourt Jr.

_____. _____ . _____ . _____ . **Troféus e outras premiações da Escola Canadá.** Santos, SP, 1960-1970 Arquivo Escola Estadual Canadá.

_____. Secretaria da Educação. Centro de Estudos Humanos e Pesquisas Educacionais Prof. Laerte Ramos de Carvalho. **Guias Curriculares propostos para as matérias do núcleo comum do ensino de primeiro grau,** São Paulo: CEHURP, 1973a. 234 p.

_____. _____. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau - 5ª a 8ª séries:** Ginástica Rítmica Desportiva. Trabalho a mãos livres. São Paulo, 1978a. 180 p.

_____. _____ . _____ . _____ . **Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau – 5ª a 8ª séries:** Ginástica Rítmica Desportiva. Trabalho com aparelhos, bola e corda. São Paulo, 1978b. 150 p.

_____. _____ . _____ . _____ . **Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau – 5ª a 8ª séries:** Atletismo. São Paulo, 1978c. 184 p.

_____. _____ . _____ . _____ . **Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau – 5ª a 8ª**

séries: Ginástica Rítmica Desportiva. Trabalho com aparelhos e elementos. São Paulo, 1980. 168 p.

_____. _____. _____. **Subsídios para implementação do Guia Curricular de Educação Física para o ensino de primeiro grau – 5ª a 8ª séries:** Handebol. São Paulo, 1983. 102 p.

_____. _____. _____. **Educação Física:** Legislação básica. (Federal e Estadual). São Paulo, 1985. 702 p.

_____. _____. Resoluções SE, de 27 de julho de 1979. Dispõe sobre promoção por merecimento de Professores I – QM-PP-II, referência 18, do grau C para o grau D. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 28 julho 1979, p. 17. Disponível: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6326024/dosp-poder-executivo-28-07-1979-pg-18/pdfView>>. Acesso em: 01 set. 2012.

_____. Secretaria de Negócios de Esportes e Turismo. Divisão de Esporte. **Relatório Anual de Esportes do Estado de São Paulo do ano de 1978.** São Paulo, SP, 1979. Arquivo Museu De Vaney.

_____ (município). Departamento de Planejamento, Orientação e Controle. Comunicado. Dispõe sobre a realização do treinamento sobre os Subsídios de Implementação do Currículo de 1º grau. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, Educação, a. XXIV, n. 180, 22 set. 1979, p. 32. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com/diarios/6566276/pg-32-diario-do-municipio-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-22-09-1979/pdfView>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

TEIXEIRA, H.V.; PINI, M.C.; MASCHERONI, A. **Aulas de Educação Física:** primeiro grau. São Paulo: IBRASA, 1978, 230 p.

TEIXEIRA, M. S. Educação Física. In: **Enciclopédia do ensino integrado e supletivo.** São Paulo: Libra Empresa Editorial, 1974. 183 p.

THOMAS, A. **Esporte: Introdução a Psicologia.** Coleção Educação Física. Fundamentação. São Paulo: Ed. Ao Livro Técnico, 1983. 233 p.

TUBINO, G. **As qualidades físicas na Educação Física e Desportos.** São Paulo: IBRASA, 1973. 78 p.

Referências

- ALVES, A.A.A. **Arquitetura escolar paulista 1959 - 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas**. 2010. Tese (Doutorado)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29032010-111636/pt-br.php>>. Acesso em: 15 Fev. 2011.
- ARANTES, G.V. **A história e a trajetória da Educação Física na Escola Estadual de Minas Gerais (1956-1970)**. Disponível em: < <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Gabrielavi.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2013.
- ARAÚJO, W.B. **Educação Física Escolar no período da ditadura militar em Jundiaí – SP (1964-1985)**. 2011. Dissertação. Disponível em:< http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2011/163_araujo_wesley.php>. Acesso em: 8 jan. 2013.
- ASSOCIAÇÃO Jovem Patrulha do Rio. **A História do patrulheirismo**, 2008. Disponível em:< <http://www.apar.org.br/patrulheirismo/conteudo.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2013.
- BENCOSTTA, M.L.A.(org.) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. 286 p.
- BENTHAM, J. **O panóptico e a casa de inspeção**. In: TADEU, T. (Org). O panóptico Jeremy Bentham. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 13-88.
- BETTI, M. Sobre teoria e prática: manifesto pela redescoberta da educação física. **Revista Digital Efdeportes**, Buenos Aires: Año 10, n. 91, p. 1- 7, dec. 2005. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd91/ef.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4ª ed São Paulo: Cortez, 2011, 408 p.
- BORGES, O. S. Palavras da Presidência. **Brasil Futebol Clube: 79 anos o mais olímpico**, Santos, n. comemorativo, p. 3, 1992.
- BRAGANÇA, A. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O instituto Nacional do Livro (1937-1967)**. Revista Matriz, 2009. v. 2: nº 2, primeiro semestre de

2009. Disponível em: <http://www.usp.br/matrizes /img/04/EmPauta2_Bragança.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2013.

BRACHT, V. **A Educação Física no Ensino Fundamental**. In: Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento. Perspectivas Atuais. Belo Horizonte: Novembro, 2010. Disponível em: < https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:8Ik-Ypb8nVEJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D7170%26Itemid%3D+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgl-y9ojZ4mbTzdQ2zEPpmVQFKOB52vpLZWl6-57GAzAcABVFNjygGzObVcNYx_Jh5sqL9en4Am6rYlZvei_FqZWW4Pn_WjqOwlEiwDhZASyZOLBd2bgkMjh3SoDQaPtE8hphsb&sig=AHIEtbQyZe0EgAp0PAcE57ATl0cj6l3IUQ>. Acesso em: 24 jan. 2013.

BUFFA, E. Práticas e fontes de pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 105-116.

CAMARGO, E.A.A. **Professor Guaraná**. Carta publicada no jornal A Tribuna de 19 de mar.; sobre seu falecimento. 2009. Disponível em:< <http://www.almanaqueesportivodesantos.com.br/index.php?materia=270>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

CAPINUSSU, J. M. **Moderna organização da Educação Física e dos Desportos**. Rio de Janeiro: IBRASA, 1991. Disponível em;< <http://books.google.com/books?id=PcbUNBZr80C&pg=PA43&sig=N8PHILWp7xM4bu2u5J-5rZ7UkFw&hl=pt-BR#v=onepage&q=divis%C3%A3o%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica&f=false>>. Acesso em: 23 set. 2011.

CARNIEL, M. Z.; TOIGO, A. M. O tempo de aprendizagem ativo nas aulas de Educação Física em cinco escolas particulares de Porto Alegre. **Revista Associação Brasileira de Pesquisa e Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 23-33, 2007. Disponível em:< <http://www.fae.ufmg.br/abrapec/revistas/V3N3/v3n3a2.pdf> >. Acesso em: 12 fev. 2011.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1994. Disponível em:<

<http://books.google.com.br/books?id=uUeXQhmCd0C&pg=PA12&lpg=PA12&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+fisica+a+historia+que+nao+se+conta&source=bl&ots=o69fEZaDDB&sig=UD5WEtxXkug4k9R2mUMjvJBbxl0&hl=ptBR&sa=X&ei=YHbsULXBJ4mk8gSihYGgDQ&ved=0CFcQ6AEwBA>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

CASTRO, A.D. A licenciatura no Brasil. **Revista de História**. São Paulo, SP, v. L, tomo II, n. 100, p. 627-652, out.-dez, 1974.

CASTRO, C.. *In corpore sano*: os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. **Antropolítica**. Niterói: n. 2, p. 61-78, 1997.

CATÓLICA UNISANTOS. **Centro de Documentação da Baixada Santista**. 2013.

Disponível em: <

http://www.unisantos.br/web/guest/3?p_p_id=portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_Qrns&p_p_action=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=4&portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_Qrns_struts_action=%2Fportlet_apresentar_menu_3_niveis%2Fview&portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_Qrns_LIFERAY_SHARED conteudoLeiauteID=11926&portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_Qrns_LIFERAY_SHARED conteudoMenuListIdClicado=11926%2C176%2C10455%2C26685%2C20391%2C23263%2C24112%2C11927%2C11925%2C11924%2C11926%2C>.

Acesso em: 17 mai. 2013.

CAVALCANTI, K. B. **Esporte para todos**: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984. 116 p.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na Educação Pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em: 9 set. 2012.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, v.2, p.117-229, 1990. Retirado da Revista *Histoire de l'Éducation*, n°. 38, maio de 1988. Tradução G. L. Louro. Disponível em:<

https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:hHlrZSG3Jp4J:cappf.org.br/tikidownload_wiki_attachment.php?attId%3D308+chervel+finalidades+das+disciplinas+escolares+%22finalidades+de+todas+as+ordens%22+al%C3%A9m+do+conte%C3%BAdo

http://www.google.com.br/#hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESh96ob7Bj1lek28TBmLNlhAcvwcyAK379d0f8XuR4yMovusL701yHxoMY631Im34dpAgE1T7pnr0f4JSjSXXanIDl4UP5e8l_8P47Imf2lk6fF0KVVFpMI2C2pbFFPP5ycG7ZV&sig=AHIEtbQ_qMBWXNR2Hjk1HHnstjXyHxC8qw>. Acesso em: 6 jan. 2013.

CHEVALLARD, Y. ***Pourquoi la transposition didactique?*** 2007. Disponível em:<http://yves.chevallard.free.fr/spip/spip/IMG/pdf/Pourquoi_la_transposition_didactique.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2013.

COLEGIAL (de atletismo) hoje. **Cidade de Santos**, Santos, 25 ago. 1973, p. 8.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. 119 p.

CONGRESSO Luso-Brasileiro de Educação Física II. **Revista de Educação Física do Exército**. Rio de Janeiro, n. 94, p. 01-05, 1964.

CONSELHO Estadual de Educação. **Parecer CEE nº 1.096/1973**. Disponível em:<http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=8986&acao=entrar>. Acesso em: 21 mai. 2013.

_____. **Parecer CEE nº 299/1986**. Disponível em:<https://www.google.com.br/#hl=pt-BR&gs_rn=14&gs_ri=psy-ab&cp=25&gs_id=67&xhr=t&q=%22eepsg+canad%C3%A1%22+para+eepg.+Dr.+Ribeiro+Couto&es_nrs=true&pf=p&sclient=psy-ab&oq=%22eepsg+canad%C3%A1%22+para+eepg.+Dr.+Ribeiro+Couto&gs_l=&pbx=1&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.46751780,d.dmg&fp=86fa8a663d14b5f1&biw=1024&bih=475>. Acesso em: 18 mai. 2013.

CONSELHO Federal de Educação. Definição dos Cursos de Professor de Prática Educativa e de Professor de Cursos Isolados. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 51, n. 113, p. 124- 128, jan./mar. 1969.

CONSELHO Nacional de Educação Física. **Estatuto do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF)**. 2010. Disponível em:<<http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

CORREA, E. M. B. A. **Memórias da Escola Canadá**: participação estudantil nas décadas de 1950 e 1960. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, UniSantos, Santos.

CRAQUES do passado. **Osmar Baptista Silva**. Disponível em: < <http://www.giginarede.com.br/craques/osmar-baptista-silva.asp>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

DaCOSTA, L. P. **Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil**. Brasília: CDRH-MP/DEF-MEC, 1971. 392 p.

DANTAS JR, H. S. **Da “Escarlarização do esporte à “Esportivização da escola”**: tradição e espetáculo nos jogos da primavera de Sergipe (1964-1995). 333 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba, 2008.

DARIDO, S.C. **Educação Física na Escola**: realidade, aspectos legais e possibilidades. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. Caderno de Formação: formação de professores didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Bloco 2, volume 6).

DIAS, C.A.G. **Urbanidades da natureza**: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. 164 p.

ESTUÁRIO. **A Tribuna de Santos**, Santos, 30 dez. 1982. p. 1-3. Disponível em:< <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b28.htm> >. Acesso em: 19 jan. 2012.

ESCOLA de Educação Física e Esporte - USP. **Centro de Memória**: História. 2010. Disponível em:< <http://www.eefe.usp.br/?pagina/mostrar/id/115>>. Acesso em: 14 jan. 2013. Aguardo posicionamento do portal sobre a referência

ESCOLANO, A. A arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução A. Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 19-58.

EVAGELIDIS, J. E. **O Colégio Canadá nos arquivos do DEOPS/SP**. 2011. Disponível em:< <http://periodicos.unisantos.br/index.php/serieducacao/article/view/281/235>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

FARIA JR, A. G. **Didática de Educação Física**: Formulação de objetivos. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1981. 374 p.

_____. Pesquisa em Educação Física: enfoques e paradigmas. In: SBDEF. **Pesquisa e produção do conhecimento em Educação Física**: livro do ano de 1991. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992. p. 13-33.

_____. Didática da Educação Física no Brasil. In: DaCOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, da educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p 63-69. Disponível em:<
<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/286.pdf>>. Acesso em: 11 jan 2012.

FERNANDES, A. A política educacional da rede pública estadual paulista e a presença do professor de educação física nas séries iniciais do ensino fundamental. **Conexões**: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 8, n. 1 , p. 110-118, jan./abr. 2010.

FERREIRA, N.S.C; FORTUNATO, S.A.O. **A inspeção escolar como forma de controle no Estado Novo**: uma contribuição às origens da gestão da Educação. p 1-10. 1969. Disponível em:<
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Naura%20Syria%20Carapeto%20Ferreira%20e%20Sarita%20Aparecida%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1977. Disponível em:<
<http://rede.unifreire.org/pedagogia-noturno/arquivos/foucault-vigiar-e-punir.pdf>>>
 Acesso em: 2 set. 2012.

FOX, Ken. *Children's Perspective on Physical Education*. **British Journal of Physical Education**. United Kingdom, Spring, v. 19, nº 1, 1988.

FRAGO, A. V. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões**. In: FRAGO, A.V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução A. Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 151 p.

_____. **Espaços, usos e funções**: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M.L.A.(Org.) **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

_____. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação** SBHE. Tradução M. F. Braga. Campinas, n.18, p. 173-216, set-dez. 2008. Disponível em:<
<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/93/102>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

FREITAS, M.C.; BICCAS, M.S. **História Social da Educação no Brasil** (1926-1996). São Paulo: Cortez.2009, 330 p.

GARCEZ, A.N.F. Fontes complementares na pesquisa historiográfica. **Revista Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas, 2008. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_016.html>.

Acesso em: 18 set. 2008.

GNECO, J.R. **Reforma Universitária e a USP: a integração da Escola de Educação Física em 1969**. 2005. 1 v. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOELLNER, S.V. **O método francês e a educação física no Brasil: da caserna a escola**. 1992. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1322>> Acesso em: 27 dez. 2011.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis ,Vozes,1995. 140 p.

GONÇALVES, L. B. e ALMEIDA, V. B. S. **História da escola em Santos: o Colégio Canadá (1961-1967)**. 2000. Trabalho da disciplina História da Educação Brasileira, Mestrado, Universidade Católica de Santos, UniSantos, Santos.

GUANAES, L.P. **Índice Alfabético sobre a legislação de interesse do ensino de primeiro e segundo graus** (estadual e federal). São Paulo: Editora Ática, 1973, 61 p.

HOLLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, 158 p.

INAUGURAÇÃO dos canais/estação elevatória (1). **Novo Milênio**, Santos, 16 set. 2011. Santos de antigamente, p. 01. Disponível em:< <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos023.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira da História da Educação**. Tradução G. Souza. São Paulo, n. 1, p. 09-43, 2001.

LARANJEIRAS, C. Educação Física e Escola. **Revista de Educação Física do Exército**. Rio de Janeiro, n. 98, p. 01, 1973.

LE BOULCH, J. **Educação Psicomotora: a psicocinética na idade escolar**. Tradução J. Wolff. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 356 p.

LINHALES, M.A. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOURDES, L.F.C. **Antônio Boa Ventura da Silva: o professor e suas concepções sobre a Educação Física nas décadas de 1940-1970.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp038566.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

MARQUES, E. T. O tempo de colher. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, n. 12, p. 6-7, 1972.

MARINHO, I.P. **Educação Física, Recreação e Jogos.** 2. ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1971. 458 p.

MARTINI, S.R.B.; ONZI, V.B.L.; MAZO, J.Z. Associação dos Especializados em Educação e Desportos do Rio Grande do Sul – AEEFD/RS: percorrendo os caminhos de sua criação. **Revista Digital Efdeportes.** Buenos Aires , año 15, nº 144, mayo, 2010. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd144/especializados-em-educacao-e-desportos.htm>>.

Acesso em: 14 de jan. 2012.

MARTINS, M.A.; SANTOS, M.N.; BRIOSCHI, P.A. **Relatório sobre a Escola Estadual de 2º grau “Canadá”.** 1986. 30f. Trabalho de Graduação em História- Faculdade de História, Universidade Católica de Santos, UniSantos, 1986.

MARTINS, M.C.; CORRÊA, P.K. A institucionalização do ensino feminino: o Colégio Progresso Campineiro (1900-1937). **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, Vitória, vol. 17, n. 34, p. 246-274, jul/dez, 2011.

MARTINS, M.C. A CENP e a criação do currículo de História: a descontinuidade de um projeto educacional. **Revista Brasileira de História**, Vitória, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Disponível em :< <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200003>>. Acesso em: 13 de jan. 2012.

_____. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?** 2000. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em:<http://api.ning.com/files/5Tx-IJgipumbWfvt8M8R1XqFJGUmTpU9Hbw17wOyPog_/Ahistoriaprescritaedisciplinadanoscurriculosescolares.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

MAZZEI, J.; TEIXEIRA, M.S. **Ajude seu filho na escola**: manual teórico-prático útil aos senhores pais. São Paulo: Editora Fulgar, 1964. 118 p.

MEIRELLES, A. L. **Colégio Canadá**: Memória dos professores na voz dos alunos (1934- 1962). 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, UniSantos, Santos.

MELO, L. M. **Rosinha Viegas**: a garra de uma leoa. Universidade Metropolitana de Santos, Santos, 2004. 192 p.

MENINAS do Instituto Brasília venceram. **Cidade de Santos**, Santos, 6 jun. 1973, p.10.

MONDIN, L. Boqueirão já era famoso antes do nome. **A Tribuna de Santos**, Santos, 21 out. 1982. Disponível em:< <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b19.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011. trocado de “Vila Rica falada na ” (TRIBUNA, 2011).

MONTENEGRO, A. J. R. A Carta Internacional de Educação Física e do Desporto. **Revista da Educação Física do Exército**. Rio de Janeiro, n. 109, p. 66-68, 1980.

MOREIRA, J.C.C. Histórias da atividade motora adaptada. In: Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana/CIHELA, IX, 2009, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: Soc. Bras. História da Educação. p.73.

_____. **Passos e espaços para consolidação da Educação Física no patrimônio escolar**. 2010. Disponível em:< <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/757.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

MUSA, O.S. O que fez o órgão controlador do Esporte em Santos desde sua fundação. **A Tribuna**, Santos, 26 mar. 1944. Disponível em:< <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0276t.htm>>. Acesso em 07 jun. 2012.

NUNES, F. A. A. **Homenagem ao patrulheirismo**, 2009. Disponível em:< <http://www.proffabiao.com.br/si/site/030309>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

OLIVEIRA, G.D. **Yolanda Miguel Elias Baldia**. In: Almanaque Esportivo de Santos. 2010. Disponível em:< <http://www.almanaqueesportivodesantos.com.br/index.php?materia=345>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

PEDROSO, L. A. Slogans da democratização do ensino no Estado de São Paulo. In: GENTILINI, J. A. (Org.). **Política Educacional, planejamento e gestão**.

Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 09-38.

PEIXOTO, E. M. M.; SILVA, F. A. (2008). Levantamento, catalogação, compilação e análise da produção do conhecimento referente aos jogos (1891-1968), a partir do banco de dados ARELB. In: III Encontro de bolsistas do programa de apoio a ações afirmativas para inclusão social. 2008, Londrina, **Anais...** Londrina: UEL. 2008. p. 1-7. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/mhtml/arquivos%20download/documentos/projetos/projetoicfranciene.pdf> >.

Acesso em: 3 jan. 2013.

PEREIRA, L. E. **Compilação: Legislação da Educação Física / Desportos (1851/1970)**, 1996a. Disponível em: < <http://cev.org.br/biblioteca/compilacao-legislacao-educacao-fisica-desportos> >. Acesso em: 31 set. 2009.

PEREIRA, M. A. F. **Santos, nos caminhos da educação popular (1870-1920)**. São Paulo: Loyola, 1996b. 150 p.

PEREZ, J. R. R. **Avaliação, impasses e desafios da Educação básica**. Campinas, SP: Editora UNICAMP; São Paulo: Editora Annablume, 2000. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=HfKbbGE5F88C&pg=PA72&lpg=PA72&dq=Centro+de+Recursos+Humanos+e+Pesquisas+Educacionais+\(CERHUPE\).&source=bl&ots=QzV6GoMndv&sig=ZPp9a7zta0hD9ZLLuj6JLdGycMM&hl=pt-BR&sa=X&ei=zYYRT-](http://books.google.com.br/books?id=HfKbbGE5F88C&pg=PA72&lpg=PA72&dq=Centro+de+Recursos+Humanos+e+Pesquisas+Educacionais+(CERHUPE).&source=bl&ots=QzV6GoMndv&sig=ZPp9a7zta0hD9ZLLuj6JLdGycMM&hl=pt-BR&sa=X&ei=zYYRT-DeAYjt0gGFmujMAw&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=Centro%20de%20Recursos%20Humanos%20e%20Pesquisas%20Educacionais%20(CERHUPE).&f=false)

[DeAYjt0gGFmujMAw&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=Centro%20de%20Recursos%20Humanos%20e%20Pesquisas%20Educacionais%20\(CERHUPE\).&f=false](http://books.google.com.br/books?id=HfKbbGE5F88C&pg=PA72&lpg=PA72&dq=Centro+de+Recursos+Humanos+e+Pesquisas+Educacionais+(CERHUPE).&source=bl&ots=QzV6GoMndv&sig=ZPp9a7zta0hD9ZLLuj6JLdGycMM&hl=pt-BR&sa=X&ei=zYYRT-DeAYjt0gGFmujMAw&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=Centro%20de%20Recursos%20Humanos%20e%20Pesquisas%20Educacionais%20(CERHUPE).&f=false) >

Acesso em: 14 jan. 2012.

PINHEIRO, G. Editorial. **Revista de Educação Física do Exército**. Rio de Janeiro, n. 99, p. 01, 1975.

PRATES, E. G. C. **O perfil de uma cidade: o esporte feminino escolar na década de 1950**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Católica de Santos, UniSantos, Santos. Disponível em: < http://biblioteca.unisantos.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=106 >. Acesso em: 12 out. 2012.

PRIETO, C. **Várzea: Canadá Futebol Clube**. 2009. Disponível em: < <http://www.giginarede.com.br/varzea/canada.asp> >. Acesso em: 10 mai. 2012.

RAMOS, J.J. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA, 1983. 348 p.

REDAÇÃO. Canadá faz 42 anos, mas não há festas. **A Tribuna de Santos**, Santos, 11 ago. 1976, p. 10.

_____. Passeata estudantil. **A Tribuna de Santos**, Santos, 13 nov. 1963, p. 07.

RESENDE, H.G.; FERREIRA, V.L. O espaço profissional ocupado pelo licenciado em Educação Física: um estudo do mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65.n. 151, p. 697- 700, set./dez. 1984.

RODRIGUES, O. Os grandes colégios de Santos. **Almanaque de Santos**, Santos, p. 88-164, 1971.

_____. Calendário da Secretaria de Turismo e de Esportes. **Almanaque de Santos**, Santos, p. 169-174, 1972.

_____. Calendário Turístico. **Almanaque da Baixada Santista**, Santos, p. 196-197, 1973.

_____. Calendário da Baixada Santista. **Almanaque da Baixada Santista**, Santos, p. 147, 1976.

SACRISTÁN, G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 352 p.

SANTIN, S. Corpo simplesmente corpo. **Revista Movimento**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 57-73, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19496/000317975.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 jan. 2013.

SANTOS, F. M.; LICHTI, F. M. **História de Santos/Poliantéia Santista**. v. 3. 2ª ed. São Vicente: Editora Caudex, 1996. 252 p.

SANTOS vence a guerra contra Bauru. **Cidade de Santos**, Santos, 14 set. 1969. 1º Caderno, p. 5.

SANTORO, E. D. **Minha longa caminhada**. Santos: Produção Independente, 2010. 118 p.

SARTORI, S. K. Associação de Profissionais de Educação Física – APEF. In DaCOSTA, L. P. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Shape, 2005, p. 193-194. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/138.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SILVA, D. G. **Ilhas de Saber:** prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1933-1943). Dissertação (Mestrado em Educação: História, Sociedade e Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, S. A. P. S. **A pesquisa qualitativa em Educação Física.** 1996. Disponível em:<<http://www.efmuzambinho.org.br/refelnet/revusp/edicoes/1996/usp/v10n1/8sheil.htm>>. Acesso em: 19 set. 2009.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 158 p.

SOARES, C.L. **Educação Física:** raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994. 146 p.

_____. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996. Disponível em:<<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo1.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

SOUZA, F. A. O Museu “De Vaney” de Santos: sua importância como centro de memória esportiva escolar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH XXVI, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-8. Disponível em:<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308023939_ARQUIVO_ANPUH_ARTIGO\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308023939_ARQUIVO_ANPUH_ARTIGO[1].pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2013.

SOUZA JR., O. S.; DARIDO, S.C. Dispensa das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação brasileira. **Revista Pensar a Prática**, v.12, n.2, 2009. Disponível em:<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/feef/article/view/6436>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

SOUZA, R.F. **Templos de Civilização:** A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo/SP, Editora UNESP, 1998. 302 p.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

_____; BORGHI, R.F.; ONOFRE, M.R.; CAMARGO, L.T. Guias curriculares: materiais de orientação docente ou de controle do Estado?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 233-243, maio/ago., 1999. Disponível em:< <HTTP://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/artivle/viewFile/180/180>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil: o que nos fala a historiografia? **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-75. jan-jun., 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11655.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2013.

_____. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984):** entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003a. 482 p.

_____. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 151-178, jan./jun.2003b. Disponível em:<http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2003_01/08_artigo_oliveira.pdf> Acesso em: 12 out. 2012.

_____. A Título de apresentação - Educação do corpo na escola brasileira: Teoria e História. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 1-34.

_____; CHAVES JR., S. R. Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 39-56, 2009. Editora UFPR. Disponível em:<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/15060>>. Acesso em: 26 mai. 2013.

TEIXEIRA, A. Uma perspectiva da Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 50, n. 111, p. 21- 82, jul./set. 1968.

TEIXEIRA, M. S.; MAZZEI, J. **Coleção C.E.R.:** Cultura, Educação, Educação Física, Esportes e Recreação. Primeiro volume, 2ª edição. Editora Fulgor. 1967. 350 p.

TORRES, R. M. **Que (e como) é necessário aprender:** necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares. Campinas: Papirus, 2006. 158 p.

UNIMES virtual. **Um pouco de história**. 2013. Disponível em:<<http://www.unimesvirtual.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 369 p.

VIEIRA, A. A. **Memórias dos 66 anos da Escola Estadual Canadá.** 2000. 167f. Monografia (Graduação de Licenciatura em História) Universidade Católica de Santos, UniSantos, Santos.

VILAS BOAS, S. **Santos:** Centro histórico, porto, cidade. São Paulo: Audichromo Editora, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1998. 224 p.

APÊNDICE A – Mapa da área comercial Vila Rica, no entorno da
EE CANADÁ



Legenda – Entorno da Escola Canadá. A área verde é a “Vila Rica”. O ponto branco é a escola. Intervenção em mapa de autoria própria. (Fonte: Acervo da autora).

APÊNDICE B – Mapa do Bairro Estuário com o entorno da
ESCOLA ESTADUAL PROF. SUETÔNIO BITTENCOURT JR.



Legenda– Mapa do Bairro do Estuário. Por meio da representação observa-se a proximidade da localização da Escola, com o Pronto Socorro (PS), a Igreja N.Sra. Aparecida, a Faculdade de Educação Física, o Brasil Futebol Clube e o Batalhão da Polícia Militar (PM), no período estudado. Na figura também é possível visualizar a localização de alguns armazéns, ao longo do porto. Assim como a Secretaria dos Esportes e o Museu DeVaney. Intervenção artística em mapa. Autoria própria. 2012 (Fonte: Acervo da Autora).